



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

CONSEPE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015

SESSÃO ÚNICA

Data: 06 de fevereiro de 2015 (sexta-feira).

Horário: 08h 00min

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONVOCAÇÃO

O Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes à **1ª Reunião Extraordinária de 2015**, com data, local e horários abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre alterações na estrutura do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, conforme Processo Nº 23091.001658/2014-76;
2. Apreciação e deliberação sobre Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Campus Pau dos Ferros, conforme Memorando Eletrônico Nº 22/2015 – PROGRAD;
3. Apreciação e emissão de parecer sobre criação do Curso de Letras Português e suas Literaturas no Campus Caraúbas, conforme Memorando Eletrônico Nº 21/2015 – PROGRAD.

Data: 06 de fevereiro de 2015 (sexta-feira)

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores

Horário: 08h 00min

Mossoró-RN, 02 de fevereiro de 2015.

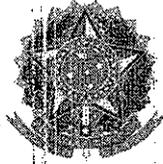

José de Arimatea de Matos
Presidente



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
1ª Reunião Ordinária de 2015

1º PONTO

Apreciação e deliberação sobre alterações na estrutura do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, conforme Processo Nº 23091.001658/2014-76.



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



PROCESSO
23091.001658/2014-76



Processo disponível para recebimento com código de barras

Cadastrado em 16/05/2014

Nome(s) do Interessado(s):

DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Identificador:

1101020103

Tipo do Processo:

PROJETO

Assunto do Processo:

141.1 - CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS

Assunto Detalhado:

ENCAMINHA PROJETO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO CONFORME ANEXO

Unidade de Origem:

DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)

Criado Por:

JOAO CARLOS BERNARDO DE LIMA

Observação:

João Carlos B. de Lima
UFERSA
Arquivista/Diretor da DIAP
Mat. SIAPE 1928859

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
16/05/2014	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)		
06/08/14	Carol - Reiterio		
15/10/14	Carol - Reiterio		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**



**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 121/2014 - DACS
(11.01.02.01.03)
(Identificador: 201424370)**

Mossoró-RN, 09 de Maio de 2014.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Pós- graduação Lato Sensu

Senhor Pró-Reitor,

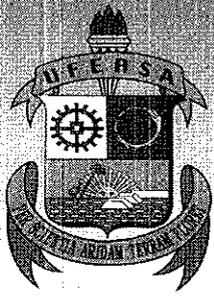
Encaminho o projeto de Pós-Graduação Lato Sensu do Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais, homologado na 5ª reunião extraordinária deste Departamento. Informo que este será entregue pessoalmente, via protocolo.

Atenciosamente,

(Autenticado em 09/05/2014 11:06)
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
CHEFE DE DEPARTAMENTO
Matrícula: 1781560

Fechar

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - Ufersa



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
FOLHA DE REMESSA
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO

CARIMBO DIAP



Nesta data faço remessa deste processo à P.P.P.G
_____, de que lavra o presente termo.

Em Mossoró, 16 / maio / 2014

João
João Carlos B. de Lima
UFERSA

Arquivista/Diretor da DIAP
Mat. SIAPE 1928859

Servidor/Carimbo

ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo da Divisão de Arquivo e Protocolo. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – e.mail: proppg@ufersa.edu.br

**PARECER SOBRE OFERTA DE SEGUNDA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

RESUMO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO

O processo 23091.001658/2014-76 trata do projeto de abertura de segunda turma do curso de pós-graduação *Lato sensu* (Especialização) em **Contabilidade e Planejamento Tributário** (CECPT), criado pela Resolução CONSUNI/UFERSA 007/2011 de 08 de setembro de 2011, e de responsabilidade do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais (DACS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Mossoró,

O CECPT terá duração de **17 meses**, carga horária total de **415 horas** e uma única turma composta de até **40 alunos**, de acordo com a demanda e com a viabilidade econômica da realização do Curso. As aulas serão realizadas nas sextas-feiras (18h:00min às 22h:00min) e nos sábados (08h:00min às 17h:00min), sendo **69,1%** da carga horária total do CECPT ministrada por professores da UFERSA.

CONSIDERAÇÕES

O Projeto de criação do Curso supracitado atende as Normas para funcionamento dos cursos de especialização da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que é a **Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007**;

O Projeto atende o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), conforme Resolução CONSUNI/UFERSA 006/2011 de 10 de agosto de 2011;

A referida proposta do curso foi aprovada na 5ª Reunião extraordinária do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais (DACS) em 2014 (folha 003);



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – e.mail: proppg@ufersa.edu.br

Na Resolução CONSUNI/UFERSA 001/2013 de 04 de fevereiro de 2013 a referida proposta enquadra-se na modalidade de Projeto de Ensino, sendo classificado, segundo as fontes de recursos para financiamento das ações, como Tipo “B”, de acordo com o art. 3º, inciso 2 da supracitada resolução;

Convém salientar que logo após a matrícula dos alunos no CECPT, uma eleição deverá ser realizada para escolher os professores e o aluno que vão compor o Colegiado do CECPT e, depois, os membros deste colegiado vão escolher o coordenador e o vice-coordenador do Curso. Dessa forma, não é possível garantir que a professor proponente ou qualquer outro professor do CECPT será o coordenador do Curso.

Quanto ao Regimento do CECPT, este foi elaborado de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* da Ufersa em vigor.

PARECER

CONSIDERANDO que a realização do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização) em Contabilidade e Planejamento Tributário na Ufersa é de grande importância para a qualificação de profissionais de nível superior da região;

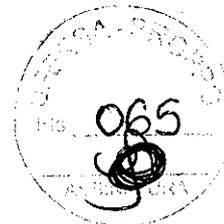
CONSIDERANDO que as sugestões da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufersa apresentadas neste documento serão atendidas pela coordenadora do projeto e, ou, pelo DACS/UFERSA;

A PROPPG/UFERSA É FAVORÁVEL à aprovação da segunda turma do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização) em Contabilidade e Planejamento Tributário, a ser oferecido pela Ufersa, campus Mossoró, mediante ajuste de calendário e aprovado por todos os seguimentos envolvidos.

Não obstante, encaminhe-se a proposta para a Pro-reitoria de Planejamento (PROPLAN) no tocante a questão financeira da proposta..

Mossoró – RN, 20 de maio de 2014

Prof. Rui Sales Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufersa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 007/2011, de 08 de setembro de 2011.

Cria o curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **6ª Reunião Extraordinária** do ano 2011, no dia 08 de setembro de 2011,

CONSIDERANDO o Processo 23091.002694/2011-12;

CONSIDERANDO o Parecer CONSEPE/UFERSA Nº 014/2011, de 18 de julho de 2011;

CONSIDERANDO o Artigo 44, inciso X, do Regimento Geral da UFERSA;

RESOLVE:

Art. 1º Criar o curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Mossoró, 08 de setembro de 2011.

Francisco Praxedes de Aquino
Presidente em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento
Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP.: 59625-900
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273

PARECER 02/2014-DICONV/PROPLAN

Mossoró (RN), 04 de junho de 2014

Processo: 23091.001658/2014-76

Assunto: *Implantação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Curso de Especialização em contabilidade e Planejamento tributário;*

Informações Iniciais:

1 - O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- a. Memorando do Dacs, encaminhando processo para análise da PROPPG (p. 02 e 03)
- b. Projeto acadêmico (pag 04 a 61); composto de regimento (p38) e orçamento (p. 54)
- c. Parecer favorável da PROPPG(pag. 063 e 64)
- d. Resolução Consuni nº 07/2011 aprovação a criação Ofício da PROPPG para avaliação de avaliação e Acompanhamento se comprometendo a apresentar institucionalmente o curso, na pag. 077;
- e. Projeto acadêmico alterado, conforme orientações da PROPLAN

2 – O presente parecer referenciou-se dos seguintes normativos legais;

- a. Decreto 6.170/11, que Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.
- b. Lei 8.958/94, que Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências;
- c. Decreto 5.992/06,
- d. Portaria Interministerial 507/2011, que regulamenta os convênios e contratos de repasse da União com as instituições provadas sem fins lucrativos;
- e. Resolução CONSUNI/UFERSA 01/2013, que Normatiza as relações entre a Universidade Federal Rural



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento
Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP.: 59625-900
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273

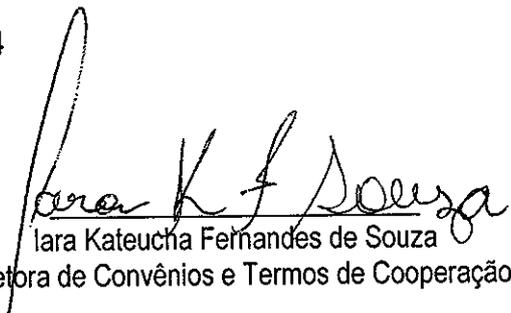
do Semi-Árido – UFRS e as Fundações regularmente credenciadas no Ministério da Educação – MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, de apoio à UFRS;

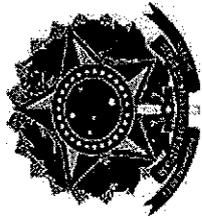
f. Plano de Logística Sustentável da UFRS, de 2013

3 – Observações e recomendações:

- a. O Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário – CECPT tem previsão de 17 meses, com carga horária de 430 h/a, e prevê formação de turma de 40 alunos com aulas nos dias de Sexta e sábado, o que vem atender a Resolução nº 01 CNE;
- b. O corpo docente é composto de 17 docentes, sendo 94% de mestres e doutores, o que vem atender o Art. 4º da Resolução nº01 CNE. O corpo docente também atende o que preceitua a resolução CONSUNI 01/2013, em seu art. 12, já que a composição da sua equipe é composta de 82% de servidores da UFRS;
- c. Quanto à concessão de bolsas e/ou desconto observa-se que a legalidade das mesmas será analisada em momento oportuna junto a Procuradoria Federal;
- d. Quanto a análise orçamentária não cabe nenhuma ressalva haja vista que o mesmo já fora ajustado às observações da PROPLAN;

Mossoró (RN), 05 de agosto de 2014


Lara Kateucha Fernandes de Souza
Diretora de Convênios e Termos de Cooperação

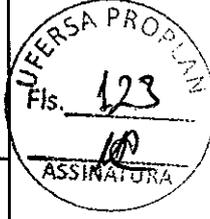


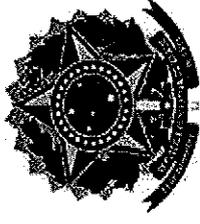
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO DE PERNAMBUCO
PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO

DIVISÃO DE CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO

Simulação de Viabilidade orçamentária - Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

	DISCIPLINA	CH	CRÉDITO S	DOCENTE	T	SALÁRIO BASE	VALOR H/AULA	VALOR DO RESSARCIMENTO
OBIGATORIO								
1	Seminário de integração	8	1	Raamés Dantas	E	5.288,67	33,0541875	264,43
2	Legislação Tributaria	30	2	Denise Maria Moreira Chagas Corrêa	D	0,00	0	0,00
3	Contabilidade e Legislação societaria	30	2	Kleber Formiga Miranda	M	6.928,27	43,3016875	1.299,05
4	Legislação de tributos I	15	1	Julianne Holder da Camara Silva Feijo	M	5.736,27	35,8516875	537,78
5	Legislação de tributos II	30	2	Marilene Feitosa Soares	M	0,00	0	0,00
6	Legislação de tributos Estaduais	30	2	João Matheus França Bezerra	M	6.131,30	38,320625	1.149,62
7	Legislação de tributos municipais	15	1	Antonio Erivandro Xavier Jr	M	8.993,41	56,2088125	843,13
8	Legislação previdenciaria	15	1	Kelcilene Cabral	M	0,00	0	0,00
9	Crimes contra a ordem tributaria	15	1	Rodrigo de Almeida Leite	M	6.131,30	38,320625	574,81





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SMEI-ARIDO
PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO

DIVISÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO

Simulação de Viabilidade orçamentária - Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

10	Metodologia do trabalho científico	30	2	Remerson Russel	M	6.131,30	38,320625	1.149,62
11	Auditoria Fiscal	30	2	Miguel Carioca Neto	D	6.131,30	38,320625	1.149,62
12	Contabilidade Tributária	30	2	João Matheus	M	6.131,30	38,320625	1.149,62
13	Gestão de tributos na formação do preço	30	1	Luciana Batista Sales	M	6.212,35	38,8271875	1.164,82
14	Gestão de tributos Internacionais	15	1	Alvaro Fabiano Pereira de Macedo	M	6.212,35	38,8271875	582,41
15	Planejamento Tributário	30	2	Moises Osório de Sousa Neto	M	5.736,27	35,8516875	1.075,55
16	Didática do Ensino Superior	15	1	Karla Rosane do Amral Demaly	D	10.060,53	62,8783125	943,17
17	Trabalho de conclusão do curso	62	4,1	Jacqueline Cunha de Vasconcelos	M	6.131,30	38,320625	2.375,88
CARGA HORÁRIA DO CURSO		480				6.568,28	41,05175	14.259,50

DEMAIS CÁLCULOS SOBRE CARGA HORARIO DE DOCENTES UFERSA

Carga Horária de Orientação	Valor Hora	Salário Médio	Valor Hora	Valor devido
1	40	6.568,28	41,05	R\$ 1.642,07

2	Hora Coordenador	8	17	38,320625	R\$ 5.211,61
---	------------------	---	----	-----------	--------------





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRO-PLANEJAMENTO

DIVISÃO DE CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO

Simulação de Viabilidade orçamentária - Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

MEMORIA DE CALCULO - RESSARCIMENTO UFERSA

1- Diárias		Valor alocado	RS 3.186,00
Item	Descrição	Valor Unitário	Total
339014	Diárias para professores colaboradores	R\$ 177,00	R\$ 3.186,00

2- Passagens e despesas com deslocamento		Valor alocado	RS 0,00
Item	Descrição	Valor Unitário	Total
339033	Deslocamento dos professores colaboradores	R\$ 0,00	0

3- Bolsas		Valor alocado	RS 10.540,00
Item	Descrição	Valor da Bolsa	Total
339018	Bolsas para alunos	R\$ 620,00	R\$ 10.540,00
339018	Bolsa Aluno Pós		R\$ 0,00

4- Serviço de terceiros, pessoa física		Valor alocado	RS 75.220,00
Item	Descrição	Valor Unitário	Total
339036	Aulas ministradas - Doutor	R\$ 90,00	R\$ 8.100,00
	Aulas ministradas - Mestrado	R\$ 70,00	R\$ 23.240,00
	Aulas ministradas - Especialista	R\$ 60,00	R\$ 480,00
	Orientação TCC	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
	Coordenação (8 horas/Mês)	R\$ 2.200,00	R\$ 37.400,00

5- Encargos Sociais		Valor alocado	RS 15.044,00
Item	Descrição	Percentual	Total
339047	INSS Patronal (20% das despesas com pessoal)	20%	R\$ 15.044,00





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRO-PLANEJAMENTO

DIVISÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO

Simulação de Viabilidade orçamentária - Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

Item	Descrição	Qtd.	Valor Alocado	Valor Alocado	Total
6	Serviço de terceiros/pessoa jurídica				R\$ 32.930,00
	Divulgação do curso	1	R\$ 880,00		R\$ 880,00
	Confeção de certificados	38	R\$ 50,00		R\$ 1.900,00
339039	Fotocopia	80000	R\$ 0,08		R\$ 6.400,00
	Capacitação docente	13	R\$ 550,00		R\$ 7.150,00
	Lanche	17	R\$ 800,00		R\$ 13.600,00
	Assnatura de boletim IOB	1	R\$ 3.000,00		R\$ 3.000,00
7	RESSARCIMENTO A UNIVERSIDADE			Valor Alocado	R\$ 1.196,84
Item	Descrição	Qtd.	Valor Alocado	Valor Alocado	Total
	Resarcimento à UFRSA	1	R\$ 1.196,84		R\$ 1.196,84

Médias	Coordenação		Valor de ICC	
	Salário Bruto	Salário Bruto	Salário Bruto	Médio
R\$ 6.131,30	6.131,30		R\$ 6.568,28	
Horas Dedicadas	Horas Dedicadas		Horas Dedicadas	
390	8		1	
R\$ 14.259,50	R\$ 5.211,61	R\$ 1.642,07		R\$ 21.113,18
Custo Imagem				R\$ 0,00
Usa Lab. Tipo 1?	Usa Lab. Tipo 2?	Usa Lab. Tipo 3?		
SIM	NÃO	NÃO		
			SUBTOTAL	R\$ 22.813,18
Benefício Equipamento				R\$ 0,00
Benefício Infraestrutura				R\$ 0,00
Benefício Bolsa				R\$ 10.540,00
Benefício Acervo Bibliográfico				R\$ 11.076,34
Benefício Intangível				R\$ 0,00
			SUBTOTAL	R\$ 21.616,34

SIM
NÃO





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO

Simulação de Viabilidade orçamentária - Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

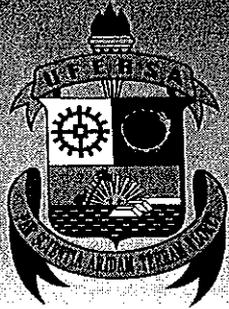
Item	Material de consumo	Descrição	Qtde./Curso	Valor alocado	Valor Unitário	Valor Total
339030	Kit de Material de expediente		1	R\$ 2.700,00		R\$ 2.700,00
	Kit de suprimento de informática		0	R\$ 200,00		R\$ 0,00
9 - Equipamentos e material permanente						
Item	Descrição	Qtde.	Valor alocado	Valor Unitário	Valor Total	
449052	Aquisição de livro	1	R\$ 11.076,34		R\$ 11.076,34	

RECEITAS

Especificação	Qt. Meses	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Mensalidade sem desconto	17	40	R\$ 300,00	R\$ 204.000,00
Total				R\$ 204.000,00

Resumo	Especificação	Sub-total (5 anos)
1 - Diária		R\$ 3.186,00
2 - Passagem e despesas com deslocamento		R\$ 0,00
3 - Bolsas (não representam desembolso)		R\$ 10.540,00
4 - Serviço de terceiros pessoa física		R\$ 75.220,00
5 - Encargos sociais		R\$ 15.044,00
6 - Serviço de terceiros pessoa jurídica		R\$ 32.930,00
8 - Material de consumo		R\$ 2.700,00
9 - Equipamento e material permanente		R\$ 11.076,34
	Sub Total de Despesas	R\$ 150.696,34
7 - Ressarcimento à UFERSA		R\$ 1.196,84
10 - Custos operacionais da FGD		R\$ 10.548,74
	Total de Despesas	R\$ 162.441,92
	Total de Receitas	R\$ 204.000,00
	Superavit Máximo / Deficit	R\$ 41.558,08
Fundo de Contingência Necessário		R\$ 40.800,00
Viabilidade quanto o suprimento do Fundo de Contingenciamento	VIÁVEL	





Universidade Federal Rural do Semi-Árido
FOLHA DE REMESSA

REITORIA
Protocolo Setorial

CARIMBO REITORIA

Nesta data faço remessa deste processo à SOC.
_____, de que lavra o presente termo.

Em Mossoró, 07 / 08 / 2014

Servidor/Carimbo:

ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo do Protocolo Setorial-Reitoria. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.

A(O) S.O.C.
Para: Análise
Data: 07/08/2014

José de Almeida de Matos
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS



MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 3/2014 - SOC (11.01.27)
(Identificador: 201426594)

Mossoró-RN, 11 de Agosto de 2014.

GABINETE

Assunto: Encaminhamento do Processo 23091.001658/2014-76

À Chefe de Gabinete
Márcia de Jesus Xavier

Prezada,

Após a criação de curso de pós-graduação *lato sensu* pelo CONSUNI, a abertura de novas turmas deve ser aprovada apenas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), conforme consta no REGULAMENTO GERAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA UFERSA, aprovado pela Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 006/2011, em seu Art. 42:

Art. 42. Os Cursos de Pós-Graduação Lato sensu não terão vigência permanente, necessitando, pois, para o funcionamento de uma nova turma, **de outra autorização da PROPPG.**

Parágrafo único. Quando houver modificação do Projeto de Curso anteriormente ministrado, implicando alterações de **objetivos** e, ou, **Regulamento** e, ou, **Estrutura Curricular**, o Curso só poderá funcionar se houver nova aprovação da PROPPG e do CONSEPE. [grifos nossos]

Assim, caso não haja alterações nos quesitos citados no Parágrafo único do Artigo descrito acima, os trâmites para abertura de nova turma do curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário encerram-se com a autorização da PROPPG.

Atenciosamente,

(Autenticado em 11/08/2014 10:44)
ANARA LUANA NUNES GOMES
SECRETÁRIO
Matrícula: 1639023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DO REITOR
ASSESSORIA ESPECIAL

Memorando nº. 014/2014 – AE/GR

Mossoró, 14 de agosto de 2014

Para Dr. Márcio Ribeiro
Procurador Federal

Assunto: Curso de pós graduação *lato sensu*, possibilidade de cobrança de mensalidade.

Prezado Dr. Márcio,

O Conselho Universitário da Ufersa aprovou, em 8 de setembro de 2011 o curso de especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário.

O curso ocorreu normalmente.

Ocorre que neste momento, requer-se a abertura de nova turma do mesmo curso. Segundo o regulamento interno a abertura de novas turmas prescinde de nova apreciação do CONSUNI, carecendo tão somente de análise da PROPPG.

Malgrado, recentes entendimentos tratam da legalidade ou não da cobrança de mensalidades dessa natureza.

Diante disso, questiona-se acerca de tal possibilidade para que o curso possa receber nova turma.

Sem mais, reiteramos os votos de elevada estima e consideração.


Thiago Henrique Gomes Duarte Marques
Assessor Especial da Reitoria

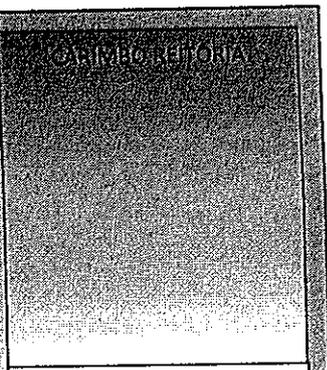


Universidade Federal Rural do Semi-Árido

FOLHA DE REMESSA

REITORIA

Protocolo Setorial



Nesta data faço remessa deste processo à PROCURADORIA JURÍDICA, de que lavra o presente termo.

Em Mossoró, 15 / 08 / 20 14

 Servidor/Carimbo

ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo do Protocolo Setorial-Reitoria. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA Ufersa

Av. Francisco Mota, nº 572, Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN, CEP 59.625-900.
Telefone (84) 3317-8265 E-mail: procuradoria@ufersa.edu.br

DESPACHO/AGU/PGF/PF-UFERSA nº. 047/2014

Mossoró, quarta-feira, 15 de outubro de 2014.

Processo nº. 23091.001658/2014-76

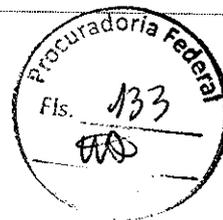
INTERESSADO: PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEPE).

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PROCECIMENTOS.

01. Trata-se de processo administrativo relativo à constituição de nova turma de curso de especialização ofertado pela Ufersa, no qual consta consulta promovida à fl. 130. A despeito da pertinência dos questionamentos promovidos na consulta, entende-se aconselhável o envio dos autos à DIVCON/PROPLAN, porquanto é necessário seguir os regulares procedimentos relativos à observância da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 01/2013, bem como a legislação vigente sobre a matéria, em particular a Lei nº 8.958/1994 e a Portaria Interministerial nº 507/2011. Dessa forma, concluídos os procedimentos relativos à regular constituição de um Convênio com a FGD, no qual tem por objeto um projeto de ensino, a PF/UFERSA promoverá a devida análise dos autos.

02. A DIVCON deverá, ainda, circunstanciar sobre os procedimentos realizados na turma anterior, isto é, se a constituição do curso de especialização observou a legislação vigente à época, em especial a regular constituição de convênio com FGD.

03. Com relação à consulta promovida, a PF/UFERSA já se manifestou sobre a temática no PARECER/AGU/PGF/PF-UFERSA nº 113, de 28 de maio de 2014, no qual há manifestação favorável ao pagamento de mensalidade nos cursos de especialização, até porque ainda não existe um entendimento pacífico dos tribunais superiores sobre a temática, aliás, não seria exagero afirmar a maior parte dos julgados são favoráveis à cobrança de mensalidade. Evidentemente, quando do retorno dos autos, a PF/UFERSA promoverá novos esclarecimentos sobre a questão e, claro, os mais recentes posicionamentos sobre o assunto.

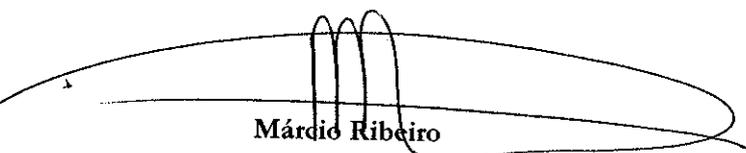


ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UFERSA

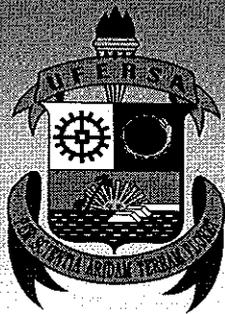
Av. Francisco Mota, nº 572, Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró/RN, CEP 59.625-900.
Telefone (84) 3317-8265 E-mail: procuradoria@ufersa.edu.br

04. Desta forma, determina-se o envio dos autos à DIVCON, na qual deverá promover os procedimentos solicitados acima, para, em seguida, com o retorno dos autos, ser expedido o parecer.

Mossoró/RN, quarta-feira, 15 de outubro de 2014.


Márcio Ribeiro
Procurador Federal¹

¹ Procurador-Chefe da PF-UFERSA, conforme Portaria nº 457 da Casa Civil da Presidência da República, de 14 de junho de 2013, com publicação no DOU em 17 de junho de 2013, Seção 2, p. 01.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
FOLHA DE REMESSA

GABINETE DA REITORIA

GARIMBO GAB



Nesta data faço remessa deste processo à **Divisão de Convênios e Termos de Cooperação** de que lavra o presente termo.

Em Mossoró 24/Outubro/ 2014.


Márcia de Jesus Xavier
Chefe de Gabinete

ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo da Divisão de Arquivo e Protocolo. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.

A(O) Div. de Conv. e Termos de Cooperação
Para: Providências
Data: 24/10/2014


José Arnaldo de Matos
Reitor



Iara Souza <iara@ufersa.edu.br>



ESPECIALIZAÇÃO

Miguel Carioca Neto <miguelcarioca@ufersa.edu.br>
Para: Iara Souza <iara@ufersa.edu.br>

10 de novembro de 2014 07:41

Prezada Iara

Informe que o projeto teve algumas alterações e ajustes de carga horária de algumas disciplinas, conforme apresentamos a seguir:

1- Contabilidade e Planejamento Tributário (30HS)

Foi desmembrada em duas disciplinas de 30hs cada, sendo:

- Contabilidade e as estratégias de segurança da informação alinhadas ao mundo do pós-Sped; Escrituração fiscal (EFD ICMS/ IPI) contribuições e escrituração contábil digital - EFD IRPJ.
- Planejamento tributário operacional e estratégico.

2- Contabilidade de custos e formação de preço de venda

Houve apenas a mudança do nome da disciplina para "Gestão dos tributos na formação de preços e custos", não ocorreu mudança de carga horária.

3- Análise das demonstrações contábeis(30hs) e Contabilidade gerencial(30hs)

Estas duas disciplinas foram substituídas pela disciplina "Gestão dos tributos internacionais - benefícios e vantagens, com carga horária de 15hs.

Informo que as mudanças foram necessárias para alinhamento com as exigências das ocorridas na legislação principalmente com o mercado.

Informo também que houve apenas ajustes de carga horária nas disciplinas.
Fico a sua disposição para esclarecimentos que se façam necessário.
Atenciosamente

Prof. Miguel Carioca Neto

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
Curso de Ciências Contábeis

Em 5 de novembro de 2014 13:41, Miguel Carioca Neto <miguelcarioca@ufersa.edu.br> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]



Iara Souza <iara@ufersa.edu.br>

ESPECIALIZAÇÃO

Iara Souza <iara@ufersa.edu.br>

10 de novembro de 2014 13:58

Para: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação <proppg@ufersa.edu.br>

Cc: Miguel Carioca Neto <miguelcarioca@ufersa.edu.br>



Boa tarde,

Peço que seja feita uma análise sobre se alterações realizadas no projeto do curso de especialização irá decorrer na necessidade de submissão ao CONSEPE, conforme preceitua o Art. 42, da Resolução CONSUNI 006/2011 em seu paragrafo Único.

Estou encaminhando o processo fisicamente para que o mesmo seja substanciado com a análise desta Pro-Reitoria.

Att

Iara Souza

----- Forwarded message -----

From: Miguel Carioca Neto <miguelcarioca@ufersa.edu.br>

Date: Mon, 10 Nov 2014 07:41:25 -0300

Subject: Re: ESPECIALIZAÇÃO

To: Iara Souza <iara@ufersa.edu.br>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

*Prof.** Miguel Carioca Neto*

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
Curso de Ciências Contábeis

Em 5 de novembro de 2014 13:41, Miguel Carioca Neto <miguelcarioca@ufersa.edu.br> escreveu:

- > Prezada Iara
- > Estou concluindo a revisão de envio logo que concluir.
- > Abraços
- >
- > *Prof.** Miguel Carioca Neto*
- >
- > Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
- > Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS
- > Curso de Ciências Contábeis
- >
- > Em 5 de novembro de 2014 08:26, Iara Souza <iara@ufersa.edu.br> escreveu:
- >
- > Bom dia, professor
- >>
- >>
- >> Deu uma olhada naquelas alterações? Vai ser necessário passar pelo
- >> CONSEPE?
- >>
- >>
- >> *Iara K. F. Souza*
- >> *Economista*

>> *Divisão de Convênios e Termos de Cooperação - DICONV*
>> Pro-Reitoria de Planejamento - PROPLAN
>> Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
>> Fone: (84) 3317.8273
>>
>
>



—

Jara K. F. Souza
Economista
Divisão de Convênios e Termos de Cooperação - DICONV
[Texto das mensagens anteriores oculto]

**ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO/UFERSA
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS/DACS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*: CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

**MOSSORÓ
2014**

**ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO/UFERSA

Reitor

Prof^o. Dr. José de Arimatea de Matos

Vice-reitor

Prof^o. Dr. Francisco Odolberto de Araújo

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Prof^o. Dr. Rui Sales Júnior

Chefe do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais

Prof^a. Dr^a. Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira

**Coordenação Geral do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento
Tributário**

Coordenadora Prof^o. Ms. Miguel Carioca Neto

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



SUMÁRIO

1. Solicitação	04
2. Identificação	05
3. Justificativa	06
4. Objetivos e Metas do Curso	08
5. Metodologia	09
6. Corpo Docente	10
7. Cronograma das Disciplinas e Corpo Docente	11
8. Ementas e Bibliografia das Disciplinas	15
9. Professores Orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso	32
10. Sistema de Avaliação	32
11. Indicadores de Desempenho	33
12. Administração Geral dos Recursos Humanos e Financeiros	34
13. Considerações Finais	35
14. Referências Bibliográficas	35
15. REGULAMENTO ESPECÍFICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	36
16. ORÇAMENTO PARA PLANEJAMENTO E CONTROLE	51

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Proposta de curso

CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Solicitação

O professor Miguel Carioca Neto solicita à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/PROPPG, via Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA - CONSEPE, autorização para funcionamento do curso discriminado, conforme segue.

O Curso *Lato Sensu* de Contabilidade e Planejamento Tributário será oferecido pelo Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais, por meio do curso de Ciências Contábeis. Motivada pela carência técnica-científica da Região do Semi-Árido, o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Contabilidade e Planejamento Tributário tem o objetivo geral de capacitar os profissionais a atuarem na contabilidade e planejamento tributário, expressando, de forma tempestiva e confiável, informações contábeis que viabilizem a otimização do ônus tributário das atividades empresariais, em consonância às leis.

Mossoró, 10 de março de 2014.

Coordenador (a)

Nome do Colegiado: _____

Reunião nº. _____, de ____ / ____ / ____.

Parecer: _____

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



2. Identificação

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Nome do Curso		Grande Área	Área do Conhecimento
Contabilidade e Planejamento Tributário		Contabilidade	Contabilidade e Planejamento Tributário
Categoria	Órgão Responsável	Local de realização do curso	Telefone para divulgação
Especialização	UFERSA	UFERSA	(84) 3317-8255

Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário
(Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007)

Departamento Responsável	Nome do Coordenador(a)		Titulação	Telefone
Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais	Prof. Ms. Miguel Carioca Neto E-mail: miguelcarioca@ufersa.edu.br		Mestre	(84) 9138 - 9174
Realização total do curso (incluindo entrega do TCC/trabalho final)	Número de créditos		Número total de créditos	Carga horária total
17 meses	(15h = 1 crédito)		29,6	430 h/aula
Número de turma	Número de vagas		Frequência Mínima	Modalidade
01	40/turma		75%	Presencial
Público-alvo	Maturidade do curso	Dias da semana	Horário	
Para os concluintes e graduados no curso de Ciências	Segunda Turma	Sextas e Sábados	Sexta feira: 18h00min. às 22h00min. Sábado: 8h00min. às 17h00min.	

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Contábeis e áreas afins, como também para graduados em outras áreas, desde que comprovem experiência na área objeto do curso.			
---	--	--	--

Período	Início	Término	Critério de Seleção
Inscrição	15/08/2014	30/08/2014	Análise de Currículo e Entrevista
Seleção	01/09/2014	05/09/2014	
Matrícula	15/09/2014	19/09/2014	
Realização total do curso (incluindo entrega de TCC)	27/09/2014	29/08/2015	

Aprovação pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação Encaminhamento

Parecer:	Ao CONSEPE para providências em,
_____ Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	___/___/___.

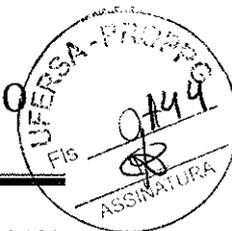
3. Justificativa

Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

Um dos maiores problemas a médio e longo prazo para o desenvolvimento da economia brasileira, segundo debate no Congresso Internacional de Derivativos e Mercado Financeiro da Bolsa de Mercados e Futuros, em Campos do Jordão, é a alta carga tributária. O elevado ônus tributário inviabiliza determinados negócios que, por sua vez, tem forte impacto na economia do País.

Com a globalização dos mercados, tornou-se imprescindível a correta administração da carga tributária, até mesmo, por questão de sobrevivências das organizações. A Lei 6.404/76, prevê a obrigatoriedade do planejamento tributário

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



através do art. 153, “o administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios”. O planejamento tributário é o método mais viável para combater a enorme carga tributária existente, hoje, no Brasil.

O meio mais eficiente de se fazer planejamento tributário é de forma preventiva, ou seja, antes da ocorrência do fato gerador do tributo, segundo Fabretti (2003, p. 33), “o planejamento tributário preventivo produz a *elisão fiscal*, isto é, a redução da carga tributária dentro da legalidade”.

Pode-se definir segundo Borges (1998), que o planejamento tributário é uma técnica gerencial, que através de instrumentos legais, procura reduzir de forma mais viável possível, o ônus tributário das organizações.

O planejamento tributário é realizado por meio de informações concretas e reais da contabilidade. Sendo condição fundamental para o gerenciamento dos tributos, uma informação contábil que expresse de forma tempestiva e confiável a realidade da organização. Ferreira (2006) afirma que para a execução, controle e análise do planejamento tributário é essencial a existência de informações fidedignas da contabilidade, uma vez que estas viabilizam a otimização da carga tributária da atividade empresarial.

De acordo com a realidade brasileira é evidente a necessidade que as organizações têm de profissionais que orientem os gestores a reduzirem os ônus tributários, obedecendo às leis que regem a matéria. Atualmente, o planejamento tributário é de vital importância para a sobrevivência da empresa, levando em consideração a alta carga tributária que impede o crescimento e desenvolvimento econômico do País. A proposta deste projeto é desenvolver um Curso de PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* NA ÁREA DE CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO que ofereça como diferencial aos discentes, a sua inserção às exigências de mercado, dentro dos aspectos reais da economia e da alta carga tributária do Brasil e do estado do Rio Grande do Norte.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Motivada pela carência técnica-científica da região do Semi-Árido e pela demanda por um curso de Pós-graduação na área tributária, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA ofertará o Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário para os concluintes e graduados no curso de Ciências Contábeis e áreas afins, como também para graduados em outras áreas, desde que comprovem experiência na área objeto do curso, com o objetivo de proporcionar às organizações, profissionais especializados e capazes de gerir e otimizar o ônus tributário em conformidade ao que está estabelecido na Legislação Tributária do País.

A importância do planejamento tributário compreende todas as esferas do poder legislativo, quer seja, municipal, estadual e federal, o que justifica a capacitação de profissionais especializados que atendam a demanda por conhecimentos voltados à gestão tributária, já que o crescimento e desenvolvimento econômico do País e Região dependem, também, da eficiência do planejamento e das informações da contabilidade tributária que serão ofertadas por esses profissionais.

4. Objetivos e metas do Curso

4.1 Objetivo Geral

Capacitar os profissionais a atuarem na contabilidade e planejamento tributário, expressando, de forma tempestiva e confiável, informações contábeis que viabilizem a otimização do ônus tributário das atividades empresariais, em consonância às leis.

4.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais capacitados e especializados para atuarem com competência na Contabilidade e Planejamento Tributário;
- Estudar as Legislações pertinentes à área de Contabilidade e Planejamento Tributário;

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



- Correlacionar situações práticas referentes ao planejamento fiscal das organizações com o que está estabelecido na Legislação Tributária;

4.3 Metas

- Formação de profissionais na área de Contabilidade e Planejamento Tributário;
- Ampliação da oferta de curso de Pós-graduação *Lato Sensu* na Universidade Federal Rural do Semi-Árido;
- Divulgação do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário;
- Capacitar no mínimo 80% dos inscritos;
- Atualização de informações tributárias em conformidade com a Legislação vigente.

5. Metodologia

Os procedimentos metodológicos que serão empregados, na sala de aula, estarão em função da necessidade de harmonizar o conteúdo ministrado ao do dia-a-dia das organizações. As aulas teóricas serão expositivas, interativas e associadas a situações práticas apresentadas através de estudos de caso. Para o aprendizado do discente, aplicar-se-á, além de estudos de caso, emprego de questões e problemas para discussões, no sentido, de despertar, no aluno, o interesse de buscar o aprofundamento da matéria.

Atividades complementares

Aulas práticas realizadas em organizações empresariais;
Estudos de casos trazidos por alunos e professores.

Tecnologia utilizada

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Serão utilizados os recursos áudios-visuais solicitados pelo professor: projetor multimídia, projetor de slides, retroprojetor, televisão, DVD e quadro branco da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

O material de apoio para o aluno poderá ser disponibilizado na Coordenação do Curso, por e-mail ou através de apostilas fornecidas pelo professor no momento das disciplinas.

Infra-estrutura física

- As aulas teóricas serão ministradas na Universidade Federal Rural do Semi-Árido em Mossoró-RN;
- As aulas práticas serão realizadas por meio de visitas técnicas a organizações empresariais;
- O acervo bibliográfico utilizado será o da Biblioteca da UFERSA e da base da Capes.

6. Corpo docente

Os docentes que ministrarão aula no Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário têm experiência na área das disciplinas do curso, como também, já lecionaram em outras especializações. Segundo o Art. 4º da Resolução CNE/CES n.º 1, de 08 de junho de 2007, o corpo docente de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação. Conforme o quadro seguinte, participarão do curso, 17 docentes, sendo 23,53% dos professores com titulação de doutor, 64,71% com titulação de mestre e 11,76% com titulação de especialista, estando em consonância com o que é estabelecido na Resolução nº 01 de 08/06/2007 do Conselho Nacional de Educação.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



QUANTO À TITULAÇÃO			
Nº de doutores:	04	Percentual:	23,53%
Nº Mestre:	12	Percentual:	70,59%
Nº Especialista:	01	Percentual:	5,88%
TOTAL	17		

Quanto à Instituição de Ensino Superior, a qual está vinculado o corpo docente, 82% são professores da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e 18% correspondem a professores de outras Universidades. Estando em conformidade com o art. 35 do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFRSA.

As disciplinas poderão ser ministradas por professores indicados ou na impossibilidade destes, haverá substituição por outros profissionais com a mesma titulação e com domínio na área de conhecimento.

QUANTO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR/ IES - A QUAL ESTÁ VINCULADO			
Docentes da UFRSA:	14	Percentual:	82%
Docentes convidados:	03	Percentual:	18%
TOTAL	17		

7. Cronograma das disciplinas e corpo docente

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS E CORPO DOCENTE

Disciplina	Hora aula	Crédito	Início	Término	Nome do professor	Título	Vínculo	Depto
Aula Inaugural	08	1	27/09/2014	27/09/2014	Francisco Radamés Lima Dantas	Esp.	UFERSA	Pró-RH
1. Seminário de Integração e Motivação	30	2	03/10/2014	11/10/2014	Denise Maria Moreira Chagas Corrêa	Dr. ^a	UFC	Cont.
3. Contabilidade e Legislação Societária	30	2	24/10/2014	01/11/2014	Kléber Formiga Miranda	Ms	UFERSA	Dacs
4. Legislação de Tributos e Contribuições Federais I (IPL, COFINS/PIS/PASEP)	15	1	14/11/2014	15/11/2014	Julianne Holder da Camara Silva Feijo	Ms.	UFERSA	Dacs
5. Legislação de Tributos Federais II (IR e CSLL)	30	2	28/11/2014	06/12/2014	Marlene Feitosa Soares	Ms	UFC	Cont.
6. Legislação de Tributos Estaduais (ICMS)	30	2	09/01/2015	17/01/2015	João Mathheus França Bezerra	Ms	UFERSA	Dacs
7. Legislação de Tributos Municipais (ISS)	15	1	30/01/2015	31/01/2015	Antônio Erivando Xavier Júnior	Ms	UFERSA	Dacs
8. Legislação Previdenciária	15	1	13/02/2015	14/02/2015	Kelcilene Cabral de Paula	Dr.	UERN	Cont.

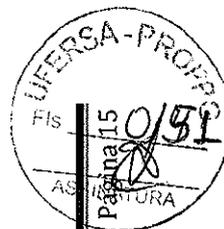
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

9. Crimes contra a Ordem Tributária	15	1	27/02/2015	28/02/2015	Rodrigo de Almeida Leite	Ms.	UFERSA	Dacs
10. Metodologia do Trabalho Científico	30	2	13/03/2015	21/03/2015	Remerson Russel Martins	Ms.	UFERSA	Dacs
11. Auditoria Fiscal	30	2	03/04/2015	11/04/2015	Miguel Carioca Neto	Dr.	UFERSA	Dacs
12. Contabilidade Tributária e as Estratégias de Segurança da Informação alinhadas ao Mundo Pós-Sped; Escrituração Fiscal(EFD ICMS/IPJ) Contribuições e Escrituração Contábil Digital – EFD IRPJ.	30	2	24/04/2015	09/05/2015	João Matheus França Bezerra	Ms.	UFERSA	Dacs
13. Gestão dos Tributos na Formação de Preços e Custos.	30	2	22/05/2015	30/05/2015	Luciana Batista Sales	Ms.	UFERSA	Dacs
14. Gestão dos Tributos Internacionais – Benefícios e Vantagens	15	1	12/06/2015	13/06/2015	Álvaro Fabiano Pereira de Macedo	Ms.	UFERSA	Dacs
15. Planejamento Tributário Operacional e Estratégico	30	2	26/06/2015	04/07/2015	Moises Osório de Sousa Neto	Ms.	UFERSA	Dacs

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

16. Didática do Ensino Superior	15	1	10/07/2015	11/07/2015	Karla Rosane do Amaral Demoly	Dra.	UFERSA	Dacs
17. Trabalho de Conclusão de Curso	62	4,1	07/08/2015	29/08/2015	Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins	Ms.	UFERSA	Dacs
TOTAL	430	29,1						

8. Ementas e bibliografia das disciplinas



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

Disciplina	Ementa	Bibliografia
1. Seminário de Integração e Motivação	Integração ao grupo, à instituição de ensino superior e ao curso. Motivação e perfil do aluno de pós-graduação no contexto da empregabilidade.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE, Edson. Construindo Relacionamentos através de dinâmicas de grupo . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. BORGES-ANDRADE, J. E; ABBAD, G.S.; MOURÃO, L. Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho – fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna . São Paulo: Atlas, 2004 MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal . Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

	<p>O Estado e o Poder de Tributar; O Direito Tributário; Princípios Constitucionais que Limitam o Poder de Tributar; Legislação Tributária; Vigência e Aplicação da Legislação Tributária; Interpretação e Integração da Legislação Tributária; Obrigação Tributária.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Código tributário nacional interpretado. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Gabinete de Revista. São Paulo: Editora Saraiva. 2005.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 8ª Edição Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.</p> <p>CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito constitucional tributário. 9ª Edição. Revista e Ampliada. São Paulo: Malheiros, 1997.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CASSONE, V. Direito tributário. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9ª ed. Rio de Janeiro. Forence. 2007.</p> <p>ICHIHARA, Yoshiaki. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Luis Martins. Manual de contabilidade tributária. São Paulo. Atlas. 2006.</p>
--	---	---

2. Legislação Tributária



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

3. Planejamento Tributário Operacional e Estratégico	<p>Conceito e abrangência do planejamento tributário operacional e estratégico; Aspectos econômicos relacionados à adoção do planejamento tributário na empresa; O momento de aplicação do planejamento tributário operacional e estratégico; O planejamento tributário em fusões e aquisições, na implementação de um negócio ou no desenvolvimento de uma atividade; Atuação do Fisco frente ao planejamento tributário; Norma geral anti-elisiva: conceito e tentativa de regulamentação; Simulação e fraude: o conceito no Direito Tributário e no Direito da Empresa. Abuso de forma. A posição do Fisco, dos Tribunais Administrativos e da Jurisprudência; Planejamento tributário para pessoa física.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CHAVES, Francisco Coutinho Chaves. Planejamento Tributário na prática: Gestão Tributária Aplicada. 2 ed. São Paulo, 2010</p> <p>FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade Tributária. 11 ed. São Paulo, 2009</p> <p>RESENDE, Amaury José. PEREIRA, Carlos Alberto. ALENCAR, Roberta Carvalho de. Contabilidade Tributária. Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas. São Paulo, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>HIGUCHI, Hiromi. HIGUCHI, Fabio Hirochi. HIGUSHI, Celso Hiroyuki. Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e Prática. 35a. 2010. Edição São Paulo. IR Publicações.</p> <p>NEVES, Silveiro das. VICECONTI, Paulo. AGUIAR, Francisco. Curso Prático de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. 14 ed. Editora Frase. São Paulo, 2009.</p>
--	---	---

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

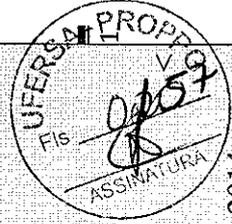
4. Auditoria Fiscal	<p>Aspectos conceituais da Auditoria. Evolução histórica. Legislação e normas aplicadas a Auditoria Tributária. Classificação e diferenciações. Funções, atribuições e benefícios. Controles Internos. Fraudes e o papel da Auditoria.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>HIGUCHI, Hiromi; HIROSHI Fábio, HIROYUKI Celso. Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: IR Publicações, 2010.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Procedimentos de auditoria interna - Organização básica. São Paulo: Biblioteca Técnica de Auditoria Interna, 1992.</p>
---------------------	--	---

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>5. Gestão dos Tributos na Formação de Preços e Custos.</p>	<p>Custos: terminologia, conceitos e classificação; Material direto; Mão-de-obra direta; CIF; Estrutura de sistema: custeio por ordens e custeio por processo; Métodos de custeio: Absorção, Variável, Meta e ABC; Custos relevantes para a tomada de decisão; Fixação de preços de produtos e serviços e Precificação e Análise de rentabilidade.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>HANSEN, Don R; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos: contabilidade e controle. Tradução Robert Brian Taylor; Revisão técnica Elias pereira. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2003.</p> <p>MAHER, Michel. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. Tradução José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BÓRNIA, Antônio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p> <p>COGAN, Samuel. Custos e preços: formação e análise. São Paulo: Pioneira, 2002</p> <p>GARRINSON, H. Ray, NORREEN, Eric. W. Contabilidade gerencial. Tradução José Luís Pavarato; Revisão técnica Luiz Henrique Baptista Machado. Rio de Janeiro: LTC, 2001.</p> <p>WERNKE, Rodney. Gestão de custos: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>
---	--	---

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>6. Contabilidade e Legislação Societária</p>	<p>Estrutura Conceitual (CPC 00); Políticas Contábeis, Estimativas e Erros (CPC 23); Receitas (CPC 30); Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); Ajuste a valor presente (CPC 12); Estoques (CPC 16); Ativo Imobilizado (CPC 27); Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06); Custo de Empréstimos (CPC 20); Propriedade para Investimento (CPC 28); Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos (CPC PME); Tributos sobre o lucro (CPC 32); Contabilidade Societária x Contabilidade Fiscal; Impactos tributários pós IFRS</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documents-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 07 jul. 2014.</p> <p>MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a sociedade por ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014.</p> <p>_____. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins [...] Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 mai. 2014.</p> <p>ERNST & YOUNG; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014.</p>
---	---	---



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

7. Metodologia do Trabalho Científico	A ciência e conhecimento científico. Técnicas de estudo. Trabalho científico. Publicações científicas. A pesquisa científica. O projeto de pesquisa. Métodos e normas de produção acadêmica. A estrutura do trabalho acadêmico. Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>SILVA, J.M. da; SILVEIRA, E.S. da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. Petrópolis, J: Vozes, 2007.</p> <p>GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SECAF, V. Artigo científico: do desafio à conquista. 3. ed. São Paulo: Editora Green Forest do Brasil, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.</p> <p>AQUINO, I. S. Como escrever artigos científicos: sem arroteio e sem medo da ABNT. 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.</p> <p>FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p>
---------------------------------------	---	---

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>8. Contabilidade Tributária e as Estratégias de Segurança da Informação alinhadas ao Mundo Pós-Sped;</p>	<p>Subsidiar os pequenos e médios empresários com conhecimentos quanto ao SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, sua importância e benefícios;</p> <p>Estudar os pontos mais relevantes na aplicação das normas tributárias vinculadas ao Pis e a Cofins, bem como discutir os principais aspectos da Escrituração Fiscal Digital - EFD Pis/Cofins.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORGES, Humberto B. Planejamento tributário – IPI, ICMS E ISS. São Paulo: Atlas, 2006. FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2010. HIGUCHI, Hiromi; HIROSHI Fábio, HIROYUKI Celso. Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: IR Publicações, 2010. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LATORRACA, Nilton. Direito Tributário – Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: Atlas. 1986. MACHADO, Hugo de Brito. Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Atlas. 2008.</p>
---	--	--

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>9. Legislação de Tributos e Contribuições Federais I (IPI, COFINS/PIS/PASEP)</p>	<p>O IPI no Sistema Tributário Nacional; Legislação – incidência e não incidência – Industrialização; Estabelecimento industrial, estabelecimento equiparado à indústria, estabelecimento equiparado à indústria por opção e estabelecimento atacadista e varejista; Sujeito Passivo da Obrigação tributária, capacidade tributária, domicílio tributário; Obrigação Principal e Fato Gerador; Suspensão; Isenção; Redução e Majoração dos Impostos; Incentivos fiscais regionais e outros incentivos fiscais; Dos optantes pelo simples; Lançamento; Do cálculo do imposto; Dos créditos; Do reconhecimento do imposto; Da compensação, da restituição e do ressarcimento do imposto; Das obrigações acessórias. Normas COFINS/PIS/PASEP: Imunidade e aplicáveis; Contribuintes; Imunidade e isenção; Base de cálculo; Alíquota; Prazo de pagamento e Escrituração.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BORGES, Humberto B. Planejamento tributário -- IPI, ICMS E ISS. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>HIGUCHI, Hiromi; HIROSHI Fábio, HIROYUKI Celso. Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: IR Publicações, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>LATORRACA, Nilton. Direito Tributário – Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: Atlas, 1986.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.</p>
---	--	---

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>10. Legislação de Tributos Federais II (IR e CSLL)</p>	<p>Imposto de Renda – Disposições Gerais; Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES; Lucro Presumido; Lucro Real; Custos dos Bens e Serviços; Despesas Operacionais; Resultados não Operacionais/Ajustes Fiscais Diversos; Ajustes ao lucro Líquido / Compensação; Pagamento Mensal por Estimativa; Lucro Arbitrado; Contribuições Sociais; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL – Estimativa; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL – Lucro Presumido; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL – Lucro Arbitrado.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BORGES, Humberto B. Planejamento tributário – IPI, ICMS E ISS. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>HIGUCHI, Hiromi; HIROSHI Fábio, HIROYUKI Celso. Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: IR Publicações, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>LATORRACA, Nilton. Direito Tributário – Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: Atlas, 1986.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.</p>
---	---	--

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Noções Introdutórias; Infração e Sanção; Infrações Tributárias; Delitos Fiscais; Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário; Infrações Tributárias; Responsabilidade Objetiva; Sanções da Ordem Jurídica Tributária; Multas no Direito Brasileiro, Multas Fiscais; Concurso de Infrações Fiscais; Denúncia Espontânea e Multa de Mora; Transmissão das Penalidades Pecuniárias; Noções de Direito Penal; Crime - Conceito; O Tipo; A Conduta; Crime Doloso e Crime Culposo; O Dolo; A Culpa; O Resultado; Tipicidade; Culpabilidade; Imputabilidade; Das Penas; Delitos Fiscais - Comentários à Lei nº 8.137/90; Considerações Iniciais; Análise do Art. 1º, caput e incisos; Análise do Art. 2º, caput e incisos; Comunicação dos Ilícitos Penais; Representação para Fins Penais; Formalização da Representação; Falta de Comunicação ao Ministério Público; Encaminhamento ao Ministério Público; Extinção da Punibilidade pelo Pagamento; Débito Parcelado; Situações que Dispensam a Formalização da Representação; Representação; Conteúdo.

11. Crimes contra a Ordem Tributária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito penal tributário**: crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1999.

COSTA JR., Paulo José da, e ZENARI, Delmo. **Infrações tributárias e delitos fiscais**, São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DELMANTO Roberto; DELMANTO JUNIOR, Roberto e DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. **Código penal comentado**, 5ª Edição, São Paulo: Editora Renovar, 2000.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Crimes contra a ordem tributária**. Coleção: Série pesquisas tributárias, nova série. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2000.



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

	<p>ICMS: conceito e competência; Contribuinte; Hipótese de incidência e fato gerador; Não incidência; Base de cálculo; Alíquotas; Diferencial de alíquota; Não-cumulatividade; Crédito fiscal; Apuração do ICMS; Benefícios fiscais: isenção, suspensão, diferimento; Crédito presumido, redução de base de cálculo; Substituição tributária; Antecipação tributária; Regimes especiais de recolhimento e incentivos fiscais.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALMEIDA, Neil Armstrong. Guia Prático do ICMS – RN. Natal: Imprensa Gráfica e Editora, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, José Jaime de Macedo. Impostos Estaduais: ICMS, ITCD, IPVA. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>QUINTANS, Luiz Cezar Pazos. ICMS: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. Niterói: Impetus, 2007.</p> <p>FERNANDES, Rodrigo de Andrade M. Tipicidade tributária. Curitiba: Juruá Editora, 2005.</p> <p>MELO, Fábio Soares. ICMS: Questões fundamentais. São Paulo: MP editora, 2007.</p>
--	---	---

12. Legislação de Tributos Estaduais (ICMS)

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

13. Legislação de Tributos Municipais (ISS)	Introdução. Conceito. Código Tributário Nacional – CTN. Classificação de tributos Municipais. Receita Pública Municipal. Principais espécies de tributos municipais. Administração de Tributos Municipais. Tributação de pequena empresa e empresa de pequeno porte. Apuração e compensação de tributos Municipais.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Decreto Lei Federal 406/68 . Institui o ISS. BRASIL. Lei Complementar 116 de 31/07/2003 . Altera Decreto Lei Federal 406/68 que instituiu o ISS. BRASIL. Código Tributário Nacional . Lei 5.172, de 25/10/66. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FABRETTI, Lúcio Camargo. Contabilidade Tributária . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. OLIVEIRA, Luís Martins de, et al. Manual de contabilidade tributária . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
---	---	---

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>Origem e Evolução no Brasil da Seguridade Social; Seguridade Social: Conceitos; Organização e Princípios Constitucionais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes; Da Tributação e do Orçamento; Da Ordem Social; Das Disposições Constitucionais Gerais; Atos das Disposições Constitucionais Transitórias; Obrigações Previdenciárias; Segurados; Cadastro dos Sujeitos Passivos; Obrigações Acessórias.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Decreto nº 2172, de 05/03/1997. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999. Altera o regulamento da previdência social, aprovado pelo decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Legislação Previdenciária. São Paulo: Atlas, 2003.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário, 4 ed revista, Editora JusPodvm, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu. Consolidação da Legislação Previdenciária. São Paulo: Atlas, 2000.</p>
<p>14. Legislação Previdenciária</p>		



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

<p>15. Gestão dos Tributos Internacionais – Benefícios e Vantagens</p>	<p>Conceito e competência; Contribuinte; Hipótese de incidência e fato gerador, alíquota; Não incidência; Base de cálculo; Alíquotas; Benefícios e vantagens fiscais:</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BORGES, Humberto B. Planejamento tributário – IPI, ICMS E ISS. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>HIGUCHI, Hiromi; HIROSHI Fábio, HIROYUKI Celso. Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: IR Publicações, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>LATORRACA, Nilton. Direito Tributário – Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: Atlas, 1986.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Direito Tributário e Financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.</p>
--	---	--

<p>A Didática enquanto ciência que estuda processos de conhecimento-aprendizagem nas distintas áreas do saber. Cognição, ciência e a configuração das formas de viver. A Evolução Criadora na via da aprendizagem e da qualificação profissional. A organização de espaços de conhecimento no ensino superior. As tecnologias configurando formas de aprender. O Planejamento de situações de ensino-aprendizagem e a Avaliação enquanto processo. Redes de conversação enquanto modo humano de conhecer-viver e os processos de aprendizagem na educação superior.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>PELLANDA, Nize. Rede de conversações como modelo cibernético de construção do conhecimento-realidade. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1377-1388, dezembro 2003. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br em</p> <p>http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/873/87313717014.pdf. Acesso em 20 jul. 2011.</p> <p>MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. Disponível em:</p> <p>http://livrosdamara.pbworks.com/f/Humberto%20Maturana%20-%20Cogni%C3%A7%C3%A3o.%20C1%C3%A5ncia%20e%20Vida%20Cotidiana.pdf. Acesso em 20 jul. 2011.</p> <p>LEVY, Pierre. Educação e Cybercultura. Disponível em: http://caosmose.net/pierrelevy/educaecyber.html >, Acesso em 20 jul. 2011.</p>	<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>PELLANDA, Nize. Uma leitura bergsoniana da Biologia da Cognição: implicações para a educação. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 10 (2):188-202, mai/ago 2009.</p> <p>PRIGOGINE, I. O fim das certezas. São Paulo, UNESP, 200 p, 1996.</p>
<p>15. Didática do Ensino Superior</p>		



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Tipos e técnicas de pesquisa científica; estrutura, estilo e normas de TCC.

16. Trabalho de Conclusão de Curso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2.ed. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2002. 203p.
BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo, Atlas. 2003. 200p.
DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice-Hall. 2004. 168p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. (adaptação de SIMAN, Lana Mara) Belo horizonte: Ed. UFMG, Porto Alegre: Artmed. 1999. 340p.
MINAYO, Maria Cecília S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24.ed. Petrópolis, 1994. 80p.
OLIVEIRA, Antônio Benedito silva (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



17. Professores orientadores de trabalho de conclusão de curso

PROFESSORES ORIENTADORES DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
DOCENTES DA UFERSA	NOMES	ÁREA DE ESTUDO
	1. Luciana Batista Sales	Contabilidade de Custos
	2. Francisco Radamés Lima Dantas	Recursos Humanos
	3. Miguel Carioca Neto	Auditoria Fiscal
	4. Remerson Russel Martins	Metodologia Científica
	5. Álvaro Fabiano Pereira de Macedo	Contabilidade Tributária
	6. Antônio Erivando Xavier Júnior	Contabilidade Pública
	7. Karla Rosane do Amaral Demoly	Educação
8. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins	Metodologia Científica	
PROFESSORES ORIENTADORES DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
DOCENTES CONVIDADOS	NOMES	ÁREA DE ESTUDO
	1. Denise Maria Moreira Chagas Corrêa	Tributária e Previdenciária
	2. Jaqueline Lucas Souza	Tributária e Previdenciária
3. Kellcilene Cabral de Paula	Legislação de Tributos Estaduais (ICMS)	

18. Sistemática de avaliação

Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário

O rendimento escolar expressará o nível de desempenho do discente e será avaliado por meio de provas, seminários ou outros trabalhos escolares em conformidade com a programação do professor responsável pela disciplina. Estará aprovado, o discente que em cada disciplina, tiver o percentual, mínimo, de participação presencial (75%) na carga horária e obtido a nota final, registrada

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



numericamente em valores compreendidos entre zero (0,0) e dez (10,0) com até uma casa decimal igual ou superior a sete (7,0) pontos.

19. Indicadores de desempenho

No final de cada disciplina, os alunos terão acesso a formulário de avaliação de desempenho que constarão os seguintes itens:

19.1 Docente

1. Exposição dos conteúdos da disciplina de forma clara.
2. Promoção de debates, em sala, de assuntos abordados.
3. Domínio dos conteúdos da disciplina.
4. Capacidade de construção de competências aplicáveis na atividade profissional.
5. Estabelecimento de relação entre teoria e prática.
6. Utilização de recursos adequados.
7. Comunicação clara, no início da disciplina, dos critérios e mecanismos de avaliação que serão utilizados.
8. Utilização de mecanismos de avaliação que permitam identificar competências construídas.
9. Condução dos assuntos de acordo com o programa do curso.
10. Recomendação de bibliografia adequada para o aprofundamento do assunto.
11. Estabelecimento de uma boa relação com os alunos.
12. Envolvimento e comprometimento com a proposta de formação do curso.

19.2 Coordenação do Curso

1. Atendimento aos alunos.
2. Disponibilidade durante as disciplinas.
3. Soluções para problemas ou seus encaminhamentos.

19.3 Organização

1. Qualidade dos equipamentos utilizados.
2. Condições físicas adequadas.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



O conceito mínimo é de “regular”. Os formulários de avaliação estarão anexados aos dossiês de cada disciplina.

20. Administração Geral, dos Recursos Humanos e Financeiros.

Caberá a coordenação:

1. Administrar os recursos financeiros, responsabilizando-se pelo pagamento e cumprimento das despesas decorrentes com obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, incidentes sobre os bens e serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas, quando necessárias à execução dos cursos e demais atividades;
2. Acompanhar e avaliar as atividades do processo de ensino-aprendizagem do curso;
3. Elaborar e manter sob controle, planilha financeira relacionada com as atividades inerentes ao presente instrumento; realizar e apresentar, periodicamente, balanço financeiro visando à prestação de contas;
4. Disponibilizar material didático (apostilas e CD's);
5. Consolidar as disciplinas.

21. Concessão de bolsa.

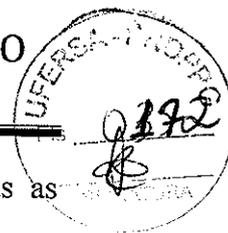
Será disponibilizado aos servidores da UFRSA interessados em participar do curso uma bolsa de estudo.

Observações gerais

O curso será composto por uma única turma de 40 (Quarenta) alunos, e o seu funcionamento depende da efetivação de, no mínimo, 75% de discentes matriculados;

O Projeto Político Pedagógico será encaminhado para a PROPPG da UFRSA com as informações necessárias e exigidas para o credenciamento junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP, após aprovação pelo Conselho Universitário da UFRSA/CONSUNI.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Será criada uma página na internet, junto à UFERSA, para divulgar todas as informações sobre a especialização, de forma mais transparente possível, levando em consideração, também, a divulgação que é fundamental para o conhecimento dos profissionais da área.

A coordenação se compromete a encaminhar toda a documentação necessária dos alunos para a Divisão de Registro Escolar, além das informações relativas ao curso.

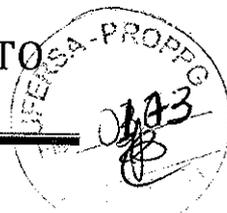
22. Considerações finais

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido, considerando a importância de oferecer um curso voltado a gerenciar a alta carga tributária brasileira, que é um dos maiores problemas para o desenvolvimento e crescimento econômico do País, oferece o Curso de Pós-graduação em Contabilidade e Planejamento Tributário.

O Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário proporciona métodos eficientes e eficazes na gestão do ônus tributário, por contemplar conhecimentos fundamentais para oferecer as organizações, profissionais especializados em planejar e reduzir o seu ônus tributário, através dos instrumentos legais existentes.

23. Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Lei das Sociedades Anônima**. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- FABRETTI, L. C. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- FERREIRA, A.H.S.; DUARTE, A.M. da P. **Planejamento tributário no campo de incidência do ICMS: uma abordagem didática conforme a legislação tributária do Estado da Paraíba**. Campina Grande: UEPB, 2006.



**REGULAMENTO ESPECÍFICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I
DA NORMATIZAÇÃO**

Art. 1º O Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário é regido por este Regulamento Específico e pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA e pela Resolução CNE/CES nº 01, de 08 de julho de 2007.

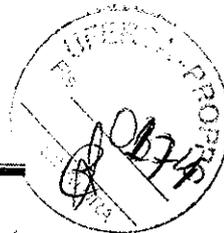
**TÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO
CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 2º A estrutura organizacional do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário será composta por:

- I. Um Colegiado do Curso composto por quatro membros indicados pela Assembléia departamental mais um discente matriculado no curso e eleito por seus pares – como órgão consultivo e deliberativo;
- II. Coordenação do Curso – como órgão executivo.

CAPÍTULO II

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



DO COLEGIADO

Art. 3º O colegiado do Curso de Especialização em Planejamento e Contabilidade Tributária será composto por 04 (quatro) docentes vinculados ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, mais 01 (um) discente matriculado no curso e eleito por seus pares.

§ 1º Os 04 (quatro) membros docentes do Colegiado do Curso serão indicados pela Assembléia do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais.

§ 2º O Colegiado do Curso será presidido pelo Coordenador do Curso e, na sua ausência, pelo Vice-coordenador do Curso.

§ 3º O quórum para realização das reuniões do Colegiado do Curso é metade mais um de seus membros.

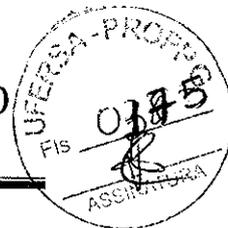
§ 4º As deliberações do Colegiado do Curso terão que ser aprovadas pela maioria dos membros presentes na reunião, observado o parágrafo anterior, sendo que, no caso de empate, o Coordenador terá o voto de qualidade.

Art. 4º São atribuições do Colegiado do Curso:

I – Apreciar e deliberar, com base na legislação pertinente, as indicações de professor(es) realizadas pelo Coordenador do Curso para, isoladamente ou em comissão, cumprir(em) com atividades concernentes a:

- a) Seleção de candidatos;
- b) Aproveitamento de estudos;
- c) Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso;
- d) Definição de critérios e procedimentos para a concessão de bolsas, quando essas existirem;
- e) Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação do curso.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



- II – Decidir sobre o aproveitamento de disciplinas já realizadas pelos alunos em outro(s) curso(s) de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido ou de outra Instituição de Ensino Superior;
- III – Apreciar e deliberar a respeito das decisões para o cumprimento do inciso I deste artigo;
- IV – Decidir sobre o desligamento de discente do Curso;
- V – Zelar pelo cumprimento do Regimento Geral da UFERSA, do Regulamento Específico do Curso e pelo cumprimento das demais normas exigidas pelo Ministério da Educação;
- VI – Apreciar e deliberar sobre o Relatório Final do Curso elaborado pela Coordenação;
- VII – Homologar a Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VIII – Homologar o edital de seleção encaminhado pelo Coordenador.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO

Art. 5º A coordenação do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário é o órgão que assegura a organização e o funcionamento do Colegiado e, ao mesmo tempo, responde pela execução de suas decisões e aplicação de suas diretrizes.

§ 1º O Coordenador e o Vice-coordenador deverão possuir a titulação mínima de mestre, pertencer ao quadro permanente da UFERSA e ter disponibilidade para cumprir as exigências do curso.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Coordenador, o Vice-coordenador assumirá, automaticamente, todas as funções do Coordenador.

§ 3º Na hipótese de ausência, na UFERSA, do Coordenador e do Vice-coordenador do Curso, devidamente justificadas, em virtude de outras atividades acadêmicas ou administrativas, assumirá a Coordenação do Curso, o docente mais antigo da UFERSA vinculado ao Curso, para atender aos expedientes meramente administrativos.



Art. 6º Compete ao Coordenador do Curso:

I – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;

II – Indicar os docentes para o cumprimento do disposto no inciso I do artigo 13º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

III – Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral e o Estatuto da UFRS, o Regulamento específico do curso e as deliberações do Colegiado do curso e dos órgãos da administração superior da UFRS.

IV – Autorizar a realização das receitas e despesas do curso, bem como, decidir sobre o destino dos bens adquiridos com recursos do curso, em consonância com o Regulamento Geral, Regulamento Específico do curso e de acordo com as normas da Administração Superior da UFRS.

V - Elaborar o Edital de seleção de candidatos a discentes do curso;

VI – Elaborar e submeter à apreciação e deliberação do Colegiado do curso, o relatório que trata o artigo 9º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFRS.

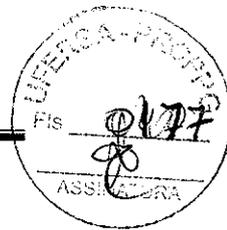
VII – Remeter à PROPPG toda documentação comprobatória de que o discente cumpriu todas as exigências do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* para a expedição do Certificado de Conclusão do Curso;

VIII – Comunicar à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPPG os desligamentos de docentes e de discentes do Curso de Pós-graduação no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a finalização do desligamento.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA

Art. 7º A Secretaria do curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas do curso.

Parágrafo Único – A secretaria seria vinculada à Coordenação do Curso.



Art. 8º Compete ao responsável pela secretaria, as seguintes atribuições:

- I - Instruir os requerimentos dos candidatos à inscrição e à matrícula;
- II – Manter, em arquivo, os documentos de inscrição dos candidatos à admissão no Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário e de matrícula dos discentes;
- III – Manter, em arquivo, os documentos de interesse do Curso;
- IV – Manter, atualizado, os dados cadastrais dos docentes e dos discentes do Curso;
- V – Secretariar, com elaboração de ata, as reuniões do Colegiado do Curso e as apresentações e defesas dos trabalhos de conclusão do curso.

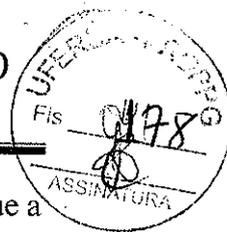
Parágrafo único – Todos os documentos emitidos pela Secretaria serão assinados pelo coordenador do curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, ou por seu substituto legal, sem prejuízo do disposto no artigo 5º, § 3º.

TÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO CURSO
CAPÍTULO III
DA ADMISSÃO

Seção I
Da Inscrição e Seleção dos Candidatos

Art. 9º O processo seletivo de candidatos a discentes do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário se inicia com a publicação do Edital de Seleção pela PROPPG. No qual deve conter informações relativas ao número de turmas e de alunos por turma, períodos de inscrição e de realização do curso, se o mesmo será gratuito ou pago, qual(is) o(s) dia(s) da semana e o(s) turno(s) do(s) dia(s) em que as aulas serão

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



ministradas, o local de realização das aulas, bem como, outras informações que a Coordenação do Curso e a PROPPG julgarem necessárias.

Art. 10 Para a inscrição dos candidatos, à seleção, no curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, serão exigidos:

- I – Cópia autenticada do diploma ou documento equivalente que comprove que o candidato concluiu um curso superior.
- II – Curriculum Vitae, com documentação comprobatória;
- III – Cópia autenticada do histórico escolar de graduação;
- IV – Formulário de inscrição devidamente preenchido;
- V – Cópia do documento oficial de identidade e do CPF;
- VI – Comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- VII - 02 (duas) fotos 3x4 recentes.

Parágrafo Único – Também será aceita a inscrição de candidato graduando, que comprove ter defendido o trabalho de Conclusão de Curso antes do início das aulas do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário.

Art. 11 A inscrição, para seleção, no Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário será aberta aos concluintes e graduados no curso de Ciências Contábeis e áreas afins, como também para graduados em outras áreas, desde que comprovem experiência na área objeto do curso, conforme o calendário escolar estabelecido pelo coordenador da Pós-graduação.

Art. 12 De posse dos documentos dos candidatos, o colegiado do curso selecionará os discentes através da análise curricular.

Seção II Da Matrícula

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Art. 13 Os candidatos classificados na seleção deverão entregar, na Secretaria do Curso, o formulário de matrícula preenchido dentro do prazo fixado pela Coordenação.

§ 1º A matrícula poderá ser realizada por procurador legalmente constituído para tal, e de posse de procuração particular com firma reconhecida.

§ 2º A falta de efetivação da matrícula no prazo fixado caracteriza desistência do candidato em se matricular no Curso; conseqüentemente, a vaga será disponibilizada para o candidato que ficou na suplência.

§ 3º É vedado o trancamento de matrícula, seja isoladamente ou no conjunto de disciplinas.

§ 4º Os candidatos selecionados na forma do disposto no parágrafo único do artigo 10.º deste Regulamento Específico, deverão, no ato da matrícula, satisfazer à exigência da apresentação do certificado ou diploma de conclusão do curso de graduação e outros documentos exigidos pela Divisão do Registro Escolar da Ufersa.

CAPÍTULO IV DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Seção I Da Organização Curricular

Art. 14 No projeto do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário deverá constar o elenco de disciplinas do seu currículo pleno.

§ 1º Para cada disciplina será especificado o nome da disciplina, a ementa, Departamento, Professor responsável e carga horária total.

§ 2º O Plano de Ensino de cada disciplina deverá ser divulgado para os discentes no início da disciplina, no qual constarão as informações apresentadas no parágrafo anterior, além de ementa, conteúdo programático, metodologia de

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



ensino, modalidade, forma de avaliação dos discentes, bibliografia recomendada e carga horária.

Seção II

De Verificação do Rendimento Acadêmico

Art. 15 O rendimento acadêmico do discente em cada disciplina será aferido pelo docente responsável pela disciplina, mediante a aplicação de provas, trabalhos escritos, seminários e, ou, outras formas de verificação de aprendizagem, sendo a média final da disciplina expressa na forma de nota.

§ 1º A média final de cada disciplina deverá ser expressa na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), utilizando o arredondamento para uma casa decimal.

§ 2º Será considerado aprovado em uma disciplina, o discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) e que frequentar pelo menos 75% das aulas ministradas na disciplina.

§ 3º Não haverá recuperação em nenhuma disciplina.

Seção III

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 16 Para a obtenção do Certificado de especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a forma de artigo científico ou monografia e com a participação máxima de 01 (um) aluno por trabalho, é requisito obrigatório.

Art. 17 O curso ocorrerá em um período de 17 (dezesete) meses. A defesa do trabalho de conclusão de curso deverá ocorrer no máximo em até 60 (sessenta) dias a partir da última disciplina ministrada.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



§ 2º O prazo para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias, por solicitação do candidato, devidamente justificado, com anuência do Orientador e da Coordenação do Curso.

Parágrafo Único - O discente que, por qualquer razão, não apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso em conformidade com as normas e prazos estabelecidas neste Regulamento Específico e no Regulamento Geral da Ufersa, não terá direito ao certificado de especialização, fazendo jus, no entanto, a um certificado de aperfeiçoamento, desde que tenha integralizado todos os créditos previstos.

Art. 18 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá evidenciar domínio do tema escolhido e será apresentado e defendido pelo candidato a uma Comissão Examinadora em sessão pública.

Parágrafo Único - Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão, obrigatoriamente, contemplar temas afetos à área temática do curso, ou seja, Contabilidade e Planejamento tributário.

Art. 19 Para a solicitação de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, o discente deverá estar regularmente matriculado no Curso e integralizado a carga horária, mínima, exigida pelo Curso e está a, no máximo, 17 meses matriculado no Curso.

Art. 20 O candidato ao certificado de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário deverá, até 20 (vinte) dias, antes da defesa, protocolar na secretaria o encaminhamento de um exemplar impresso do Trabalho de Conclusão do Curso que, da mesma forma, deverá disponibilizar um exemplar a cada componente da Banca Examinadora.

Art. 21 A Comissão Examinadora será composta pelo orientador do aluno(a), que a presidirá, ou, em caso de impedimento, um representante por ele indicado, com igual titulação acadêmica e por mais dois examinadores.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



§ 1º Para cada Comissão Examinadora deverá haver, no mínimo, um membro suplente.

§ 2º A Composição da Comissão de que trata o *caput* deste artigo deverá ser homologada pelo Colegiado do Curso, sendo exigida a titulação mínima de mestre para todos os componentes da Comissão Examinadora, seja titulares ou suplentes.

Art. 22 Ao final da defesa, cada examinador atribuirá uma nota variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal, sendo que será considerado aprovado o candidato que obtiver média aritmética maior ou igual a 7,0 (sete).

Art. 23 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela Comissão Examinadora e realizada as devidas correções sugeridas pelos examinadores, o candidato deverá encaminhar à Coordenação do Curso 02 (duas) cópias impressas e encadernadas da versão final corrigida e 02 (duas) cópias em versão eletrônica (arquivo no formato "PDF" gravado em CD, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua aprovação).

Seção IV

Do aproveitamento de Estudos

Art. 24 Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos neste Regulamento Específico, a equivalência de disciplina(s) já cursada(s) nos últimos 05 (cinco) anos pelo aluno em cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, reconhecidos pelo Ministério da Educação, com disciplina(s) da Estrutura Curricular do Curso.

§ 1º Entende-se por disciplina já cursada aquela em que o aluno logrou aprovação, com média final igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º A disciplina, objeto do aproveitamento, de estudos deve ter carga horária igual ou superior à disciplina da estrutura curricular do Curso e o seu conteúdo

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



programático deve se assemelhar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) ao conteúdo programático da disciplina do curso.

§ 3º No tocante à(s) disciplina(s) cursada(s) em outras Instituições de Ensino Superior, no histórico escolar do aluno, deverão ser observadas as seguintes normas:

I – Serão computados os critérios ou horas-aula equivalentes, sendo que a unidade básica para avaliação da intensidade e duração das disciplinas é o crédito, equivalendo 01 (um) crédito a 15 (quinze) horas-aula, seja aula teórica ou prática.

II – Será anotado o conceito APROVADO, como também, a data de homologação do aproveitamento de estudos pelo Colegiado do Curso;

III – Será feita menção à Instituição de Ensino Superior onde cada disciplina foi cursada, como também ao ano em que o discente cursou a disciplina.

§ 4.º A equivalência será feita com base no parecer de um docente ministrante do Curso, designado pelo Coordenador, mas a decisão final sobre o aproveitamento de estudos será do Colegiado do Curso.

§ 5º Em caso excepcional, o discente poderá requerer o aproveitamento de estudos em disciplinas que cursou a mais de 05 (cinco) anos, desde que o mesmo obtenha nota igual ou maior que 7,0 (sete vírgula zero) em uma prova de conhecimentos elaborada pelo docente referido no parágrafo anterior, sobre o conteúdo da disciplina objeto do aproveitamento, sem prejuízo ao disposto nos parágrafos anteriores.

Seção IV

Da expedição do Certificado de Conclusão de Curso

Art. 25 Somente será conferido o Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* ao discente que:

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



I – Não apresentar pendência com a Divisão de Registro Escolar ou com qualquer outra instância da Ufersa;

II – Lograr aprovação em todas as disciplinas;

III – Tiver o trabalho de Conclusão de Curso aprovado, conforme a exigência do Regulamento Específico do Curso.

Art. 26 De acordo com o artigo 9.º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, o Coordenador do Curso encaminhará à PROPPG o Relatório Final do Curso, contendo os nomes e históricos escolares dos discentes aptos a receberem o Certificado de Conclusão do Curso.

Parágrafo Único – Os Certificados de Conclusão expedidos pela Divisão de Registro Escolar devem mencionar a área de conhecimento do curso e serem acompanhados do respectivo Histórico Escolar, no qual devem constar, obrigatoriamente:

I – Relação das disciplinas, carga horária, nota obtida pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II – Período em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III – Título do Trabalho de Conclusão do Curso e nota obtida;

IV – Declaração da Ufersa de que o curso cumpriu todas as disposições da legislação vigente no País.

CAPÍTULO IV DOS CORPOS DOCENTE E DISCENTE

Seção I

Do Corpo Docente

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Art. 27 O Corpo Docente do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário da UFERSA deverá ser constituído por profissionais de nível superior, qualificados na(s) área(s) de conhecimento(s) do curso que participam, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art. 28 Na composição do Corpo Docente do curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário, admitir-se-á a participação de profissionais não pertencentes ao quadro permanente da UFERSA, desde que estes não ministrem mais do que 50% da carga horária total do Curso.

Parágrafo Único – O percentual referido no caput deste artigo poderá ser de até 75%, quando na UFERSA não tiver em quantidade suficiente com formação específica na área do conhecimento do Curso.

Art. 29 A substituição de membro do corpo docente será permitida desde que sejam atendidas as exigências dos artigos 35º, 36º e 37º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Parágrafo Único – A substituição será feita com base em justificativa do Coordenador, após ter sido aprovada no Colegiado do Curso, no Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais e na PROPPG.

Seção II

Do Orientador

Art. 30 O orientador, escolhido pelo aluno e com aprovação da Coordenação do Curso deverá supervisionar os estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que terá o formato de artigo científico ou monografia, do candidato ao título de Especialista.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



§ 1º O orientando deverá apresentar à Coordenação do Curso o plano de trabalho para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em até 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua matrícula no registro escolar da Ufersa.

§ 2º O orientador deverá ser graduado em Contabilidade ou áreas afins, credenciado na PROPPG da Ufersa. Ser portador, no mínimo, do título de Mestre, conferido por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação/MEC.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados pela Coordenação do Curso, poderá ser indicado um Co-orientador, destinado a um único aluno, aprovado pelo Colegiado do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, desde que preencha as exigências do §2º deste artigo.

§ 4º O orientador que se ausentar do País por um período igual ou superior a 06 (seis) meses, será automaticamente substituído, caso não indique um novo orientador que possa substituí-lo (nos termos deste Regulamento) neste impedimento.

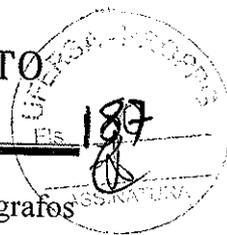
Art. 31 Compete ao orientador supervisionar, orientar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à vida acadêmica do orientando.

Seção III

Do Corpo Discente

Art. 32 O corpo discente de que trata este Regulamento Específico será regido pelas normas dispostas no Estatuto e no Regimento Geral da Ufersa.

Art. 33 Além dos casos previstos no Regimento Geral da Ufersa, será desligado do Curso o discente que:



I – Não integralizar a carga horária do Curso nos prazos previstos nos parágrafos 3º e 5º do artigo 2º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

II – For reprovado na apresentação do Trabalho Final de Conclusão de Curso.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 A PROPPG é o órgão responsável pela supervisão e acompanhamento do Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário da UFERSA, sempre zelando pelo bom funcionamento do Curso de acordo com o Regimento Geral da UFERSA, o Regulamento Geral e com as normas vigentes no País.

§ 1º A PROPPG poderá baixar normas e instruções à coordenação do curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário para racionalização dos seus serviços e rotinas administrativas, visando aperfeiçoar as atividades de coordenação, supervisão e divulgação do Curso.

§ 2º Sempre que for necessário, a PROPPG poderá convocar o coordenador do curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário para participar de reuniões com o objetivo de tratar de assuntos de interesse do Curso.

Art. 35 O Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário não terá vigência permanente, necessitando, pois, para o funcionamento de uma nova turma de outra autorização da PROPPG.

ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Art. 36 O curso de que trata este Regulamento Específico somente poderá ser objeto de divulgação e publicidade, após a aprovação de sua realização pela PROPPG e pelos Conselhos Superiores da UFERSA.

Art. 37 O Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributário será regido pelo disposto neste Regulamento Específico e pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

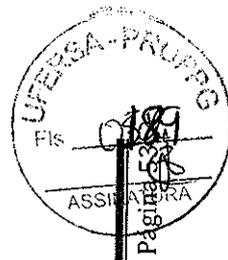
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

ORÇAMENTO PARA PLANEJAMENTO E CONTROLE

1. Custos

A partir desta seção, apresentaremos os recursos necessários para a realização do curso de PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, como também, identificaremos a receita auferida e o plano de aplicação.

1 - PLANO DE RECEITA						
Item	Especificação do Serviço / Atividade	Meses	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	
1	Matrícula de alunos					
1.1	Mensalidades sem desconto	1	15	300,00	4.500,00	
1.2	Mensalidades com 10% de desconto	1	25	270,00	6.750,00	
	Sub total 1				11.250,00	
2	Mensalidades pagas por 40 alunos por 16 meses					
2.1	Mensalidades sem desconto	16	15	300,00	72.000,00	
2.2	Mensalidades com 10% de desconto	16	25	270,00	108.000,00	
	Sub total 2				180.000,00	
	Total		40		191.250,00	



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Erro! Vínculo não válido.

RELAÇÃO DE GASTOS

Item	1- Diárias	Descrição	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
101	Diárias		18	177,00	3.186,00
102					
103					
104					
105					
Total					3.186,00



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

2- Bolsas						
Item	Nome do Bolsista	Início / Término	Vínculo Institucional	Quant. Meses	Bolsa/Mês R\$	Valor Total R\$
301	A definir	29/07/2014 a 29/08/2015	Aluno de graduação	17	620,00	R\$ 10.540,00
302						0,00
303						0,00
304						0,00
305						0,00
Total						10.540,00

3- Serv. Terc. - Pessoa Física					
Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	
401	Aulas ministradas – Doutor	90	90,00	8.100,00	
402	Aulas ministradas – Mestre	332	70,00	23.240,00	
403	Aulas ministradas – Especialista	8	60,00	480,00	
404	Orientação TCC (01 hora)	40	150,00	6.000,00	
405	Coordenação do projeto (8 horas/mês)	17	2.200,00	37.400,00	
Total					75.220,00

4- Encargos Sociais		
Item	Descrição	Valor Total R\$
501	INSS Patronal	15.044,00
Total		15.044,00



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

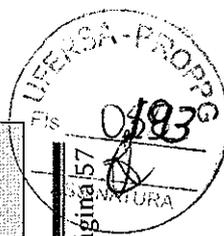
5- Serv. Terc. - Pessoa Jurídica				
Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
601	Divulgação do curso	1	880,00	880,00
602	Confecção de certificados	38	50,00	1.900,00
603	Cópias	80000	0,08	6.400,00
604	Assinatura do Boletim IOB + Consultoria Telefônica	1	3.000,00	3.000,00
605	Capacitação Docente - Curso de Curta Duração (à distância)	13	550,00	7.150,00
607	Despesas com lanche, alimentação e coffee break (a ser realiza-	17	800,00	13.600,00
608	da através de fundo fixo em nome da Coordenador do Projeto)			0,00
609				0,00
610				0,00
Total				32.930,00



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

6- Material de Consumo					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
701	Pastas	unidade	40	30,00	1.200,00
702	Resma de papel A4	unidade	100	15,00	1.500,00
Total					2.700,00

Item 7- Material do Imobilizado



ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Descrição	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
808 Aquisição de livros de contabilidade	01	11.076,34	11.076,34
809			
810			
Total			11.076,34

Item	Descrição	Valor Total R\$
8- Outras Rubricas		
901	Despesas Operacionais e Administrativas	17.935,00
902	Ressarcimento à UFERSA	20.315,00
903		
Total		38.250,00

PLANO DE APLICAÇÃO			
RUBRICA	VALOR (R\$)	RUBRICA	VALOR (R\$)
1- Diárias	3.186,00	7- Material Permanente	11.076,34
2- Bolsas	10.540,00	8- Outras Rubricas	38.250,00
3- Serv. Terc. - Pessoa Física	75.220,00		
4- Encargos Sociais	15.044,00	TOTAL GERAL	182.946,34
5- Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	32.930,00		
6- Material de Consumo	2.700,00		



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento
Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP.: 59625-900
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273

DESPACHO/DICONV/PROPLAN Nº 01/2014

Mossoró (RN), 02 de Dezembro de 2014

Processo: 23091.001658/2014-76

Assunto: Atendimento ao DESPACHO/AGU/PGF/PF-UFERSA nº 047/2014;

01. Solicitação de procedimento 01 - Os procedimentos relativos a resolução Consuni/Ufersa 01/2013 solicitados no despacho será realizado em momento oportuno, ou seja, quando do encaminhamento do processo à PROPLAN para celebração do convênio. Esse momento caracteriza-se pelas aprovações do curso em todas as instâncias internas (departamento, Pro-reitoria competente e Conselhos). No caso, em epigrafe, considero ser pertinente a análise da PROPPG quanto à necessidade de submissão do presente curso de especialização ao CONSEPE, haja vista alteração na distribuição das horas e grade curricular das disciplinas documentadas nos autos;
02. Solicitação de procedimento 02 – Entendemos que a análise quanto à observância da legalidade dos procedimentos e do instrumento jurídico celebrado para a realização da turma anterior do curso caberá a Auditoria Interna da Universidade.
03. Encaminho o processo a PROPPG para que a mesma se pronuncie quanto a necessidade e/ou conveniência das alterações promovidas serem submetidas ao CONSEPE, conforme preceitua o Art. 42, da Resolução CONSUNI 006/2011 em seu parágrafo Único.

Atenciosamente,


Lara Kateuche Fernandes de Souza
Diretora de Convênios e Termos de Cooperação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – e.mail: proppg@ufersa.edu.br

**PARECER SOBRE OFERTA DE SEGUNDA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) EM CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

RESUMO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO

O processo 23091.001658/2014-76 trata do projeto de abertura de segunda turma do curso de pós-graduação *Lato sensu* (Especialização) em **Contabilidade e Planejamento Tributário** (CECPT) e da atualização da sua Estrutura Curricular, criado pela Resolução CONSUNI/UFERSA 007/2011 de 08 de setembro de 2011, e de responsabilidade do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais (DACCS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Mossoró,

O CECPT terá duração de **17 meses**, carga horária total de **430 horas** e uma única turma composta de até **40 alunos**, de acordo com a demanda e com a viabilidade econômica da realização do Curso. As aulas serão realizadas nas sextas-feiras (18h:00min às 22h:00min) e nos sábados (08h:00min às 17h:00min), sendo **82,6%** da carga horária total do CECPT ministrada por professores da UFERSA.

CONSIDERAÇÕES

O Projeto de criação do Curso supracitado atende as Normas para funcionamento dos cursos de especialização da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que é a **Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007**;

O Projeto atende o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* da UFERSA, conforme Resolução CONSUNI/UFERSA 006/2011 de 10 de agosto de 2011;

A referida proposta do curso foi aprovada na 5ª Reunião extraordinária do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais (DACCS) em 2014 (folha 003);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 -- e.mail: proppg@ufersa.edu.br



Na Resolução CONSUNI/UFERSA 001/2013 de 04 de fevereiro de 2013 a referida proposta enquadra-se na modalidade de Projeto de Ensino, sendo classificado, segundo as fontes de recursos para financiamento das ações, como Tipo “B”, de acordo com o art. 3º, inciso 2 da supracitada resolução;

Convém salientar que logo após a matrícula dos alunos no CECPT, uma eleição deverá ser realizada para escolher os professores e o aluno que irão compor o Colegiado do CECPT e, depois, os membros deste colegiado vão escolher o coordenador e o vice-coordenador do Curso. Dessa forma, não é possível garantir que a professor proponente ou qualquer outro professor do CECPT será o coordenador do Curso.

Quanto ao Regimento do CECPT, este foi elaborado de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* da UFERSA em vigor.

PARECER

CONSIDERANDO que a realização do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização) em Contabilidade e Planejamento Tributário na UFERSA é de grande importância para a qualificação de profissionais de nível superior da região;

CONSIDERANDO que as sugestões da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA apresentadas neste documento serão atendidas pela coordenadora do projeto e, ou, pelo DACS/UFERSA;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Pro-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) no tocante à questão financeira da proposta (folhas 121-127);

Considerando Despacho AGU/PGF/PF-UFERSA n.º 047/2014, no qual há a manifestação sobre a legalidade da cobrança de mensalidades para cursos de especialização dentre outras solicitações (folha 132-133);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – e.mail: proppg@ufersa.edu.br



CONSIDERANDO que as alterações na Estrutura Curricular do Curso visam uma adequação e atualização do mesmo à legislação e ao mercado e não descaracterizaram a proposta inicial (folha 136-137), bem como o Projeto atualizado do Curso (folhas 138-195);

CONSIDERANDO o Despacho da PROPLAN/DICONV nº. 01/2014, em que são esclarecidas as solicitações do Despacho AGU/PGF/PF-UFERSA n.º 047/2014 (folha 196);

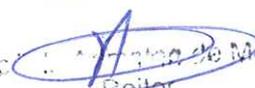
A PROPPG/UFERSA ratifica seu parecer **FAVORÁVEL** à aprovação da segunda turma do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização) em Contabilidade e Planejamento Tributário, a ser oferecido pela UFERSA, campus Mossoró, mediante ajuste de calendário e aprovado por todos os seguimentos envolvidos.

Encaminhe-se a proposta para deliberação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme Art. 42 do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UFERSA.

Mossoró – RN, 20 de janeiro de 2015.


Prof. Francisco Francinê Maia Júnior
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

101) CONSEPE
a: Deliberação
Data: 02 / 02 / 2015

José 
Reitor



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
1ª Reunião Ordinária de 2015

2º PONTO

Apreciação e deliberação sobre Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Campus Pau dos Ferros, conforme Memorando Eletrônico Nº 22/2015 – PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 22/2015 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201530861)**

Nº do Protocolo: 23091.000849/2015-00

Mossoró-RN, 30 de Janeiro de 2015.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE - Apreciação e Deliberação sobre o PPC do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Campus Pau dos Ferros

Prezada Secretária,

Venho solicitar inclusão de ponto de pauta em reunião do CONSEPE relativo à apreciação e deliberação sobre o PPC do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Campus Pau dos Ferros, conforme documentos anexos.

Atenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique [aqui](#).

(Autenticado em 30/01/2015 14:21)

AUGUSTO CARLOS PAVAO

PRO-REITOR - TITULAR

Matrícula: 1620000

Fechar

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se da apreciação do PPC do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. A apreciação foi realizada com base nas Diretrizes curriculares dos cursos de graduação; Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia; Diretrizes instituídas pela PROGRAD e Dimensões e Indicadores definidos nos instrumentos de avaliação externa para abertura de cursos de graduação disponibilizados pelo INEP.

Após análise do PPC constatou-se algumas sugestões a propor:

1. Revisar a titulação dos representantes administrativos – sugere:
 - Colocar a titulação em todos os membros ou retirar de todos;
 - Definir a sigla de mestre e doutor de acordo com a nomenclatura oficial brasileira (ver registro em anexo);
2. Em todo o texto refere-se ao nome do curso como “Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária”, sugere retirar o termo “Bacharelado”, pois, este é o grau e não o nome do curso, portanto, o nome do curso é “Engenharia Ambiental e Sanitária”;
3. Histórico da UFERSA – uniformizar texto em todos os PPCs (enviado pela PROGRAD);
4. As citações em todo o texto precisam ser adequadas às normas da ABNT. Não são alinhadas a direita, são justificadas e com recuo de 4cm do lado esquerdo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

5. Página 12, item 1.1.4, no segundo parágrafo informa que “historicamente a partir de 1996 algumas medidas começaram a ser implantadas com a finalidade de normatizar o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições...”, sugere rever essa informação, pois, essa normatização iniciou antes de 1996; ou retirar o termo “historicamente”.
6. Página 15, 6ª linha do 2º parágrafo, corrigir a palavra “esporádicas”;
7. Página 20, item 4 – Formas de Acesso – no segundo parágrafo sugere que todos os cursos de engenharia da UFERSA seguirá essa proposta, com o 2º ciclo de Engenharia Ambiental e Sanitária, explicar melhor;
 - No 3º parágrafo, explicar que é uma outra forma de acesso, pois, não ficou clara, sugere reescreve o texto acrescentando essa informação;
8. Página 20, item 4 – Formas de Acesso – no quinto parágrafo, as resoluções citadas estão desatualizadas, substituir pelas resoluções mais recentes em vigor.
9. Página 22, item 6.1 - O início do primeiro parágrafo está um pouco confuso, sugere esclarecer melhor, pois, "atende" a formação não especifica claramente.
10. Página 22, item 6.2 – Competências e Habilidades – nesse item são transferidos alguns artigos da lei que trata das competências e atribuições definidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sugere apenas citar a lei dentro do contexto do curso, especificando as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo curso da UFERSA;
11. Item 7, página 29, cita o PDI e o PPI da UFERSA, sugere indicar a versão consultada;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

12. Página 101 a 105 cita uma base legal de 1999 sobre os critérios de avaliação, sugere não referenciá-la, haja vista, está bastante avançado o processo de aprovação de uma nova resolução e com alguns aspectos contraditórios; basta informar que os critérios serão definidos por resolução específica, sem precisar detalhar todos os aspectos.

13. As referências não estão adequadas as normas da ABNT, sugere adequá-las.

Consideradas as sugestões expostas acima, emitimos parecer **FAVORÁVEL** à aprovação do referido PPC.

Mossoró, 30 de janeiro de 2015.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como 'Augusto Carlos Pavão'.

Augusto Carlos Pavão
Pró-Reitor de Graduação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ANEXO 1

Revista Eletrônica
Intr@ciência
1

MESTRE E MESTRA: TEXTO ACADÊMICO

SCHENDER, Klim Wertz¹

No Brasil, aquele que cursa o mestrado recebe o título de mestre. Esse profissional está voltado para a área do ensino e da pesquisa, portanto, são usados os dois títulos: Professor Mestre.

Conforme a PUCRS o título mestre deve ser abreviado das seguintes formas:

- a) mestre: Me e Me. (gênero masculino)
- b) mestra: Ma e Ma. (gênero feminino)

Da mesma forma, pois, no Brasil conforme a Academia Brasileira de Letras, “Ms.” é abreviação de manuscrito.

O título MASTER OF SCIENCE (M.S.; Msc. ou MSc.), é título de mestrado pelas universidades americanas, portanto, usadas no inglês. De acordo com Universidade de Passo Fundo -Faculdade de Direito - Coordenadoria de Monografia Jurídica, utilizar as abreviações americanas, no Brasil, seria o mesmo que usar “PhD.” para qualquer um que fizer doutorado, e não, “Dr.”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

1

Mestre em Educação e professor da FAGU - Faculdade do Guarujá

Wilson Correia**

* Para Mestre, a ABL sugere M.e.; para Mestra, a mesma ABL propõe M.ª, fórmulas que muitos julgam confusas e esteticamente intragáveis - opiniões com as quais concordo. Em todo caso, vale consultar: PUCRS Abreviaturas: <<http://www.pucrs.br/manualred/abreviaturas.php>>.

** Wilson Correia é Doutor em Educação pela UNICAMP e Adjunto em Filosofia da Educação na UFRB.

PARECER

Em reunião no dia 17 de dezembro de 2014, o Comitê de Graduação **aprovou** o PPC do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária para envio ao CONSEPE para apreciação e deliberação.

Mossoró, 15 de janeiro de 2015.



Augusto Carlos Pavão
Presidente do Comitê de Graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
UFERSA *CAMPUS* PAU DOS FERROS

CURSO DE GRADUAÇÃO
BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

PAU DOS FERROS/RN
2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
UFERSA *CAMPUS* PAU DOS FERROS

REITORIA

Reitor: Prof. Dr. José de Arimatea de Matos

Vice-Reitor: Prof. Dr. Francisco Odolberto de Araújo

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitor de Planejamento: Msc. George Bezerra Ribeiro

Pró-Reitora de Administração: Msc. Anakléa Melo Silveira da Cruz Costa

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Rui Sales Júnior

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Felipe de Azevedo Silva Ribeiro

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários: Prof. Msc. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Keliane de Oliveira Cavalcante

Chefe de Gabinete: Msc. Márcia de Jesus Xavier

Assessor Especial: Thiago Henrique Gomes Duarte Marques

DIRETOR DA UFERSA *CAMPUS* PAU DOS FERROS

Prof. Dr. Alessandro Pereira Lima

VICE-DIRETOR DA UFERSA *CAMPUS* PAU DOS FERROS

Prof. Dr. Glaydson Francisco Barros de Oliveira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
UFERSA *CAMPUS* PAU DOS FERROS

CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária

A definir

Vice Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária

A definir



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
UFERSA CAMPUS PAU DOS FERROS

CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Prof. Msc. José Luís de Oliveira Pinto Filho
(Gestão Ambiental, Presidente da Comissão)

Prof^a. Dr^a. Josy Eliziane Torres Ramos
(Engenheira Química)

Prof^a. Msc. Marília Cavalcanti Santiago
(Engenheira Civil)

Prof. Msc. Wesley de Oliveira Santos
(Engenheiro Agrônomo)

Msc. Hortência Pessoa Rego Gomes
(Pedagoga)

Msc. Gilcilene Lélia Souza do Nascimento
(Técnica em Assuntos Educacionais)

APRESENTAÇÃO

Este documento objetiva apresentar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Engenharia Ambiental e Sanitária, a ser criado no Campus Pau dos Ferros da UFERSA, localizado na BR 226, Km 405, S/N. Bairro São Geraldo, Pau dos Ferros/RN, com início previsto para o 1º semestre de 2015.

O curso de Engenharia Ambiental e Sanitária a ser implementado em Pau dos Ferros, configura-se como Bacharelado, na modalidade de ensino presencial, com oferta semestral de 30 vagas, duração ideal de 11 semestres/5 anos e meio, e máxima de 20 semestres/10 anos, e atividades previstas para o turno noturno, caracterizando-se, portanto, como curso Noturno. A carga horária total será de 3780 horas divididas em: 1.650 horas em Componentes curriculares Básicos, 660 horas em Componentes curriculares Profissionalizantes gerais, 900 horas em Componentes curriculares Profissionalizantes específicos, 360 horas em Estágio Supervisionado, 60 horas em Trabalho de Conclusão de Curso e 150 horas de Atividades Complementares.

A criação deste curso em Pau dos Ferros integra a política nacional de expansão da educação superior, que visa responder a demanda cada vez maior por novas vagas nesse nível de formação. Essa crescente demanda pode ser explicada tanto pelo crescimento da população jovem no país que tem conseguido concluir o ensino médio, como pelas necessidades criadas pela sociedade pós-moderna, a qual demanda um maior número de profissionais das ciências exatas e tecnológicas com boa qualificação.

Além desta breve apresentação, o presente PPC compreende os seguintes tópicos: Histórico da UFERSA e *Campus* Pau dos Ferros; Proposta para a criação do curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária; Justificativa do curso; Princípios Norteadores; Objetivos gerais e específicos do curso; Formas de acesso ao curso; Bases legais do curso; Perfil do Engenheiro Ambiental e Sanitária; Competências e Habilidades a serem desenvolvidas; Áreas de Atuação; Proposta Curricular; Estratégias utilizadas (Metodologias de Ensino-Aprendizagem; Avaliação do Ensino-Aprendizagem; e Avaliação do Projeto Pedagógico); Núcleo de Conteúdos Básicos e Profissionalizantes Gerais; Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos; Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Curricular Supervisionado; Atividades Complementares; Ementas, Bibliografias Básicas e Complementares dos Componentes Curriculares Obrigatórios, Ementas, Bibliografias Básicas e Complementares dos Componentes Curriculares

Optativos; Corpo Docente; Instalações, Laboratórios e Equipamentos; Políticas do Curso; Normas de Funcionamento do curso; Avaliações do curso e Referências.

Vale ainda ressaltar que a louvável expansão que, nos últimos 10 (dez) anos, vem sendo implantada no Sistema Federal de Ensino Superior constitui-se sem dúvidas o mais importante mecanismo de para desenvolvimento socioeconômico do país bem como para corrigir as assimetrias regionais. Nesse sentido, a UFERSA, com esta expansão para o interior, amplia a sua notável contribuição para o desenvolvimento de Estado do Rio Grande do Norte e da República Federativa do Brasil.

SUMÁRIO

	PÁG.	
1	INTRODUÇÃO	10
1.1	HISTÓRICO DA UFERSA E <i>CAMPUS</i> PAU DOS FERROS	10
1.1.1	MISSÃO	10
1.1.2	OBJETIVOS DA UFERSA	11
1.1.3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	11
1.1.4	CONTEXTO EDUCACIONAL	12
1.2	PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	13
1.3	HISTÓRICO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	16
2	JUSTIFICATIVA	17
3	OBJETIVOS DO CURSO	18
3.1	OBJETIVO GERAL	18
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
4	FORMAS DE ACESSO AO CURSO	20
5	PRINCÍPIOS NORTEADORES	21
6	PERFIL E COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EGRESSO	22
6.1	PERFIL DO EGRESSO	22
6.2	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ENGENHEIRO AMBIENTAL E SANITARISTA	22
6.3	CAMPO DE ATUAÇÃO	26
7	BASES LEGAIS DO CURSO	28
8	PROPOSTA CURRICULAR	30
8.1	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS	30
8.2	ESTRUTURA CURRICULAR	32
8.2.1	COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	33
8.2.2	NÚCLEO DE CONTEÚDOS BÁSICOS	35
8.2.3	NÚCLEO DE CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES GERAIS	37
8.2.4	NÚCLEO DE CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES ESPECÍFICOS	38
8.2.4.1	NÚCLEO DE CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES	39

	ESPECÍFICOS (OPTATIVAS)	
8.2.5	NÚCLEO DE CONTEÚDOS COMPLEMENTARES	40
8.2.5.1	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40
8.2.5.2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	41
8.2.5.3	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
8.2.6	ADEQUAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES	43
8.2.6.1	ÀS EXIGÊNCIAS DO DECRETO 5.626/2005 – LIBRAS	43
8.2.6.2	ADEQUAÇÃO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E INDÍGENA	44
8.2.6.3	ADEQUAÇÃO A POLÍTICAS NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	44
8.2.7	FLUXOGRAMA DA ESTRUTURA CURRICULAR	44
8.2.8	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS: EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	46
8.2.9	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVAS: EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	75
9	PRESSUPOSTOS DE APRENDIZAGEM	79
10	CORPO DOCENTE	82
11	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	87
12	INSTALAÇÕES, LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS	88
12.1	INSTALAÇÕES	88
12.2	LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS	88
13	POLÍTICAS DO CURSO	95
13.1	POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE	95
13.2	POLÍTICA DE ENSINO E PESQUISA	95
13.3	POLÍTICA DE EXTENSÃO	96
13.4	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	97
14	NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	97
15	AVALIAÇÃO DO CURSO	98
15.1	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E	98

	ACOMPANHAMENTO NO ÂMBITO DO CONSELHO DE CURSO	
15.2	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	99
16	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
17	REFERÊNCIAS	105

1. INTRODUÇÃO

1.1. Histórico da UFERSA e *Campus Pau dos Ferros*

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA originou-se da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) em Universidade Federal, consolidada em três décadas de intenso trabalho e que culminou com o encaminhamento, em janeiro de 1994, do ofício ESAM/MR/№ 013/94 ao Ministro da Educação, Sr. Murilo Hingel. Esse ofício requeria a transformação da ESAM em Universidade Federal de Mossoró. Em 29 de julho de 2005, enfim, foi criada a UFERSA através da sanção do Senhor Excelentíssimo Presidente da República, através da Lei № 11.155, publicada no Diário Oficial da União em 01 de agosto de 2005, seção 1, número 146.

Após a adesão da UFERSA, decisão do CONSUNI/UFERSA № 046 de 25 de outubro de 2007 ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a UFERSA solicitou ao Ministério da Educação – MEC a implantação do Campus Pau dos Ferros. Sua criação foi pactuada junto ao MEC em 18 de abril de 2012.

Com a criação da UFERSA *Campus Pau dos Ferros*, a Universidade pode implantar o Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, integral e noturno, atendendo a proposta pedagógica de bacharelado interdisciplinar, já implantada quando da reestruturação curricular orientada pelo REUNI. O Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia contempla os componentes curriculares básicos de formação, incluindo o conhecimento em cálculo, física, química, desenho entre outros além dos componentes curriculares eletivos em Engenharia Civil e Engenharia da Computação, como base para a escolha profissional mais específica.

1.1.1. Missão

A UFERSA tem como mister, segundo o artigo 2º de seu Estatuto, missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013 e em seus documentos oficiais, que é o de:

“produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais

capazes de atender demandas da sociedade”.

Eis aí revelada a verdadeira missão e vocação da UFERSA, mister esse que ora se coroa com o curso aqui proposto.

1.1.2. Objetivos da UFERSA

Eis objetivos da UFERSA, segundo o que estabelece o artigo 4º de seu Estatuto:

a) ministrar ensino superior visando o desenvolvimento do espírito político-científico e sócio-ambiental, desenvolvendo pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária estabelecendo uma relação aberta e recíproca com a sociedade, garantindo a sua sustentabilidade;

b) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, a contribuição ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e a difusão da cultura, adequando em nível superior o entendimento do homem em relação ao meio em que vive;

c) contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, dando ênfase à região semiárida brasileira, visando a elevação do índice de desenvolvimento humano por meio de pesquisas e extensão, realizadas em seu âmbito;

d) estender à comunidade, sob todos os meios possíveis, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Animados por estes objetivos é que se elabora o curso ora em comento.

1.1.3. Organização Administrativa

Conforme o Regimento Geral da UFERSA Art. 2º, para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, estruturar-se-á em Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Departamentos e Colegiados de Curso com finalidades perfeitamente definidas e funções próprias de organização acadêmica.

Parágrafo único. A Universidade contará, ainda, com órgãos suplementares que terão atribuições específicas definida quando da solicitação de sua criação pelo Reitor ao Conselho Universitário. Art. 3º A Administração Superior será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Universitária – AU.
- b) Conselho Universitário – CONSUNI.
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.
- d) Conselho de Curadores – CC.
- e) Conselho Consultivo – CONSUL.

f) Reitoria.

1.1.4. Contexto Educacional

Para que a engenharia possa se realizar como ciência e como tecnologia, FREYRE (2010) dizia que ela deve contemplar, além das suas questões físicas, as dimensões humana e social. Essa é a essência do que versa a última obra escrita pelo autor, publicada no ano de sua morte, 1987:

“Homens, engenharias e rumos sociais:
em torno das relações entre os homens de hoje,
sobretudo os brasileiros, e as três engenharias indispensáveis às políticas de
desenvolvimento e segurança, por um lado, e, por outro,
a ajustamentos a espaços e a tempos – a engenharia física, a humana e a social –
considerando-se, inclusive, o desafio, a essas engenharias, das selvas do Brasil:
em particular, das amazônicas.”

Historicamente a partir de 1996, algumas medidas começaram a ser implantadas com a finalidade de normatizar o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições de Ensino do país. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, estabelecida pela Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 no seu Art. 53, inciso II, assegura que as Universidades têm o direito de fixar os currículos dos seus cursos e programas, desde que fossem observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Em 03 de Dezembro de 1997, conforme Parecer CNE/CES nº 776, de 3 de dezembro de 1997, o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), instituiu as Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação.

Além de todas estas diretrizes, foram criadas também as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia, conforme Parecer CNE/CES n.º 1.362, de 12 de dezembro de 2001 e em 2002 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia conforme Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002. Este PPC é baseado nas normas e diretrizes citadas, em consonância com o projeto pedagógico da UFERSA.

Em 2007, foi criado pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril, o REUNI, já citado anteriormente, como parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano

Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública.

Contexto educacional no século XXI

Segundo BEAUCLAIR (2007), saber aprender e ensinar no século XXI é permanente desafio à construção de um cotidiano escolar onde seja possível fazer valer as dimensões humanas da Ética e da Cidadania Ativa. Num tempo de revisões paradigmáticas em importantes campos do Conhecimento, da Ciência e Tecnologia, a Psicopedagogia pode auxiliar neste movimento, propondo estratégias e ações que viabilizem a melhoria dos processos de aprender, ensinar e conviver nos espaços institucionais de nossa atualidade. A proposta aqui apresentada é a de refletirmos sobre como tais ações e estratégias podem contribuir para que aprendizagens significativas sejam vivenciadas por todos os envolvidos na magia de educar, capacidade humana que faz com que sentidos e significados sejam despertados para um viver ético e cidadão.

O educador do século XXI, figura expressiva nesse contexto, deve contribuir para a formação de um indivíduo responsável, independente e cidadão, devendo estar atento à realidade atual, onde o aluno recebe informações a todo instante, devido às facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação (GADOTTI, 2000).

Atualmente o debate é acerca da importância da flexibilização curricular no âmbito da educação superior com os princípios da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e os princípios da autonomia universitária, estabelecidos na Constituição Federal. A análise sobre a dimensão que assume uma nova concepção de currículo, pressupondo a utilização de uma dinâmica flexível, na qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são fundamentais.

1.2. Proposta para a criação do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Com a adesão da UFERSA (DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 046, de 25 de outubro de 2007) ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para

proporcionar às Universidades Federais condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos alunos no ensino superior; e considerando a necessidade de promover a interiorização da educação superior pública federal no Estado do Rio Grande do Norte como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social, a UFERSA solicitou ao Ministério da Educação (MEC) a implantação do *Campus* Pau dos Ferros. Assim, aos 18 de abril de 2012, foi pactuada, junto ao MEC, a criação do *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros, na Secretaria de Educação Superior, em Brasília. Nesse contexto, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido procura reconstruir o seu projeto de desenvolvimento e consolidação, trazendo indicativos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional relacionados à responsabilidade social e inserção regional.

Nesse sentido, a pactuação do *Campus* Pau dos Ferros da UFERSA, é contemplada com a proposta de 4 cursos na área de engenharia, sendo estas: Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica e Telecomunicação.

Com a discussão da estrutura do *Campus* Pau dos Ferros da UFERSA, iniciou-se o debate sobre a possibilidade de adequação de outros cursos a serem ofertados nessa unidade acadêmica. Com isso, percebeu-se a necessidade de repensar os cursos contemplados, uma vez que a escolha deveria ser realizada levando em consideração os seguintes aspectos: demanda de mercado profissional; aptidão econômica da região; ofertas de cursos por outras Instituições de Ensino Superior - IES próximas; carência profissional na região; infraestrutura do *campus*; interesse dos alunos e fortalecimento de grupos de pesquisa, ensino e extensão na referida unidade acadêmica.

Diante das grandes preocupações ambientais existentes mundialmente, vemos a cada dia se expandirem no Brasil políticas voltadas para o fortalecimento de ações que assegurem o desenvolvimento econômico sustentável no país, estando em evidência a necessidade de profissionais com conhecimentos voltados para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias voltadas para a proteção do meio ambiente, principalmente, nos danos causados pela ação humana.

No contexto de crises econômicas, de crescimento e aglomerações urbanas, de catástrofes climáticas e naturais ocasionadas por atividades produtivas do homem sem planejamentos adequados e sem respeitar os limites dos recursos naturais, torna-se pertinente reconhecer a importância do engenheiro ambiental na busca de soluções viáveis aos problemas que requerem prevenção e atividades corretivas, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável na sociedade.

Pode-se observar, portanto, que o engenheiro ambiental e sanitarista tem um amplo campo de atuação, existindo demandas significativas no mercado para o exercício profissional do egresso do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, requerido como indispensável em tempos de tantos problemas ambientais sofridos atualmente, como escassez de água, poluição da mesma, do ar e do solo. Assim, a demanda profissional está presente independente de estado ou região, pois, há grande carência no país, tanto no fator de planejamento e medidas que promovam a preservação da qualidade da água, do ar, do solo, quanto no fator que combata a poluição causada por indústrias, que estejam voltados para o desenvolvimento de redes eficientes de distribuição de água e de estações de tratamento de esgoto, que avaliem o impacto de grandes obras sobre o meio ambiente, que tratem a poluição atmosférica, e que previnam e controlem a erosão causada por falta de planejamento e acompanhamento do desenvolvimento econômico e social.

O curso foi pensado para oferta no turno noturno, primeiro, pela viabilidade dessa Engenharia ser ofertada a noite, e segundo, por considerar a demanda de estudantes egressos do BCT noturno, que em maioria, são pessoas que já têm uma vida produtiva ou residem em municípios circunvizinhos, sendo mais favorável para eles o ingresso num curso noturno. O fato de ser noturno, não prejudica a realização de aulas de campo/visitas técnicas, uma vez que são atividades esporádicas, previamente agendadas.

A partir disso, e pensando na responsabilidade social que a UFERSA Campus Pau dos Ferros assume na região semiárida do interior do Brasil, a proposta de criação do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, com foco também sanitarista, surge como caminho para que possamos contribuir, enquanto Universidade, com o desenvolvimento econômico e social da região, do estado do Rio Grande do Norte e do Brasil, de forma sustentável.

Além disso, a escolha pela Engenharia Ambiental e Sanitária na UFERSA Campus Pau dos Ferros coaduna com a proposta de fortalecimento de uma área de conhecimento (construção, planejamento urbano, tecnologia) que viabilizará o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa, ensino e extensão, especialmente, com a Engenharia Civil. Isso foi pensado, principalmente, já visualizando as possibilidades de criação de cursos em nível de pós-graduação no futuro.

É oportuno destacar também, que a referida proposta justifica-se na medida em que visa compartilhar a infraestrutura de obras, laboratórios e equipamentos entre vários cursos, bem como o corpo docente e pessoal administrativo. Para tanto, percebe-se que proposta atual tem viabilidade de implementação, por realizar uma otimização dos

recursos, e formada por cursos que sempre estiveram dentro do debate, sejam pelo anseio da comunidade externa, demanda de mercado ou, ainda, aptidão econômica da região.

1.3. Histórico do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

No Brasil, a Engenharia Ambiental surgiu a partir da perda de espaço da Engenharia Sanitária, que era mais focada em recursos hídricos e com uma forte ligação com a Engenharia Civil. A partir da década de 1980, a preocupação ambiental começava a ter um destaque crescente, surgindo, assim, a necessidade de criar outra disciplina, mais multidisciplinar. O primeiro curso de Engenharia Ambiental surgiu em 1992 na Universidade Federal de Tocantins - **UFT**, ainda muito focado na realidade regional. Em 1994, tornava-se realidade o segundo do Brasil, na Universidade Luterana do Brasil - **ULBRA-RS**.

Posteriormente, com o advento da disciplina em diversas faculdades, elaborou-se uma matriz curricular, criando uma base para esses cursos, fazendo com que as disciplinas estudadas fossem semelhantes em todo país. Porém ainda manteve-se a presença de matérias ligadas a questão local, visando maior especialidade dos engenheiros ambientais.

No estado do Rio Grande do Norte, a primeira instituição a oferecer o curso de graduação em Engenharia Ambiental foi a Universidade Potiguar - **UNP** em 2010, a segunda foi a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - **UFRN** em 2011 e, a terceira, a Faculdade Mauricio de Nassau - **FMN** recentemente, em 2013. No país, atualmente, somam-se 303 cursos presenciais de Bacharelado em Engenharia Ambiental, refletindo uma crescente atração de ingressos nesta área.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), *Campus* Pau dos Ferros em busca da consolidação de sua premissa maior relacionada à responsabilidade social e inserção regional através da implementação de cursos de Engenharia, propõe uma adequação dos seus cursos de tecnologia e a criação de novos cursos que possibilitem aos alunos do Bacharelado em Ciência e Tecnologia – BCT um leque maior de opções que favoreçam a profissionalização específica em diversas áreas da engenharia. Com o intuito de melhor definir as áreas de atuação dos alunos concluintes do bacharelado, a UFERSA *Campus* Pau dos Ferros, após deliberação de seu colegiado, propôs a criação dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental e Sanitária, além das Engenharias Civil e da Computação, já pactuado anteriormente.

Neste sentido, a UFERSA *Campus* Pau dos Ferros propõe a criação do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, no período noturno, sendo, então, a quarta instituição do estado do Rio Grande do Norte a oferecer este bacharelado. Dentro deste contexto, o

profissional de Engenharia Ambiental e Sanitária, com a sua formação nos mais variados campos do conhecimento, através do desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias, poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, principalmente da Região Oeste do Rio Grande do Norte.

A Engenharia Ambiental e Sanitária busca conciliar de maneira harmoniosa desenvolvimento e meio ambiente, visando o levantamento e a redução de possíveis danos ocasionados pelo ser humano através de sua influência na natureza. Para isso, o profissional tem uma formação multidisciplinar, com conhecimentos de Química, Física e Matemática, além destas áreas específicas como hidrologia, climatologia, saúde ambiental, tratamento de efluentes, tratamento de resíduos, avaliação de impacto ambiental, gestão ambiental, planejamento, monitoramento ambiental, entre outros. Os currículos dos cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária são muito diferentes, inclusive dentro do mesmo estado. As Universidades montam os cursos, conforme as particularidades do ambiente que as circunda e a necessidade regional do mercado de trabalho, por isso as matrizes curriculares de engenharia ambiental e sanitária se tornam tão amplas e até mesmo difíceis em definir o que pode ou não ser feito por este profissional, apesar de possuírem o mesmo título na sua formação acadêmica, Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

No que se refere às questões ambientais, existe uma demanda por profissionais com conhecimentos abrangentes, dado a complexidade e diversidade dos temas envolvidos. Considerando que o desenvolvimento acelerado e o avanço da tecnologia ocasionam impactos sociais e ambientais diversos e preocupantes, é necessário que profissionais da área ambiental possam atuar tecnicamente, porém, com formação humanista e crítica de modo a atuar como agente modificador a favor de um comportamento sustentável, beneficiando a sociedade como um todo.

2. JUSTIFICATIVA

A demanda por profissionais com formação específica em áreas das Ciências Exatas e Tecnológicas, voltada à resolução de problemas ambientais, é crescente, dada a reconhecida capacidade humana de intervir, impactar e conceber ecossistemas. Nesse sentido, é essencial a habilidade de dimensionar com acurácia e capacidade crítica a sua atuação na busca de um equilíbrio entre o conforto à vida humana e à conservação da natureza.

Essa demanda vem crescendo a cada dia e projeções apontam que, até 2020, haverá um aumento de 59% nas perspectivas de contratação em profissões relacionadas ao Meio Ambiente. Dentre as nove profissões que terão mais vagas em oito anos, Engenharia Ambiental alcançou a oitava posição. As estimativas são de pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Para o estudo, a Firjan contou com a participação de 402 empresas, que juntas empregam 2,2 milhões de brasileiros.

A estrutura proposta para o curso objetiva a formação de profissionais de Engenharia que tenham forte embasamento nas Ciências Básicas (matemática, química, física e biologia), permitindo fundamentação sólida em Ciências de Engenharia e, mais especificamente, em Ciências de Engenharia Ambiental e Sanitária. O objetivo a ser cumprido com essa forte fundamentação é a criação, geração e desenvolvimento de novas tecnologias e aplicação de tecnologias consolidadas para prevenção e controle da poluição ambiental. Além disso, o Engenheiro Ambiental e Sanitarista estará apto a participar nos estudos de caracterização ambiental, na análise de suscetibilidades e vocações naturais do ambiente e na elaboração de estudos de impactos ambientais.

A existência de profissionais com essas características é certamente importante na implantação de qualquer modelo de desenvolvimento econômico, tanto na prevenção, quanto na minimização dos impactos que a atividade humana provoca no ambiente. Os impactos ambientais das diversas tecnologias e a inserção do meio ambiente nos processos de tomada de decisão e no planejamento de grandes obras de engenharia vêm adquirindo crescente relevância em todo o mundo, projetando a necessidade de profissional com formação qualificada e capacitada para estudar, exercer controle, gerar e monitorar práticas ambientais antrópicas e de degradação ambiental.

O curso de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal Rural do Semiarido em Pau dos Ferros tem como objetivo principal o suprimento desta necessidade acadêmica e profissional nos cursos atualmente oferecidos em todo o país. Como mencionado anteriormente, existe uma deficiência de profissionais qualificados e um ensejo das empresas por estes profissionais.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Objetivo Geral

O curso de Engenharia Ambiental e Sanitária vislumbra formar profissionais que buscam a solução de problemas de planejamento, execução e gerenciamento de projetos,

utilizando conhecimentos de engenharia, de forma a preservar a natureza, bem como seus recursos, isto é, desenvolvendo e aplicando ações tecnológicas para proteger o ambiente dos danos causados pela ação crescente, decorrentes das atividades humanas.

O curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária, da Universidade Federal Rural do Semiárido, visa formar Engenheiros Ambientais e Sanitaristas, com base sólida em engenharia, aptos a desenvolver ou solucionar problemas, com uma visão aprofundada das necessidades de preservação, controle e recuperação ambiental, isto é, proporcionar ao Engenheiro Ambiental e Sanitarista a capacidade de projetar e construir obras com uma visão da responsabilidade para com as futuras gerações, onde o ambiente é o meio para gerar-lhes bem estar e desenvolvimento.

Proporcionar aos egressos uma formação profissional, que habilite-o nas diversas ramificações da Engenharia Ambiental e Sanitária, isto é, na criação e aprimoramento de metodologias e tecnologias de projeto, na área de construção, operação e manutenção de sistemas de Engenharia Ambiental, no diagnóstico e caracterização do meio ambiente, no controle da qualidade ambiental, na área de recuperação do meio ambiente e de ações visando preservar a qualidade ambiental, através de metodologias como o gerenciamento e o planejamento ambiental.

Formar profissionais com conhecimentos nas áreas de Engenharia Ambiental, Sanitária, Civil, Mecânica, Química e também na área da Saúde.

3.2 Objetivos Específicos

O Curso de Engenharia de Ambiental e Sanitária visa formar um engenheiro com uma sólida formação técnica, científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística em atendimento às demandas da sociedade. Essa formação favorecerá a atuação em Engenharia, envolvendo os campos da Matemática, Física e Química, contando com o adequado suporte de conhecimento em Informática, Biologia, Geociências, Ecologia, Legislação e Administração.

É, igualmente, objetivo do curso proporcionar condições para a formação de um profissional em Engenharia Ambiental e Sanitária com formação e dedicação para pesquisar, elaborar e propor soluções que permitam a integração harmônica das atividades humanas com o ambiente físico e os ecossistemas.

4. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal do Semi-Árido, UFERSA *Campus* Pau dos Ferros se dá por meio da obtenção da titulação em Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), como resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O Bacharelado em Ciência e Tecnologia – BCT está na base da proposta curricular das Engenharias da UFERSA. A partir deste bacharelado interdisciplinar os estudantes adquirem uma forte formação em ciências naturais e matemáticas e de importantes aspectos sociais e filosóficos envolvidos no trabalho com ciência e tecnologia.

A UFERSA propõe os cursos de Engenharia em dois ciclos de formação: 1º Ciclo (Três anos e meio): Bacharelado em Ciência e Tecnologia – BCT noturno; 2º Ciclo (Dois anos): Engenharia Ambiental e Sanitária.

No 1º ciclo, com duração mínima de três anos e meio (Noturno), a formação do discente constará da fundamentação básica (Matemáticas, Físicas, Químicas, Ciências Sociais e componentes curriculares básicas das Engenharias) e componentes curriculares profissionalizantes da modalidade Engenharia Ambiental e Sanitária. Após este primeiro ciclo o discente é diplomado em Bacharel em Ciência e Tecnologia.

O ingresso ao BCT é realizado conforme estabelecido pela Decisão CONSUNI/UFERSA 026/2009, de 30 de abril de 2009, por transferência, segundo Resolução CONSEPE/UFERSA 017/2007, de 04 de dezembro de 2007, ou como portador de diploma, segundo Resolução CONSEPE/UFERSA 002/2006, de 1º de junho de 2006 e Emenda CONSEPE/UFERSA 001/2011, de 15 de abril de 2011.

Após conclusão do BCT os alunos se submetem a um edital de chamada para inscrições nos cursos de formação específica, curso de engenharia, segundo normativa específica, dirigido ao público formado por:

- a) Portadores do título de bacharel obtido a partir do Bacharelado em Ciência e Tecnologia oferecido pela UFERSA;
- b) Portadores do título de bacharel obtido a partir do Bacharelado em Ciência e Tecnologia oferecidas por outra IES.

As vagas para os cursos de segundo ciclo, segundo normativa específica, devem ser oferecidas semestralmente aos candidatos que se classificarão com sua devida pontuação obtida, regulamentada em edital específico.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES

O curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Campus da UFERSA em Pau dos Ferros assume os seguintes princípios norteadores:

- A manutenção da vocação histórica da universidade, a liberdade de pensamento e a geração de novos conhecimentos, que lhes são característicos, reafirmando sua identidade como instituição formadora/produzora de conhecimentos e desencadeadora de desenvolvimento social;
- A garantia de um ensino que contemple a diversidade do conhecimento e que, simultaneamente, forme profissionais com competências em áreas específicas, capazes de incorporar valores que propiciem o pleno exercício profissional;
- A adoção de práticas pedagógicas que privilegiem a evolução dos conhecimentos produzidos, que mudam numa velocidade sem precedentes na sociedade contemporânea;
- O desenvolvimento de atividades de ensino e de iniciação científica para que o aluno pense com liberdade e saiba agir criticamente no contexto social mais amplo, o que implica desenvolver no aluno o saber-pensar e o saber-agir com reflexão e criatividade;
- A ênfase na integração da formação geral com a específica como condição básica para a formação profissional/humana, associando ciência, técnica e humanismo ético;
- A articulação entre teoria e prática, pois os conhecimentos devem sempre ser/estar, de alguma forma, vinculados à atividade prática dos seres humanos no mundo natural e social;
- A criação de condições para a busca do diferente, do novo (inusitado), de forma consequente. Em outras palavras, isso se traduz no incentivo e valorização de atitudes proativas, criativas e empreendedoras;
- A compreensão da importância e da necessidade da continuidade de estudos na formação profissional, partindo-se do entendimento de que a graduação constitui apenas a primeira etapa da formação de um engenheiro;
- A inter-relação entre docência, ciência/pesquisa e extensão na prática pedagógica, criando condições para o pensamento crítico e criativo.

6. PERFIL E COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EGRESSO

6.1 Perfil do Egresso

O Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária atende a formação do aluno de graduação a partir da sua entrada na Universidade e continua permanentemente durante o curso e, posteriormente, se assim o discente desejar. Este objetivo deve estar em consonância com os princípios propostos para a educação no século XXI, da UNESCO (2005): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. De acordo com o MEC, através do Conselho Nacional de Educação (CNE), Resolução CNE/CES nº11, no modelo de enquadramento das propostas de diretrizes curriculares, o perfil traçado para o profissional egresso do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária é o seguinte:

- Perfil Comum: formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação na identificação e resolução de problemas, levando em conta seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanista, em atendimento às demandas da sociedade;
- Perfil Específico: compreensão dos elementos e processos relativos ao ambiente natural e ao ambiente edificado, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Engenharia e a aplicação desse conhecimento na busca do desenvolvimento socioambiental e econômico; e domínio e permanente aprimoramento das abordagens científicas e suas aplicações em busca do desenvolvimento sustentável.

Para obter o perfil desejado, a proposta curricular propõe ênfase nas áreas de gestão de recursos naturais, recursos hídricos, saneamento ambiental, planejamento e gestão ambiental, gestão ambiental empresarial, poluição e controle ambiental em função das características ambientais da região.

6.2 Competências e Habilidades do Engenheiro Ambiental e Sanitarista

A profissão do Engenheiro Ambiental e Sanitarista é fiscalizada pelos Conselhos Estaduais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e suas competências e atribuições são definidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, lei nº 5.194, de 24/12/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, conforme o seu Art. 1º:

“**Art. 1º** - As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos, e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.”

As atribuições do Engenheiro Ambiental estão definidas na Resolução nº 447, de 22 de setembro de 2000, estando discriminadas da seguinte forma:

“**Art.2º** - Compete ao engenheiro ambiental o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução nº218, de 29 de junho de 1973, referentes à administração, gestão e ordenamentos ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos.

Parágrafo único - As competências e as garantias atribuídas por esta Resolução aos engenheiros, aos arquitetos, aos engenheiros agrônomos, aos geólogos ou engenheiros geólogos, aos geógrafos e aos meteorologistas, relativamente as suas atribuições na área ambiental.

Art.3º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.

Parágrafo único – Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.”

Tendo em vista a Resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura (CONFEA) nº1010 de 22/08/2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional, este projeto pedagógico do curso pretende que os egressos

recebam o título profissional de Engenheiro Ambiental e Sanitarista, conforme previsto no Art. 4º que versa sobre atribuições e títulos profissionais:

“**Art. 4º** - Será obedecida a seguinte sistematização para a atribuição de títulos profissionais e designações de especialistas, em correlação com os respectivos perfis e níveis de formação, e projetos pedagógicos dos cursos, no âmbito do respectivo campo de atuação profissional, de formação ou especialização:

(...)

III - para o diplomado em curso de graduação superior plena, será atribuído o título de engenheiro, de arquiteto e urbanista, de engenheiro agrônomo, de geólogo, de geógrafo ou de meteorologista, conforme a sua formação;

(...)

§ 1º Os títulos profissionais serão atribuídos em conformidade com a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema CONFEA/CREA, estabelecida em resolução específica do CONFEA, atualizada periodicamente, e com observância do disposto nos Arts. 7º, 8º, 9º, 10º e 11º e seus parágrafos, desta Resolução.

§ 2º O título de engenheiro será obrigatoriamente acrescido de denominação que caracterize a sua formação profissional básica no âmbito do(s) respectivo(s) campo(s) de atuação profissional da categoria, podendo abranger simultaneamente diferentes âmbitos de campos.”

A referida resolução, em seu artigo 5º, que estabelece as atribuições para o desempenho de atividades no âmbito das competências profissionais, diz que o egresso poderá desempenhar as seguintes atividades:

- **Atividade 01** – Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica;
- **Atividade 02** – Coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, especificação;
- **Atividade 03** – Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental;
- **Atividade 04** – Assistência, assessoria, consultoria;
- **Atividade 05** – Direção de obra ou serviço técnico;
- **Atividade 06** – Vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem;
- **Atividade 07** – Desempenho de cargo ou função técnica;
- **Atividade 08** – Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão;
- **Atividade 09** – Elaboração de orçamento;

- **Atividade 10** – Padronização, mensuração, controle de qualidade;
- **Atividade 11** – Execução de obra ou serviço técnico;
- **Atividade 12** – Fiscalização de obra ou serviço técnico;
- **Atividade 13** – Produção técnica e especializada;
- **Atividade 14** – Condução de serviço técnico;
- **Atividade 15** – Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- **Atividade 16** – Execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- **Atividade 17** – Operação, manutenção de equipamento ou instalação;
- **Atividade 18** – Execução de desenho técnico.

Parágrafo único – As definições das atividades referidas no caput deste artigo encontram-se no glossário constante do Anexo I desta Resolução.

O seu Art. 7º fala sobre as atribuições profissionais e coordenação de suas atividades:

“**Art. 7º**- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.”

Pode-se observar que as atribuições descritas estão colocadas de maneira genérica pela legislação. Isto se deve, principalmente, pelo fato de que os currículos dos cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária são muito diferentes, inclusive dentro do mesmo

estado. As Universidades montam os cursos, conforme necessidade regional do mercado de trabalho, por isso os mesmos se tornam tão amplos e até mesmo difíceis em definir o que pode ou não ser feito por este profissional, apesar de possuírem o mesmo título na sua formação acadêmica, Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

Cabe destacar, ainda, que o Engenheiro Ambiental e Sanitarista tem como atribuições:

- ✓ Diagnóstico do meio físico e biológico, procurando prover meios para sua conservação, pela educação, planejamento, prevenção e proteção dos recursos naturais renováveis e não-renováveis;
- ✓ Desenvolvimento de atividades associadas a gestão e manejo de resíduos e efluentes;
- ✓ Gerenciamento dos Recursos Hídricos;
- ✓ Planejamento do espaço urbano e rural;
- ✓ Desenvolvimento de novas tecnologias e alternativas de uso dos recursos naturais, estabelecendo padrões educativos e técnicos para estimular a convivência sociedade-natureza;
- ✓ Compreensão dos aspectos educacionais, tecnológicos, culturais, éticos e sociais da gestão ambiental, estabelecendo os fundamentos da sustentabilidade.

6.3. Campo de Atuação

O mercado de trabalho para o Engenheiro Ambiental e Sanitarista é formado por empresas públicas ou privadas, órgãos Governamentais nas três esferas de atuação, além de organizações sociais de interesse público e organizações não governamentais.

No que se referem aos organismos públicos, privados e não governamentais destacam-se aqueles que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, destacando-se: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, empresas de consultoria em meio ambiente, entre outros. O Engenheiro Ambiental e Sanitarista poderá atuar em empresas privadas como: Vale, Vicunha, Odebrech, Estre Ambiental, Haztec, Foz do Brasil, entre outras, que requerem um profissional para tratar das atividades ligadas à gestão ambiental; Construtoras que desenvolvam projetos ambientais e civis; Empresas públicas e de economia mista como Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Secretarias de Recursos Hídricos - SRH, Companhias de Gestão dos Recursos Hídricos, Agência

Nacional de Águas, Companhias de Saneamento, Serviços Autônomos de Água e Esgoto e Agências Reguladoras, além de órgãos ligados à legislação e fiscalização ambiental como Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério das Cidades, Ministério Público, IBAMA, Secretarias estaduais e municipais do Meio Ambiente.

Além disso, é um profissional com grandes oportunidades nos comitês e agências de monitoramento de bacias hidrográficas, considerando as exigências legais que determinam a utilização da bacia hidrográfica como unidade básica de gestão, proporcionando grandes destaques à questão ambiental.

Há também o grande passivo ambiental que necessitará de um profissional preparado para delinear e executar ações de redução dos impactos provenientes das diversas atividades industriais como a de produção de cana-de-açúcar e álcool, da geração de resíduos sólidos urbanos, entre outros campos de atuação, tanto no âmbito nacional como no âmbito regional e local.

Assim, o mercado para o Engenheiro Ambiental e Sanitarista é promissor junto à esses órgãos e companhias, dada sua capacitação técnica específica. As empresas de consultoria que elaboram planos de uso do solo, Estudos de Impactos Ambientais (EIA), Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), pareceres técnicos e projetos específicos na área ambiental, constituem seguramente um dos principais mercados de trabalho para este profissional. As grandes empresas de extração e de transformação, bem como as de geração de energia, apresentam demanda crescente por profissionais com perfil de Engenheiro Ambiental e Sanitarista, notadamente em regiões que apresentam problemas de saturação de atividades e conflitos de uso dos recursos naturais.

É oportuno destacar também a atuação na área de Gestão Ambiental Empresarial, através da implementação de sistemas de Gestão Ambiental, desenvolvimento de Ações de Responsabilidade Socioambiental e acompanhamento e condução de Auditoria Ambiental.

Deve-se lembrar das inúmeras oportunidades em consultorias que trabalham com projetos na área ambiental como abastecimento/tratamento de água, esgotamento sanitário, tratamento de esgotos sanitários e industriais, resíduos sólidos urbanos e industriais, drenagem urbana, recuperação de áreas contaminadas e degradadas, estudos de impacto ambiental, certificação ambiental, planejamento ambiental, implantação de tecnologias limpas de produção, projetos de reúso de águas, projetos ligados a fontes de energia renovável, dentre outros.

O egresso do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária da UFRSA tem como campos de atuação:

- ✓ Empresas privadas
- ✓ Consultorias
- ✓ Órgãos governamentais
- ✓ Entidades ambientalistas
- ✓ Companhias de saneamento
- ✓ Empresas da construção civil que desenvolvam projetos sustentáveis
- ✓ Gerenciamento e implantação de Processos em indústrias
- ✓ Projetos de reflorestamento e reciclagem
- ✓ Restauração de áreas poluídas
- ✓ Pesquisador em centros ou universidades
- ✓ Elemento de interligação de outras profissões com o intuito de gerenciamento ambiental, etc.
- ✓ Desenvolvimento Tecnológico Ambiental;
- ✓ Gestão de Recursos Hídricos;
- ✓ Gestão de Recursos Naturais;
- ✓ Planejamento Territorial e Gestão Ambiental.

7. BASES LEGAIS DO CURSO

O Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do *Campus* da UFRSA em Pau dos Ferros norteia-se pelos seguintes documentos que constituem suas bases legais:

- **Resolução CNE/CES n. 11**, de 11 de março de 2002 (baseada na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995 e com fundamento no Parecer CES 1.362/2001) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia;

- **Resolução CNE/CES n. 02**, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

- **Resolução CONFEA n. 1.010**, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional;

- **Resolução CONFEA n° 310**, de 23 de julho de 1986, que confere as atribuições profissionais de Engenheiros Sanitaristas e Resolução CONFEA n° 447, de 22 de setembro de 2000, que confere as atribuições profissionais de Engenheiros Ambientais;

- **Portaria MEC 1.693**, de 5 de dezembro de 1994, que cria a área de Engenharia Ambiental;

- **Resolução CONFEA 218**, de 29 de junho de 1973, que dispõe sobre as diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

- **Decreto 5.296/2005**, que regulamenta as normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, e **Portaria MEC n 3.284**, de 07 de dezembro de 2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, de credenciamento de instituições;

- **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- **Lei n° 11.788**, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

- **Decreto 5.626/ 2005**, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- **Lei n° 6.938**, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

- **Lei n° 9.795**, DE 27 DE ABRIL DE 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- **Regimento Geral da UFERSA**, que disciplina a organização e funcionamento comuns aos diversos órgãos e serviços da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), complementando o Estatuto a que se incorpora;

- **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFERSA**, que define a Missão Institucional e as estratégias para atingir suas metas e objetivos;

- **Projeto Pedagógico Institucional da UFERSA**, que traça as diretrizes pedagógicas da Instituição para todo o desenvolvimento da formação em nível superior, apresentando os fundamentos históricos, epistemológicos, filosóficos, pedagógicos, éticos

e políticos que norteiam todas as atividades – ensino, pesquisa, extensão e gestão – desenvolvidas na Universidade.

- **Resolução CONSEPE/UFERSA nº 01/2008**, de 17 de abril de 2008, dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFERSA;

- **Resolução CONSEPE/UFERSA nº 008**, de 21 de outubro de 2010, dispõe sobre Conselho de Curso de Graduação da UFERSA;

- **Resolução CONSEPE/UFERSA nº 009**, de 21 de outubro de 2010, dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE na UFERSA;

- **Resolução CD n. 26**, de 06 de dezembro de 1999 e suas alterações, que dispõem sobre o Sistema de Avaliação Discente da Resolução CD n. 26, de 06 de dezembro de 1999;

- **Resolução CONSEPE/UFERSA n. 001**, de 14 de março de 2013, estabelece normas gerais relativas aos Trabalhos de Conclusão de Curso da UFERSA;

- **Resolução CONSEPE/UFERSA n. 012**, de 17 de setembro de 2013, regulamenta a oferta de componentes curriculares na modalidade à distância nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA;

- **Resolução CONSEPE/UFERSA nº 003**, de 7 de junho de 2006, institui o regime de créditos no âmbito da UFERSA;

- **Resolução CONSEPE/UFERSA nº 008**, de 30 de novembro de 2006, dispõe sobre as normas que regulamentam o regime de exercícios domiciliares da UFERSA;

- **Decisão CONSEPE/UFERSA nº 22/2005**, que rege sobre as atividades de estágio no âmbito da UFERSA;

8. PROPOSTA CURRICULAR

8.1 Estratégias utilizadas

O curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFERSA *Campus* Pau dos Ferros tem como objetivo integrar a ciência e a tecnologia, para aplicá-las no mercado de trabalho, visando atender as demandas da sociedade, do setor público e privado no tocante às tecnologias ambientais necessárias para equacionar os problemas ambientais vigentes.

Dessa forma, o curso oferecerá 30 vagas semestrais no período noturno, sendo dividido em 11 semestres, totalizando cinco anos e meio para sua integralização. A carga horária total do curso é de 3.780 horas, divididas entre componentes curriculares

obrigatórios, optativos e eletivos, estágios, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso.

O Currículo Pleno do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária inclui os conteúdos necessários à formação de um engenheiro ambientalista pleno, ou seja, os componentes curriculares que representam o desdobramento das matérias do Currículo Mínimo (componentes curriculares obrigatórios), complementado com os componentes curriculares de caráter eletivo, assim como, Atividades Complementares (Flexibilização Curricular - componentes curriculares optativos e outras atividades acadêmicas), que atendem às exigências de sua programação específica, às características da instituição e às diferenças individuais dos alunos.

É Currículo Pleno estruturado com um tempo médio de 5 (cinco) anos e meio (11 períodos). Vale dizer que o currículo poderá também, ser integralizado num prazo mínimo de 05 (cinco) anos (10 períodos) ou em um prazo máximo de 10 (dez) anos e (20 períodos). Portanto, seguir a matrícula proposta é a melhor forma de o estudante concluir o Curso na duração média prevista, devendo cumprir integralmente o Currículo Pleno, a fim de que possa qualificar-se para a obtenção do diploma que lhe confira direitos profissionais.

As aulas serão ministradas de segunda a sexta-feira, no período noturno, o que favorece ao acadêmico que já se encontra no mercado de trabalho, bem como sem implicar na redução da qualidade da formação profissional recebida. Entretanto, o aluno com disponibilidade e interesse tem a oportunidade de enriquecer a sua qualificação, complementando-a com atividades extracurriculares e complementares, tais como projetos de pesquisa e intervenção e ações de extensão. Vale ressaltar, que serão ministradas componentes curriculares aos sábados com perfil prático, como atividades laboratoriais.

Em se tratando de Estágio Supervisionado curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária, o acadêmico terá que realizar duas vivências, sendo o primeiro voltado para fins de pesquisa, investigação científica e ações de extensão, realizado no 10º período com carga horária de 180 horas e, o segundo direcionado para fins de atuação no mercado profissional empresarial, com carga horária de 180 horas.

Cabe ressaltar, que no último semestre o discente não terá créditos em componentes curriculares presenciais a cumprir, disponibilizando seu tempo para dedicar-se à realização de Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária II e à integralização das Atividades

Complementares, com flexibilidade para realizar estágios em outras cidades e inclusive, outros estados.

As Atividades Complementares serão de 150 horas e envolvem as seguintes ações: participação em palestras, seminários, congressos, apresentação de trabalhos técnicos e científicos em eventos acadêmicos, realização de projetos de pesquisa (iniciação científica) e extensão, consultorias através de Empresa Júnior, realização de intercâmbios, entre outras atividades pertinentes.

Nesse sentido, acredita-se ser esta uma forma de facilitar o ingresso do estudante no mercado de trabalho, uma vez que ele poderá se dedicar quase que integralmente ao estágio e terá mobilidade para viagens; ainda, esta estratégia pode representar um grande diferencial do curso em relação aos outros cursos de Engenharia Ambiental existentes.

Em consonância com o disposto na Resolução CNE/CES 11/ 2002, a proposta curricular compreende três núcleos: Núcleo de Conteúdos Básicos; Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais; Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos e; Núcleos de Conteúdos Complementares. Vale salientar, também, que a composição curricular apresentada desdobra os temas abordados na formação exigidos pelas Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior (2010).

Com isso, organizou-se a estrutura do curso de forma que o aluno além de componentes curriculares teóricos adquira conhecimentos práticos com aulas de laboratório, de campo e visitas técnicas, familiarizando-se com a realidade do mercado de trabalho, demandas da sociedade e situações socioambientais presentes nas diversas áreas de atuação.

Paralelamente à formação técnica na área de Engenharia Ambiental, o acadêmico terá oportunidade de trabalhar habilidades e competências da área de humanidades e aprofundar conhecimentos em campos específicos, já que são disponibilizadas componentes curriculares eletivos nestas áreas. Cabe destacar, que o estudante também poderá cursar componentes curriculares em qualquer *Campi* da Universidade, pois será contemplado com créditos previstos para qualquer componente curricular oferecido pela UFERSA.

8.2 Estrutura Curricular

A estrutura curricular, estruturada em onze períodos letivos, permite ao aluno, que assim desejar, antecipar alguns componentes curriculares, uma vez que a estrutura foi

criada de modo que existam componentes curriculares compatíveis entre o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo.

Nesse sentido, o currículo é caracterizado por um conjunto de componentes curriculares obrigatórios, eletivos e optativos, que permitem uma sólida formação geral e específica ao egresso. A estrutura curricular é formada por 2.850 horas de componentes curriculares obrigatórios, 60 horas de Trabalho Final de Graduação (obrigatório), 360 horas de componentes curriculares eletivos, 360 horas de Estágio Supervisionado Curricular, 150 horas atividades complementares e/ou componentes optativos, sendo assim uma sequência de componentes e atividades ordenadas, ofertadas em regime semestral, ou seja, por períodos, divididos, ainda, em 1º e 2º ciclos.

Para isso, definiu-se a Estrutura Curricular com base na Resolução CNE/CES 11/2002, sendo composta pelos seguintes núcleos: Núcleo de Conteúdos Básicos; Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais; Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos e; Núcleos de Conteúdos Complementares. Tal definição é exposta a seguir:

Conteúdos Básicos - os componentes curriculares com conteúdo de formação básica são todas obrigatórias, visam proporcionar ao aluno uma formação básica científica e tecnológica, fornecendo os meios adequados para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o cenário em que está inserida sua profissão, incluindo as dimensões históricas, econômicas, políticas e sociais.

Conteúdos Profissionalizantes Gerais - os componentes curriculares com conteúdo de formação profissional são todas obrigatórias, têm por finalidade promover capacitação instrumental ao aluno, por meio do estabelecimento de métodos de análise e de síntese, e aprofundamento teórico-prático do ferramental que foi desenvolvido nos componentes curriculares de formação básica para que possa intervir no desenvolvimento da área da Engenharia Ambiental e Sanitária, seja na análise ou na síntese de soluções de problemas.

Conteúdos Profissionalizantes Específicos - os componentes curriculares com conteúdo de formação profissional específico são todas optativas e têm por finalidade o aprimoramento de técnicas avançadas em uma área específica da Engenharia Ambiental e Sanitária, proporcionando ao aluno, à sua escolha, um refinamento do campo de estudo que lhe seja mais atrativo.

Conteúdos Complementares - os componentes curriculares com conteúdo de formação complementar, aqui elencadas num grupo denominado de Atividades

Complementares são as 150 horas em atividades extracurriculares, e as atividades obrigatórias Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Estágio Supervisionado I e II.

8.2.1. Coerência do Currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais

A estrutura curricular do curso foi construída a partir a partir da Resolução CNE/CES Nº 11/2002 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Engenharia. O art. 5º dessas diretrizes diz que “cada curso de Engenharia deve possuir um projeto pedagógico que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas”. Diz ainda nos parágrafos deste artigo que, “deverão existir os trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, sendo que, pelo menos, um deles deverá se constituir em atividade obrigatória como requisito para a graduação”, e que deverão também ser estimuladas atividades complementares. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Engenharia dividem a matriz curricular em três partes constituídas por um núcleo de conteúdos básicos, um núcleo de conteúdos profissionalizantes e um núcleo de conteúdos específicos que caracterizem a modalidade da engenharia e as especificidades da região.

Tomando como base o perfil do profissional que desejamos formar, as especificidades da região, as necessidades das empresas e instituições também da região, as normas e determinações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, construiu-se uma matriz curricular visando fornecer aos estudantes uma formação generalista, que permite aos mesmos uma especialização em uma área de seu interesse e de interesse da sociedade como um todo. Este Projeto Pedagógico do Curso (PPC) também teve como base a resolução nº. 1.010 de 22 de agosto de 2005, estabelecida pelo CONFEA. A mesma dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

A Tabela 01 apresenta um resumo da carga horária a ser cumprida pelo ingresso no curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, do 1º ao 7º período, e do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, do 8º ao 11º período e seus respectivos percentuais.

Tabela 01: Síntese Integração de Conhecimentos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

SÍNTESE INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS	PERCENTUAL	CARGA	CRÉDITO
-------------------------------------	------------	-------	---------

		HORÁRIA	
Núcleo de Conteúdos Básicos	43,65%	1650 H	110
Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais	17,46 %	660 H	44
Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos	23,81%	900 H	60
Estágio Supervisionado Curricular	9,52 %	360 H	24
Trabalho de Conclusão de Curso	1,59 %	60 H	04
Atividades Complementares	3,97%	150 H	-
TOTAL	100%	3780 H	242

8.2.2. Núcleo de Conteúdos Básicos

Os componentes curriculares com conteúdo básico são todos obrigatórios, visando proporcionar ao aluno uma formação básica científica e tecnológica, fornecendo assim as condições adequadas para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o cenário em que está inserida sua profissão, incluindo também a inserção das variáveis humanas, sociais, políticas, econômicas, filosóficas e históricas. Tais componentes pertencem ao 1º ciclo do curso, onde os componentes curriculares serão aproveitadas a partir do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia, o Núcleo de Formação Básica é composto de componentes curriculares, que contemplam os seguintes tópicos: Metodologia Científica e Tecnológica, Comunicação e Expressão, Informática, Expressão Gráfica, Matemática, Física, Fenômenos de Transporte, Mecânica dos Sólidos, Eletricidade Aplicada, Química, Ciência e Tecnologia dos Materiais, Administração, Economia, Ciências do Ambiente, Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania. Para tanto, o Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental é constituído por 31 componentes curriculares que perfazem 1650 horas-aula, correspondendo a 110 créditos e um percentual de 43,65% da carga horária total do curso, sendo esses componentes curriculares apresentados nas Tabelas de 02 a 08.

Tabela 02: Componentes Curriculares do 1º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Análise e Expressão Textual	PAC0050	60	04	-
Cálculo I	PEX0101	60	04	-
Ambiente, Energia e Sociedade	PAM0076	60	04	-
Geometria Analítica	PEX0114	60	04	-
Informática Aplicada	PEX0115	60	04	-
Seminário de Introdução ao Curso	PÉX0132	30	02	-
Subtotal		330	22	

Tabela 03: Componentes Curriculares do 2º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Mecânica Clássica	PEX0125	60	04	-
Laboratório de Mecânica Clássica	PEX0122	30	02	Co-requisito: Mecânica Clássica
Cálculo II	PEX0102	60	04	Cálculo I
Expressão Gráfica	PAM0099	60	04	-
Química Geral	PAC0027	60	04	-
Laboratório de Química Geral	PAC0379	30	02	Co-requisito: Química Geral
Subtotal		300	20	

Tabela 04: Componentes Curriculares do 3º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Álgebra Linear	PEX0096	60	04	Geometria Analítica
Estatística	PVE0004	60	04	Cálculo I
Ondas e Termodinâmica	PEX0177	60	04	Mecânica Clássica
Laboratório de Ondas e Termodinâmica	PEX0176	30	02	Co-requisito: Ondas e Termodinâmica
Química Aplicada à Engenharia	PAC0360	60	04	Química Geral
Laboratório de Química Aplicada à Engenharia	PAC0361	30	02	Co-requisito: Química Aplicada à Engenharia
Subtotal		300	20	

Tabela 05: Componentes Curriculares do 4º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Filosofia da Ciência e Metodologia Científica	PAC0012	60	04	-
Introdução às Funções de Várias Variáveis	PEX0117	60	04	Cálculo II
Eletricidade e Magnetismo	PEX0376	60	04	Ondas e Termodinâmica + Cálculo II
Fenômenos de Transporte	PAM0722	60	04	Ondas e Termodinâmica + Cálculo II
Mecânica Geral I	PAM0005	60	04	Cálculo I + Mecânica Clássica
Projeto Auxiliado por Computador	PEX0276	60	04	Expressão Gráfica
Subtotal		360	24	

Tabela 06: Componentes Curriculares do 5º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
--------------------------	--------	---------------	----------	----------------

Obrigatórias				
Resistência dos Materiais I	PAM0244	60	04	Mecânica Clássica + Cálculo II
Laboratório de Eletricidade e Magnetismo	PEX0150	30	02	Co-requisito: Eletricidade e Magnetismo
Ética e Legislação	PAC0008	30	02	-
Economia para Engenharias	PAC0701	60	04	-
Cálculo Numérico	PEX0103	60	04	Informática Aplicada + Álgebra Linear + Cálculo II
Subtotal		240	16	

Tabela 07: Componentes Curriculares do 6º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Equações Diferenciais	PEX0140	60	04	Introdução às Funções de Várias Variáveis
Subtotal		60	04	

Tabela 08: Componentes Curriculares do 7º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Sociologia	PAC0178	60	04	-
Subtotal		60	04	

8.2.3. Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais

Os componentes curriculares com conteúdo de formação profissional são todos obrigatórios, com isso têm por finalidade promover capacitação instrumental ao discente, por meio do estabelecimento de métodos de análise e de síntese, e aprofundamento teórico-prático do que foi desenvolvido nos componentes curriculares de formação básica para que possa intervir no desenvolvimento da área da Engenharia Ambiental e Sanitária. Portanto, o Núcleo de Formação Profissionalizante do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária é constituído por 11 componentes curriculares que perfazem 660 horas-aula, correspondendo a 44 créditos e um percentual de 17,46% da carga horária total do curso, sendo esses componentes curriculares apresentados nas Tabelas 09 e 10. Tais componentes pertencem ao 2º ciclo do curso.

Tabela 09: Componentes Curriculares do 6º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Sistema de Gestão, Saúde e Segurança no Trabalho	PAM0671	60	04	-
Geologia Aplicada à Engenharia	PAM0053	60	04	Eletricidade e Magnetismo
Topografia	PAM0031	60	04	Expressão Gráfica
Hidráulica	PAM0029	60	04	Fenômenos de Transporte
Administração e Empreendedorismo	PAC0595	60	04	-
Subtotal		300	20	

Tabela 10: Componentes Curriculares do 7º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Ecologia dos Ecossistemas	-	60	04	-
Saneamento Ambiental	-	60	04	Hidráulica
Geoprocessamento	-	60	04	Informática Aplicada + Topografia + Cálculo II
Química Ambiental	-	60	04	-
Trabalho de Conclusão de Curso	-	60	04	-
Sistemas de Abastecimento de Água	-	60	04	Hidráulica
Subtotal		360	24	

8.2.4. Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos

Conforme a Resolução CES/CNE 11 (MEC, 2002), o Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos se constitui em extensões e aprofundamentos dos conteúdos do Núcleo de Formação Profissionalizante, bem como de outros conteúdos destinados a caracterizar modalidades. Nesta perspectiva, constituem-se em conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais necessários para a definição das modalidades de engenharia e devem garantir o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas nestas diretrizes. Contudo, o Núcleo de Formação Profissionalizante Específico do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária é constituído por 18 componentes curriculares que perfazem 1320 horas-aula, correspondendo a 88 créditos e um percentual de 23,81% da carga horária total do curso, sendo esses Componentes Curriculares apresentados nas Tabelas de 11 a 14.

Tabela 11: Componentes Curriculares do 8º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
--	---------------	----------------------	-----------------	-----------------------

Gestão de Recursos Naturais	-	60	04	-
Poluição Ambiental	-	60	04	-
Avaliação de Impactos Ambientais	-	60	04	-
Responsabilidade Socioambiental	-	60	04	-
Pedologia	-	60	04	-
Subtotal		300	20	

Tabela 12: Componentes Curriculares do 9º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Técnicas de Controle da Poluição Ambiental	-	60	04	Poluição Ambiental
Planejamento e Zoneamento Ambiental	-	60	04	-
Manejo e Conservação de Solo	-	60	04	-
Sistema de Gestão Ambiental	-	60	04	-
Recursos Hídricos	-	60	04	-
Subtotal		300	20	

Tabela 13: Componentes Curriculares do 10º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Recuperação de Áreas Degradadas	-	60	04	-
Auditoria Ambiental	-	60	04	-
Direito e Legislação Ambiental	-	60	04	-
Sistemas de Informações Geográficas – SIG	-	60	04	Geoprocessamento
Recursos Energéticos e Meio Ambiente	-	60	04	-
Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária I	-	180	12	-
Subtotal		480	32	

Tabela 14: Componentes Curriculares do 11º período referentes ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes Curriculares Obrigatórias	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária II	-	180	12	-
Trabalho de Conclusão de Curso	-	60	04	-
Subtotal		240	16	

8.2.4.1. Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos (Optativas)

Em atendimento ao que preceitua as Diretrizes Curriculares pertinentes, na Estrutura Curricular, os componentes curriculares que compõem o Núcleo de Conteúdos

Específicos são compostos por componentes curriculares Optativos com carga horária de no mínimo de 144 horas-aula, que corresponde a 3,8% da carga horária total do Curso, ofertadas pelo Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

Em função das demandas dos alunos, e disponibilidade de docentes, a Coordenação do Curso, desde que haja um mínimo de 10 alunos interessados, poderá ofertar a cada período, um elenco de componentes curriculares optativos para que assim, o aluno possa cumprir a integralização curricular e, conseqüentemente, tenha possibilidade de se aprofundar em temas técnico-científicos com conteúdos voltados para as grandes áreas da engenharia. A Tabela 15 apresenta os Componentes Curriculares referentes aos componentes curriculares optativos.

Tabela 15: Componentes curriculares optativos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária

Componentes curriculares Optativas	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos
Fundamentos de libras	-	30	15	-
Relações étnicas-raciais	-	30	15	-
Cultura e ambiente	-	30	15	-
Planejamento Sócioambiental	-	30	15	-
Salinização e Drenagem	-	30	15	-
Controle Ambiental de Indústria Têxtil	-	30	15	-
Tratamento de efluentes industriais	-	30	15	-
Urbanismo	-	30	15	-
Climatologia	-	30	15	-
Subtotal	-	270	135	-

8.2.5. Núcleo de Conteúdos Complementares

8.2.5.1. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é componente curricular obrigatório, com Carga Horária de 60 h, que visa estimular o desenvolvimento da capacidade de sintetizar e integrar conhecimentos, a partir da aplicação dos conceitos adquiridos no decorrer do curso, na execução de um projeto de pesquisa relacionado às áreas de atuação profissional previstas para o egresso.

As normas para desenvolvimento do TCC de Engenharia Ambiental e Sanitária seguem as regras gerais da RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº 001/2013, de 14 de março de 2013, que Estabelece normas gerais relativas aos Trabalhos de Conclusão de Curso da UFERSA.

O estudante terá que desenvolver um trabalho de pesquisa que resulte em uma monografia, de acordo com as normas de redação e apresentação de monografias da Biblioteca “Orlando Teixeira”, o qual deverá ser apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária.

Este trabalho poderá ser realizado mediante estudos dissertativos, de construção de modelos científicos, de construção de protótipos com aplicação de novas tecnologias, de projetos interdisciplinares, estudos de caso, entre outros, aprovados pela Coordenação do Curso, na área de Engenharia Ambiental e Sanitária.

Nesse sentido, para aprovação deste componente curricular, o discente precisa apresentar oralmente o TCC, perante uma banca composta por três professores, sendo dois pertencentes ao corpo docente do curso e, o terceiro membro externo convidado. O trabalho será desenvolvido sob a orientação de um docente do curso, podendo existir um co-orientador externo. Por fim, o TCC deverá ser realizado de forma individual.

8.2.5.2. Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária

A Lei Nº 11.788/2008 dispõe sobre estágio de estudantes, definindo estágio em seu Artigo 1º como sendo: *“ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”* (BRASIL, 2008).

A referida Lei estabelece que o estágio é parte do projeto pedagógico do curso e, visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária é componente curricular obrigatório, e deve ser realizado em dois momentos através matrícula nos componentes curriculares: Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária I e II.

O Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária I deverá ter fins acadêmicos, com isso deverá ser realizado junto a: projetos de pesquisas e intervenção; ações de extensão e projetos de graduação, sendo este apto a ser realizado pelo estudante que tiver concluído, no mínimo, 50% da carga horária total do curso.

O Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária II deverá ser realizado com fins de atuação no mercado profissional empresarial, ou em outro ambiente profissional, em atividade ligada à área de Engenharia Ambiental, caracterizando experiência em ambiente de trabalho. Deverá ser efetuado em horários definidos pela empresa na qual o estudante estiver regularmente vinculado como estagiário, nos termos da legislação vigente. Cabe ressaltar, que o discente será considerado apto a realizar esse componente obrigatório apenas se já tiver realizado o Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária I.

Para tanto, ambos os Estágios Supervisionados Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária deverá abranger, no mínimo, 180 horas.

8.2.5.3. Atividades Complementares

As Atividades Complementares estão previstas na RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA nº 01/2008, de 17 de abril de 2008 que dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFERSA, sendo esta embasada nas disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada Curso de Graduação e pela Lei 9.394/96 que em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extra-escolar” como um dos princípios em que o ensino será ministrado.

Com isso, as Atividades Complementares visam garantir ao discente uma maior visão acadêmica e profissional da área de Engenharia Ambiental, Sanitária e áreas afins. Os estudantes de Engenharia Ambiental e Sanitária deverão compor 150 horas de Atividades Complementares, que corresponde a 4,00% da carga horária total do Curso, para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CES nº 11/2002 e a Resolução CONSEPE/UFERSA 001/2008, de 17 de abril de 2008.

As Atividades Complementares são compostas por um conjunto de atividades extracurriculares, tais como: I - Publicação de artigos científicos, capítulos de livro e de artigos de divulgação; II – Apresentação de comunicações científicas em Congressos, Simpósio, Encontros e Workshops; III - Atividades de extensão, tais como Projetos de Extensão Institucionais e participação efetiva como voluntário em projetos de inclusão social desde que orientados por docente da UFERSA; IV - Monitorias em componentes curriculares pertencentes ao currículo de Cursos da UFERSA; V - Estágios na IFES ou extracurriculares desenvolvidos com base em convênios e/ou parcerias firmados pela UFERSA; VI – Participação como ouvinte em eventos extracurriculares diversos como seminários, simpósios, congressos e conferências; VII - Participação em cursos

extracurriculares relacionados com o curso matriculado pelo estudante; VIII - Experiência de representação acadêmica ou participação em diretoria eleita do Centro Acadêmico de Cursos da UFERSA; IX - Matrícula e aprovação em componentes curriculares optativos do currículo acadêmico do aluno; X - Realização de exposições de artes plásticas, publicação de livros de literatura e outras atividades artísticas; XI – Participação efetiva em grupos de estudos coordenados por docentes da UFERSA; XII – Apresentação de palestras e seminários em eventos científicos e de extensão; XIII – Atividades desenvolvidas como bolsista no âmbito da UFERSA; XIV – Participação em comissão responsável pela realização de eleição no âmbito da UFERSA;

Para isso, ficará a cargo da Coordenação de Curso contabilizar e registrar o cumprimento das horas destas atividades, emitindo um parecer satisfatório ou insatisfatório e estipular a carga horária a ser aproveitada, para que o estudante possa integralizar o currículo e concluir a graduação.

Diante do exposto, caberá ao discente participar de atividades complementares que privilegiem as atividades de complementação da formação social, humana e cultural, atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e as atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

8.2.6. Adequação dos Conteúdos Curriculares

8.2.6.1. Às exigências do decreto 5.626/2005 – LIBRAS

Tendo em vista atender ao decreto nº 5.626/2005, da Presidência da República que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 está contemplada na matriz curricular do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária o componente curricular de Libras, que é ofertada como optativa.

No Decreto No 5.626, de dezembro de 2005, que determina a inclusão da LIBRAS como componente curricular no currículo do curso, reza:

Art. 3º: A LIBRAS deve ser inserida como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º: A LIBRAS constituir-se-á em componente curricular optativo nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Na perspectiva da educação, o uso e a difusão da LIBRAS está expressa no Art. 14 determinando que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a Educação Infantil até à Educação Superior.

Além disso, esta universidade contribuirá apoiando o uso e à difusão da LIBRAS entre professores, estudantes, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos, na comunidade escolar (Art. 14, incisos I, II, III, IV e V do referido decreto).

Assim, compreende que a melhoria da qualidade das ofertas de atendimento educacional é uma necessidade que se impõe para garantir o direito de cidadania dessas pessoas.

8.2.6.2. Adequação as diretrizes curriculares nacionais das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena

A criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), por meio do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais (DACCS) com o objetivo de valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Nessa perspectiva o Conexões de Saberes, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, ofertou aos estudantes a oportunidade de formação sobre a Lei Nº 10.639/2003, a realização do Curso Práticas Discursivas de Igualdade Racial: implementação da Lei Nº 10.639/2003. Também serão realizados eventos como Ciclo de palestras, minicursos, seminários locais e estaduais sobre a igualdade, acesso e permanência de discentes no ensino superior e em diálogo com as comunidades, além da realização de discussões sobre a inclusão social de estudantes negros(as) na Universidade e sobre a educação para as relações étnico-raciais.

8.2.6.3. Adequação a Políticas Nacionais para Educação em Direitos Humanos

A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através dos componentes curriculares “Ética e Legislação”, componente curricular do quinto período do Bacharelado de Ciência e Tecnologia, e “Direito e Legislação Ambiental”,

componente curricular do décimo período do Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

8.2.7 Fluxograma da Estrutura Curricular

A Estrutura curricular do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária pode ser melhor compreendida através do Fluxograma apresentado a seguir, evidenciando todos os componentes curriculares de 1º e 2º ciclo e as divisões em Núcleos básicos, Profissionalizantes, Específicos e Optativos.

**CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL
ESTRUTURA CURRICULAR - 2014**

COMPONENTES CURRICULARES		1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO	11º PERÍODO	
		PRIMEIRO CICLO	COMPONENTES BÁSICOS	Análise e Expressão Textual	Mecânica Clássica	Algebra Linear	Filosofia da Ciência e Metodologia Científica		Equações Diferenciais	Sociologia			
Cálculo I	Lab. Mecânica Clássica			Estatística	Introdução às Funções de Várias variáveis	Resistência dos Materiais I							
Ambiente Energia e Sociedade	Cálculo II			Ondas e Termodinâmica	Eletricidade e Magnetismo	Lab. De Eletricidade e Magnetismo							
Geometria Analítica	Expressão Gráfica			Lab. Ondas e Termodinâmica	Fenômeno dos Transportes	Ética e Legislação							
Informática Aplicada	Química Geral			Química Aplicada à Engenharia	Mecânica Geral I	Economia para Engenharia							
Seminário de Introdução ao Curso	Lab. Química Geral			Lab Química Aplicada à Engenharia	Projeto Auxiliado pro Computador	Calculo Numérico							
SEGUNDO CICLO	COMPONENTES PROFISSIONALIZANTES OBRIGATORIOS GERAIS	COMPONENTES PROFISSIONALIZANTES OPTATIVOS	COMPONENTES PROFISSIONALIZANTES OBRIGATORIOS ESPECIFICOS					Sistema de Gestão, Saúde e Segurança do Trabalho	Ecologia dos Ecossistemas	Gestão de Recursos Naturais	Técnicas de Controle de Poluição Ambiental	Recuperação de Áreas Degradadas	Estágio Supervisionado II
								Geologia Aplicada à Engenharia	Saneamento Ambiental	Poliuição Ambiental	Planejamento e Zoneamento Ambiental	Auditoria Ambiental	TCC
							Topografia	Química Ambiental	Avaliação de Impactos Ambientais	Manejo e Conservação do solo	Direito e Legislação Ambiental		
							Hidráulica	TCC	Responsabilidade Socioambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Sistemas de Informações Geográficas - SIG		
							Administração e Empreendedorismo	Sistema de Abastecimento de Água	Pedologia	Recursos Hídricos	Recursos Energéticos e Meio Ambiente		
								Geoprocessamento			Estágio Supervisionado I		
									Salinização e Drenagem	Cultura e Ambiente	Planejamento Sócio Ambiental		
									Tratamento de Efluentes Industriais	Urbanismo	Relações Etno-raciais		
						Climatologia	Fundamentos de Libras	Controle Ambiental da industria textil					

As componentes curriculares profissionalizantes optativas terão 30 horas (2 créditos) cada uma e serão ministradas para turmas de no mínimo 15 alunos matriculados

8.2.8 Componentes Curriculares Obrigatórios: Ementas, Bibliografias Básicas e Complementares

As ementas, bibliografias básicas e bibliografias complementares das componentes curriculares obrigatórios e optativos do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária são apresentadas a seguir.

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Análise e Expressão Textual	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Linguagem, discurso e gêneros. O uso social da linguagem. A língua como fenômeno de interação. Textualidade e tipologia. Práticas de leituras e produção escrita de textos e hiperdocumentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (orgs). Gêneros Textuais e Ensino . 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. Ler e Compreender: os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa . Petrópolis: Vozes, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita . 2002. SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento . Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. UNISINOS. Guia para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos . São Leopoldo: 2009. Disponível em: < http://www.unisinos.br/graduacao/images/stories/fisica/normas_abnt_2009.pdf >, Acesso em 07 jul. 2009.	

COMPONENTE CURRICULAR: Cálculo I	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Limites. Derivadas. Aplicações. Introdução às integrais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FLEMMING, D. M. Cálculo A: Funções, Limite, Derivação, Integração . 5. ed. São Paulo: Macron, 1992. V. 1. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de Cálculo . Rio de Janeiro: LTC, 1993. V.1. LEITHOLD, L. O. Cálculo com Geometria Analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. V. 1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FLEMMING, Diva Marília. CÁLCULO A: Funções Limites, Derivação e Integração . 5. ed. São Paulo: Macron, 1992. V. 1. SWOKOWSKI, EARL WILLIAM. Cálculo com Geometria Analítica . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. THOMAS JR., G. B. Cálculo . Rio de Janeiro: Addison Wesley, 2002.	

COMPONENTE CURRICULAR: Ambiente, Energia e Sociedade	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: O ecossistema e seu equilíbrio. Recursos naturais renováveis e não renováveis. Interação entre o homem e o meio ambiente. Preservação dos recursos naturais. Desenvolvimento sustentável. Direito e política ambiental. Responsabilidade do profissional com relação à sociedade e ao ambiente. Impacto ambiental.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Consumo sustentável: manual de educação. Brasília: MMA/IDEC 2002. 144p. MORAN, Emilio F. Nós e a natureza – uma introdução às relações homem-ambiente. São Paulo: SENAC, 2008. 302p. VALLE, Cyro Eyer do; LAGE, Henrique. Meio Ambiente – acidentes, lições e soluções. 2. ed. São Paulo: SENAC., 2004. 256p	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: RICKLEFS, R. A Economia da Natureza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. BURNIE, David. Fique por dentro da ecologia. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001. 192p. MENEZES, C.L. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, editora Papirus, 1ed, 1996, 198p.	

COMPONENTE CURRICULAR: Geometria Analítica	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Conceito Elementar Vetor: Propriedades Gerais. Produtos: Escalar, Vetorial e Misto. Equações Vetoriais. Retas e Planos: Propriedades Gerais. Noções sobre Cônicas e Quádricas. Noções sobre a Classificação das Cônicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOULOS, P. Geometria analítica e vetores. 5. ed. São Paulo: Macron Books, 1993. LIMA, E.L. Desigualdades lineares em Geometria Analítica e Álgebra Linear. IMPA, Coleção Matemática Universitária, 2001. 63 p. STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Geometria Analítica. Ed atualizada. São Paulo: McGraw-Hill.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, S. A Matemática do GPS. Revista do Professor de Matemática (RPM). n.59, 2006. P. 17-26. SANTOS, R. J. Geometria Analítica e Álgebra Linear. Parte 1 ed. UFMG. SANTOS, R. J. Geometria Analítica e Álgebra Linear. Parte 2 ed. UFMG.	

COMPONENTE CURRICULAR: Informática Aplicada	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Uso do Sistema Operacional. Utilização de Editores de Texto. Utilização de Planilhas Eletrônicas. Introdução à programação. Fundamentos de algoritmos e sua representação. Programação em linguagem de alto nível. Desenvolvimento, codificação e depuração de programas. Desenvolvimento de programas em linguagem estruturada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMPOS, F. F. Algoritmos Numéricos . Rio de Janeiro: LTC, 2001. 384p. FORBELLONE, A. L; EBERSPACHER, H. F. Lógica de programação . São Paulo: Makron Books, 2000. LOPES, A.; GARCIA, G. Introdução à Programação . São Paulo: Campus, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANZANO, Andre Luiz N.G.; MANZANO, Maria Izabel N.G. Estudo dirigido de Microsoft Word 2000 . 7. ed. São Paulo: Érica, 2002. CATAPULT. Inc. Microsoft Word 2000 passo a passo . São Paulo: Makron Books, 2000. TAJRA, Sanmya Feitosa. Projetos em sala de aula: PowerPoint 2000 . 4. ed. São Paulo: Érica, 2003.	

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário de Introdução ao Curso	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: O que é o BCT. O que é engenharia. Ramos da Engenharia. História da engenharia. Panorama da profissão no Brasil e no mundo. O perfil do engenheiro. O exercício da profissão e a ética profissional. Métodos, ferramentas e técnicas de estudo e pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAZZO, W. A.; PEREIRA, T. V. Introdução à Engenharia . 2. ed. Florianópolis: UFSC (apostilas). HOLTZAPPLE, M.T.; REECE, W.D. Introdução à Engenharia . Rio de Janeiro: LTC, 2007. SEVERINO, A. J. A Organização da vida de estudos na universidade . In: Metodologia do trabalho científico . 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 23-33.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CERVO, A. L; BERVIAN, P. S. Metodologia Científica . São Paulo: McGraw-Hill, 1996. HOLTZAPPLE, M.T; REECE, W.D. Introdução à Engenharia . Rio de Janeiro: LTC, 2007. JUNG, Carlos Fernando. Metodologia para Pesquisa e Desenvolvimento: Aplicada a novas tecnologias, produtos e processos . São Paulo: Axcel Books, 2004	

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Mecânica Clássica	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Unidades. Grandezas físicas e vetores. Equilíbrio de uma partícula. Movimento retilíneo. Segunda lei de Newton e gravitação. Movimento plano. Trabalho e energia. Impulso e momento linear. Equilíbrio – torque. Rotação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALONSO, M.; FINN, E. J. Física . Ed. Pearson Brasil, 1999. FREEDMAN, R. A.; YOUNG, H. D. Física I – Mecânica . Rio de Janeiro: Addison-Wesley. TIPLER, P. A. Física . Rio de Janeiro: LTC, 2000. V. 1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Metals Handbook. Forming. ASM .Metals Park.Ohio, 1969. V. 1. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica 1 – Mecânica . 4. ed. Editora Edgard Blucher. TIPLER, P. A. Física para cientistas e engenheiros: gravitação, ondas e termodinâmica . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995. V. 2 GOLDSTEIN, H. " Classical Mechanics ". 2. ed. Rio de Janeiro: Addison-Wesley, 1980.	

COMPONENTE CURRICULAR: Laboratório de Mecânica Clássica	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Experimentos associados ao conteúdo da componente curricular Mecânica Clássica. <i>Bibliografia Básica:</i>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALONSO, M.; FINN, E. J. Física . [S.I]: Pearson, 1999. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; WALKER, J. Fundamentos de Física . 2002. V. 1. TIPLER, P. A. Física . Rio de Janeiro: LTC, 2000. V. 1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GRIFFITHS, J.B. The Theory of Classical Mechanics . 1. ed. Cambridge University Press, 1985. HAND, L.N.; FINCH, J.D. Analytical Mechanics . 1. ed. Cambridge University Press, 1998. WATARI, K. Mecânica Clássica . 1. ed. [S.I]: Livraria da Física, 2001. V. 1.	

COMPONENTE CURRICULAR: Cálculo II	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Integrais impróprias. Técnicas de integração. Aplicações das integrais. Introdução às equações diferenciais lineares de primeira ordem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M.B. Cálculo B: Funções, Limite, Derivação, Integração . 5. ed. São Paulo: Macron, 1992. V. 1. GUIDORIZZI, L. Um curso de Cálculo . Rio de Janeiro: LTC. V. 1. LEITHOLD, Ls. O Cálculo com Geometria Analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra.V.1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MOURA, M. O Cálculo na ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Mossoró: ESAM, 2004. (Apostila). SWOKOWSKI, E. Cálculo com Geometria Analítica . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. THOMAS JR., G. B. Cálculo . Rio de Janeiro: Addison Wesley, 2002.	

COMPONENTE CURRICULAR: Expressão Gráfica	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Materiais de desenho e suas utilizações. Geometria descritiva (ponto, reta e plano). Escalas numérica e gráfica simples. Vistas ortogonais principais. Desenho arquitetônico. Normas da ABNT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, B.A. Desenho Geométrico . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998. ESTEPHANIO, C. Desenho Técnico: Uma Linguagem Básica . Rio de Janeiro: Edição Independente, 1994. MACHADO, A. Geometria Descritiva . São Paulo: Mc Graw Hill.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PRINCIPE JUNIOR, A. R. Introdução À Geometria Descritiva . São Paulo: Nobel, 1998. SILVA, P. C. Tubulações Industriais: Materiais, projetos e montagens . Rio de Janeiro: LTC. FORSETH, K. Projetos em Arquitetura . São Paulo: Hemus.	

COMPONENTE CURRICULAR: Química Geral	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Estrutura atômica e classificação periódica dos elementos. Ligação química e estrutura molecular. Funções químicas. Cálculo estequiométrico. Soluções. Termodinâmica. Cinética química. Equilíbrio químico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ATKINS & JONES. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. BROWN, LEMAY & BURSTEN. Química: Ciência Central . 9. ed. São Paulo: Pearson, 2007. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química Geral e Reações Químicas . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. V. 1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS, W. L P. Química & Sociedade . São Paulo: Nova Geração, 2005. Volume Único. PERUZZO. F.M.; CANTO. E.L. Química na abordagem do cotidiano . 4. ed. São	

Paulo: Moderna, 2006. V.1.
USBERCO, J; Salvador, E. **Química Geral**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 480 p.

COMPONENTE CURRICULAR: Laboratório de Química Geral	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Experimentos associados ao conteúdo do componente curricular Química Geral.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ATKINS & JONES. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. BROWN, LEMAY & BURSTEN. Química: Ciência Central. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2007. MASTERTON, W. L.; SLOWINSKI, E. J.; STANITSKI, C. L. Princípios de Química . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MAHAN, Bruce M.; MYERS, Rollie J. Química: um curso universitário. 4. ed. PERUZZO. F.M.; CANTO. E.L. Química na abordagem do cotidiano . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006. V.1. USBERCO, J; Salvador, E. Química Geral . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 480 p.	

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Álgebra Linear	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Matrizes. Sistemas lineares. Determinantes. Espaços vetoriais. Combinações lineares. Transformações lineares.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARONE JUNIOR, M. Álgebra Linear . São Paulo: IME-USP. (Notas de Aula), 2002. BOLDRINI, J. L; COSTA, S. I. R, FIGUEIREDO, V. L.; WETZLER, H. G. Álgebra Linear . São Paulo: Habra, 1980. CALLIOLI, C. A.; DOMINGUES, H. H.; COSTA, R. C. F. Álgebra Linear e Aplicações . São Paulo: Atual, 1991.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LIPSCHUTZ, S. Álgebra linear: teoria e problemas. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. (Coleção Schaum). 647 p. SANTOS, R. J. Geometria Analítica e Álgebra Linear . Parte 1 ed. UFMG. SANTOS, R. J. Geometria Analítica e Álgebra Linear . Parte 2 ed. UFMG.	

COMPONENTE CURRICULAR: Estatística	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Estatística descritiva. Conjuntos e probabilidades. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade. Distribuições especiais de probabilidade. Teoria da amostragem. Teoria da estimação. Testes de hipóteses. Regressão linear e correlação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BUSSAB, W.O; MORRETTIN, P. A. Estatística Básica, metidos quantitativos . SPIGEL, M. R. Estatística . São Paulo: Makron Books, 1994.(coleção schaum). STEPHENS, L. J. Estatística . São Paulo: Artmed, 2009.	

<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GUJARATI, D. Econometria Básica. São Paulo: Makron Books, 2000. HILL, C.; GRIFFITHS, W. E JUDGE, G. Econometria. São Paulo: Saraiva, 1999. SARTORIS, A. Estatística e Introdução à Econometria. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>
--

COMPONENTE CURRICULAR: Ondas e Termodinâmica	CARGA HORÁRIA: 60 h
<p>EMENTA: Elasticidade. Movimento periódico. Hidrostática. Hidrodinâmica e viscosidade. Temperatura e dilatação. Calor. Transmissão de calor. Propriedades térmicas da matéria. Propriedades moleculares da matéria. Propagação de ondas. Corpos vibrantes. Fenômenos acústicos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALONSO, Marcelo; FIN, Edward. Física: Um curso universitário. São Paulo: Edgard Blucher, 2007. TIPLER, P. A. Física. Rio de Janeiro: LTC, 2000. V. 2. TIPLER, P. A. Física para Cientistas e Engenheiros. [S. I.]:Guanabara Koogan. V.3.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARION, J.B. "Dinâmica Clássica de las partículas y Systemas". [S. I.]: Reverté. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; WALKER, J. Fundamentos de Física. 2002. V. 1. YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger.A. Física II: Termodinâmica e ondas. 12. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2008.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Laboratório de Ondas e Termodinâmica	CARGA HORÁRIA: 30 h
<p>EMENTA: Experimentos associados ao conteúdo da componente curricular Ondas e Termodinâmica.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALONSO, Marcelo; FIN, Edward. Física: Um curso universitário. São Paulo: Edgard Blucher, 2007. TIPLER, P. A. Física. Rio de Janeiro: LTC, 2000. V. 2. TIPLER, P. A. Física para Cientistas e Engenheiros. [S. I.]: Guanabara Koogan. V.3.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARION, J.B. "Dinâmica Clássica de las partículas y Systemas". [S. I.]: Reverté. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; WALKER, J. Fundamentos de Física. 2002. V. 1. YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger.A. Física II: Termodinâmica e ondas. 12. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2008.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Química Aplicada à Engenharia	CARGA HORÁRIA: 60 h
<p>EMENTA: Estruturas cristalinas em materiais isolantes e em materiais condutores. Reação de Oxirredução. Eletroquímica. Pilhas e acumuladores. Oxidação e Corrosão. Eletrólise. Proteção contra a Corrosão. Proteção Catódica e Proteção Anódica. Tópicos de Ciência dos Materiais (polímeros, metais e cerâmicas).</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GENTIL, V. Corrosão. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. CALLISTER, W. D. Jr. Ciência e Engenharia de Materiais: Uma Introdução. 5. ed.</p>	

Rio de Janeiro: LTC, 2002. 612 p. RUSSEL, J. B. Química Geral . 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. V. 2.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BROWN, T. L.; LEWAY JR., H. E.; BURSTEN, B. E.; BURDGE, J. R. Química – A Ciência Central . 9. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007. PERUZZO.F.M.; CANTO.E.L. Química na abordagem do cotidiano . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006. V.1. KOTZ, J. C.; TREICHEL JR., P. M. Química Geral 2 e Reações Químicas , Tradução da 9 Edição Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Laboratório de Química Aplicada à Engenharia	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Experimentos associados ao conteúdo da componente curricular Química aplicada à Engenharia.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GENTIL, V. Corrosão . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. CALLISTER, W. D. Jr. Ciência e Engenharia de Materiais: Uma Introdução . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 612 p.. RUSSEL, J. B. Química Geral . 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. V. 2.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BROWN, T. L.; LEWAY JR., H. E.; BURSTEN, B. E.; BURDGE, J. R. Química – A Ciência Central . 9. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007. PERUZZO.F.M.; CANTO.E.L. Química na abordagem do cotidiano . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006. V.1. KOTZ, J. C.; TREICHEL JR., P. M. Química Geral 2 e Reações Químicas , Tradução da 9 Edição Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2009.	

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia da Ciência e Metodologia Científica	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Filosofia da ciência. Deontologia científica. Pesquisa científica. Método científico. Pesquisa empírica. Pesquisa bibliográfica. Projeto de pesquisa. Fases da pesquisa. Redação técnica. Apresentação de trabalhos científicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUTRA, L. H. de A. Verdade e investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento , E.P.U., 2001 MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Atlas, 2001. SANTOS, L. B. Metodologia Científica: uma abordagem direcionada para os cursos de engenharia . Maceió: Apostila do centro de Tecnologia da Universidade de Alagoas, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: POPPER, K. A sociedade aberta e seus inimigos . São Paulo: Abril Cultural, 1980. POPPER, K. A Lógica da pesquisa científica . 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993. TORALDO, F, G. The investigation of the physical world . Cambridge University Press, 1981.	

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução às Funções de Várias Variáveis	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Álgebra vetorial. Produto de vetores. Funções de duas variáveis. Derivadas parciais. Gradiente. Divergente. Derivadas direcionais. Integrais múltiplas e Integrais de linha.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AVILA, G. Cálculo 3 . Rio de Janeiro: LTC. GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo . São Paulo: LTC, 2002. V. 3. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica . 3 ed. São Paulo: Harbra. V. 2. PINTO, D.; MORGADO, M. C. F. Cálculo Diferencial e Integral de funções de Várias Variáveis . Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica . 3. ed. São Paulo: Harbra. STEWART, James. Cálculo 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2001. V. 2. GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo . São Paulo: LTC, 2002. V. 3.	

COMPONENTE CURRICULAR: Eletricidade e Magnetismo	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Elasticidade. Movimento periódico. Hidrostática. Hidrodinâmica e viscosidade. Temperatura e dilatação. Calor. Transmissão de calor. Propriedades térmicas da matéria. Propriedades moleculares da matéria. Propagação de ondas. Corpos vibrantes. Fenômenos acústicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALONSO, Marcelo; FIN, Edward. Física: Um curso universitário . São Paulo: Edgard Blucher, 2007. TIPLER, P. A. Física . Rio de Janeiro: LTC, 2000. V. 2. TIPLER, P. A. Física para Cientistas e Engenheiros . [S. I.]:Guanabara Koogan. V.3.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARION, J.B. " Dinâmica Clássica de las partículas y Systemas ". [S. I.]: Reverté. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; WALKER, J. Fundamentos de Física . 2002. V. 1. YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger. A. Física II: Termodinâmica e ondas . 12. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2008.	

COMPONENTE CURRICULAR: Fenômeno dos Transporte	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Estática dos fluidos. Dinâmica dos fluidos não viscosos. Viscosidade e resistência. Escoamento não-viscoso incompressível. Escoamento viscoso incompressível. Medida e controle de fluidos. Condução de calor. Convecção de calor. Radiação. Difusão e convecção de massa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BIRD, R. B.; STEWARD, W. E.; LIGHTFOOT, E. N. Fenômenos de Transporte . 2. ed. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A., 2004. INCROPERA, P.F.; de WITT, D. P. Fundamentos de transferência de calor e massa . 4ed. Rio de Janeiro. LTC, 1998. ROMA, W. N. L. Fenômenos de Transporte para Engenharia . 2 ed. São Carlos. Rima , 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FOX, R. W. ; Mc DONALD, A.T. Introdução à Mecânica dos Fluidos . LTC, 2000. MUNSON, B. R.; YOUNG, D. F.; OKIISHI, T. H. Fundamentos da Mecânica dos Fluidos . São Paulo. Edgard Blücher, 1997.	

SISSON L. E., PITTS D.R. **Fenômenos de Transporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR: Mecânica Geral I	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Estática da partícula e de corpos rígidos em duas e três dimensões. Equilíbrio e sistemas de forças em duas e três dimensões. Carregamento distribuído. Análise de estruturas: treliças. Cabos. Atrito. Propriedades geométricas: centróide, centro de massa, momento de inércia.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BEER, F. P.; Johnston, R. E. Mecânica Vetorial para Engenheiros . 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. CETLIN, P. R.; HELMANN, H. Fundamentos de Conformação Mecânica dos Metais. Rio de Janeiro: Guanabara Dois. DIETER, George E. Metalurgia Mecânica. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRESCIANI FILHO, E. Conformação Plástica dos Metais. UNICAMP. V.1 e V.2. NÓBREGA, J. C. Mecânica Geral, Volume Estática . São Paulo: FEI-SBC, 1980. MIRA, F. M.; COSTA, H. B. Processos de Fabricação. Volume Conformação de Chapas. Florianópolis: UFSC.	

COMPONENTE CURRICULAR: Projeto Auxiliado por Computador	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Utilização de programas de computador para desenho. Desenho de engenharia. Normas da ABNT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BACHMANN, FORBERG. Desenho Técnico . Editora Globo COSTA, M D. Geometria Gráfica Tridimensional . [S. I.]: Universitária. V. 1 e V.2. MANFÉ, P.; SCARATO. Desenho Técnico Mecânico . Editora Hemus.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COMPANY, ROWSE. MICROSTATION V8 Update - CAD Manager Edition . FRENCH, THOMAS. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica . Editora Globo. SATHLER, N. Desenho II . Apostila UFERSA.	

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Resistência dos Materiais	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Tensão e Deformação. Propriedades Mecânicas dos Materiais. Esforços internos e diagramas. Tração e Compressão. Cisalhamento. Torção. Flexão de Vigas. Carregamentos combinados.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais . 7. ed. Pearson Education do Brasil, 2009. GERE, J. M. Mecânica dos Materiais . Pioneira Thomson Learning LTDA., 2003. CRAIG Jr., R. R. Mecânica dos Materiais . 2. ed. LTC – Livros Técnicos e Científicos S. A., 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: POPOV, E. P. Introdução à Mecânica dos Sólidos . Edgard Blücher Ltda., 1978.	

FEODOSIEV, V. **Resistência dos Materiais**. Porto, Portugal. Edições Lopes da Silva, 1977.
TIMOSHENKO, S. P.; GERE; J. E. **Mecânica dos Sólidos**. LTC – Livros Técnicos e Científicos S. A, 1994. V 1.

COMPONENTE CURRICULAR: Laboratório de Eletricidade e Magnetismo	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Experimentos associados ao conteúdo da componente curricular Eletricidade e Magnetismo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ORSINI, L. Q. Curso de Circuitos Elétricos . 2 ed., São Paulo. Edgard Blucher, 2004. COTRIM, A. A. M. B. Instalações Elétricas . 2 ed., São Paulo. Prentice Hall Brasil, 2002. NAHVI, M.; EDMINISTER, J. Teoria e Problemas de Circuitos Elétricos . 2 ed., Porto Alegre. Bookman, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: JOHNSON, D. E.; HILBURN, J. L.; JOHNSON, J. R. Fundamentos de Análise de Circuitos Elétricos . 4 ed., Rio de Janeiro. LTC, 1994. ALONSO, M.; FINN, E. J. Física . Pearson Brasil, 1999. Silva, M. M. Introdução aos Circuitos Elétricos e Eletrônicos . Fundação Caluste Gulbenkian, Lisboa, 2001.	

COMPONENTE CURRICULAR: Ética e Legislação	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Doutrinas éticas fundamentais; mudanças histórico-sociais; moral e moralidade; princípio da responsabilidade; regulamentação do exercício profissional; as relações na prestação de serviços em face do código do consumidor, deveres profissionais; código de ética.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos . Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. GIACOMINI FILHO, G. Consumidor versus propaganda . São Paulo: Summus, 1991. VÁZQUEZ, A. S. Ética. Civilização Brasileira , Rio de Janeiro 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FEATHERSTONE, M. Cultura de consumo e pós-modernismo . São Paulo: Studio Nobel, 1995. FEATHERSTONE, M. O desmanche da cultura . Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997. FONSECA, C. M. A ética de Aristóteles . São Paulo: Atena, 1994.	

COMPONENTE CURRICULAR: Economia para Engenharia	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Matemática financeira. Análise de substituição de equipamentos. Elaboração e análise econômica de projetos. Introdução. Conceito de economia, relação com as outras ciências, metodologia. Sistemas econômicos. Evolução histórica das idéias econômicas. Noções de macroeconomia. Cálculo do produto, crescimento econômico, emprego, moeda e inflação. Fundamentos básicos de microeconomia. Teoria do consumidor, a tecnologia e a teoria da produção e dos custos de produção.	

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARRE, R. Economia Política. São Paulo. Difel, 1978. V1. ELLSWORTH, P. T. Economia Internacional. São Paulo. Atlas, 1978. MONTORO FILHO, A, F. et al. Manual de Introdução à Economia. São Paulo. Saraiva, 1983.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARAÚJO, C. História do Pensamento Econômico. Uma Abordagem Introdutória. São Paulo. Atlas. MORCILLO, F. M; TROSTER, R. L. Introdução à Economia. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997. KRUGMAN, P;WELLS, R Introdução à Economia. Campus, 2007</p>

COMPONENTE CURRICULAR: Cálculo Numérico	CARGA HORÁRIA: 60 h
<p>EMENTA: Sistemas de numeração. Erros. Interpolação. Mínimos quadrados. Zeros de funções. Integração numérica. Métodos numéricos na álgebra matricial. Resolução numérica de equações lineares. Tratamento numérico de equações diferenciais ordinárias.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CONTE, S.D. Elementos de Análise Numérica. Globo. 1977. DORN, W.S.; McCRAKEN, D. Cálculo Numérico com Estudos de Casos em FORTRAN IV. Campus/EDUSP, 1981. RUGGIERO, M. A. G.; LOPES, V. L. R. Cálculo Numérico Computacional. Aspectos teóricos e computacionais. São Paulo. Makron Books, 1997</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BURDEN, R. L.; FAIRES, J.D. Numerical Analysis. 5 ed. Boston PWS-Kent Publishing Company,1993. CLÁUDIO, D. M.; MARINS, J.M. Cálculo Numérico Computacional. Teoria e Prática. 2ed. Atlas, 1994. ARENALES, S;DAREZZO, A. Cálculo Numérico - Aprendizagem com Apoio de Software. Thompson Learning, 2008.</p>	

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Sistema de Gestão, Saúde e Segurança do Trabalho	CARGA HORÁRIA: 60 h
<p>EMENTA: Noções de saúde ocupacional. Agentes causadores de prejuízo à saúde. Legislação sobre as condições de trabalho. Metodologia para Avaliação de condições de trabalho. Técnicas de medições dos agentes.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, J. L. L.; GILL, L. R. P. Segurança de processos - experiência da Rhodia traz vantagens no controle dos riscos de acidentes. Proteção, São Paulo, n. 22, p. 30-33, abril-maio, 1993. V. 5. ANTUNES, Á. Athayde et al. Apostila do curso de prevenção de perdas. São Paulo: Instituto de Engenharia, 1993. ARNOLD, W R., BOWIE, J. S. Artificial intelligence. A personal, commonsensejourney. New Jersey. Prentice-Hall, Inc., 1986. 219 p.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, M. Petrobrás implanta banco de dados de confiabilidade. Gerência de Riscos. São Paulo, p. 36-37, 1991. BARZILAY, A. SPIRIT. A flexible tutoring style in an intelligent tutoring systems.</p>	

In. THE SECOND CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE APPLICATIONS. THE ENGINEERING OF KNOWLEDGE-BASED SYSTEMS, 1985. Miami Beach. Anais Washington. IEE Computer Society, p. 336 - 341. ISBN 0-8186-0688-6. 1985.

COMPONENTE CURRICULAR: Equações Diferenciais	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Sucessões e séries numéricas. Sucessões e séries de funções. Equações diferenciais ordinárias lineares. Aplicações das séries nas na solução de equações diferenciais. Sistemas de equações diferenciais ordinárias. Introdução às equações diferenciais parciais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOYCE, W. E. ; DIPRIMA, R. C. Equações diferenciais e problemas de valores de contorno. Rio de Janeiro. Guanabara Dois, 1979. BRONSON, R. Equações diferenciais. 2.ed., S. Paulo. Makron Books. 1994. SPIEGEL, M. R. Transformada de Laplace. S. Paulo. Makron, 1972.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: POLYA, G. A arte de resolver problemas. Rio de Janeiro. Interciência, 1986. SPIEGEL, M. R. Manual de fórmulas, métodos e tabelas de matemática. 2 ed., S. Paulo. Makron. 1992. ZILL, G. D. E CULLEN, M. R., Equações Diferenciais. São Paulo: Makron Books, 2003.	

COMPONENTE CURRICULAR: Administração e Empreendedorismo	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: As Organizações. A Administração e suas funções. O administrador e os atributos gerenciais básicos. Abordagens tradicionais de Administração. Taylorismo, Fayolismo, Relações Humanas no trabalho, Enfoque sistêmico. Abordagens contemporâneas de Administração. Gestão da Qualidade Total e Reengenharia de Processos. Tópicos Emergentes. O empreendedor e a atividade empreendedora. Necessidade do mercado. Identificação de oportunidades. A afinidade do empreendedor com a natureza específica da atividade ou produto. Plano geral para implementação de um novo negócio. Análise dos recursos (matéria-prima, equipamento, recursos humanos, capital) a mobilizar, localizar, localização e projeto físico. Apoios institucionais disponíveis. Aspectos e formalidades legais na constituição da empresa. O planejamento estratégico do negócio.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERNARDI, L. A. Manual de Empreendedorismo e Gestão – Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas. São Paulo: Atlas 2003. BRITO, F.; WEVER, L. Empreendedores Brasileiros – Vivendo e Aprendendo com Grandes Nomes. Rio de Janeiro: Negócio, 2003. FAYOL, H. Administração industrial e geral. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRADFORD; HYNES, B. Entrepreneurship education and training – introducing entrepreneurship into non-business disciplines. Journal of European Industrial Training, issue 8, p. 10-20, 1996. V 20. BRADOFRD; GARAVAN, T. N.; O CINNEIDE, B. Entrepreneurship education and training programmes. A review and evaluation - Part 2. Journal of European Industrial Training, issue 11, p.13-24, 1994. V18.	

DOLABELA, F., **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: Geologia Aplicada a Engenharia	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Introdução à Geologia. Minerais. Rochas. Perturbações das rochas. Ciclo hidrológico. Águas continentais. Noções sobre confecção e interpretação de mapas e perfis geológicos. Métodos de investigação do subsolo. Utilização das rochas e dos solos como material de construção e material industrial. Geologia de barragens. Geologia de estradas. Hidrogeologia. Fotointerpretação geológica	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHIOSSI, N.J. Geologia Aplicada à Engenharia . Oficina de Textos, 2013, 3 ed. GUSMÃO FILHO, J.A. Solos – Da Formação Geológica ao Uso na Engenharia . Universitária da UFPE, 2000, 185p. MACIEL FILHO, C.L. Introdução à Geologia de Engenharia . Brasília, CPRM/UFMS, 1997, 283p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS, A.R. Geologia de Engenharia . Conceitos, Método e Prática. IPT, 2002, 222p. SANTOS, A.R. A Grande Barreira da Serra do Mar . Da Trilha dos Tupiniquins a Rodovia dos Imigrantes. Nome da Rosa, 2004, 128p. TEIXEIRA, W et AL. Decifrando a Terra . 1.ed. Oficina de Textos, 2000, 577p.	

COMPONENTE CURRICULAR: Topografia	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Noções gerais. Levantamentos Topográficos. Instrumentos de topometria. Sistemas de coordenadas topográficas. Topologia. Topometria. Superfície Topográfica. Taqueometria. Altimetria. Cálculo de áreas e volumes. Divisão de terreno. Locação de obras.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BORGES, A.C. Topografia . São Paulo: Edgard Blücher, 2011. V 1 e 2. GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S.; SOUSA, J. J. Topografia Conceitos e Aplicações . 2 ed. Lidel, 2008. CASACA, J.; MATOS, J; BAILO, Miguel, Topografia Geral 2004, Ed. Lidel	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GARCIA, G. J. ; PIEDADE, G.C.R. Topografia Aplicada às Ciências Agrárias . 4 ed. São Paulo: Nobel, 1983. LELIS, E. Curso de Topografia . 8 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1982. COMASTRI, J. A. Topografia – Altimetria . Viçosa, MG. UFV.	

COMPONENTE CURRICULAR: Hidráulica	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Escoamento através de orifícios. Determinação experimental dos coeficientes de um orifício. Escoamento através de vertedores. Escoamento em condutos forçados. Determinação experimental de perdas de carga. Sifões. Instalações de requalque. Ensaio de bomba. Escoamento em canais. Locação de canais. Hidrometria. Aferição de medidores hidráulicos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AZEVEDO NETTO, J. M. de, ALVAREZ, G. A. Manual de hidráulica . 7. ed. at.Ampl. São Paulo: Edgard Blucher, 1982. V 2. BERNARDO, S. Manual de irrigação . 6. ed. Revisa e ampliada. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1995. 657p. CARVALHO, D. F. Instalações elevatórias. Bombas . 2. ed. Belo Horizonte. IPUC,	

Departamento de Engenharia Civil, 1979. 355p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, V. L. **Fluxo de água em canais e tubulações**. Mossoró. ESAM, 1981. 45p. (Mimeografado).

MACINTYRE, A. J. **Bombas e instalações de bombeamento**. Rio de Janeiro. Guanabara Dois, 1982. 667p.

DAKER, A. **Captação, elevação e melhoramento da água**. In. À Água na agricultura. 6. ed. Rev. ampl. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 1983. V 2.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Ambiental	Química	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Dinâmica do meio ambiente; processos químicos de interesse ambiental; processos químicos de interesse na atmosfera. Características das águas de abastecimento. Padrões de Potabilidade. Análises físico-químicas de águas de abastecimento. Caracterização de Águas Residuárias: técnicas de amostragem, preservação de amostra e métodos de análise. Análises físico-químicas de águas residuárias. Padrões de lançamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAIRD, C. Química Ambiental . Porto Alegre: Bookman, 2011. 4ª Ed. GIRARD, J. E. Princípios de Química Ambiental . São Paulo: LTC, 2013. 2ª Ed. SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. Química Ambiental . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MANAHAN, S.E. Química Ambiental . Porto Alegre: Bookman, 2012. 9ª Ed. ROHDE, Geraldo M. Geoquímica ambiental e estudos de impacto . São Paulo: Signus, 2004. ROLF, P. Reações químicas na análise de água . Fortaleza: Arte Visual, 2009.		

COMPONENTE CURRICULAR: Geoprocessamento	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Introdução geoprocessamento. Fundamentos de Sensoriamento Remoto. Métodos de abstração, conversão e estruturação nesse sistema computacional. Potencial das técnicas de Geoprocessamento para a representação de fenômenos e modelos ambientais relacionados a diversos campos de estudo. Instrumentalização de técnicas do Geoprocessamento para diversas aplicações levando em consideração os componentes de análise do espaço geográfico. Atividades práticas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. SILVA, J. X. da; ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e Meio Ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. BIELENKI JÚNIOR, C.; BARBASSA, A. P. Geoprocessamento e Recursos Hídricos: aplicações e práticas . São Carlos: Editora UFSCAR, 2013.	

COMPONENTE CURRICULAR: Saneamento Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Saneamento. Saneamento Ambiental. Sistemas Ambientais. Gestão Ambiental. Importância. Atividades. Saneamento e Saúde. Abastecimento de água. Águas e doenças. Abastecimento público de água. Esgotamento Sanitário. Esgotos Domésticos. Doenças Relacionadas com os esgotos. Drenagem. Noções de Microbiologia. Aspectos Qualitativos. Consumo de Água. Limpeza pública, Resíduos sólidos. Características, coleta, transporte, processamento e destino final. Materiais de Construção para Saneamento. Controle de Zoonoses. Condições de Habitação. Educação Ambiental e Sanitária.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MOTA, S. Introdução à engenharia ambiental . 4ª ed, Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, 2006 , 388p. FUNASA, Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento . 3 ed. 2006. 408 p. NUVOLARI, A. Esgoto sanitário – Coleta, transporte, tratamento e reuso agrícola . 1 ed. Edgard Blucher, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FUNASA, Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Orientações Técnicas para apresentação de Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos . Brasília. Fundação Nacional de Saúde, 2006. 46 p. Orientações Técnicas para apresentação de Projetos de Drenagem e Manejo Ambiental em Áreas Endêmicas de Malária . 1. Ed. Brasília. Fundação Nacional de Saúde, 2006. 32 p. Manual de Implantação de Consórcios Públicos de Saneamento . Brasília. Fundação Nacional de Saúde, 2008. 110 p. CEMPRE. Lixo Municipal. Manual de Gerenciamento Integrado . 2 ed. São Paulo, CEMPRE, 2000.	

COMPONENTE CURRICULAR: Ecologia dos Ecossistemas	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Introdução à ecologia. Conceito, estrutura e classificação de ecossistemas. Cadeias e redes alimentares. Estrutura trófica. Pirâmides ecológicas. Energia e diversidade. Modelos de fluxo de energia em diferentes ecossistemas (terrestres e aquáticos). Ciclos biogeoquímicos. Fatores limitantes. Conceitos de habitat e nicho ecológico. Estrutura das comunidades: dinâmica das populações, sucessões e interações ecológicas. Populações e comunidades em gradientes geográficos; ecotones; efeito de borda.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DAJOZ, R. Princípios de Ecologia . Rio de Janeiro: Artmed. Traduzido. 2005. 7ª. Ed. ODUM, E. P. Fundamentos em Ecologia . São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. 6ª. Ed. ODUM, E. P.; BARRET, G. W.. Fundamentos de Ecologia . São Paulo: Thomson Learning. 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia . Rio de Janeiro: Interciência/FINEP, 2011. 3ª. Ed. RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza . Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2010. 6ª ed.	

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Fundamentos das Ciências Sociais. Análise da sociedade. Grupos sociais. Estrutura de classes e processos de mudanças. Cultura. Ideologia. Participação e poder nas organizações. Organização e relação interativa com o meio ambiente.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COSTA, M. C. Sociologia . Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1995. CRESPI, F. Manual de sociologia da cultura . Lisboa: Estampa, 1989. DEMO, P. Educar pela pesquisa . São Paulo: Autores Associados, 1996.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GUARESCHI, P. A. Sociologia crítica: alternativas de mudança . Porto Alegre: Mundo Jovem, 1990. MARTINS, C. B. O que é sociologia? 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. DOMINGUES, José Maurício. Teorias Sociológicas no século XX . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.	

COMPONENTE CURRICULAR: Sistema de Abastecimento de Água	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Conceitos fundamentais: quantidade e qualidade das águas, relação com a saúde pública, alcance do projeto, etapas de construção, usos e consumos de água. Introdução ao tratamento. Projeto dos órgãos constituintes do sistema de abastecimento de água: captação das águas superficiais e subterrâneas; adução; reservatórios de distribuição; redes de distribuição e introdução ao tratamento. Racionalização do consumo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: HELLER, L.; PÁDUA, V.L. (org.). Abastecimento de água para consumo humano . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 859p. (Ingenium). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, Rio de Janeiro. Coletânea de normas para concepção e elaboração de projeto de unidades de sistemas de abastecimento de água . Rio de Janeiro: ABNT, 1989 a 1994 AZEVEDO NETTO, J.M., FERNANDEZ, M.F., ARAUJO, R., ITO, A.E. Manual de Hidráulica . 8.ed. atualizada. São Paulo: Edgard Blücher, 1998, 670p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AZEVEDO NETTO, J.M et al. Técnica de abastecimento e tratamento de água – V.1 . 2.ed. São Paulo: CETESB, 1976, 549p. AZEVEDO NETTO, J.M et al. Técnica de abastecimento e tratamento de água – V.2 . 3.ed. São Paulo: CETESB, 1987, 317p. BARROS, R.T.V.; CHERNICHARO, C.A.L.; HELLER, L. & VON SPERLING, M. Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios, Vol1: Saneamento . Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1995, 221p.	

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de Conclusão de Curso	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.	

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de Recursos Naturais	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Políticas de Gestão de recursos naturais. Gestão dos Recursos Hídricos. Gestão dos recursos energéticos. Gestão da Biodiversidade. Planos de Manejo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Gestão de Recursos Naturais . MMA/IBAMA: Brasília, 2000. VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental . Tradução Annie Sophie de Pontbriand-Vieira, Christilla de Lassus. São Paulo: Cortez, 2002. 3ª Ed. REIS, L.; FADIGAS, E. A. A.; CARVALHO, C. E. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável . Barueri/SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental). ALMEIDA, J. R. de. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21 . 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Orgs.). Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92 . 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental . Barueri/SP: Manole, 2004.	

COMPONENTE CURRICULAR: Poluição Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Bases conceituais da poluição e controle ambiental no contexto da Gestão Ambiental. Os recursos água, ar e solos: caracterização; propriedades; usos; tipos e fontes de poluição; principais poluentes e; parâmetros de qualidade. Compostos químicos, orgânicos e inorgânicos na água, no solo e na atmosférica. Outros tipos de Poluição. Aspectos legais e institucionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DERISIO, J. C. Introdução ao Controle de Poluição Ambiental . São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2012. 4ª ed. MANO, E. B.; PACHECO, É. B. A. V.; BONELLI, C. M. C. Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem . Curitiba: Edgard Blücher, 2010. 2ª ed. BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L. et al. Introdução à Engenharia Ambiental . São Paulo: Prentice Hall, 2002.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. R. de. **Gestão ambiental:** para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

VON SPERLING, M. **Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos:** Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias. Belo Horizonte: ROLF, P. **Reações químicas na análise de água.** Fortaleza: Arte Visual, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Avaliação de Impactos Ambientais	CARGA HORÁRIA: 60 h
--	----------------------------

EMENTA: Conceitos de impacto ambiental. Aspectos institucionais do licenciamento ambiental. Estudo e avaliação de impactos ambientais. EIA/RIMA. Métodos de avaliação de impactos ambientais. Identificação e valoração de Impactos Ambientais. Avaliação de Risco. Perícia ambiental aplicada. Autorização florestal. Outorga do uso de recursos hídricos. Avaliação Ambiental Estratégica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impactos ambientais:** conceitos e métodos. São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2008. 2ª ed.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 3ª ed.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. **Avaliação e perícia ambiental.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 7ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L. *et al.* **Introdução à Engenharia Ambiental.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FOGLIATTI, M. C.; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. **Avaliação de Impactos Ambientais:** aplicação aos sistemas de transporte. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo A.; BRUNA, Gilda C. (Eds.). **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri/SP: Manole, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Responsabilidade Socioambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Origem, Conceituação e Caracterização do Terceiro Setor. Investimento Social Privado e Responsabilidade Social Empresarial. Democracia, Direitos Humanos e Cidadania. Legislação do Terceiro Setor. Gestão ambiental empresarial e o enfoque estratégico. Responsabilidade social e responsabilidade ambiental. Instrumentos de gestão de responsabilidade socioambiental. Responsabilidade socioambiental como estratégia de gestão, de produção, de sustentabilidade e de desenvolvimento. Indicadores, certificações, tecnologias e instrumentos de gestão relacionados à responsabilidade socioambiental. Legislação Ambiental. Enfoque Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007: 2. Ed. ETHOS. Responsabilidade social da empresa. A contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002. Vol. 1. NASCIMENTO, F; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ACADEMIA PEARSON. Gestão Ambiental. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. ASSUMPCÃO, L. F. J. Sistema de Gestão Ambiental: manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. Curitiba: Juruá, 2007. ELLEN, H. M. V. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro; FGV, 2005.	

COMPONENTE CURRICULAR: Pedologia	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Processos geológicos; fatores e processos de formação do solo, formação das rochas, evolução cronológica da terra. Identificação de rochas. Mapeamento geotécnico. Métodos geofísicos aplicados a estudos ambientais. Decomposição das rochas e formação dos solos. Pedologia dos solos. O solo e sua distribuição geográfica. O processo de intemperismo nas diferentes regiões do globo terrestre. Principais	

propriedades físicas e químicas dos solos. Classificações taxonômicas e utilitárias dos solos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E.; TORRADO, P. V. **Pedologia: fundamentos**. Viçosa: Editora SBCS. 2012.

LEPSCH, I. F. **Formação e Conservação dos Solos**. São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2010. 2ª ed.

LEPSCH, I. F. **19 Lições de Pedologia**. São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PRADO, H. do;. **Pedologia Fácil**. Jaboticabal: Editora FUNEP, 2013. 4ª ed.

OLIVEIRA, J. B. de;. **Pedologia Aplicada**. Piracicaba: Editora FEALQ, 2011. 4ª ed.

PRADO, H. do;. **Pedologia Fácil Aplicações**. Jaboticabal: Editora FUNEP, 2011. 3ª ed.

9º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Técnicas de Controle da Poluição Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Resíduos industriais perigosos: caracterização, métodos de disposição, descarte e destinação de embalagens. Técnicas de disposição, tratamento e remediação de solos: aterro, reciclagem, compostagem, processamento, incineração. Estratégias aplicadas à melhoria da qualidade dos processos para minimização da geração de resíduos e/ou efluentes (produção mais limpa). Principais processos industriais potencialmente poluidores, suas operações unitárias, resíduos gerados e possibilidades de mitigação. Técnicas de Controle da Poluição do Ar. Técnicas de Controle da Poluição da Água; Técnicas de Controle da Poluição do Solo. Técnicas de Controle da Poluição Sonora.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DERISIO, J. C. Introdução ao Controle de Poluição Ambiental . São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2012. 4 ed. GIANNETTI, B. F.; ALMEIDA, C. M. V. B. Ecologia Industrial: conceitos, ferramentas e aplicações . São Paulo: Edgard Blucher, 2006 SANTOS, L.M.M. dos. Avaliação ambiental de processos industriais . Minas Gerais:	

Oficina de Textos, 2011. 4 ed.
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BOSCOV, M. E. G. Geotecnia Ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 248p.</p> <p>JARDIM, A.; VALERDE, J.; YOSHIDA, C. Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos. São Paulo: Manole, 2012.</p> <p>MOERI, E. N.; RODRIGUES, D.; NIETERS, A. Áreas contaminadas: remediação e contaminação. Editora Signus, 2007.</p>

COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento e Gestão Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
<p>EMENTA: Conceitos básicos de Planejamento. Etapas e estrutura do planejamento. Gestão ambiental territorial e seus instrumentos. Instrumentos de gerenciamento ambiental e sistemas de gestão ambiental. O planejamento como ferramenta de Gestão Ambiental. O planejamento ambiental no Brasil. O zoneamento ambiental como instrumento de Política Pública Ambiental. Metodologia de Planejamento e Zoneamento ambiental.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>SANTOS, R. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.</p> <p>LIMA, A. Zoneamento Ecológico-Econômico: à luz dos Direitos Socioambientais. Curitiba: Juruá, 2006.</p> <p>RECH, A. U.; RECH, A. Zoneamento Ambiental como Plataforma de Planejamento da Sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, 2014.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>SILVA, E. V. da; RODRIGUEZ, J. M. M.; MEIRELES, A. J. de A. Planejamento Ambiental e Bacias Hidrográficas: Planejamento e gestão de Bacias Hidrográficas. (Tomo 1). Fortaleza: Edições UFC, 2011.</p> <p>SILVA, E. V. da; RODRIGUEZ, J. M. M.; MEIRELES, A. J. de A. Planejamento Ambiental e Bacias Hidrográficas: estudos de casos. (Tomo 2). Fortaleza: Edições UFC, 2011.</p> <p>SILVA, E. V. da; RODRIGUEZ, J. M. M.; MEIRELES, A. J. de A. Planejamento Ambiental e Bacias Hidrográficas: turismo e sustentabilidade. (Tomo 3). Fortaleza:</p>	

Edições UFC, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Manejo e Conservação do Solo	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Principais conceitos e objetos de estudo. As principais funções do solo e os mecanismos de sua degradação. Erosão do solo como um mecanismo de degradação ambiental. Degradação química de solos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo . São Paulo: Editora Icone, 2010. 7ª Ed. LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos . São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2010. 2ª ed. MEURER, E.J. Fundamentos de Química do Solo . Porto Alegre: Evangraf, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MELO, V.F.; ALLEONI, L.R.F. Química e Mineralogia do Solo . Parte I e II. 1 ed. Viçosa : Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2009. NOVAIS, R.F. et al. Eds. Fertilidade do Solo . Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. PRUSKI, F.F. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica . Viçosa, MG: UFV, 2006.	

COMPONENTE CURRICULAR: Sistema de Gestão Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Conceitos de gestão ambiental. Evolução dos conceitos de proteção ambiental. As questões ambientais num mundo globalizado. Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e seus componentes. Terminologias, Riscos e Normas da série ISO-14000. Certificação Ambiental. Selos Verdes e Sistemas de Informação Ambiental.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sistemas de gestão ambiental: requisitos com orientações para uso [NBR ISO 14001] . Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 27 p.	

ASSUMPCÃO, L. F. J. **Sistema de Gestão Ambiental:** manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. Curitiba: Juruá, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007: 2. Ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACADEMIA PEARSON. **Gestão Ambiental.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DIAS, R.. **Gestão Ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa.** São Paulo: Atlas, 1999.

SEIFFERT M. E. B. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental:** implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2011. 4ª Ed.

COMPONENTE CURRICULAR: Recursos Hídricos	CARGA HORÁRIA: 30 h
---	----------------------------

EMENTA:

Água como recurso ambiental estratégico e sua relação com a economia. Aspectos históricos da gestão de recursos hídricos no Brasil e no Mundo. Princípios da gestão de recursos hídricos: domínio das águas, valor econômico da água, uso prioritário, usos múltiplos, unidade de gestão, gestão descentralizada e participativa. Instrumentos da gestão de recursos hídricos: instrumentos normativos, instrumentos econômicos. Modelos institucionais para a gestão de recursos hídricos. Aspectos legais da gestão de recursos hídricos. Instrumentos de gestão de recursos hídricos na legislação brasileira em nível federal: planos de bacia, enquadramento de cursos d'água em classes, outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, compensação a municípios, sistemas de informação de recursos hídricos. A gestão de recursos hídricos nos estados. Interfaces entre as políticas nacionais ambiental, de recursos hídricos e de saneamento. Modelos de avaliação dos recursos hídricos. Parâmetros de qualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CECH, T. V. **Recursos Hídricos:** História, Desenvolvimento, Política e Gestão. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 3ª Ed.

TUNDISI, P. J. G.; TUNDISI, T. M. **Recursos Hídricos no Século XXI.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

VON SPERLING, M. **Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de**

Esgotos: Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias. Belo Horizonte: DESA-UFMG, 2005. Vol. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, N. das.; BRÍGIDO, A. R.; SOUZA, A. C. M. **Manejo e Conservação dos Solos e da Água.** Livraria da física. 2013

ROCHA, J.C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. **Introdução à Química Ambiental.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

ROLF, P. **Reações químicas na análise de água.** Fortaleza: Arte Visual, 2009.

10º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Recuperação de Áreas Degradadas	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Conceitos básicos relativos à recuperação ambiental. A recuperação de áreas degradadas como componente do SGA. Técnicas de recuperação nas ciências ambientais. Planos de recuperação de áreas degradadas. Recuperação de solos degradados. Características e importância da vegetação ciliar. Recuperação de florestas ciliares. Meios e modos. A importância de programas de revegetação ciliar e as perspectivas da ecologia de restauração. Adequação ambiental de unidades naturais e unidades de produção. Degradação e recuperação de áreas susceptíveis a desertificação. Recuperação de áreas de mineração. Manutenção, degradação e recuperação da qualidade da água. Planejamento conservacionista. Manejo e conservação de bacias hidrográficas. Monitoramento Ambiental. Legislação aplicada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAÚJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. MOERI, E.; COELHO, R.; MARKER, A.. Remediação e revitalização de áreas contaminadas: aspectos técnicos, legais e financeiros. São Paulo: Signus, 2004. ARAÚJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas. São Paulo: Editora Oficina de Textos. 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do Solo**. São Paulo: Editora Icone, 2010. 7ª Ed.

MARTINS, S. V. **Restauração Ecológica de Ecossistemas Degradados**. Viçosa: Editora UFV, 2012.

MARTINS, S. V. **Recuperação de Área Degradada**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Ambiental	Auditoria	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Conceito de auditoria. Referências normativas. Fases do processo de auditoria ambiental: atividades pré-auditoria, auditoria e pós-auditoria. Aplicação da Auditoria Ambiental e os instrumentos de SGA. Auditoria ambiental e legislação básica. Competência e avaliação dos auditores. Auditorias ambientais compulsórias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMPOS, L. M. de S.; LERÍPIO, A. de Á. Auditoria Ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Editora Atlas, 2009. LA ROVERE, E. L. (Coord.). Manual de Auditoria Ambiental . 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. SEIFFERT, M. E. B. Manual de Sistemas de Gestão: princípios, procedimentos e práticas com ênfase nas normas (9001, 14001, 22000) e OHSAS 18001. São Paulo: Editora Atlas, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASSUMPCÃO, L. F. J. Sistema de Gestão Ambiental: manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. Curitiba: Juruá, 2007. BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007: 2. Ed. SEIFFERT, M. E. B. Sistemas de Gestão Ambiental (SGA-ISO 14001): melhoria contínua e produção mais limpa na prática e experiência de 24 empresas brasileiras. São Paulo: Editora Atlas, 2011.		

COMPONENTE CURRICULAR: Direito e Legislação Ambiental	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Meio ambiente. Conceito. Competências Ambientais. O meio ambiente na Constituição Federal. Infrações e sanções administrativas. Crimes contra o meio ambiente. Bens ambientais. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Instrumento da Política do Meio Ambiente. Responsabilidade civil e meios processuais para a defesa ambiental. Urbanismo e aspecto jurídico da poluição. Áreas de Preservação Permanente. Direito Ambiental Internacional. Histórico da legislação ambiental e situação atual. Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente. Políticas Públicas e Meio Ambiente. Bens ambientais. Legislação ambiental aplicada: ar, águas, solos, flora, fauna, patrimônio genético, fontes de energia. Preservação e conservação da natureza.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, A.r; PHILIPPI Jr., A. (Eds.). Curso InterCOMPONENTE CURRICULARr de Direito Ambiental. São Paulo: Manole, 2004. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11 ed. São Paulo: Malheiros, 2005. MEDAUAR, O.(Org.). Coletânea de legislação de direito ambiental. Constituição Federal. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANTUNES, P. de B.. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. MILARE, É.. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.	

COMPONENTE CURRICULAR: Sistema de Informações Geográficas	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: O Conjunto das Geotecnologias. Introdução ao Geoprocessamento. Sistema de Informações Geográficas. Característica dos SIGs. Dados Espaciais. Fontes de Dados.	

Bases digitais na Internet. Atlas digitais. Estruturas de Dados: modelos vetorial e matricial. Topologia. Aquisição e Manipulação de Dados. Geocodificação. Gerenciamento de Dados. Integração de Dados. Consulta e Análise Espacial. Mapeamento por Computador. Sistemas aplicativos. Sistemas Gratuitos. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Princípios Físicos. Espectro Eletromagnético. Plataformas e Sensores. Sistemas sensores mais usuais no Brasil. Aquisição de Imagens. Análise Visual de Imagens. Processamento Digital de Imagens. Tipos de GPS e sua Aplicação. Uso da Geomática na sala de aula. Aplicações meteorológicas, oceanográficas, urbanas e ambientais. Estudos de Caso. Atividades Práticas. Trabalho de Campo Curricular. Prática Laboratorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLASCHKE, T. & KUX, H. (orgs.). **Sensoriamento Remoto e SIG: novos sistemas sensores: métodos inovadores.** São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

PARANHOS FILHO, A. C.; LASTORIA, G.; TORRES, T.G.; **Sensoriamento Remoto Ambiental Aplicado: Introdução às Geotecnologias.** Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2008.

MENDES, C. A. B.; CIRILO, J. A. **Geoprocessamento em Recursos Hídricos: princípios, integração e aplicação.** 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIELENKI JÚNIOR, C.; BARBASSA, A. P. **Geoprocessamento e Recursos Hídricos: aplicações e práticas.** São Carlos: Editora UFSCAR, 2013.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação.** Oficina de Textos. 2008, 160p.

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento & Análise Ambiental.** Bertrand Brasil. 2011. 363p.

<p>COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária I</p>	<p>CARGA HORÁRIA: 180 h</p>
<p>EMENTA: Orientação de Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental acadêmico</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Recursos Energéticos e Meio Ambiente	CARGA HORÁRIA: 60 h
EMENTA: Recursos energéticos e matriz energética do Brasil. Atividades antrópicas, demanda de energia e desenvolvimento socioeconômico. Disponibilidade de fontes e avaliação do potencial de geração de energia. Energia elétrica: fundamentos sobre geração, transmissão e distribuição. Usinas hidroelétricas, termoelétricas e nucleares. Energia solar. Energia eólica. Energia fóssil. Energia da biomassa. Dimensionamento. Desenvolvimento de projeto que utilize fontes alternativas. Impactos ambientais decorrentes da geração, transmissão, disponibilidade e oferta de energia no desenvolvimento regional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: REIS, L...; FADIGAS, E. A. A.; CARVALHO, C. E. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável. Barueri/SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental). TOLMASQUIM, M. T. Alternativas Energéticas Sustentáveis no Brasil. Editora Relume-Dumara, 2004. VASCONCELLOS, G.F. Biomassa: a eterna energia do futuro. São Paulo: Senac, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALDABÓ, R. Célula Combustível a Hidrogênio – Fonte de Energia da Nova Era. Editora Artliber, 2004. COMETTA. Energia Solar: Utilização e Empregos Práticos. Editora HEMUS. 2004. SAY, M.G. Eletricidade Geral – Eletrotécnica. Editora Hemus, 2004	

11º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental e Sanitária II	CARGA HORÁRIA: 180 h
EMENTA: Orientação de Estágio Supervisionado Curricular em Engenharia Ambiental em campo	
COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de conclusão de curso	CARGA HORÁRIA: 180 h
EMENTA: De acordo com o capítulo 8.2.5.1 deste PPC	

8.2.9 Componentes Curriculares Optativas: Ementas, Bibliografias Básicas e Complementares

COMPONENTE CURRICULAR: Urbanismo	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Sítio urbano. Imagem da cidade. Percepção urbana. Imagem, leitura, percepção e escalas de estudo. Análise, diagnóstico, prognóstico e diretrizes do planejamento. Coleta e tratamento de dados. Análise cartográfica. Relações com o uso e ocupação do solo e condicionantes legais de ocupação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARGAN, G. C. Arte Moderna . São Paulo: Companhia das Letras. 1992. GOMBRICH, E. H. A História da Arte . 16 ed. Rio de Janeiro: LTC. 1999. BENEVOLO, L. História da Cidade . São Paulo: Perspectiva, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PAPIRUS, E. Os métodos do Urbanismo . São Paulo, 1993. STRÖGER, E. R. O tipo na Arquitetura : da Teoria ao Projeto. Editora Unisinos, 2001. BASSEGODA, N. J. Historia de arquitectura . Barcelona: Tecnicos Asociados, 1976.	

COMPONENTE CURRICULAR: Controle Ambiental na Indústria Têxtil	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Descrição dos processos produtivos da indústria têxtil. Identificação de impactos ambientais. Caracterização de efluentes e resíduos. Medidas de controle no processo. Tratamento de efluentes e resíduos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LEÃO, M. M. D.; CARNEIRO, E. V.; SCHWABE, W.K.; RIBEIRO, E. D. L.; TORQUETTI, Z. S. C.; SOARES, A. F. S.; FERNANDES NETO, M. L. – Controle Ambiental na Indústria Têxtil – Belo Horizonte. Segrac Editora e Gráfica, 2002. 356 p. USEPA – Manual : Best Management Practices for Pollution Prevention in the Textile Industry- EPA/625/R-96/004 - September 1996. BASTIAN, ELZA Y. ONISHI - Guia técnico ambiental da indústria têxtil -Elaboração Elza Y. Onishi Bastian, Jorge Luiz Silva Rocco ; colaboração Eduardo San Martin ... [et al.]. - São Paulo: CETESB : SINDITÊXTIL, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: EUROPEAN COMISSION - Integrated Pollution Prevention and Control (IPPC) -Reference Document on Best Available Techniques for the Textiles Industry - July 2003. BRAILE, P. M. E CAVALCANTI, J. E. W. A. (1993) Manual de tratamento de águas residuárias e industriais . CETESB. SALOMÃO JR., A. et al. Projeto piloto de prevenção à poluição nas indústrias do setor têxtil : Santista Têxtil S/A - relatório técnico. São Paulo: CETESB, 2000. 101 p.	

COMPONENTE CURRICULAR: Cultura e Ambiente	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Trajetória do conceito de cultura na antropologia com ênfase na relação cultura e natureza. Introdução às vertentes clássicas do conceito de cultura em sua relação com a natureza e o meio ambiente e discussão das abordagens contemporâneas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LÉVI-STRAUSS. O Pensamento Selvagem . Campinas, Papyrus, 1989. ECKERT, C.; ROCHA, A.L.C. e CARVALHO, I.C.M. (org). Horizontes Antropológicos . Antropologia e Meio Ambiente. Ano 12, Número 25, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 2006. SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. Paisagem e Cultura – Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade . Belém do Pará: EDUFPA, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: VIVEIROS de C. E. 2002. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify. UNHA, M. C. da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica . Estud. av. [online]. 1999, vol.13, n.36 [cited 2011-08-11], pp. 147-163. INGOLD, T. 2003 “ A Evolução da Sociedade ”, in C. Fabian (org.) Evolução: Sociedade, Ciência e Universo . Bauru: Edusc.	

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos de LIBRAS (Língua brasileira de sinais)	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR E SILVA, V. Teoria da Literatura . Coimbra: Almedina, /s.d./ CULLER, J. Introdução à Teoria Literária . São Paulo: Beca Edições, 1999. D’ONOFRIO, S. Teoria do texto 1 . São Paulo: Ática, 1995. Teoria do texto 2 . São Paulo: Ática, 1995.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARISTÓTELES, H. L. A poética clássica . Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990. CANDIDO, A. et al. A personagem de ficção . São Paulo: Perspectiva, 1976. COMPAGNON, A. O demônio da teoria . Literatura e senso comum. Trad. Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.	

COMPONENTE CURRICULAR: Relações étnicas e raciais	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: A questão racial como tema da identidade nacional. A constituição de alguns símbolos da nacionalidade. A posição dos positivistas. Religiosidade afro-brasileira na perspectiva dos candomblés. Os lugares e as posições de poder de alguns grupos na sociedade brasileira.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, José Murilo de. “Bandeira e hino: o peso da tradição”. In: A formação das almas: o imaginário da República no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, p. 109-129, 1990. DAMATTA, R. “ O que faz o Brasil, Brasil? A questão da identidade”. Rio de Janeiro: Rocco, p. 9-20, 2001. CARVALHO, J. J. “Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação afirmativa”. In: QUEIROZ, Delcele M. (coord.). O negro na universidade . Programa A cor da Bahia/PPGCS/UFBA. Salvador: Novos Toques, p. 70-99, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SANTOS, J. T. dos. “Apresentação”. In: QUEIROZ, Delcele M. (coord.). O negro na universidade . Programa A cor da Bahia/PPGCS/UFBA. Salvador: Novos Toques, 2002. SHWARCSZ, L. M. “Introdução: o espetáculo da miscigenação”. In: O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930) . Companhia das Letras, p. 11-22, 1993. DANTAS, C. V. “ O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república ”. Niterói –RJ: Tempo, vol.13, número 26, 56-79, 2009.	

COMPONENTE CURRICULAR: Tratamento de efluentes industriais	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Caracterização de efluentes líquidos industriais: fontes e contaminantes. Monitoramento de efluentes. Legislação aplicável. Projeto de reatores. Tratamento biológico. Tratamento físico-químico. Sistemas combinados de tratamento. Estudos de caso: tipologias industriais em MG.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: TELLES, D. A.; COSTA, R. H. P. G.. Reuso da água: conceitos, teorias e práticas . 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2007. v. 1500. BAIRD, C. Química ambiental . Tradução da 2ª edição norte-americana. Porto Alegre :Bookman, 2002. MATOS, A. T. Manejo e tratamento de resíduos agroindustriais . Viçosa, MG: AEAGRI, 2007. 121 p. (Caderno didático n. 31)	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MILLER, T. G. Ciência ambiental . São Paulo-MG: CENGAGE Learning, 2008. 501p. PEREIRA NETO, J. T. Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicas e operacionais . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. 129p.	

PEREIRA NETO, J. T. Manual de compostagem : processo de baixo custo. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. 81p.	
COMPONENTE CURRICULAR: Planejamento Sócioambiental	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Ecodesenvolvimento: gênese e fundamentos epistemológicos – meio ambiente e questão socioambiental; Diretrizes gerais para o planejamento socioambiental: do diagnóstico à avaliação; descentralização versus planejamento central, autonomia local e internacionalização econômica; desigualdade e conflitos socioambientais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, J. R. de et al. Política e planejamento ambiental . 3. ed. Rio de Janeiro: Thex.,2004. D'AVIGNON, A. et al. Manual de auditoria ambiental Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. BACKER, P. De. Gestão Ambiental : a administração Gestão Ambiental: a administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1995.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AZZONE, G.; BERTELE, U. Exploiting green strategies Exploiting green strategies for competitive advanta for competitive advantages . Long Range Planning, v. 27, n. 6, p. 69-81, 1997. DONAIRE, D., Gestão ambiental na empresa . São Paulo: Atlas, 1999. CALLENBACH, E.; CAPRA, F.; GOLDMAN, L.; LUTZ, R.; MARGURG, S. Gerenciamento ecológico . Trd. Carmen Uoussef. São Paulo: BUCHHOLZ, R. A. Business Environment and Public Pol. Prentice- icy Hall, USA, 1995.	

COMPONENTE CURRICULAR: Salinização e Drenagem	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Origem da salinidade. Efeitos da salinidade na planta e no solo. Qualidade da água de irrigação. Previsão de salinização de áreas irrigadas. Técnicas de manejo para controlar os efeitos da salinidade. Recuperação de solos afetados por sais. Drenagem superficial. Estudos e pesquisas de drenagem. Determinação da condutividade hidráulica. Diagnóstico do problema. Espaçamento de drenos. Delineamento e instalação de um sistema de drenagem. Problemas e soluções dos sistemas de drenagem. Estimativa dos benefícios econômicos de um sistema de drenagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AYERS, R.S.; WESTCOT, D.W. Qualidade da água na agricultura . Campina Grande: UFPB, 1999. 218p. FAO. Estudos de Irrigação e Drenagem, 29. CHEYI, H.R.; DIAS, N.S.; LACERDA, C.F.L . Manejo da Salinidade na agricultura : estudos básicos e aplicados. 1. ed. Fortaleza: INCT sal, 2010. v.1. 470p. DIAS, N.S.; DUARTE, S.N.; GHEYI, H.R. Prevenção, manejo e recuperação de solos afetados por sais . Piracicaba: ESALQ/USP/LER. 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DOORENBOS, J.; KASSAM, A.H. Efeitos da água no rendimento das culturas . Campina Grande: UFPB, 1994. 212 p. Estudos FAO: Irrigação e Drenagem, 33. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, Planta e atmosfera : Conceitos, Processos e Aplicação. Barueri: Manole, 2012. 524p. MEDEIROS, J.F. de (eds.). Manejo e controle da salinidade na agricultura	

irrigada. Campina Grande: SBEA, 1997. cap. 10, p.337-356.

COMPONENTE CURRICULAR: Climatologia	CARGA HORÁRIA: 30 h
EMENTA: Relações Terra-Sol. Radiação solar e terrestre. Temperatura do ar e do solo. Umidade do ar. Pressão atmosférica. Estudo dos ventos. Condensação e precipitação pluviométrica. Evaporação, evapotranspiração e coeficiente de cultivo. Balanço hídrico do solo. Classificações climáticas. Estações e equipamentos meteorológicos. Sensoriamento remoto.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALLEN, R. G.; PEREIRA, L. S.; RAES, D; SMITH, M. Evapotranspiración del cultivo, Guías para la determinación de los requerimientos de água de los cultivos. Roma: FAO, 2006. 298 p. ASSIS, F.N.; ARRUDA, H.V.; PEREIRA, A.R. Aplicações de estatística a climatologia agrícola: teoria e prática. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1996. 161p. PEREIRA, A.R.; ANGELOCCI, L.R.; SENTELHAS, P.C. Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002. 478p	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MONTEIRO, J.E.B.A. (Ed.) Agrometeorologia dos Cultivos – o fator meteorológico na produção agrícola. Brasília: INMET. 2009. 530p. MOREIRA, M.A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. Viçosa: 3. ed. Atual. Ampl. Ed. UFV, 2005. 320p. VAREJÃO SILVA, M.A. Meteorologia e climatologia. Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Instituto Nacional de Meteorologia. Brasília:Gráfica e Editora Stilo, 2000, 515p.	

9. PRESSUPOSTOS DE APRENDIZAGEM

O Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFERSA *Campus* Pau dos Ferros tem como fundamentos filosóficos o princípio da interdisciplinaridade, da articulação entre teoria e prática e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando oferecer uma formação generalista, humanista, ética, crítica e reflexiva diante da necessidade de resolução de problemas, em consonância com o que aponta o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade. Concebe a aprendizagem como um processo que exige autonomia e a construção de relações dialógicas por parte de todos os protagonistas envolvidos no processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, apresenta como principais pressupostos de aprendizagem:

Formação Interdisciplinar: Compreendemos como formação interdisciplinar a que favorece métodos de pesquisa e de ensino que promovem diálogo e interação entre duas ou mais disciplinas ou áreas de conhecimento. Esse diálogo, segundo JAPIASSÚ (1995), se faz presente desde a “simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos,

dos dados e da organização da pesquisa”. Essa perspectiva de formação é o que caracteriza a organização do currículo em ciclos adotado no Ensino Superior Brasileiro, que favorece o encontro entre áreas do saber, de forma que o estudante possa ter contato com a diversidade de conhecimentos e, a partir disso, escolher em qual área pretende se aprofundar e se profissionalizar. Dentro dessa proposta de formação interdisciplinar, a UFRSA *Campus* Pau dos Ferros oferecerá o curso de Engenharia Ambiental, como formação em segundo ciclo, tendo como exigência para o ingresso no curso, o cumprimento das componentes curriculares da estrutura curricular comum e das componentes curriculares eletivas do Bacharelado em Ciência e Tecnologia.

Articulação Teoria-prática: Privilegiar a articulação dos conteúdos estudados com as vivências práticas se constitui em uma urgência social, uma vez que essa articulação pode permitir ao discente um saber completo para lidar com as situações do dia a dia. Essa urgência social da junção teoria-prática está prevista no Relatório da UNESCO da Comissão Internacional para o Século XXI, que aponta os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Nesse contexto, faz-se “[...] necessário considerar a possibilidade de programas de componentes curriculares que conciliam prática e teoria. Essa metodologia de integração entre teoria e prática possibilita uma melhor formação e dá condições ao aluno de entrar no mercado de trabalho com maior habilidade para desempenhar suas funções” (PPI, 2011, p. 16).

Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão: O fazer acadêmico se faz mediante o tripé de sustentação entre ensino, pesquisa e extensão. Sustentação essa que está definida na Carta Magna Brasileira, no artigo 207, determinando que “As universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Constituição Federal, 1988). Essa sustentação também se faz presente no PPI da UFRSA: “[...] as atividades de formação precisam considerar a formulação de "indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão" que distingue a universidade de outras instituições sociais ao implicar-se simultaneamente com a formação, com a produção e a difusão de conhecimentos” (PPI, 2011, p.11).

Acompanhamento ao Discente: O acompanhamento ao discente está previsto no PPI da Instituição como uma atitude imprescindível: “Outro fator observado é a necessidade da realização de acompanhamento dos discentes quando estes ingressam na Universidade. Sugere-se a adoção da figura de um tutor que orientará um grupo de alunos a fim de acompanhar o desenvolvimento discente durante o curso” (PPI, 2011, p. 16).

Além dos programas institucionais de acompanhamento e apoio ao discente, a UFERSA Campus Pau dos Ferros dispõe de setores de apoio aos discentes como a Coordenação Acadêmica, de Pesquisa, de Extensão, de Curso e de Assuntos Comunitários. Além destas, a UFERSA *Campus* Pau dos Ferros dispõe de diversos setores que oferecem apoio aos discentes dos cursos ofertados no referido Campus.

A interação desses setores com a Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária deve ser realizada de forma contínua, no intuito de garantir o bem-estar e a permanência de todos os envolvidos no funcionamento e operação do Curso. Dessa forma, tais setores são descritos a seguir.

Coordenação de Assuntos Comunitários: A coordenação de Assuntos Comunitários é destinada a fornecer mecanismos de incentivo voltados à permanência dos discentes na universidade, especialmente, dos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, durante o tempo regular do curso na Universidade, mediante a concessão de auxílio financeiro para alimentação, transporte, moradia, atividades didático-pedagógicas, esportivas, acadêmicas e culturais, visando à redução das taxas de evasão e de retenção. Nesse ponto, tal coordenação é responsável pelo acompanhamento das atividades de seleção e distribuição de bolsas e auxílios na UFERSA *Campus* Pau dos Ferros do Programa Institucional Permanência.

Setor de Serviço Social: A UFERSA *Campus* Pau dos Ferros possui um setor de Serviço Social responsável por atuar na detecção e resolução de problemas ligados a educação, habilitação, emprego e saúde dos discentes, procurando promover o bem-estar físico, psicológico e social dos mesmos e, conseqüentemente, sua permanência na universidade.

Setor de auxílio psicológico: A UFERSA *Campus* Pau dos Ferros dispõe de um setor de auxílio psicológico, o qual é responsável por atuar na detecção, prevenção e tratamento de eventuais doenças mentais, distúrbios emocionais e de personalidade que podem acometer os discentes. Em se tratando particularmente do setor de auxílio psicológico, vale ressaltar que o mesmo fornece também serviços aos servidores da instituição, no sentido de tentar promover e garantir o bem-estar dos mesmos, o que se constitui em um fator de suma importância para o provimento e manutenção da qualidade do curso.

Setor pedagógico: A UFERSA *Campus* Pau dos Ferros dispõe de um setor pedagógico, o qual é responsável por atuar no direcionamento e acompanhamento das atividades de ensino-aprendizagem, de pesquisa e extensão. Além disso, presta orientação

pedagógica a discentes e docentes. Este setor, também, é responsável pelo acompanhamento do Programa Institucional de Monitoria e Programa de Apoio e Melhoria do Ensino de Graduação- PAMEG.

Outra preocupação da UFERSA é com o desenvolvimento de políticas de acessibilidade, principalmente nos últimos anos, criando para a condução dessa política a Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social, a CAADIS, através da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 005/2012, de 31 de outubro de 2012. A CAADIS desenvolve um conjunto de ações voltadas para estudos e adoção de medidas de políticas afirmativas de inclusão social, que envolvem o acesso e permanência estudantil na universidade, no contexto de democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade; privilegiando o ambiente educacional universitário e em diálogo com as comunidades, entendendo que a universidade é um espaço propício para o tratamento e reconhecimento da diversidade. A CAADIS atua nas áreas de ações afirmativas, diversidade e inclusão das pessoas com necessidades específicas, educação étnico-racial, quilombola, indígena, do campo, contribuindo para a construção de um ambiente inclusivo na educação superior em diálogo com as comunidades.

Contemplando as políticas afirmativas de inclusão social, a Universidade aderiu, a partir de 2012, ao sistema de cotas para o ingresso em universidades federais, disposto na Lei nº 12.711/2012. Já as primeiras ações voltadas, especificamente para a acessibilidade de pessoas com necessidades educacionais especiais, se referem à acessibilidade arquitetônica. A UFERSA *Campus* Pau dos Ferros teve a preocupação em adequar os espaços físicos com foco na acessibilidade. Hoje, em fase de consolidação, tem buscado as condições físicas, materiais e humanas para o atendimento especializado de estudantes com necessidades educacionais especiais, que porventura, venham a ingressar nos cursos oferecidos no *Campus*.

10. CORPO DOCENTE

O *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros conta atualmente com 43 docentes efetivos. O regime de trabalho dos docentes compreendem 40 horas semanais e dedicação exclusiva, sendo estas divididas em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos Cursos de Graduação da Universidade. A Tabela 16 a seguir apresenta o corpo docente do *Campus*.

Tabela 16: Corpo Docente da UFERSA *Campus* Pau dos Ferros

ORDEM	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO
1.	ADELSON MENEZES LIMA	Mestrado	DE
2.	ADLA KELLEN DIONISIO SOUSA	Mestrado	DE
3.	ÁDLLER DE OLIVEIRA GUIMARÃES	Mestrado	DE
4.	ALEXSANDRO PEREIRA LIMA	Doutorado	DE
5.	ALMIR MARIANO DE SOUSA JÚNIOR	Mestrado	DE
6.	ANDRE LUIZ SENA DA ROCHA	Mestrado	DE
7.	ANTÔNIO CARLOS LEITE BARBOSA	Mestrado	DE
8.	ANTONIO DIEGO SILVA FARIAS	Mestrado	DE
9.	BRUNO FONTES DE SOUSA	Mestrado	DE
10.	CARLA DANIELE SARAIVA BERTULEZA	Mestrado	20H
11.	CLAUDIO ANDRÉS CALLEJAS OLGUÍN	Mestrado	DE
12.	CLÁUDIO DE SOUZA ROCHA	Mestrado	DE
13.	CLÁWSIO ROGERIO CRUZ DE SOUSA	Doutorado	DE
14.	CLÉCIDA MARIA BEZERRA BESSA	Mestrado	DE
15.	EDUARDO RAIMUNDO DIAS NUNES	Doutorado	DE
16.	EMANUEL FREITAS DA SILVA	Mestrado	DE
17.	EUDES LEITE DE LIMA	Mestrado	DE
18.	FRANCISCO ERNANDES MATOS COSTA	Doutorado	DE

19.	GLAYDSON FRANCISCO BARROS DE OLIVEIRA	Doutorado	DE
20.	IGOR ROCHAID OLIVEIRA RAMOS	Mestrado	DE
21.	JORGE LUIS DE OLIVEIRA PINTO FILHO	Mestrado	DE
22.	JOSENILDO FERREIRA GALDINO	Mestrado	DE
23.	JOSÉ FERDINANDY SILVA CHAGAS	Mestrado	DE
24.	JOSÉ FLÁVIO TIMÓTEO JÚNIOR	Doutorado	DE
25.	JOSÉ WAGNER CAVALCANTI SILVA	Mestrado	DE
26.	JOSY ELIZIANE TORRES RAMOS	Doutorado	DE
27.	LAURO CESAR BEZERRA NOGUEIRA	Mestrado	DE
28.	LAYSA MABEL DE OLIVEIRA FONTES	Mestrado	DE
29.	LINO MARTINS DE HOLANDA JUNIOR	Doutorado	DE
30.	MARÍLIA CAVALCANTI SANTIAGO	Mestrado	DE
31.	MARTESON CRISTIANO DOS SANTOS CAMELO	Mestrado	DE
32.	MÔNICA PAULA DE SOUSA	Mestrado	DE
33.	NÁTHALEE CAVALCANTI DE ALMEIDA	Mestrado	DE
34.	OTÁVIO PAULINO LAVOR	Mestrado	DE
35.	PAULO GUSTAVO DA SILVA	Mestrado	DE
36.	RICARDO PAULO FONSECA	Mestrado	DE

	MELO		
37.	SANDERLIR SILVA DIAS	Doutorado	DE
38.	SHIRLENE KELLY SANTOS CARMO	Mestrado	DE
39.	THIAGO PEREIRA RIQUE	Mestrado	DE
40.	VINÍCIUS SAMUEL VALÉRIO DE SOUZA	Doutorado	DE
41.	WESLEY DE OLIVEIRA SANTOS	Mestrado	DE
42.	WILDOBERTO BATISTA GURGEL	Doutorado	DE

Fonte: UFERSA *Campus* Pau dos Ferros – Set. 2014.

Para a consolidação do curso será necessária a disponibilidade de 05 professores do Curso de Engenharia Civil e a contratação de mais 06 docentes. A Tabela 17 a seguir sumariza a captação da quantidade dos docentes.

Tabela 17: Corpo Docente da UFRSA *Campus* Pau dos Ferros

COMPONENTE CURRICULAR	PERFIL PROFESSOR	ORIGEM
Recursos Energéticos e Meio Ambiente	Engenheiro Eletricista	Engenharia Civil
Recursos Hídricos	Engenharia Civil	Engenharia Civil
Hidráulica	Engenheiro Agrônomo	Engenharia Civil
Sistemas de Abastecimento de Água	Engenharia Civil	Engenharia Civil
Saneamento Ambiental	Engenharia Civil	Engenharia Civil
Ecologia dos Ecossistemas	Ecologia/ Biologia/ Gestor Ambiental/ Engenharia Ambiental	Engenharia Ambiental
Gestão de Recursos Naturais		
Direito e Legislação Ambiental		
Química Ambiental	Geografia/ Gestão Ambiental/ Geologia/ Agronomia/ Engenharia Ambiental	Engenharia Ambiental
Poluição Ambiental		
Técnicas de Controle da Poluição Ambiental		
Avaliação dos Impactos Ambientais	Geografia/ Gestão Ambiental/ Geologia/ Agronomia/ Engenharia Ambiental	Engenharia Ambiental
Planejamento e Zoneamento Ambiental		
Recuperação de Áreas Degradadas		
Responsabilidade Socioambiental	Gestão Ambiental/ Engenheira Produção/ Administrador/ Engenharia Ambiental	Engenharia Ambiental
Sistema de Gestão Ambiental		
Auditoria Ambiental		
Pedologia	Geografia/ Gestão Ambiental/ Geologia/ Agronomia/ Engenharia Ambiental	Engenharia Ambiental
Geologia Aplicada a Engenharia		
Manejo e Conservação do Solo		
Topografia	Geografia/ Gestão Ambiental/ Geologia/ Agronomia/ Engenharia Ambiental	Engenharia Ambiental
Geoprocessamento		
Sistema de Informações Geográficas		

11. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os Técnico-Administrativos em Educação participam de todos os processos administrativos e educacionais da Universidade, apoiando, além de atividades administrativas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UFERSA *Campus* Pau dos Ferros encontra-se, atualmente, com o apoio técnico-administrativo de 39 servidores. A previsão, pelo que consta no documento de pactuação do *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros junto ao MEC, é de que até 2017, o *Campus* possa contar com 87 servidores. O Quadro 01 apresenta o quantitativo dos profissionais por cargos, existentes atualmente no *Campus*.

QUADRO 01 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos em educação lotados na UFERSA *Campus* Pau dos Ferros, distribuído por cargos:

CARGO	QUANTIDADE
Administrador	03
Arquivista	01
Assistente em Administração	20
Assistente Social	01
Bibliotecário	01
Engenheiro Civil	01
Pedagogo	01
Psicólogo	01
Secretário Executivo	04
Técnico de Laboratório – Área: Física	02
Técnico de Laboratório – Área: Química	01
Técnico em Assuntos Educacionais	01
Técnico em Contabilidade	01
Técnico em Segurança no Trabalho	01
TOTAL	39

12. INSTALAÇÕES, LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

O Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFERSA *Campus* Pau dos Ferros conta com uma infra-estrutura física que compreende 1 (um) bloco de laboratórios com equipamentos e instalações que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem, sendo importante para integrar a teoria e a prática.

12.1 Instalações

No que se refere à infra-estrutura, os Laboratórios disponíveis para o curso de Engenharia Ambiental e Sanitária apresentam instalações que visam atender as componentes curriculares associadas aos laboratórios de apoio ao ensino de conteúdos básicos e de apoio ao ensino de conteúdos profissionalizantes.

12.2 Laboratórios e Equipamentos

Os laboratórios disponíveis para o curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFERSA em Pau dos Ferros são divididos em laboratórios de apoio ao ensino de conteúdos básicos e laboratórios de apoio ao ensino de conteúdos profissionalizantes gerais listados a seguir:

Laboratórios de apoio ao ensino de Conteúdos Básicos: Laboratório de Mecânica Clássica, Laboratório de Expressão Gráfica, Laboratório de Ondas e Termodinâmica, Laboratório de Química, Laboratório de Eletricidade e Magnetismo, Laboratório de Informática

Laboratórios de apoio ao ensino de Conteúdos Profissionalizantes Gerais e Específicos: Laboratório de Saneamento, Laboratório de Hidráulica, Laboratório de Instalações, Laboratório de Recursos do Solo, Laboratório de Poluição Ambiental

Laboratório de Mecânica Clássica

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

1.1 Física I

1.2 Mecânica Clássica

2. Equipamentos:

2.1 Kit de experiências de Mecânica

2.2 Ferramentas diversas

Laboratório de Ondas e Termodinâmica

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

- 1.1 Física II
- 1.2 Ondas e Termodinâmica
- 2. Equipamentos:
 - 2.1 Kit de experiência de Ondas
 - 2.2 Kit de experiência de Hidrostática
 - 2.3 Kit de experiência de Termodinâmica

Laboratório de Eletricidade e Magnetismo

- 1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:
 - 1.1 Eletricidade e Magnetismo
- 2. Equipamentos:
 - 2.1 Kit de experimentos de Eletricidade e Magnetismo

Laboratório de Ótica e Física Moderna

- 1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:
 - 1.1 Ótica e Física Moderna
- 2. Equipamentos:
 - 2.1 Kit de experimentos de Ótica
 - 2.2 Kit de Experimentos de Física Moderna

Laboratório de Informática

Há um bloco de laboratórios de informática no Campus de Pau dos Ferros para atender aos componentes curriculares na área de computação bem como demais componentes curriculares que requerem a utilização de programas específicos para cálculo, desenho e projetos (CAD).

- 1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:
 - 1.1 Informática Básica
 - 1.2 Informática Aplicada
 - 1.3 Programação Aplicada à Engenharia
 - 1.4 Cálculo Numérico
 - 1.5 Introdução à Programação Linear
 - 1.6 Projeto Auxiliado por Computador
 - 1.7 Desenho II
 - 1.8 Geoprocessamento
 - 1.9 SIG – Sistemas de Informações Geográficas
 - 1.10 Topografia
 - 1.11 Hidráulica

1.12 Saneamento Ambiental

2. Equipamentos:

2.1 Computadores com Windows e/ou Linux e Ferramenta do Office

2.2 Linguagem Fortran

2.3 MatLab com pacote Simulink

2.4 PSpice

2.5 MicroSim

2.6 Electronics Workbench – EWB

2.7 Scilab

2.8 DevCpp

2.9 TerraView 4.2.2

2.10 Spring 5.2.6

Laboratórios de Expressão Gráfica

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

1.1 Expressão Gráfica (duas unidades)

1.2 Desenho I (duas unidades)

2. Equipamentos:

2.1 Mesas apropriadas para Desenho

2.2 Computadores equipados com softwares adequados

2.3 Equipamento de multimídia

2.4 Equipamentos de desenho manual

2.5 Bancos

Laboratório de Química Geral

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

1.1 Química Geral

2. Equipamentos:

2.1 Destilador

2.2 Balança Analítica

2.3 Agitador Magnético com Aquecimento

2.4 Manta Aquecedora

2.5 Centrífuga

2.6 Dessecador

2.7 Banho Maria

2.8 Condutímetro

- 2.9 Refratômetro
- 2.10 Bombas a Vácuo
- 2.11 Capela
- 2.12 Estufa
- 2.13 pH-metro

Laboratório de Química Aplicada

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

1.1 Química Aplicada a Engenharia

2. Equipamentos:

- 2.1 Destilador
- 2.2 Balança Analítica
- 2.3 Banho-Maria
- 2.4 Autoclave
- 2.5 Centrífuga
- 2.6 Dessecador
- 2.7 Banho Maria
- 2.8 Condutímetro
- 2.9 Refratômetro
- 2.10 Bombas a Vácuo
- 2.11 Capela
- 2.12 Geladeira
- 2.13 pH-metro

Laboratório de Saneamento Ambiental

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

1.1 Saneamento Ambiental

1.2 Poluição ambiental

1.3 Técnicas de Controle da Poluição Ambiental

1.4 Recursos Hídricos

1.5 Sistema de Gestão Ambiental

2. Aquisição de equipamentos: Os equipamentos listados abaixo que irão constituir esse laboratório serão adquiridos, pois estão sendo equipados.

- 2.1 Estufa bacteriológica cap. 100L. Gabinete: aço 1020 c/ pintura epóxi. Isolação
- 2.2 LÂMPADA UV - Ultravioleta de bancada para visualização de fluorescência
- 2.3 Balança analítica

- 2.4 Sistema de Filtração a Vácuo com Bomba de Vácuo e Pressão
- 2.5 Incubadora Bacteriológica para B.O.D
- 2.6 Extrator de Óleos e Graxas Através de Solventes
- 2.7 Estufa para Esterilização e Secagem
- 2.8 Destilador de Água tipo Pilsen
- 2.9 Turbidímetro portátil
- 2.10 Medidor de Condutividade Portátil
- 2.11 Kit multiparâmetro
- 2.12 Medidor de pH microprocessado portátil
- 2.13 Forno tipo mufla
- 2.14 Agitador Magnético
- 2.15 Reator Dqo Drb200 25 Tubos Bivolt (Hach)
- 2.16 Espectrofotômetro Dr5000 Uv/Vis Bivolt (Hach)
- 2.17 Pipetador Easy Pet 0 1-100ml 230 V. Pipetador Easypet 0,1-100ml.
- 2.18 Dessalinizador de Água para 500 L h⁻¹

Laboratório de Hidráulica

- 1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:
 - 1.1 Hidráulica
 - 1.2 Instalações Hidrossanitárias
 - 1.3 Hidrologia
 - 1.4 Recursos Hídricos
 - 1.5 Sistemas de Abastecimento de Água
 - 1.6 Saneamento Ambiental
- 2. Aquisição de Equipamentos: Os equipamentos listados abaixo que irão constituir esse laboratório serão adquiridos, pois estão sendo equipados.
 - 2.1 Módulo didático para equipamentos em hidráulica
 - 2.2 Molinete fluviométrico de Newton
 - 2.3 Canal didático multipropósito para vertedores
 - 2.4 Módulo de ensaio em orifícios e bocais
 - 2.5 Calha Parshall
 - 2.6 Calha Wsc Flume
 - 2.7 Hidrômetros
 - 2.8 Manômetros
 - 2.9 Piezômetro

- 2.10 Tubo Venturi (Venturímetro)
- 2.11 Diafragma
- 2.12 Tubo de Pitot
- 2.13 Carneiro hidráulico
- 2.14 Sistema de Treinamento de Bomba Axial
- 2.15 Sistema de Treinamento de Bomba Centrífuga

Laboratório de Recursos do Solo

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

- 1.1 Manejo e conservação do solo
- 1.2 Mecânica dos solos I
- 1.3 Mecânica dos solos II

2. Aquisição de Equipamentos: Os equipamentos listados abaixo que irão constituir esse laboratório serão adquiridos, pois estão sendo equipados.

- 2.1 Condutivímetro
- 2.2 Espectrofotocolorímetro
- 2.3 Espectrofotômetros de chama
- 2.4 Destilador de N
- 2.5 Blocos digestores
- 2.6 Estufas
- 2.7 Conjunto de painéis e placas de Richards
- 2.8 Espectrofotômetro de absorção atômica com forno de grafite
- 2.9 Analisador de fotossíntese
- 2.10 Microondas
- 2.11 Agitador

Laboratório de Poluição Ambiental

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

- 1.1 Poluição Ambiental
- 1.2 Manejo e Conservação do Solo
- 1.3 Técnicas de Controle da Poluição Ambiental
- 1.4 Planejamento e Zoneamento Ambiental

2. Aquisição de Equipamentos: Os equipamentos listados abaixo que irão constituir esse laboratório serão adquiridos, pois estão sendo equipados.

- 2.1 Medido de turbidez
- 2.2 Medidor de pH e CE

- 2.3 Centrífuga de 4000 rpm
- 2.4 Cromatógrafo Líquido de Alta Pressão (HPLC)
- 2.5 Colunas cromatográficas para o HPLC
- 2.5 Agitador tipo vortex
- 2.6 Geladeira
- 2.7 Purificador de água Miliq
- 2.8 Microscópio óptico
- 2.10 Espectrofotômetro

Laboratório de Instalações

1. Componentes curriculares associados ao Laboratório:

- 1.1 Instalações Hidrossanitárias
- 1.2 Instalações Elétricas

2. Aquisição de equipamentos: Os equipamentos listados abaixo que irão constituir esse laboratório serão adquiridos, pois estão sendo equipados.

- 2.1 Barrilete
- 2.2 Aparelho Sanitário
- 2.3 Ramal de descarga
- 2.4 Aquecedor elétrico de água
- 2.5 Ramal de esgoto
- 2.6 Ramal de ventilação
- 2.7 Tubo de queda
- 2.8 Tubo de ventilação
- 2.9 Sub-coletor
- 2.10 Caixas sifonadas
- 2.11 Coletor predial
- 2.12 Caixa de gordura
- 2.13 Caixa de inspeção
- 2.14 Ralos
- 2.15 Condutores horizontais e verticais
- 2.16 Caixa de areia
- 2.17 Grelhas pluviais
- 2.18 Calhas de beiral
- 2.19 Chuveiros automáticos (Sprinklers)
- 2.20 Extintor de incêndio

2.21 Abrigos ou caixas de incêndio

2.22 Sistemas de alarmes

2.23 Hidrantes

13. POLÍTICAS DO CURSO

13.1 Política de qualificação docente

Com o objetivo de formar um corpo docente que atenda as diretrizes e objetivos do curso, a política de qualificação docente tende a compor um quadro de professores totalmente efetivo, com titulação mínima de mestre, estabelecendo como meta prioritária na área de recursos humanos, a contratação em caráter definitivo de todos os professores que irão pertencer às cadeiras do curso, a partir 1º semestre de 2015.

É importante destacar que essas contratações não surtirão efeitos se não forem acompanhadas pela PROGEPE, apoiando a qualificação e formação continuada a fim de estimular e subsidiar seu corpo docente em seu plano de capacitação individual e institucional.

O curso apresenta até o momento um número ainda restrito de docentes em seu quadro efetivo, já que a maioria dos docentes serão aproveitados em componentes curriculares que estão relacionadas ao próprio BCT. Em relação à qualificação, a unidade acadêmica manterá em pós-graduação *Strictu Senso*, no mínimo 02 (dois) professores, até que o quadro de docentes esteja 100% qualificado.

Tem-se como meta o doutoramento de todo o corpo docente tendo em vista o incentivo à qualidade do ensino superior abrangendo os níveis de ensino, pesquisa e extensão. A liberação de pessoal para pós-graduação, obedecerá aos critérios já estabelecidos previamente pela UFERSA *Campus* Pau dos Ferros.

Estimula-se que os docentes busquem cursar Programas de pós-graduação na área de Gestão Ambiental e/ou correlatas, subsidiando a consolidação e expansão das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso.

13.2 Política de ensino e pesquisa

As ações de pesquisa que serão desenvolvidas pelo curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFERSA, serão coordenadas por professores do corpo efetivo e com a participação dos discentes dos cursos de graduação. Essa ação integrada permitirá,

conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

As pesquisas abordarão temas que tenham como perspectiva as demandas socioambientais pertinentes às diversas áreas do conhecimento científico abrangidas pelo curso, considerando o caráter de multi, inter e transdisciplinaridade que o configura, considerando, inclusive, a região onde se situa o *Campus*, no alto Oeste Potiguar.

Nesse sentido, o curso de Engenharia Ambiental e Sanitária irá implantar um grupo de pesquisa em tecnologias ambientais, para dar suporte às linhas de pesquisas, consolidando grupos de estudos e pesquisa para desenvolver projetos acadêmico-científicos voltados à compreensão e proposição de alternativas à crise ambiental, além de seminários, palestras e oficinas, abordando temáticas diversas e de interesse da área de engenharia ambiental e/ou correlatas.

Para que o foco na pesquisa seja, *a priori*, regional, podem ser contabilizados alguns eixos para pesquisas, nos quais podemos destacar: Políticas Públicas e Gestão Ambiental; Sociedade e o desenvolvimento ambiental; Gestão Ambiental/ Sanitária Urbana; Agricultura Sustentável; Análise Ambiental; Monitoramento ambiental. Cada linha de pesquisa poderá direcionar uma dimensão de estudo e pesquisa que reflete a formação individual dos docentes e o debate da problemática ambiental na atualidade, considerando aspectos distintos, que podem ser interrelacionados no desenvolvimento de pesquisa científica.

Além dos docentes, poderão participar discentes regularmente matriculados no curso, com o objetivo de estimular a prática da iniciação científica, como complemento à sua formação.

A fim de consolidar a política de Pesquisa, se firmará convênios de cooperação acadêmica, técnica e de pesquisa junto à outra IES, Institutos de Pesquisa e Centros de Formação Tecnológicas.

13.3 Política de extensão

As ações de extensão do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária serão realizadas na forma de consultoria, prestação de serviços técnicos especializados, cursos e treinamentos, jornadas e exposições de trabalhos, além da permanente troca de informações com o público interessado no debate e compreensão da problemática ambiental/sanitária.

Como forma de promover maior articulação do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o envolvimento de toda comunidade acadêmica, serão promovidos seminários e simpósios para apresentação dos trabalhos de pesquisa, contando com a participação importante e indispensável dos diversos atores da sociedade, além da criação de Empresas juniores e Incubadoras para consultorias no tocante à gestão ambiental empresarial para os arranjos produtivos locais.

Espera-se também desenvolver ações locais juntos a comunidades com expressiva vulnerabilidade socioambiental a fim de difundir a conscientização ambiental nessas áreas, desenvolvendo projetos com a participação direta de suas populações e que sirvam também de subsídios à formulação e implementação de políticas públicas ambientais.

13.4. Políticas de educação ambiental

A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através dos componentes curriculares: Responsabilidade Socioambiental, Química ambiental, Saneamento ambiental, Planejamento Socioambiental, Controle ambiental da Industria Textil, Sistema de Gestão ambiental, Poluição Ambiental e Avaliação de Impactos ambientais.

14. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O currículo do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária dispõe de uma carga horária de 3.780 horas de atividades acadêmicas, distribuídas entre as componentes curriculares de formação básica (2.460 horas), formação profissional específica e complementar (1.320 horas) com integralização média de 5 anos, e máxima de 10 anos, equivalentes a dez e vinte semestres letivos, respectivamente.

O currículo pleno do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária sustenta-se nos conhecimentos constituídos pelas áreas de fundamentação da formação profissional, que inclui os conteúdos de formação básica, profissionalizantes e complementares.

Para obtenção do Diploma de Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária, o discente, além de cursar os componentes curriculares Básicos, Profissionais e Complementares, deverá integralizar a carga horária do currículo pleno com a elaboração do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), bem como os Estágios Supervisionados Curriculares em Engenharia Ambiental e Sanitária I e II, totalizando 180 horas cada.

15. AVALIAÇÃO DO CURSO

15.1. Avaliação do projeto pedagógico e Acompanhamento no Âmbito do Conselho de Curso

Esta avaliação terá como objetivo possibilitar a retroalimentação do processo de implementação do projeto para que seja possível detectar os pontos a serem revistos, ajustados e reformulados. Parte-se do entendimento do projeto pedagógico como um processo dinâmico, aberto e flexível que se constrói continuamente com a participação de toda a comunidade acadêmica diretamente relacionada ao curso (docentes, discentes e técnico-administrativos), bem como com a colaboração de representantes da sociedade, com o intuito de manter o curso sintonizado com as necessidades do mundo do trabalho.

O acompanhamento e a avaliação do projeto do Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária da UFERSA *Campus* Pau dos Ferros serão feitos, permanentemente, pelo Conselho do referido curso, o qual, conforme descrito na resolução CONSEPE/UFERSA nº 008/2010, será composto por membros efetivos do corpo docente da instituição que estejam vinculados aos eixos de formação (básica, profissionalizante e específica) definidos nesse PPC. Diante disso, a realização desse acompanhamento/avaliação será feita através da seguinte sistemática:

A PROGRAD e o Conselho do Curso organizam e implementam processos de avaliação, no intuito de identificar e analisar a qualidade do trabalho desenvolvido pelos docentes. Feito isso, a CPA (Comissão Permanente de Avaliação) produzirá instrumentos avaliativos a serem disponibilizados através do SIGAA (Sistema Acadêmico de Gestão de Atividades Acadêmicas), cujos resultados permitirão o planejamento de ações futuras que proporcionem a permanente qualificação do trabalho de formação universitária;

A CPA (Comissão Permanente de Avaliação) diagnosticará as condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho e encaminhará as solicitações de mudanças e adaptações necessárias aos órgãos competentes;

O Conselho de Curso organizará discussões e efetuará o acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes, mediante levantamentos semestrais que permitam observar a produção e o investimento realizado pelos mesmos na socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Essa AUTOAVALIAÇÃO tem por finalidade:

1. Impulsionar um processo criativo de autocrítica da Instituição, como evidência da vontade política de autoavaliar-se para garantir a qualidade da ação acadêmica;
2. Identificar fragilidades, necessidades, incongruências e os avanços conseguidos;
3. Fornecer resultados estatísticos à instituição para que a mesma decida se elimina, mantém ou modifica qualquer situação avaliada;
4. Ajudar a Instituição a se desenvolver com qualidade e garantir a sua permanência proativa na atividade acadêmica no Brasil.

Após a obtenção dos dados da avaliação do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Programa de Autoavaliação Insititucional, é elaborado um relatório, no qual são observados os pontos com alguma fragilidade. Posteriormente, os resultados são discutidos com o NDE e Conselho de Curso para a criação de um plano de ação que será implementado no semestre seguinte.

15.2. Procedimentos de Avaliação no Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação esta relacionado com a própria concepção de educação, onde uma reflexão ser faz necessária a cerca desta temática.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBANEO, 1994, p.195)

Desta forma observa-se que o processo relativo a aprendizagem acompanha todo processo educativo sendo necessário observar o desenvolvimento do mesmo a fim de se constatar progressos e dificuldades.

Mesmo que se diferenciem as intenções e as palavras, por um lado na observação, no feedback, na regulação e, por outro, na medida imparcial dos conhecimentos e das competências adquiridas, não se impedirá essas duas lógicas de coexistirem, praticamente, na escola e na aula, as vezes em harmonia, com mais freqüência se opondo mutuamente (PERRENOUD, 1999, p. 23).

Neste sentido segundo PERRENOUD (1999), é impossível dissociar o ato de acompanhar e retomar o processo da aprendizagem com o nível de conhecimento adquirido pelos discentes tendo em vista que ambos estão interligados.

Logo a avaliação constitui-se como aspecto qualitativo no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido LUCKESI (1997) afirma que:

A avaliação de aprendizagem nesse contexto é um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim com na medida em que o inclui entre os bem sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino-aprendizagem (o sucesso não vem de graça). (LUCKESI, 1997, p.175)

A avaliação é um instrumento que vai interferir no planejamento não somente do docente mais nortearão as diretrizes previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Logo o Projeto Político Pedagógico deverá contemplar um aspecto qualitativo da avaliação dentro do quantitativo, observando que ambos fazem parte do processo de formação do discente.

O processo de aprendizagem e desempenho discente é verificado por meio dos mecanismos constante em regimento da instituição e da Pró-Reitoria de Graduação. Os professores do curso aplicam as bases da tríade ensino, pesquisa e extensão, para ensinar e avaliar como o discente absorve e/ou cria o conhecimento oferecido.

- **Critérios de avaliação**

De acordo com o Artigo 284, do Regimento Geral da UFERSA e a Resolução CD N° 26/99 de 06/12/99 e suas alterações, a avaliação do rendimento escolar do aluno do

curso de graduação é feita por componente curricular, abrangendo os critérios de assiduidade e verificação de aprendizagem.

Assiduidade

A Resolução CD N° 26/99 de 06/12/99 e suas alterações trazem em seu Artigo 3° - Será considerado aprovado o aluno que comparecer ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das atividades referidas no artigo anterior, vedado o abono de faltas, observados os casos previstos em lei.

Compensação de Ausência

Embora seja vedado o abono de faltas, estas poderão ser compensadas por exercícios domiciliares supervisionados pela instituição, nos seguintes casos:

a – quando o aluno estiver em condições de saúde que não permita o seu comparecimento ao estabelecimento de ensino, na proporção mínima exigida, embora haja condições de aprendizagem. De acordo com o Decreto Lei n.º 1.044/69, o aluno terá direito a solicitar do professor da componente curricular questão, exercícios ou tarefas domiciliares que poderão ser contadas como horas-aulas;

b – gravidez, a partir do 8º mês de gestação e durante 3 meses, a aluna ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, de acordo com o Decreto Lei n.º 8.202/75;

c – alguns empecilhos causados por atividades ligadas ao Serviço Militar (Decreto Lei n.º 715/69).

A Resolução CONSEPE/UFERSA n° 008/2006, de 30 de novembro de 2006, Dispõe sobre as normas que regulamentam o regime de exercícios domiciliares da UFERSA.

Verificação de aprendizagem

De acordo com a Resolução CD N° 26/99 de 06/12/99 e suas alterações, em seus Artigos 5°, 6°, 7° e 8° dispõe:

A verificação de aprendizagem é registrada através de pontos computados cumulativamente, em cada componente curricular. O número de avaliações será de no mínimo 3 (três) em cada componente curricular cursado. Os resultados das avaliações são expressos em notas que variam de 0,0 a 10,0 (zero a dez), com uma casa decimal. Será aprovado no componente curricular o aluno que obtiver Média Parcial (MP) igual ou maior que 7,0 (sete vírgula zero) ou Média Final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco vírgula zero).

Para cálculo da MP usa-se a seguinte fórmula:

$$MP = \frac{[(2x A1) + (3x A2) + (4x A3)]}{9}$$

onde: A1, A2 e A3 são as notas da primeira, segunda e terceira avaliações, respectivamente.

O Artigo 284, do Regimento Geral da UFERSA, em seu Parágrafo 2º:

“A verificação da aprendizagem em qualquer componente curricular é feita através de trabalhos escolares e de uma prova final, cujas normas de realização são definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão”.

E em seu §3º, são considerados trabalhos escolares:

- I - relatórios;
- II – elaboração ou execução de projetos;
- III - trabalhos práticos;
- IV - arguições escritas e orais;
- V - exercícios;
- VI - realização de seminários;
- VII – pesquisas;
- VIII - provas;
- IX - outros.

Publicação da nota de avaliação

A Resolução CD Nº 26/99 de 06/12/99 e suas alterações, em seu Artigo 15º e o Artigo 285 do Regimento Geral da UFERSA - Será obrigatória a publicação, pelo professor, no Departamento ao qual pertence o componente curricular, dos resultados de cada verificação de aprendizagem, no máximo de (10) dias úteis após sua realização. Respeitando a data fixada no calendário letivo do semestre corrente para a entrega dos diários de classe.

Prova de reposição (Segunda chamada)

O aluno de graduação tem o direito de fazer a reposição de até uma prova por componente curricular, se assim o quiser, sem necessidade de apresentar atestado médico ou justificar a ausência na prova. O conteúdo da prova de reposição será o mesmo referente ao período ao qual o aluno estava no momento da avaliação. A realização da prova de reposição ocorrerá três dias úteis a partir da realização da 3ª avaliação. Art. 14 da Resolução CD Nº 26/99 de 06/12/99 e suas alterações

Revisão de avaliação

O aluno pode requerer uma revisão no resultado de sua avaliação, para isso bastando requerer ao Chefe do Departamento ou Coordenador de Curso, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação dos resultados. Artigo 17 da Resolução CD Nº 26/99 de 06/12/99 e suas alterações.

Índice de rendimento acadêmico (IRA)

Artigo 286 do Regimento Geral da UFERSA, Artigo 19 da Resolução CD Nº 26/99 de 06/12/99 e suas alterações que Institui como forma de mensurar a eficiência acadêmica dos discentes da UFERSA o IRA – Índice de Rendimento Acadêmico.

Este índice será calculado, ao final de cada período letivo, individualmente, em função das médias, desistências, aprovações e das reprovações de cada componente curricular. O IRA terá um valor entre 0,00 e 10,00, expresso com duas casas decimais, e será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$IRA = \frac{MD \times DC}{DM}$$

onde:

MD é a média aritmética de todas os componentes curriculares cursados, com aprovações e/ou reprovações; DC é o número de componentes curriculares cursados com aprovação; DM é o número de componentes curriculares em que o discente se matriculou.

No arredondamento do IRA observar os seguintes aspectos:

a - Somar uma unidade (1) ao valor da segunda decimal, quando a terceira for maior ou igual a 5 (cinco).

b – Manter o valor da segunda decimal, quando a terceira for menor que 5 (cinco).

c – Os casos omissos ou especiais em desacordo, total ou parcial, com essas normas, serão julgados pelo Conselho de Curso.

Recuperação da Aprendizagem

Se o aluno não obtiver, nos trabalhos acadêmicos referidos anteriormente, média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), para ser aprovado, no respectivo componente curricular, além da frequência mínima exigida, ele deverá submeter-se a uma prova final e obter nesta um total de pontos suficiente que culmine, em conjunto com a média parcial, em uma média ponderada igual ou superior a 5,0 (cinco), sendo considerados pesos 7 e 3, respectivamente, para a média parcial e para a prova final. Estará automaticamente reprovado em um componente curricular o aluno que não obtiver a frequência mínima exigida e/ou obtiver uma média parcial menor que 3,5 (três vírgula

cinco) nos trabalhos acadêmicos concernentes às 3 avaliações parciais. Todas as avaliações terão caráter acumulativo. (ART. 284 § 6, REGIMENTO GERAL DA UFRSA).

A média final (MF) calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{[(7xMP) + (3xPF)]}{10}$$

onde: MP é a média parcial, PF é a nota da prova final e MF é a média final.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária que está sendo proposto para o Campus de Pau dos Ferros enfatiza o desenvolvimento no futuro engenheiro de grande competência profissional de forma a que possa enfrentar as inúmeras questões demandadas pela realidade contemporânea. Nesse sentido, estão realçadas na formação do aluno, futuro profissional, a capacidade de formular, analisar e resolver problemas; tomar decisões e ter atitudes de iniciativas; adequar-se a processos e tecnologias diferentes, com criatividade e disposição para estar sempre aprendendo, elementos indispensáveis para atuação no momento atual quando os avanços tecnológicos ocorrem de forma quase contínua.

17. REFERÊNCIAS

- BEAUCLAIR, João. Incluir, um verbo/ação necessário à Inclusão: pressupostos psicopedagógicos. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2007.
- BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- BRASIL, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- BRASIL, Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
- BRASIL, Lei No 9.795, de 27 de abril de 1999;
- BRASIL, Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004.
- BRASIL, Decreto 5.626/ 2005, de 22 de dezembro de 2005
- BRASIL. MEC. Resolução CNE/CES n. 11, de 11 de março de 2002.
- BRASIL. MEC. Resolução CNE/CES n. 02, de 18 de junho de 2007.
- BRASIL. MEC. Portaria MEC 1.693, de 5 de dezembro de 1994.
- BRASIL. MEC. Portaria MEC n 3.284, de 07 de dezembro de 2003;
- CONFEA - Resolução CONFEA n. 1.010, de 22 de agosto de 2005,
- CONFEA - Resolução CONFEA nº 310, de 23 de julho de 1986;
- CONFEA - Resolução CONFEA 218, de 29 de junho de 1973;
- DELORS, Jacques (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC: UNESCO, 1998.
- FREYRE, Gilberto. Homens, engenharias e rumos sociais. Prefácio Edgard Costa Oliveira – São Paulo: É Realizações, 2010.
- GADOTTI, MOACIR. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n. 2, 2000.
- JAPIASSU, Hilton. A crise das Ciências Humanas. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem Escolar, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MEC, Construção dos referenciais nacionais dos cursos de Graduação – bacharelados e licenciaturas Engenharias. Disponível no sítio eletrônico http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/convergencia_denominacao.pdf. Acessado em 13/11/2014.

PERRENOUD, P. Avaliação: Da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999

UFERSA, Regimento Geral da UFERSA, 2007;

UFERSA, Plano de Desenvolvimento Institucional da UFERSA, 2009;

UFERSA, Projeto Pedagógico Institucional. Mossoró, Julho 2011.

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA nº 01/2008, de 17 de abril de 2008;

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA 002/2006, de 1º de junho de 2006.

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA 007/2010, de 19 de agosto de 2010.

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA nº 008, de 21 de outubro de 2010;

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA nº 009, de 21 de outubro de 2010;

UFERSA, Resolução CD n. 26, de 06 de dezembro de 1999 e suas alterações;

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA n. 001, de 14 de março de 2013;

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA n. 012, de 17 de setembro de 2013;

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA nº 003, de 7 de junho de 2006;

UFERSA, Resolução CONSEPE/UFERSA nº 008, de 30 de novembro de 2006;

UFERSA, Decisão CONSEPE/UFERSA nº 22/2005. de 17 de novembro de 2005.

UNESCO. Fundamentos da Nova Educação. Brasil. 2ª Impressão. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>. Acessado em 15/11/2014.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
1ª Reunião Ordinária de 2015

3º PONTO

Apreciação e emissão de parecer sobre criação do Curso de Letras Português e suas Literaturas no Campus Caraúbas, conforme Memorando Eletrônico Nº 21/2015 – PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 21/2015 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201530860)**

Nº do Protocolo: 23091.000848/2015-57

Mossoró-RN, 30 de Janeiro de 2015.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE - apreciação e deliberação sobre a criação de novo curso no campus Caraúbas

Prezada Secretária,

Venho solicitar a inclusão de ponto de pauta relativo à criação do Curso de Letras Português e suas Literaturas no campus Caraúbas, conforme documentos anexos.

Atenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique [aqui](#).

(Autenticado em 30/01/2015 11:23)
AUGUSTO CARLOS PAVAO
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1620000

Fechar

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFRSA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se de solicitação de inclusão de ponto de pauta relativo à criação do curso de Letras Português, modalidade licenciatura, no campus Caraúbas, conforme Memorando Eletrônico No. 017/2015 – CARAÚBAS.

Após a análise da referida solicitação, observa-se o seguinte:

- 1) **A proposta de PPC** do referido curso (anexa) foi analisada pelo Setor Pedagógico da PROGRAD e pelo Comitê de Graduação (pareceres anexos).
- 2) Os pareceres de que trata o item anterior foram encaminhados à direção do campus para que seja elaborada a versão definitiva para deliberação pelo Comitê de Graduação.
- 3) A versão definitiva aprovada pelo Comitê de Graduação será encaminhada ao CONSEPE para apreciação e deliberação.
- 4) A implantação do curso utilizará recursos de custeio e vagas de docentes e de técnicos administrativos já pactuados com o MEC.
- 5) O início do curso pode ocorrer a partir do semestre 2015.2, considerando os prazos normalmente estabelecidos pela SERES/MEC, que prevê um período ao início de cada semestre para solicitação de autorização de novos cursos em campus fora da sede.
- 6) O curso proposto otimiza recursos e códigos de vagas por compartilhar disciplinas em relação aos cursos de Letras Libras e Letras Inglês já implantados no campus Caraúbas.
- 7) O curso proposto atende a metas da UFERSA de expansão da oferta de cursos na modalidade licenciatura.

Considerando o exposto acima encaminho a solicitação referente ao Memorando Eletrônico No. 017/2015 – CARAÚBAS, com parecer **FAVORÁVEL** ao CONSEPE para apreciação e deliberação.

Mossoró, 30 de janeiro de 2015.

Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Graduação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAUBAS**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 17/2015 - CARAUBAS (11.01.29)
(Identificador: 201530852)**

Nº do Protocolo: 23091.000838/2015-11

Mossoró-RN, 30 de Janeiro de 2015.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**Título: Implantação do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa para o Campus
Caraúbas/RN.**

Ilmo. Senhor,
Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão
Pró – Reitor de Graduação

Ref.: Implantação do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa para o Campus Caraúbas/RN.

Prezado Senhor,

Conforme referência, venho através deste solicitar a implantação do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa para o Campus Caraúbas/RN, para apreciação envio a documentação anexa (PPC do curso e o diagnóstico/justificativa da escolha do Curso).

Atenciosamente,

(Autenticado em 30/01/2015 10:34)
EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
Matrícula: 1801817

Fechar

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação -
UFERSA

JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/PORTUGUÊS NA UFERSA – CAMPUS CARAÚBAS

APRESENTAÇÃO

Com vistas a atender a um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, às exigências ditadas pela globalização, e considerando as habilidades e competências determinadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o curso de Letras/ Português conta com componentes curriculares que visam à formação do profissional de Letras para atuar na área específica, ou em áreas afins, atendendo com isso à inter e à transdisciplinaridade. Para isso, são levados em consideração alguns aspectos: coerência do currículo com os objetivos do curso, coerência do currículo com o perfil desejado do egresso, coerência do currículo em face das Diretrizes Curriculares Nacionais, adequação da metodologia de ensino à concepção do curso, interrelação das disciplinas na concepção e execução do currículo, adequação, atualização e relevância da bibliografia e dimensionamento da carga horária das disciplinas.

A busca pela coerência do currículo com os objetivos do curso pode ser visualizada na matriz da estrutura curricular, que reúne um conjunto de disciplinas distribuídas ao longo dos semestres letivos. O currículo desta habilitação considera a formação básica na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa, como também à formação profissional que visa a oferecer subsídios ao exercício da profissão, de maneira a possibilitar ao egresso demonstração de competência técnica, de capacidade de estabelecer relações humanas e de ter posturas éticas compatíveis com as exigências do desempenho profissional de um educador. Além disso, as atividades do curso procuram desenvolver no acadêmico a consciência da necessidade de uma contínua busca de aperfeiçoamento em sua área de atuação, com vistas a garantir tanto a sua formação continuada como a oportunidade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais seletivo e tecnológico (PPC/UFERSA-Caraúbas, 2013).

Ademais, tendo em vista a realidade do referido *Campus*, explicitamos, neste documento, algumas razões pelas quais o curso de licenciatura em Letras/ Português acrescentaria na vivência das práticas acadêmicas na estrutura da UFERSA-Caraúbas. Sem subestimar o valor de nenhum dos cursos em questão, este documento se guia pelo equilíbrio e a equidade das áreas com o intuito do fortalecimento do Campus da UFERSA-Caraúbas.

JUSTIFICATIVA

O curso de Letras/ Português na UFERSA - Caraúbas pode ser defendido a partir de 6 argumentos básicos:

- 1) O atendimento à demanda de professores de Português e Literatura na região;
- 2) A atração de novos recursos para a universidade;
- 3) Os ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas;
- 4) O baixo custo para a implementação do curso;
- 5) A inserção da UFERSA-Caraúbas no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lúsofona;
- 6) A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da instituição.

Vejamos cada um dos argumentos com mais detalhes:

1) Do atendimento à demanda de professores de Português e Literatura na região:

Embora tenhamos defendido, outrora, a implantação de um curso de Letras/ Espanhol na UFERSA-Caraúbas, não atentamos para o fato de outros benefícios que uma licenciatura em Letras/ Português, por exemplo, traria para a região onde está situado o campus UFERSA-Caraúbas e para a instituição, com alguns investimentos garantidos pela esfera federal para a formação de profissionais para determinadas licenciaturas; revimos ainda a questão da ampla demanda para região em Letras/ Português, cujo mercado de trabalho ainda nutre altos índices de deficiência, sendo a atuação em sala de aula desenvolvida por ampla quantidade de profissionais não qualificados para esse fim.

Considerando que o ensino de Espanhol no Rio Grande do Norte é contemplado apenas no Ensino Médio, haveria a necessidade de um número muito baixo de professores de Espanhol na região e principalmente em Caraúbas, por exemplo, que, segundo o último censo escolar, contava com menos de 1000 alunos matriculados nesse estágio escolar, enquanto o profissional de Letras/ Português é habilitado para ministrar aulas desde o Ensino Fundamental II, contando, portanto, com um maior leque de atuação.

Resultados Finais do Censo Escolar 2013

Nova Pesquisa

RIO GRANDE DO NORTE

Número de Alunos Matriculados											
Município	Dependência	Matricula Inicial									
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio
CARAUBAS	Estadual	0	0	520	425	772	0	165	168	0	0
	Municipal	404	486	1125	849	0	0	96	0	0	0
	Privada	74	99	200	122	32	0	0	0	0	0
	Total	478	585	1845	1396	804	0	261	168	0	0

Embora haja cursos de Letras/ Português na região (Patu, Pau dos Ferros, Mossoró e Assu), o curso na cidade de Caraúbas contemplaria a demanda existente em municípios limítrofes, os quais os campi acima possivelmente não dão conta, Olho-d'Água do Borges, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi, Janduís, Felipe Guerra, Umarizal, Campo Grande, todos na microrregião de Apodi. Mas é necessário, numa leitura dos dados que se crie novos nichos, novos enfoques de atuação e novas possibilidades de formação acadêmica de qualidade no sentido de se alcançar uma ideal e efetiva valorização do profissional de Língua Portuguesa. Os dados locais se configuram numa mostra que reflete a posição em defasagem do Rio Grande do Norte nessa área e se insere como frente no lento processo de reorganização do Brasil sobre demandas pela oferta de educação de qualidade.

Segundo os últimos índices do IDEB (2013), o estado do Rio Grande do Norte não atingiu a meta nem nas séries iniciais e nem nas séries finais, como se vê abaixo.



Séries Iniciais

Séries Finais

Fonte:

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/05/ideb-2013-consulte-a-nota-do-seu-estado-e-veja-se-ele-atingiu-meta-do-mec.htm>

Especificamente em Caraúbas, onde há 7 escolas municipais ranqueadas no IDEB, nenhuma delas atingiu o índice alcançado pelo estado do RN.

INSTITUIÇÃO	IDEB OBSERVADO 2013 Séries iniciais	IDEB OBSERVADO 2013 Séries finais
E M JONAS GURGEL	3.8	4.0
E M FRANCISCO DE SOUSA JÚNIOR	*** (Sem Média na Prova Brasil)	2.2
E M PROF LEONIA GURGEL FERNANDES DE AZEVEDO	3.5	2.7
UNIDADE III APRONIANO MARTINS DE AS	***	3.1

Evidentemente trazer a licenciatura em Letras-Português para o município não é garantia de que o IDEB irá aumentar, mas, com as políticas públicas atuais voltadas para programas de formação de professores, as chances de sucesso são ainda maiores, principalmente quando contamos com programas que levam os alunos para dentro das escolas, como o PIBID, o PIBIC e extensões voltadas para a formação de professores que serão viáveis a partir da implantação do curso. É sobre estas possibilidades que centramos nosso próximo ponto.

2) Da atração de novos recursos para a universidade

A proposta de trazer mais uma licenciatura para o *Campus* UFERSA-Caraúbas pode alavancar mais recursos para a universidade, a partir de investimentos direcionados, especificamente às licenciaturas. Dentre os possíveis benefícios que a UFERSA pode ter, estão:

a) **PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, que funciona como um programa emergencial para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

Esse plano consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

b) **PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, que é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Dentre os principais objetivos, estão:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

Este programa é uma das principais armas que a universidade terá para combater o baixo índice do IDEB em Caraúbas e região. A proposta é que se comecem atendendo as escolas do município e, depois, parta-se para as da microrregião.

- c) **PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras:** o programa tem como objetivo, a médio prazo, a capacitação de professores do ciclo de educação básica - Ensino Fundamental e Ensino Médio - no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. Embora as habilitações atualmente sejam em Língua Inglesa e Libras, o corpo docente já conta, atualmente, com 5 doutorandos, sendo quatro em Linguística e um em Literatura. A previsão é que, em dois anos, dos 11 professores que estão no quadro atualmente, tenhamos 7 doutores em Linguística, Literatura e Educação, o que possibilita a médio prazo a abertura do PROFLETRAS no campus Caraúbas. Os professores da região do médio oeste potiguar que ministram Língua Portuguesa terão mais possibilidades de qualificação, o que aumentará a qualidade de sua formação e, conseqüentemente, tende a melhorar o ensino de língua no Estado.
- d) **Projetos de Extensão voltados para a escola e formação de professores:** um dos elementos básicos do tripé que sustenta a universidade, a Extensão terá grande importância na vida social da região, já que, com a implementação de um curso de Letras-Português, será mais viável desenvolver projetos voltados para a escola: aulas de Língua Portuguesa e de Literatura para ensino médio em preparação para o ENEM, cursos de formação de professores e realização de cursos de Produção e Escrita de Textos com vistas a atender a demanda dos cursos do BCT, dos alunos das licenciaturas já implantadas (Letras/Libras, Letras/Português) estão entre as prioridades.
- e) **Aumento dos códigos de vagas:** o MEC tem priorizado a formação de professores e tem cedido códigos de vagas com mais facilidade para as licenciaturas. Se isso acontecer, é possível, inclusive, remanejar algumas dessas vagas, originalmente destinadas às licenciaturas, para as engenharias da Ufersa/Caraúbas, já que muitos professores do curso de Letras/Português podem atuar como emprestados ao BCT, por exemplo, em vez de haver a necessidade de preenchimento de uma vaga neste curso para a disciplina de Análise e Expressão Textual.

3) Os ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas;

- a) **Da integração das licenciaturas com as engenharias na formação profissional e do interesse pela área de Língua Portuguesa e Literaturas**

Oferecer uma Licenciatura e uma Engenharia permitirá tanto alavancar a ideia do Polo Tecnológico, quanto a do Centro de Línguas para o referido *Campus*, tendo em vista que a própria CAPES reconhece que as disciplinas na Área Linguística, Letras e Artes contemplam a Subárea Linguagem e suas Tecnologias, para os componentes curriculares de uma IES.

De acordo com o site da CAPES, “Em 23 de janeiro de 2008 através da Portaria nº 9, a Capes, após a decisão do Conselho Superior em sua 44ª reunião, de 5 de dezembro de 2007, alterou no âmbito da Capes, a configuração original da Tabela, criando a **Grande Área Multidisciplinar** e, dentro dela as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, criou dentro da área Interdisciplinar, **as subáreas** Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas; e **Sociais e Humanidades**” (grifos nossos).

Desta forma, ao somar os conhecimentos advindos de ambas as áreas já presentes neste *Campus*, entendemos que as atividades acadêmicas caminharão juntas.

A possibilidade de atrair alunos que têm interesse pela área de estudos de língua e literatura vernáculas, pois alguns alunos da região, que optaram por Letras/Inglês, têm como desejo inicial cursar Letras/Português. Além disso, acreditamos que este curso proporcionará mais oportunidade de emprego para as pessoas da região, principalmente para as que não pretendem sair de Caraúbas, pois, como sabemos, há grandes possibilidades de trabalho na região para as pessoas formadas em Letras/Português. Os dados da Secretaria de Educação do Município podem comprovar que existem apenas 8 professores de língua portuguesa efetivos no município.

b) O que representa um curso dessa natureza numa instituição como a UFERSA - Caraúbas

Através da criação de mais uma licenciatura, teremos mais profissionais qualificados para atender às demandas local e regional. Nesse sentido, convém pensar sobre o diferencial que representa uma formação de nível superior em Universidade Pública Federal e a necessidade de formação profissional adequada como requisito para justificar um espaço com melhor qualidade na formação básica (uma vez que é papel da universidade priorizar não apenas o nível de formação superior, mas ser aliada nos demais níveis de educação) e na de todos os demais profissionais que integram o *Campus* de Caraúbas.

E isso não é fato distante, uma vez que os professores do Curso de Letras, por exemplo, já demonstram como esse trabalho pode ser feito ao colocaram em seu Plano de Trabalho atividades como Cursos de Extensão para técnicos, docentes e discentes. Esses cursos oferecidos pelos professores de Inglês já são 4 e existe um pronto para ser oferecido para os ingressantes em Letras - Língua Inglesa, em abril/2014, a fim de suprir a possível baixa proficiência de alguns dos ingressantes. Além disso, já há um outro projeto de extensão preparado para iniciar em 2014.2 sobre produção textual, que visa a ajudar alunos dos cursos de graduação do Campus Caraúbas (BCT; Letras; Engenharias) a produzirem textos variados - principalmente acadêmicos - com mais eficácia.

4) Baixo custo para implantação do curso

A opção por um curso de Letras/ Português também é mais barata por dois motivos: o primeiro é o baixo valor a ser gasto com infraestrutura; o segundo é a não necessidade de contratação de serviços técnicos especializados ou de mais professores do que o previsto. Vejamos:

- *Infraestrutura* - O que é desejável no que diz respeito à infraestrutura para o funcionamento do curso é o uso dos mesmos laboratórios já conseguidos pelas outras duas licenciaturas do Campus e ampliação de acervo bibliográfico. Em suma, na possibilidade do Curso de Letras/ Português, a estrutura utilizada será comum aos três cursos de Letras, o que não gerará mais custos infraestruturais.

- *Códigos de vagas* - Embora possam ser distribuídos 10 códigos de vaga para a licenciatura que chegará, já existem, no corpo docente dos cursos de Letras/ Inglês e Letras/ Libras quatro professores comuns, sendo dois de Linguística, um de Literatura e um da área de Educação. A proposta é que eles migrem para uma possível lotação no Curso de Letras e sejam emprestados aos outros cursos, já que são apenas disciplinas básicas que seriam ministradas. Além disso, já há pelo menos quatro professores classificados em concursos públicos na UFERSA que têm os requisitos necessários para o preenchimento da vaga. Por se tratar de três licenciaturas em Letras que diferem nas habilitações, já existe um sólido corpo docente que poderá transitar nos três cursos, em virtude de haver, pelo menos ONZE disciplinas que são comuns aos três cursos: são elas:
 - Introdução à Libras;
 - Didática
 - Psicologia da Educação;
 - Estrutura e Funcionamento do Ensino F e M
 - Fundamentos sócio-filosóficos;
 - Pesquisa Aplicada à língua e literatura;
 - TCC;
 - Disciplinas eletivas - que são 4.

Todas essas disciplinas serão ministradas por professores do curso de Letras/ Português que as ofertarão aos cursos de Letras- Inglês e Letras/ Libras, o que evidentemente diminui a necessidade de contratação de professores específicos. É possível, portanto, desenvolver um curso com habilitação em língua portuguesa com os dez códigos de vagas que serão oferecidos à nova licenciatura.

5) A inserção da UFERSA-Caraúbas no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lúsofona

A crescente atuação internacional do Brasil e sua atuação no processo de reconstrução dos países em África tem levado o investimento em políticas de intercâmbio e cooperação com universidades dos países desse continente falantes de Língua Portuguesa e com outras universidades que se dedicam ao estudo do idioma e da cultura. Nesse âmbito, vários são os programas de atuação e cooperação acadêmica assumidos entre universidades integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e universidades estrangeiras. Além do Programa Ciências sem Fronteiras, que recentemente abriu oportunidades para a área de Humanidades, é possível trabalhar com a proposição de projetos vinculados a editais específicos com custeio da CAPES, como Edital CAPES/AULP Pró-mobilidade Internacional, e outros direcionados para instituições de ensino superior em países africanos, Portugal e Macau; além disso, há planos de integração de atuação fomentados pela CPLP, pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O curso de Letras/Língua Portuguesa oportuniza essa realização, o que significa ampliação e fortalecimento da Internacionalização Institucional da UFERSA com outras universidades no Brasil e no exterior.

6) O Curso de Letras/ Português seria a base que sustentaria um Centro de Línguas no Campus, onde já há habilitação em Inglês e Libras. A proposta, portanto, seria a de solidificar o Centro e prepará-lo para a contemplação de outras línguas e outros cursos de áreas afins das Ciências Humanas e Artes, como Artes Cênicas, Música, Sociologia etc., fazendo do campus, a longo prazo, um instituto de Filosofia, Letras e Artes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se da apreciação do PPC do Curso de Letras – PORTUGUÊS E SUAS LITERATURAS, realizada na primeira reunião ordinária de 2015, ocorrida em 28 de janeiro de 2015.

A apreciação foi realizada com base nas Diretrizes curriculares dos cursos de graduação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; Diretrizes instituídas pela PROGRAD e Dimensões e Indicadores definidos nos instrumentos de avaliação externa para abertura de cursos de graduação disponibilizados pelo INEP.

Com relação a essa apreciação foram observados os seguintes pontos:

Página 4, revisar a titulação dos representantes administrativos – sugere:

- Colocar a titulação em todos os membros ou retirar de todos;
- Definir a sigla de mestre e doutor de acordo com a nomenclatura oficial brasileira (ver registro em anexo);

1. Corrigir sumário, pois, as páginas não conferem;
2. Em todo o corpo do texto refere-se ao nome do curso como “Licenciatura plena em Letras Português e suas literaturas”, sugere retirar os termos “Licenciatura Plena”, pois, este é o grau e não o nome do curso, portanto, o nome do curso é “Letras-Português e suas literaturas”;
3. Página 8, histórico da UFERSA – uniformizar texto em todos os PPCs (enviado pela PROGRAD);
4. Página 14, item 1.3 –
 - No 1º parágrafo a palavra “literatura” está repetida e em maiúsculo;
 - No final do parágrafo sugere retirar a frase “até o ensino superior (desde que acrescido da formação em curso de pós-graduação...)”, pois, essa exigência varia de acordo com cada instituição;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

- No penúltimo parágrafo há dados do IBGE sobre analfabetos, sugere substituir o texto por dados relativos ao ensino médio, pois, compreende-se que o profissional de letras não é responsável pelo processo de alfabetização e, portanto, não está diretamente ligado a esse tema;
 - No último parágrafo, cita os países que adotam a língua portuguesa como oficial, no entanto, falta citar alguns países, sugere substituir o termo “a saber:”, por “dentre os quais citamos”;
5. Página 23, item 2.4 – informa a carga horária mínima de acordo com o CNE, no entanto, sugere especificar a carga horária real do curso, ou seja, 2.990h.
 6. Página 24, item 3.1 concepção do curso – para referenciar a concepção do curso precisa ser um estudioso da educação, Bakhtin é da área de linguística, sugere então, inserir um estudioso da educação, a critério do grupo;
 7. Página 26, item 3.2 Concepção Teórico-metodológica - no 1º parágrafo trata da educação como instrumento de transformação social, compreende-se que ela é muito mais um instrumento de conservação social do que de transformação, portanto, é necessário referenciar com um ou dois autores essa concepção como instrumento de transformação. Sugere ainda fazer referencia ao PDI da UFERSA que fala sobre a formação integral;
 8. Página 29, item 3.3 – apresenta a fundamentação legal mas, apenas algumas indicam de que se trata, sugere acrescentar em todas (decreto, resolução, parecer, Lei) uma síntese de seu conteúdo; no PDI e PPI citar a versão e o significado;
 9. Página 31, observar os seguintes aspectos:
 - Item 4.1 – final do 2º parágrafo, informa que é função irrevogável do coordenador de curso a participação no COMFOR, no entanto, essa participação é definida em portaria específica. Sugere retirar essa informação;
 - Item 4.2 – citar resolução de onde foram retiradas as informações sobre o Conselho de Curso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

- No 1º parágrafo informa que o Conselho é formado por todos os professores, no entanto, essa informação não procede; conferir base legal: RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº 008/2010, de 21 de outubro de 2010.
10. Páginas 31 e 32 apresentam algumas competências do Conselho, porém não estão em consonância com a Resolução específica. Sugere conferir essas competências com a Resolução e, referenciar no texto;
 11. Na página 32 ultimo parágrafo informa que as reuniões são mensais, essa informação diverge da resolução, pois, em seu Art. 5º. Diz que: O Conselho de Curso reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre letivo...
 12. Sugere rever as informações sobre Conselho de Curso, pois, diversas informações estão divergindo da Resolução, consultar RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº 008/2010, de 21 de outubro de 2010;
 13. Página 33 item 4.3 Sugere citar Resolução relativa ao Núcleo Docente Estruturante de onde foram retiradas as informações. RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº 009/2010, de 21 de outubro de 2010;
 14. Página 38, Perfil do Egresso – percebe-se a ausência de capacidade de letramento digital, sugere discutir o letramento digital. É necessária essa competência que pode ser desenvolvida através do hipertexto;
 15. Página 42, distribuição de carga horária – apresentam os componentes curriculares TCC I e TCC II, sugere deixar apenas um componente TCC. Caso haja alguma atividade prévia, propor outro nome correspondente;
 16. Página 45, item 7.2 Matriz Curricular – sugere alterar a organização da matriz curricular introduzindo os fundamentos da educação antes dos conhecimentos específicos, assim, apresentam-se as seguintes propostas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

- Proposta 1:
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica permanece no 1º semestre;
Fundamentos sócio-filosóficos da educação sobe para o 1º semestre ou permanece no 2º semestre;
Psicologia da Educação sai do 4º semestre e sobe para o 1º ou 2º semestre;
Didática sai do 4º semestre e sobe para o 1º ou 2º semestre;
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (Libras) sai do 1º semestre e pode ir para o 4º semestre;
Metodologia Científica sai do 1º semestre e pode ir para o 4º semestre.
- Proposta 2: mudaria em relação a proposta acima, apenas o componente “Estrutura e Funcionamento da Educação Básica” sairia do 1º semestre e poderia ir para outro;
Metodologia Científica permaneceria no 1º semestre
Fundamentos sócio-filosóficos da educação sobe para o 1º semestre ou permanece no 2º semestre;
Psicologia da Educação sai do 4º semestre e sobe para o 1º ou 2º semestre;
Didática sai do 4º semestre e sobe para o 1º ou 2º semestre;
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (Libras) sai do 1º semestre e pode ir para o 4º semestre;

17. Página 96, 3º parágrafo corrigir a palavra “básica”;

- Sugere reorganizar itens e numeração de acordo com o seguinte esquema:

9. Sistemas de Avaliação

9.1. Avaliação da Aprendizagem

9.2. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

9.3. Avaliação do Curso

9.3.1. Avaliação Externa

9.3.2. Avaliação Interna

9.3.3. Participação do Estudante na Avaliação do Curso.

18. Página 97 trata dos procedimentos metodológicos explicando detalhadamente. Sugere simplificar citando apenas a base legal que será seguida; nesse mesmo parágrafo, substituir o termo “plano de ensino” por ‘plano geral de disciplina’;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

19. Página 104, item 11.4 – no 1º parágrafo citar resolução relativa ao TCC e adequar o texto à resolução, quando for o caso;
20. Na página 104, item 11.5– questiona-se o uso do termo ‘linha de pesquisa’, pois, entende-se que esse termo é característico da pós-graduação, sugere substituir para ‘área de formação’ ou outro termo que achar mais adequado;
21. Página 107 item 11.6 Atividades Complementares – Em nenhum momento do texto faz referência a resolução da UFERSA precisa citar a Resolução CONSEPE/UFERSA Nº 01/2008 e, se for o caso, adequar o texto;
22. Em todo o texto faz referência a UFERSA campus Caraúbas, sugere referir-se apenas a UFERSA, pois entende-se que é uma única instituição.

OBS.: levar em consideração também o Parecer do Setor Pedagógico em Anexo.

Mossoró, 29 de janeiro de 2015.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como 'Augusto Carlos Pavão'.

Augusto Carlos Pavão

Presidente do Comitê de Graduação da UFERSA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

ANEXO 1

Revista Eletrônica
Intr@ciência
1

MESTRE E MESTRA: TEXTO ACADÊMICO

SCHENDER, Klim Wertz1

No Brasil, aquele que cursa o mestrado recebe o título de mestre. Esse profissional está voltado para a área do ensino e da pesquisa, portanto, são usados os dois títulos: Professor Mestre.

Conforme a PUCRS o título mestre deve ser abreviado das seguintes formas:

- a) mestre: Me e Me. (gênero masculino)
- b) mestra: Mae Ma. (gênero feminino)

Da mesma forma, pois, no Brasil conforme a Academia Brasileira de Letras, “Ms.” é abreviação de manuscrito.

O título MASTER OF SCIENCE (M.S.; Msc. ou MSc.), é título de mestre dado pelas universidades americanas, portanto, usadas no inglês. De acordo com Universidade de Passo Fundo -Faculdade de Direito - Coordenadoria de Monografia Jurídica, utilizar as abreviações americanas, no Brasil, seria o mesmo que usar “PhD.” para qualquer um que fizer doutorado, e não, “Dr.”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMITÊ DE GRADUAÇÃO

Wilson Correia**

* Para Mestre, a ABL sugere M.e.; para Mestra, a mesma ABL propõe M.^a, fórmulas que muitos julgam confusas e esteticamente intragáveis -opiniões com as quais concordo. Em todo caso, vale consultar: PUCRS Abreviaturas: <<http://www.pucrs.br/manualred/abreviaturas.php>>.

** Wilson Correia é Doutor em Educação pela UNICAMP e Adjunto em Filosofia da Educação na UFRB.

PARECER

CONSIDERANDO

A **Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003**, dispõem sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, de credenciamento de instituições;

O **Parecer CNE/CES n. 83/2007, de 29 de Março de 2007**, que consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Professores.

Os **Instrumentos de avaliação disponibilizados pelo INEP para autorização de abertura de cursos graduação** - bacharelados e licenciaturas.

Consideramos que o PPC do curso de Licenciatura Plena em Letras Português e suas respectivas Literaturas – campus Caraúbas apresenta:

1. Consonância do referido texto com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFRSA;
2. Articulação do ensino com a pesquisa e extensão;
3. Informações estruturais do curso (identificação, local e modo de funcionamento, número de ingressos por período letivo, tempo de integralização e carga horária proposta);
4. Especificações e estabelecimento dos contextos de inserção do curso (internos e externos a IES);
5. Descrição do perfil do Egresso, delimitação do curso em termos da área do conhecimento, proposta e estrutura pedagógica (grade curricular e ementa) e os diferentes âmbitos de avaliação.
6. Apresenta amparo legal para as atividades desenvolvidas no referido campus.

Desse modo, recomendamos apenas que

1. No detalhamento do Projeto do curso seja feita a descrição das formas de acessibilidade e assistência aos discentes com necessidades especiais, bem como, descrever de que forma a Instituição fará apoio por intermédio da CAADIS;
2. Descrição, se possível, da estrutura de apoio a permanência ao estudante;
3. Descrição, se possível, sobre recursos humanos disponíveis (coordenador do curso, docentes, técnicos administrativos);

4. Na descrição do Estágio Supervisionado, recomendamos a alteração do termo “Regência” por apenas estágio supervisionado ou Prática docente. Embora, reconhecidamente o termo em seus múltiplos significados abrange o ato de lecionar uma disciplina específica, acreditamos que esse ato de lecionar não é isolado e autoritário, e sim compartilhados com outros sujeitos da prática educativa. Portanto, suprimir o referido termo ou adotar outro é fazer jus a uma prática docente humanista.

Ao realizar a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura plena em Letras Português e suas respectivas literaturas do Campus de Caraúbas, considerando algumas observações descritas no corpo do texto em anexo, encaminhamos ao Comitê de Graduação para deliberação com **PARECER FAVORÁVEL** desta Pró-Reitoria.

Mossoró, 26 de Janeiro de 2014.

Milena Paula Cabral de Oliveira
Pedagoga/PROGRAD

PROPOSTA DE PPC

LETRAS PORTUGUÊS

CAMPUS CARAÚBAS

**EM ANÁLISE PELO COMITÊ DE
GRADUAÇÃO**

**Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pró-Reitoria de Graduação
Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura
Plena em Letras/Português e suas respectivas
Literaturas**



CARAÚBAS-RN

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM
LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

**LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS
LITERATURAS**

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em
Letras/Português e suas respectivas literaturas, elaborado
com o objetivo de sua oferta pela Universidade Federal
Rural do Semi-Árido, no contexto de sua política de
expansão e formação de professores de línguas.**

CARAÚBAS-RN

2015

Catálogo na Fonte

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**Reitor:**

Prof. Dr. José de Arimatea de Matos

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Francisco Odolberto de Araújo

Chefe de Gabinete:

Márcia de Jesus Xavier

Assessor Especial:

Thiago Henrique Gomes Duarte Marques

Pró-Reitor de Planejamento:

George Bezerra Ribeiro

Pró-Reitora de Administração:

Anakléa Melo Silveira da Cruz Costa

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Rui Sales Júnior

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Dr. Felipe de Azevedo Silva Ribeiro

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários:

Prof. Me. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Keliane de Oliveira Cavalcante

Diretora do *Campus* de Caraúbas:

Prof^a. Dr^a. Edna Lúcia da Rocha Linhares

Diretor do *Campus* de Angicos:

Prof. Dr. Joselito Medeiros de Freitas Cavalcante

Diretor do *Campus* de Pau dos Ferros:

Prof. Dr. Alexsandro Pereira de Lima

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS
LITERATURAS**

COORDENADORA:

PROFESSORES/AS:

Prof^ª. Dr^ª. Elaine Cristina Forte Ferreira
Prof^ª. Ma. Monaliza Rios Silva
Prof. Me. Pedro Fernandes Oliveira Neto
Prof. Me. Pedro Pone
Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

O processo de construção da proposta do curso foi viabilizado por uma comissão e contou com a cooperação dos (as) seguintes colaboradores (as):

COMISSÃO:

Presidente: Prof^ª. Dr^ª. Elaine Cristina Forte Ferreira
Membro: Prof^ª. Ma. Monaliza Rios Silva
Membro: Prof. Me. Pedro Fernandes Oliveira Neto
Membro: Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone
Membro: Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
1.1. Histórico da UFERSA	08
1.2. Segmentos da Educação Superior na UFERSA – <i>Campus</i> Caraúbas	10
1.3. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas	13
1.4. Justificativa	17
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	20
2.1. Dados da Instituição Proponente	20
2.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente	20
2.3. Dados do Responsável pelo Projeto	20
2.4. Dados de Identificação do Curso	20
3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO	21
3.1. Concepção do Curso	21
3.2. Fundamentação Teórico- Metodológica	23
3.3. Fundamentação Legal	25
4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	27
4.1. Coordenador do Curso	27
4.2. Conselho de Curso	27
4.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	28
5. OBJETIVOS	30
6. PERFIL DO EGRESSO	33
6.1. Competências, Atitudes e Habilidades do Licenciado Pleno em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	33
6.2. Campo de Atuação do Licenciado Pleno	34
7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	35
7.1. Distribuição das Atividades/Carga Horária	35

7.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	37
8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES	41
9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	81
9.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	81
10. SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	84
10.1. Avaliação Externa	84
10.2. Avaliação Interna	84
10.3. Participação do Corpo Docente na Avaliação do Curso.....	84
11. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO	85
11.1. Participação do Estudante nas Atividades Acadêmicas	85
11.2. Prática como Componente Curricular	86
11.3. Estágio Curricular Supervisionado	86
11.4. Trabalho de Conclusão de Curso	86
11.5. Linhas de Pesquisa	87
11.6. Atividades Complementares	89
12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	91
12.1. Biblioteca	91
12.2. Laboratório de Informática	92
12.3. Sala do NUPEX.....	92
13. NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO	94
14. REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	96
Anexo I – Cópia do Regulamento das Atividades Complementares	96

1. INTRODUÇÃO

1.1. Histórico da UFERSA

A Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM foi criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto Nº 03/67 de 18 de abril de 1967 e inaugurada aos 22 de dezembro do mesmo ano. Teve na sua fase de implantação, como entidade mantenedora, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior, como autarquia em regime especial em 196

Em dezembro de 1994 foi aprovado do Curso de Medicina Veterinária, através do despacho Ministerial publicado no D.O.U, em 28/12/1994, aumentando para dois, o número de cursos de graduação. Em 2003, na gestão do prof. Marcelo Pedrosa, através das Portarias MEC/3.788 e 3.789, são criados os cursos de graduação em Zootecnia e Engenharia Agrícola, aumentando o número de cursos para quatro. Ainda em 2003, o Conselho Técnico Administrativo – CTA da ESAM aprova o Projeto de Transformação da ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido, através da RESOLUÇÃO CTA/ESAM Nº 007/2003. Mas, só em 29 de Julho de 2005, o Presidente da República sanciona a Lei Nº 11.155, que cria a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

No ano de consolidação da UFERSA, uma emenda de Resolução 002/2005 modificou o nome do curso de Engenharia Agrícola para Engenharia Agrícola e Ambiental. Posteriormente, o curso de Engenharia de Pesca foi criado pela Resolução do CONSUNI Nº 06/2005 e os cursos de Administração, Ciências da Computação e Engenharia de Produção foram criados no ano de 2006 pelas Resoluções 02/2006, 03/2006 e 04/2006 do CONSUNI. Os cursos de Engenharia de Energia e Engenharia Mecânica foram criados pela Resolução CONSUNI/UFERSA 003/2007, de 28/03/2007, sendo a UFERSA pioneira na região Nordeste a oferecer o curso de Engenharia de Energia.

Como já mencionado, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA foi criada em 29 de julho de 2005 por meio da Lei nº 11.155, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, p. 4 e 5, em 01 de agosto de 2005, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró e teve seu Estatuto aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo, em 07 de fevereiro de 2006, conforme Resolução CTA/UFERSA nº 001/2006, tendo sido homologado por meio da Portaria nº 312, de 03 de julho de 2006, editada pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, p. 44, de 04 de julho de 2006.

Estrategicamente, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, em observação as recomendações do Governo Federal para a educação superior, desenvolve ações que visam fortalecer politicamente, economicamente e socialmente a área de sua abrangência, adotando objetivos e metas que permitam, com base no orçamento disponível, a ampliação do ensino superior com qualidade, e também, o desenvolvimento de pesquisas científicas e de inovação tecnológica com sustentabilidade. Para este fim, seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente contempla estratégias/metastas que visam fortalecer a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, que melhorem a capacitação dos recursos humanos e as condições de infraestrutura predial administrativa, laboratorial e de salas de aulas, além da infraestrutura urbana e de comunicação da Universidade.

No que se refere ao Ensino de Graduação, tem ampliado, a cada ano, o número de cursos e o número de vagas no ensino de graduação; adequado periodicamente os projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação; consolidado a política de estágios curriculares e aprimorado as formas de ingresso e permanência nos cursos de graduação.

Na área de pesquisa e ensino de Pós-Graduação, como forma de consolidar novos cursos, a Instituição tem aderido a programas de governo como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) buscando: estimular a participação discente na Pós-Graduação; estimular a qualificação docente; definir uma política de estágio Pós-Doutorado; recuperar e ampliar a infraestrutura de pesquisa e Pós-Graduação e apoiar os comitês de ética em pesquisa.

Quanto a sua função extensionista, a UFERSA busca: incentivar e apoiar ações que se pautem em elementos como desenvolvimento regional e sustentabilidade, educação ambiental, desenvolvimento de tecnologias sociais, diversidade cultural, inovação tecnológica e economia solidária; implantar o programa institucional de bolsas de extensão, como forma de definir e operacionalizar a política de bolsas de extensão na UFERSA; apoiar atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi/transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; realizar convênios com entidades públicas e privadas para concessão de estágios; estimular a participação de coordenadores de cursos de graduação, docentes e estudantes da UFERSA em eventos que discutam a promoção de estágios.

Com relação à UFERSA – *Campus* Caraúbas esta foi criada através da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 010/2010 no dia 15 de julho de 2010. A aula inaugural deste *Campus* ocorreu na Casa da Comunidade, localizada no centro de Caraúbas, em 16 de Agosto de 2010, já que o *Campus* ainda não contava com instalações próprias. O

funcionamento das aulas iniciou na Escola Estadual Antônio Carlos, ingressando, naquele semestre, com estudantes matriculados no Curso de Ciência e Tecnologia (C e T), no turno noturno. Pouco tempo depois, as aulas também passaram a acontecer na Escola Estadual Professor Lourenço Gurgel de Oliveira.

Desde o início do seu funcionamento (2010) foram matriculados cerca de 900 estudantes no Curso de C e T nos turnos integral e noturno e a partir de maio de 2013 também estão sendo oferecidas os componentes eletivos direcionados aos estudantes que pretendem ingressar nos Cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil. No caso dos Cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica, as turmas já foram formadas e estão em pleno funcionamento. Já o curso de Engenharia Civil, apesar de oferecer componentes eletivos desde o semestre de 2013.2, só entrará oficialmente em funcionamento a partir de 2014.1, juntamente com as Licenciaturas em Letras/LIBRAS e Letras/Inglês. Para os próximos dois anos, este *campus* espera implantar os Cursos de Engenharia de Materiais e de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas.

De início, faziam parte do corpo docente da UFERSA – *Campus* Caraúbas os seguintes profissionais: Prof^a. Dr^a. Edna Lúcia da Rocha Linhares, Prof. Me. Luiz Carlos Aires Macêdo, Prof. Me. Cid Ivan da Costa Carvalho, Prof. Me. Fernando Neres de Oliveira e o Prof. Me. Jackson Jonas Silva Costa.

De acordo com o *site* institucional (<http://caraubas.ufersa.edu.br/historia-do-campus/>), “desde 2010, quando o *campus* foi aberto, a UFERSA-Caraúbas já matriculou mais de 1.200 alunos em seis cursos de graduação: Ciência & Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Letras com habilitação em Inglês e Letras com habilitação em LIBRAS. Ao todo, são setenta e oito professores – efetivos e substitutos – e mais cinquenta técnicos administrativos trabalhando no *campus*. A diretora do campus, no momento, é professora doutora Edna Lúcia da Rocha Linhares”.

No contexto da expansão do ensino superior no Rio Grande do Norte, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) vem reivindicando a continuidade de seu desenvolvimento. Essa continuidade é considerada importante e necessária para a inclusão de jovens na universidade e para o desenvolvimento do Estado. No caso do programa expansão e de pactuação do Ministério de Educação com a UFERSA - *Campus* Caraúbas, este prevê um investimento de quarenta e dois milhões de reais para criação e implantação de cinco Engenharias e duas licenciaturas, contando com a disponibilidade de cento e dois códigos de vagas para docentes. Este *Campus*, que inicialmente tem oferecido cursos de formação em áreas tecnológicas, abre gradativamente espaço para a formação humanística, buscando atuar

em consonância com a missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013 e em seus documentos oficiais, que é a de:

produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região Semi-Árida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.

Os Cursos de Licenciatura Plena em Letras/LIBRAS, em Letras/INGLÊS e em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS, portanto, visam à formação de profissionais, com domínio de suas respectivas línguas-alvo e de suas Literaturas, para atuarem como professores, pesquisadores, além de áreas afins de atuação, bem como: críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outros profissionais (resguardadas formações específicas de Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*) dos quais o médio oeste potiguar efetivamente carece.

1.2. Segmentos da Educação Superior na UFRSA - Campus Caraúbas

As instituições de educação superior sempre desempenharam papéis importantes em cultivar conhecimento e colocá-lo em benefício da sociedade. Em épocas e sociedades diferentes, estas atividades de produção de conhecimento englobaram desde a educação tradicional nas profissões liberais até o desenvolvimento de pesquisa avançada nas ciências básicas e suas aplicações.

Durante o processo histórico da universidade brasileira muitas lutas foram travadas em prol da reformulação dos paradigmas de ensino ofertados nesse âmbito. Aspirando uma instituição capaz de expressar multiplicidade de pensamentos, que amplie seu escopo de atuação passando a envolver não só os segmentos sociais já tradicionalmente privilegiados, mas a sociedade na sua totalidade, a universidade, necessariamente, deve (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

A pesquisa acadêmica é um dos três pilares da atividade universitária, junto com o ensino e a extensão, que visa a produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, bem como, investigações relacionadas à prática dos processos de ensino-aprendizagem. Ela pode

ser desenvolvida por pesquisadores/docentes, estudantes universitários e pesquisadores independentes. Levy (1996) define a pesquisa como o resultado da aprendizagem construída pelo indivíduo e/ou pela sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa também pode ser conceituada como um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente.

Na Ufersa – *Campus* Carauabas, a pesquisa objetiva produzir, estimular e incentivar a investigação científica, de forma articulada com o ensino e a extensão, visando à produção do conhecimento e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, com o propósito fundamental de resgatar seu caráter público e sua função social. Vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufersa, o *Campus* Carauabas atualmente conta com treze projetos de pesquisa, sendo onze deles internos e dois financiados.

No caos da extensão universitária, esta é estabelecida por uma política que, em nível nacional, define procedimentos e diretrizes que devem estar presentes em todas as ações do gênero. Segundo essas diretrizes, aprovadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), pode-se dizer que extensão universitária é um: “[...] processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Assim, na Ufersa – *Campus* Carauabas, a extensão universitária endossa essa perspectiva definida pelo FORPROEX e a tem como um processo educativo, artístico-cultural, científico e tecnológico, articulada de forma indissolúvel à pesquisa e ao ensino cujo objetivo é estimular o conhecimento dos problemas mundiais, nacionais, e, em particular, os regionais e locais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; contribuir para a autonomia dos segmentos beneficiados por esta atividade; e promover o intercâmbio técnico-científico e gerencial das atividades afins. No *Campus* Carauabas estão em pleno funcionamento dezesseis programas e treze projeto de extensão.

Pautando-se em paradigmas democráticos e transformadores, percebe-se a necessidade da reformulação do antigo currículo da universidade brasileira. Esse currículo é organizado a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão que funciona como eixo norteador na formação do estudante, apontando para uma perspectiva na qual o ensino de graduação vai

além da mera transmissão e transforma-se em um período de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser reconhecido como sujeito crítico e participativo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, em seu artigo 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, em se tratando de educação escolar/acadêmica, esta deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. No entanto, a forma como esta educação tem sido posta em prática ao longo da história tem apresentado tendências diversas.

Em se tratando da Educação que pauta as ações da UFERSA – *Campus* Caraúbas tem-se a prática de uma educação ampla, que busca ultrapassar os limites da instituição, alcançando aspectos e espaços físicos externos à universidade, o que possibilita o exercício de um ensino contextualizado, capaz de efetivar a formação integral dos seus estudantes, abrangendo tanto os aspectos técnico-científicos quanto os humanos. Desse modo, faz-se crucial a utilização de uma metodologia ativa que prioriza a participação do discente na aquisição/construção/reconstrução do conhecimento, e que considere a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos.

Prima-se, também, pela interação constante entre os diversos saberes em que a interdisciplinaridade é a palavra de ordem. Assim, adota-se a construção de um conhecimento articulado que rompe com os limites entre os componentes curriculares para se efetivar um amplo exercício ou exercício pluralista da cognição.

Alinhando-se a isso, o processo avaliativo é visto, neste *Campus*, como processo contínuo de pesquisas, cujo intuito maior é desenvolver e interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos estudantes para, a partir disso, vislumbrar ações de intervenção. Tal postura evidencia que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio que permite verificar até que ponto o ensino prestado tem sido eficaz e assim, sendo necessário, reformular o trabalho pedagógico com a adoção de procedimentos que possibilitem sanar as deficiências identificadas. Sendo assim, a UFERSA – *Campus* Caraúbas adota três modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) que aplicadas em momentos distintos do processo de ensino-aprendizagem permitem o alcance dos objetivos traçados, contribuindo para a excelência do ensino prestado na instituição. Para apoiar na avaliação do processo de ensino-aprendizagem e em outras questões didático-pedagógica, o referido *Campus* conta com o setor pedagógico, que está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, PROGRAD, UFERSA.

O setor pedagógico da UFERSA – *Campus* Caraúbas tem como função precípua prestar assessoria didático-pedagógica àqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem desta instituição, de modo que a excelência no trabalho educativo seja alcançada. Para tanto, desenvolve ações diversas as quais buscam a articulação entre docentes, estudantes, corpo técnico-administrativo e comunidade. Este setor parte da premissa de que o trabalho educativo necessita, enquanto prática intelectual e social, da articulação das dimensões do saber, do saber-fazer e da reflexão crítica de seus objetivos e do processo pedagógico como um todo. Partindo dessa premissa, o referido setor visa minimizar as fragilidades que o *Campus* possa apresentar no que concerne aos aspectos didático-pedagógicos, corroborando para a construção da dimensão ética, ressignificação de valores, conhecimento e da identidade social da comunidade acadêmica, consolidada pelo conhecimento produzido.

1.3. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

No Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas E LITERATURAS o aluno estuda a língua, as literaturas e as culturas de Língua Portuguesa, com ênfase na brasileira e na portuguesa. O profissional formado em Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas poderá lecionar como professor de Língua Portuguesa como língua materna, bem como suas respectivas Literaturas nos Ensinos Fundamental e Médio, até o Ensino Superior (desde que acrescido da formação em Curso de Pós-Graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*).

No Brasil, esse quadro ainda apresenta uma taxa considerável de pessoas excluídas do ambiente escolar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo de 2010, por exemplo, revelam que 9,6% da população com 15 ou mais anos de idade ainda é de analfabetos, sendo o nordeste a região que os concentra em sua maioria: 53,3% de pessoas que não sabem ler nem escrever. Portanto, a formação de professores de línguas – engajados com uma proposta que vise a dar novos rumos à educação brasileira – faz-se necessária.

A Língua Portuguesa é a língua oficial do Brasil e de outros países, a saber: Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; somem-se a estes países um Estado-Nação e uma cidade em que se observam o uso da Língua Portuguesa: Nova Goa (ou Índia Portuguesa ou Estado da Índia), que inclui vários territórios, e a cidade de Macau, na China.

Uma vez que uma língua é institucionalizada, esta assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração no sistema sociocultural. Pelo seu caráter de sistema simbólico, a Língua Portuguesa, como qualquer língua, funciona como meio para acesso ao conhecimento e, portanto, às diferentes formas de pensar, de criar, de sentir, de agir e de conceber a realidade.

Seu domínio, assim, propicia ao indivíduo uma formação mais abrangente e mais solidária. Tendo em vista a importância e a necessidade do conhecimento dessa língua na sociedade brasileira, faz-se necessário investir, em primeiro lugar, na formação do professor para atuar nessa área. É na escola que uma língua passa a ser sistematizada e estudada, desde a Educação Infantil, pela Educação Básica, até a Educação Superior, em que o uso da variante padrão insere o sujeito na competitividade do mercado de trabalho e na formação plena do ser humano. Portanto, cabe ao docente do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas estimular o aprendizado de uma língua tão necessária para o respeito e a equidade social.

Acredita-se que o processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, principalmente em relação às competências leitura/escrita/oralidade, pode auxiliar a reduzir um quadro alarmante de baixo grau de letramento funcional no Brasil, fato constatado no último Censo de 2010. O estudo e a pesquisa na Língua Portuguesa e nas suas Literaturas visa a oferecer caminhos para que os estudantes desenvolvam estratégias de ensino-aprendizagem cujo interesse esteja pautado na intervenção junto a comunidade inserida, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que a visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas poderá ajudar também a formar cidadãos mais conscientes e aptos a lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textualidades e discursividades.

Ademais, a Língua Portuguesa assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Dessa maneira, um letramento básico e consolidado permitirá suplantar a carência de profissionais qualificados para as mais diversas áreas de atuação. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas assume, diante das necessidades efetivamente constatadas pelos dados oficiais, o caráter estratégico em corrigir uma lacuna, que é a formação de profissionais qualificados nesta área.

Portanto, a Língua Portuguesa e suas Literaturas, enquanto veículo de comunicação humana, perpassa todas as áreas do conhecimento. Sua sistematização, através do ensino, não pode desconsiderar seu papel abrangente, devendo abordá-la em suas diversas modalidades de manifestação, contemplando-a em seu viés estético (literaturas), suas diversidades internas decorrentes de fatores geográficos, históricos, discursivos, linguísticos, culturais, econômicos, políticos, psicológicos e sociais. Sua natural inerência a todas as atividades comunicacionais humanas torna-a ponto comum a todos os espaços de interação e de integração, devendo estar, portanto, ao alcance de todos e a serviço da experiência social (BRASIL, 1998).

Considerando o processo de globalização e seu impacto na sociedade, a educação tem sofrido mudanças e, conseqüentemente, tem sido amplamente repensada pelos órgãos oficiais. *A Nova Proposta da Educação Superior* – elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003, e instalada pelo Ministro da Educação em 29/04/2003 – pretende “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”.

Das diretrizes traçadas por essa Comissão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), apoiadas em pressupostos acadêmicos e políticos, pode-se pensar na importância do Curso de Licenciatura em Letras para a concretização dessas metas na medida em que o profissional/educador dessa área do conhecimento tem um efetivo compromisso com “a transformação na Educação Superior Brasileira para corresponder mais diretamente aos anseios da sociedade por um país democrático, cujos cidadãos participem ativamente na definição dos projetos de seu desenvolvimento”, bem como com a “preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como a liberdade e pluralidade de ideias, que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico”.

O avanço tecnológico e as novas formas de comunicação decorrentes disso passam a exigir a formação de educadores, cujo potencial transcenda às competências técnicas específicas de sua profissão. Daí a necessidade de acrescentar à formação do licenciando, um direcionamento crítico-reflexivo que lhe amplie as possibilidades criadoras e a capacidade de articular saberes diversos, sem que se contraponha ao conhecimento técnico, mas que a ele se integre.

Visando a oferecer uma formação de qualidade, os ingressantes no Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA – *Campus* Caraúbas – serão instruídos para o exercício de aprendizagem e ensino, sob uma perspectiva

articuladora dos conhecimentos didático-pedagógicos, linguísticos, literários e sócio-históricos-culturais. Para isso, o projeto de criação do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido norteia-se pelas diretrizes instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, considerando, para o processo de formação dos futuros professores, o desenvolvimento das competências enumeradas no art. 6º, a saber:

- I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Alinhando-se a essas competências, os componentes curriculares formadores da Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas foram organizados de maneira a orientar os estudantes e futuros professores de forma a servir-lhes de fundamentação necessária para o exercício da docência em constante aprimoramento, a partir da orientação e do estímulo à adoção de uma postura investigativa, aberta e adaptável às mudanças e sensível à diversidade.

Esta Matriz Curricular, portanto, foi estruturada em diversos eixos temáticos, a saber: estudos linguísticos; estudos da educação, do ensino-aprendizagem e da cultura; estudos literários; estudos da tradução; estudos da Língua Brasileira de Sinais. Vale salientar que essa organização corrobora o desenvolvimento simultâneo das quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita) dos estudantes e do desenvolvimento de práticas diversificadas de letramentos, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se constitui como um dos elementos da “formação humanística” conforme registro no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. É também uma proposta de intervenção, junto à ampliação dos pilares da pluralidade de formação requerida para uma universidade,

mérito já alcançado, desde a ampliação de interesses da instituição com a oferta da UFRSA – *Campus* Caraúbas de cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas. Ainda em sintonia com o PDI 2009-2013, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas visa a ser um espaço de produção e difusão no campo da educação superior da região em que está situada, preparando profissionais qualificados, a fim de atender às demandas sociais necessárias.

A UFRSA – *Campus* Caraúbas, que tradicionalmente oferece cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas, abre, gradativamente, espaço para a formação humanística, buscando atuar em consonância com a missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e em seus outros documentos oficiais, que é a de:

- a) produzir e difundir conhecimentos no campo da Educação Superior, com ênfase para a região Semi-Árida brasileira;
- b) contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva;
- c) ampliar o escopo de cursos oferecidos na instituição nos diversos *campi*, a partir de uma análise das demandas locais.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura Plena em Letras, apresentadas no Parecer CES 492/2001, o licenciando deverá desenvolver múltiplas competências e habilidades compatíveis com o campo de atuação docente, sob os aspectos teóricos e práticos, durante sua formação acadêmica. Sendo assim, a formação do professor de Língua Portuguesa e suas Literaturas deve, por isso, operar o redimensionamento de práticas de ensino tradicionais e ultrapassadas e, por isso, já ineficazes para os moldes educacionais requeridos pela contemporaneidade.

Os princípios da interdisciplinaridade que perpassam a proposta do Curso de Licenciatura Plena em Letras busca romper com a continuidade de um modelo de formação de professores, alheio às dificuldades da gestão do ensino e da aprendizagem e do saber produzido na universidade que não dialoga com o cotidiano escolar. A finalidade do curso é formar professores capazes de identificar problemas na aprendizagem, as causas que os

produzem e propor soluções que garantam a continuidade do processo de aprendizagem do licenciando.

Assim sendo, o Curso de Licenciatura supracitado ancora-se nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas. Considera-se, ainda, que o mercado de trabalho para o acadêmico do Curso de Licenciatura Plena em Letras apresenta características cada vez mais promissoras, em face, por exemplo, da multiplicação da rede escolar nos vários níveis de ensino, a ampliação dos *mass media* e a criação de um espaço cultural específico (academias, produção artístico-cultural-regional).

Nesse sentido, a formação do professor da Língua Portuguesa e de suas Literaturas se guia pelo redimensionamento das práticas de ensino tradicionais e se ancora nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas ao considerar, em suas diretrizes, estrita atenção para os lugares no campo de trabalho, seja para a academia ou para a formação básica.

1.4. Justificativa

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, com vistas a atender a um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e às exigências ditadas pela globalização, além de considerar as habilidades e as competências determinadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), conta com componentes curriculares que visam à formação do profissional de Letras para atuar na área específica, ou em áreas afins, atendendo com isso à interdisciplinaridade.

Para isso, são levados em consideração alguns aspectos: coerência do currículo com os objetivos do curso, coerência do currículo com o perfil desejado do egresso, coerência do currículo em face das Diretrizes Curriculares Nacionais, adequação da metodologia de ensino à concepção do curso, interrelação dos componentes curriculares na concepção e na execução do currículo, adequação, atualização e relevância da bibliografia e dimensionamento da carga horária dos componentes curriculares.

A busca pela coerência do currículo com os objetivos do curso pode ser visualizada na Matriz Curricular, que reúne um conjunto de componentes curriculares distribuídos ao longo dos semestres letivos. O currículo desta habilitação considera a formação básica na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e nas Literaturas Brasileira e Portuguesa, como também na formação do professor que visa a oferecer subsídios ao exercício da profissão, de

maneira a possibilitar ao egresso demonstração de competência técnica, de capacidade de estabelecer relações humanas e de ter posturas éticas compatíveis com as exigências do desempenho profissional de um educador.

Além disso, as atividades do curso procuram desenvolver no licenciando a consciência da necessidade de uma contínua busca de aperfeiçoamento em sua área de atuação, com vistas a garantir tanto a sua formação continuada como a oportunidade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais seletivo e tecnológico (PPC/UFERSA-Caraúbas, 2013).

Ademais, tendo em vista a realidade do referido *campus*, explicitamos, neste documento, algumas razões pelas quais o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas acrescentaria na vivência das práticas acadêmicas na estrutura da UFERSA-*campus* Caraúbas. Sem subestimar o valor de nenhum dos cursos em questão, este documento se guia pelo equilíbrio e pela equidade das áreas com o intuito do fortalecimento da UFERSA - *campus* Caraúbas.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas na UFERSA-*campus* Caraúbas pode ser defendido a partir de cinco argumentos básicos:

- 1) O atendimento à demanda de professores de Português e Literaturas na região;
- 2) A atração de novos recursos para a universidade;
- 3) Os ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas;
- 4) A inserção da UFERSA/ Caraúbas no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona;
- 5) A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da instituição.

Sendo assim, a Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas, por exemplo, trará para a região onde está situada a UFERSA - *campus* Caraúbas e para a instituição alguns investimentos garantidos pela esfera federal para a formação de professores. Além disso, há a questão da ampla demanda para região em Letras/Português e suas respectivas literaturas, cujo mercado de trabalho ainda nutre altos índices de deficiência, sendo a atuação em sala de aula desenvolvida por ampla quantidade de profissionais não qualificados para esse fim.

Considerando que o licenciado em Letras/Português e suas respectivas literaturas é habilitado para ministrar aulas desde o Ensino Fundamental II, contamos, portanto, com um amplo leque de atuação deste professor no mercado de trabalho disponível na região. Desta feita, o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas, juntamente com as outras duas Licenciaturas em Inglês e em LIBRAS, pode alavancar mais recursos para

a universidade, a partir de investimentos direcionados especificamente às licenciaturas. Em seguida, elencamos algumas possibilidades que contribuirão para o crescimento da região do médio oeste potiguar, com a implementação deste Curso.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que funciona como um programa emergencial para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Este plano consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

O PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Dentre os principais objetivos, estão:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e de participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

Este programa é uma das principais armas que a universidade terá para combater o baixo índice do IDEB em Caraúbas e região. A proposta é que se comecem atendendo as escolas do município e, depois, para as da microrregião.

O PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras: o programa tem como objetivo, a médio prazo, a capacitação de professores do ciclo de educação básica Ensino Fundamental e Ensino Médio no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. Embora as habilitações atualmente sejam em Inglês e em LIBRAS, o corpo docente já conta, atualmente, com três doutorandos, sendo dois em Linguística e um em Literatura. A previsão é que, em dois anos, dos doze professores que estão no quadro atualmente, tenhamos

sete doutores em Linguística, Literatura e em Educação, o que possibilita, a médio prazo, a abertura do PROFLETRAS no *campus* Caraúbas. Os professores da região do médio oeste potiguar que ministram Língua Portuguesa terão mais possibilidades de qualificação, o que aumentará a qualidade de sua formação e, conseqüentemente, tende a melhorar o ensino de língua no Estado.

Ademais, alguns Projetos de Extensão voltados para a escola e formação de professores: um dos elementos básicos do tripé que sustenta a universidade, a Extensão terá grande importância na vida social da região, já que, com a implementação de um curso de Letras/Português e Literaturas, será mais viável desenvolver projetos voltados para a escola: aulas de Língua Portuguesa e de Literatura para Ensino Médio em preparação para o ENEM, cursos de formação de professores e realização de cursos de Produção e Escrita de Textos com vistas a atender a demanda dos cursos do C e T, dos alunos das licenciaturas já implantadas (Letras/LIBRAS, Letras/INGLÊS) estão entre as prioridades.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Dados da Instituição Proponente:

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas			
Instituição Proponente: Universidade Federal Rural do Semi-Árido			
CNPJ: 24529265000140			
Endereço: RN 233, Km 01, Sítio Esperança II, Zona Rural de Caraúbas/RN			
Cidade: Caraúbas	UF: RN	CEP: 59.780-000	Telefone: (84) 3337-2676

2.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente:

Dirigente da Instituição: Prof. Dr. José de Arimatea de Matos (REITOR)	
RG: 398.291 SSP/PB - 2ª via	CPF: 188.805.334-87
Telefone: (84) 3317-8225	E-mail: reitor@ufersa.edu.br / jamatos@ufersa.edu.br

2.3. Dados do Responsável pelo Projeto:

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão	
RG: 17.257.256 SSP/SP	CPF: 116.323.908-92
Telefone: (84) 3317-8234	E-mail: augusto.pavao@ufersa.edu.br / prograd@ufersa.edu.br

2.4. Identificação do Curso:

Curso: Letras
Modalidade do Curso: Licenciatura Plena
Habilitação: Português e Literaturas
Título Acadêmico Conferido: Licenciado Pleno em Letras/Português e suas respectivas literaturas
Modalidade de Ensino: Presencial
Regime de Matrículas: Crédito
Carga Horária Mínima: a) Mínimo CNE/CP 83/2007: 2.800h
Número de vagas anual: 40 vagas
Número de turmas: 01 turma por semestre
Turno de funcionamento: Noturno
Forma de ingresso: SISU

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

3.1. Concepção do Curso

O curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, que tem como objeto de investigação a língua portuguesa, ampara-se numa concepção de linguagem sociointeracionista principalmente, que entende que a língua deve ser vista como uma atividade eminentemente social, histórica e interativa (BAKHTIN, [1929] 2009). A verdadeira substância da língua é constituída pela interação verbal, que se realiza através de enunciações variadas.

Esta perspectiva, que orienta a condução epistemológica de língua do curso, não invalida que sejam estudadas perspectivas outras, de maneira que o aluno entenda a construção teórica e histórica do conceito. É exatamente esta perspectiva, amparada numa abordagem russa do início do século XX, que constitui os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), documentos oficiais que regulam o ensino de língua no país.

Em face das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura Plena em Letras, a estrutura da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS procura resgatar a formação geral do acadêmico, atender ao Artigo 11 da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, e articula-se por eixos em torno dos quais se organizam dimensões a serem contempladas:

- I – eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II – eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III – eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- IV – eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V – eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- VI – eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Os procedimentos metodológicos adotados consideram as especificidades e a natureza de cada componente curricular, a realidade institucional em termos de recursos humanos e de estrutura física, não descuidando dos objetivos do curso e do perfil do professor que se tem a expectativa de formar.

Por ocasião da elaboração do currículo, buscou-se promover a interdisciplinaridade entre as áreas e subáreas que se interseccionam e se complementam. As atividades desenvolvidas ao longo do curso visam a uma interação constante, na medida em que privilegiam o diálogo entre os componentes curriculares da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, seja pela referência às teorias estudadas ou aos trabalhos práticos efetivados nos diversos componentes curriculares, caracterizando a busca pela flexibilização curricular.

A interdisciplinaridade é uma categoria que se define pela interrelação, pela busca da comunicação que supere a linearidade dos conteúdos disciplinares e a fragmentação do conhecimento em componentes curriculares (FAZENDA, 1993). O princípio da interdisciplinaridade na organização curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras busca construir uma visão dialética da realidade e dos contextos formais de educação, que são complexos e dinâmicos. Esta visão dialética e interdisciplinar organiza a aprendizagem, supera o isolamento dos componentes curriculares e reaproxima o cotidiano escolar do conhecimento produzido na universidade. A interdisciplinaridade no contexto das licenciaturas pode ser tomada em duas direções: na produção do conhecimento científico e nos processos de ensino.

Orientada para a produção do conhecimento científico serve para diminuir as distâncias que separam o conhecimento científico das outras formas de conhecimento (artístico, tecnológico, cultural, filosófico) e orientada para os processos de ensino contribui para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, ao entender a formação do professor não apenas como formação técnica e de conteúdos, mas enquanto formação humana e integral. Esta formação permite a observação crítica da realidade escolar e dos problemas da aprendizagem, possibilitando, por meio da abordagem interdisciplinar, entender o educando e a escola sob diferentes aspectos: sociais, econômicos, culturais e comunitários. Entender os aspectos que incidem sobre os processos de ensino e de aprendizagem é recuperar a finalidade da aprendizagem, que é tornar aquilo que se aprende significativo.

A interdisciplinaridade associada à gestão do ensino possibilita o diálogo e a partilha dos saberes, além de fazer da relação ensino-aprendizagem um momento de produção e de criação do conhecimento. O professor pesquisador, através da formação orientada pelo princípio interdisciplinar, consegue modificar velhas práticas e procedimentos inadequados em novas situações de aprendizagem (CALAZANS, 2002). Foram as categorias de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade encontradas na organização curricular da Educação Básica que exigiram repensar a formação de professores nas universidades, a que estava baseada no enfoque meramente disciplinar (BRASIL, CNE/CP Par. nº 9/2001, p.27).

A articulação dos componentes curriculares com a interdisciplinaridade no âmbito das licenciaturas passaram a ser realizadas através de eixos formadores que se comunicam entre si (BRASIL CNE/CP Par. nº 9/2001, p. 66). A partir deste parecer, a Resolução nº 1 CNE/CP de 18 de fevereiro de 2002 que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena” passou a tratar da interdisciplinaridade enquanto fundamento dos processos de ensino e de aprendizagem, permitindo a flexibilização das dimensões teóricas e práticas, dos conteúdos, da formação específica e da autonomia intelectual.

Resguardadas as limitações orçamentárias federais e institucionais para aquisição/atualização dos acervos bibliográficos das bibliotecas das instituições federais de ensino superior, as dificuldades financeiras dos estudantes (trabalhadores de curso noturno), a atualização bibliográfica acontece com o auxílio da biblioteca particular dos docentes. Acresce-se a possibilidade de acesso a bases de dados bibliográficos via *Internet* (Portal de Periódicos da CAPES, por exemplo), e na biblioteca (virtual) da UFERSA.

Tentou-se conciliar a carga horária mínima necessária para garantir a formação do profissional/educador, segundo o perfil delineado, e as exigências normativas determinadas pela Legislação Federal e Institucional, estabelecida na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007. A inclusão de componentes curriculares optativos objetiva complementar a formação do aluno e, em casos específicos, preencher eventuais lacunas decorrentes dos limites de carga horária impostos pela Legislação.

3.2. Fundamentação Teórico-Metodológica

A educação é um instrumento de transformação social, fundamento essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No Brasil, a educação é direito humano fundamental (tal qual o direito à vida, à liberdade e à igualdade) e tanto assim o é que, na Constituição Federal/1988 (Art. 205), é tida como instrumento que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ademais, o Estado deve garantir o livre acesso e o direito de permanência de todos na escola. No entanto, no que diz respeito especificamente ao Ensino Superior, há uma grande dificuldade de obtenção de uma qualificação neste nível nas mais diversas áreas – tendo como justificativa, por exemplo, a distância dos grandes centros em relação às regiões mais periféricas, os custos que o estudo demanda e a constatação de que muitos jovens já se

encontram empregados e não têm como conciliar suas atividades acadêmicas com as profissionais – além da evasão daqueles que, no Ensino Superior, já adentraram, registrados particularmente nos Cursos de Licenciatura no país e, em especial, na região Nordeste, evidentes em dados do INEP. Tudo isso demonstra que há alguns impeditivos para que novos profissionais de fato sejam habilitados.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA – *Campus* Caraúbas, em sua proposta a ser implantada a partir de 2015, orienta-se, basicamente, por diferentes princípios filosóficos, dada a especificidade da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS e suas respectivas literaturas; tal posicionamento se pauta numa formação acadêmica que contemple ensino, pesquisa e extensão, e o desenvolvimento dos fazeres do professor de seu papel ético e político que o dimensiona como sujeito de sua história e de seu espaço social.

Desta forma, é que tal posicionamento põe em relevo as orientações dialéticas, no ensejo de abrir, o mais possível, perspectivas para um professor em constante renovação e com visão crítica, voltado para a formação de educador/pesquisador. Esta posição é desenvolvida a partir do foi estabelecido pelo PPI (2009-2013, p.17) da UFERSA, ou seja, “a formação do cidadão crítico, ético, criativo e politicamente comprometido com a sociedade, capaz de produzir, organizar e difundir o conhecimento”.

Seguindo os passos do Círculo de Mikhail Bakhtin até pressupostos teóricos sobre a linguagem, pelo viés da Análise do Discurso, da Pragmática (de orientações francesa, americana e britânica) e das Teorias da Enunciação, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se propõe a, sistematicamente, proporcionar ao licenciando uma articulação entre as diversas áreas de conhecimentos, capacitando-o a lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo com a linguagem verbal. Nesse âmbito, propomos a integração essencial entre teoria e prática, saberes necessários ao educador contemporâneo.

Tal perspectiva orienta-se, principalmente, por aquilo que Voloshinov (2006) chama de materialismo dialético, em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em oposição tanto a um objetivismo abstrato, quanto a um subjetivismo idealista. Esta perspectiva vê a língua não como um produto acabado, e muito menos a literatura, que é a mais elaborada forma de uso da língua, mas como enunciação dialógica, em constante mudança, como produção e não como produto, manifestação dinâmica, pancrônica e discursiva, por meio da qual os sujeitos interagem, de acordo com as condições de produção inerentes ao meio.

Nessa articulação dialética estão inerentes, também, os princípios de interdisciplinaridade tal como definem os novos lugares estabelecidos pela leitura da Nova Pedagogia e tornado básicos e indispensáveis para a formação profissional desde quando da sua regulamentação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases 9.692/71 e melhor aperfeiçoada na LDB 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Mesmo compreendendo a autonomia das universidades na criação de componentes curriculares e no estabelecimento do regime didático dos diferentes cursos (cf. a Lei 4.024/61 do CFE), este PPC toma ciência de que a organização e o funcionamento do Ensino Superior devem estar de alguma maneira articulados com o Ensino Básico (cf. a Lei 5.540/68 do CFE). “O ensino interdisciplinar nasce na proposição de novos objetivos, novos métodos, enfim, uma ‘Nova Pedagogia’ cuja tônica primeira seria a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica” (FAZENDA, 2011, p. 88).

Isto é, o currículo do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se encontra articulado com o movimento de renovação atitudinal do professor. Não podemos esquecer, entretanto, que a língua, enquanto sistema sujeito a essas mudanças, é também código e é também estrutura, daí o porquê de o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas orientar-se, ainda, por um viés que se presta a uma descrição daqueles fatos que, tanto nas línguas quanto nas literaturas, são praticamente imutáveis, ou cujas mudanças são tão lentas, que exigem descrição e análise, por um viés objetivista.

Diante dos problemas do ensino, pesquisa e do conhecimento científico, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas visa a uma formação em que esteja destituído o hiato entre formação profissional e formação acadêmica; tal como regulamentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, quer permitir ao licenciando estar mais bem preparado para desenvolver suas atividades de educador. Esse interesse, registrado em itens como os objetivos deste documento, ou na construção do perfil do egresso, apresenta-se ainda enquanto uma das articulações possíveis que visam - além do bom funcionamento do curso, dentro dos padrões regulatórios nacionais - a reverter o quadro acima descrito de defasagem na formação do professor e na evasão do Ensino Superior, na extensão de atuação da UFERSA – *Campus* Caraúbas.

Não é interesse para a formação do profissional do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas deter-se apenas à prática de sala de aula com aulas expositivas, discursivas, mas promover dentro da Matriz Curricular o fomento à construção da pesquisa e da extensão como elementos basilares para a colocação do

licenciando no centro dos principais círculos de discussões acadêmicas em eventos nacionais e internacionais (congressos, colóquios, simpósios, publicações em periódicos, grupos de leitura, grupos de pesquisa) e com as realidades possíveis de seu campo de atuação (estágio, programas de iniciação a docência, cursos de extensão). Tal princípio metodológico integra a elaboração da autonomia intelectual e profissional do licenciando, compreendendo que a área de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, como qualquer outra área do saber, deve priorizar os vários interesses emergentes dos estudantes.

Do ponto de vista da organização curricular, a interdisciplinaridade aqui se apresenta não como algo que visa a superar o valor individual de cada componente curricular, mas à criação de condições que dinamizem o processo de ensino-aprendizagem e a articulação entre os saberes específicos destes mesmos componentes curriculares. Postula-se, assim, que a metodologia mais propícia para este propósito seja aquela em que o licenciando está como ponto de partida e de chegada – novamente em sintonia com as propostas pelo PDI e PPI da UFERSA.

3.3. Fundamentação Legal

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas tem como fundamentação legal os seguintes instrumentos normativos:

Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005;

Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Parecer 492/01, de 3/4/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras;

Parecer CNE/CP 21/2001, de 6/8/2001;

Parecer CNE/CP 28/2001, de 02/10/2001;

Parecer CNE/CP 9/2001- Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002;

Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002;

Resolução CNE/CES 18/2002, de 13 de março de 2002;

Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Parecer CNE/CES nº 8/2007, 04 de outubro de 2007

Parecer CNE/CES nº 83/2007; 29 de março de 2007.

Estatuto da UFERSA.

Regimento Geral da UFERSA.

PPI da UFERSA.

PDI da UFERSA.

4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

4.1. Coordenador do Curso

A organização acadêmico-administrativa é realizada pela Coordenação e pela Vice-Coordenação do Curso, pela Equipe Gestora e pela Direção da UFERSA – *Campus* Caraúbas. Com relação à atuação do Coordenador e do Vice-Coordenador, cabe a eles zelarem para que o Projeto Pedagógico do Curso seja executado da melhor maneira possível, buscando o bom andamento do curso.

Segundo o Estatuto da UFERSA (Art. 38), “A Coordenação de cada Curso de Graduação tem instância deliberativa nas estratégias didático-científicas e pedagógicas e será exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador”. Também, é função irrevogável do Coordenador do Curso e, em sua ausência, de seu Vice-Coordenador (suplente) a participação no CONSEPE e no COMFOR da UFERSA.

Cabe, portanto, ao Coordenador apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. Sendo assim, a Coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e dos estudantes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

As atividades do Coordenador são desenvolvidas com o apoio de uma comissão permanente – o Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. No que se refere à formação do Coordenador do Curso, este deve ser Graduado no Curso de Letras, com titulação mínima de Mestre em Letras ou em Linguística.

4.2. Conselho do Curso

Este Conselho tem como objetivo geral viabilizar a Gestão Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, que é constituído pela Coordenação e Vice-Coordenação do Curso em questão, por todos os professores que compõem o referido Curso, por um representante do corpo técnico-administrativo e por um representante do corpo discente. Cabe-lhe, ainda, a tarefa de delegar os membros que comporão o NDE do Curso.

Dentre outras, é competência deste Conselho:

I - participar das atividades de articulação e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo Curso;

- II – propor a programação do Curso e respectivo calendário, em consonância com o Calendário Universitário, fornecido pela PROGRAD e aprovado em CONSEPE;
- III – prestar subsídios para a formulação dos regulamentos relativos a estágios, regime de monitoria, Trabalho de Conclusão de Curso, laboratórios, núcleos de estudos e de componentes curriculares oferecidos pelo Curso, para posterior *referendum* do Colegiado da UFERSA – *Campus* Caraúbas;
- IV – propor projetos de extensão universitária e de pesquisas, para posterior *referendum* do Colegiado da UFERSA – *Campus* Caraúbas;
- V – opinar sobre as saídas de professores para cumprimento de projetos de qualificação, quer os realizados na UFERSA, quer em outras instituições nacionais ou estrangeiras, para posterior aprovação pelo Colegiado da UFERSA – *Campus* Caraúbas;
- VI – aprovar, ao fim do exercício, o Relatório/Plano de Atividades Anual do Curso;
- VII – colaborar com a Diretoria do *Campus* Caraúbas e demais órgãos acadêmicos, em tudo que interessar ao *Campus*, em geral, e ao Curso, em particular;
- VIII – promover a coordenação das atividades do Curso, a fim de assegurar a interdisciplinaridade;
- IX – colaborar com o *Campus* Caraúbas e com a UFERSA, como um todo, na promoção da avaliação institucional;
- X – prestar subsídios às propostas de alteração do currículo acadêmico, com base nos objetivos do Curso;
- XI – colaborar com a elaboração o Projeto Pedagógico do Curso;
- XII – opinar sobre a organização e a administração de laboratórios, núcleos de estudos e outros materiais didáticos, quando estes constituírem parte integrante do ensino e da pesquisa pertinentes ao Curso;
- XIV – elaborar lista de títulos bibliográficos e outros materiais, de utensílios e equipamentos para aprovação superior;
- XV – exercer as atribuições de sua competência em processos de seleção de professores.

Das decisões do Conselho do Curso cabe recurso ao Colegiado da UFERSA – *Campus* Caraúbas, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência, pelo interessado, da decisão da qual se recorre.

O Conselho de Curso é um órgão deliberativo, em suas funções didático-pedagógicas, e consultivo, em suas funções de gestão. As Reuniões Ordinárias serão realizadas

mensalmente, havendo a possibilidade de Reuniões Extraordinárias, sempre que necessário. Deve haver registro em Ata de Reunião formulada pela Secretaria das Graduações.

Os professores que ministram aula para e em cada turma, bem como representantes do corpo discente do referido Curso e representante do corpo técnico-administrativo do *campus* em questão, são membros deste Conselho do Curso, com direito a voz e voto.

Portanto, o objetivo maior deste Conselho é o de qualificar as informações colhidas nas rotinas pedagógicas, de modo a possibilitar o reencaminhamento do processo educativo. Cabe a este Conselho o acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas, bem como a frequência, desempenho, postura do acadêmico e outros assuntos definidos pelos próprios professores.

4.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas é responsável pela concepção, atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso e condução dos trabalhos de implantação da Proposta Curricular. Contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e exerce as demais atribuições que lhe são explícita e implicitamente conferidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

O NDE do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas será composto por seis (6) membros: o Coordenador do NDE, o Coordenador do Curso em questão e mais quatro (4) outros professores do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. As Reuniões Ordinárias do NDE devem ser mensais. Quando necessário, Reuniões Extraordinárias são convocadas pelo Coordenador do NDE. O registro em Ata de Reunião é necessário e será formulado pela Secretaria de Graduações.

O NDE trabalhará com metas relacionadas à qualificação do PPC de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, no seu trabalho de análise, acompanhamento e supervisão, em articulação com a Coordenação do Curso e com o Conselho do Curso, de acordo com as normas que regem suas atribuições.

As metas, com vistas à avaliação e consolidação do PPC e da Matriz Curricular são estabelecidas e elaboradas com base em dados extraídos dos processos de auto-avaliação do Curso (questionários semestrais – Avaliação Interna), das Reuniões de Conselho de Curso e de conversas informais com docentes e estudantes do Curso. A tarefa de elaboração e/ou revisão de metas é realizada semestralmente, durante a Semana de Planejamento Acadêmico e durante o primeiro mês de cada semestre letivo, passando-se, então, à sua execução.

O NDE ainda conta, para coleta de dados, com a análise dos Planos de Ensino, das Atividades Externas das Disciplinas, das Visitas Técnicas e da Avaliação Interdisciplinar (as três últimas implantadas a partir da oficialização do NDE deste Curso), bem como dos resultados da avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Essas metas se objetivam em um Plano de Melhorias para o Curso.

5. OBJETIVOS

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas busca formar professores competentes, em termos de (in)formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. E com essa proposta pretende oferecer condições de modo a garantir que o perfil do egresso de Letras contemple a interface ensino/pesquisa, respeitando-se as particularidades da habilitação no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos.

Assim, não se pretende formar um professor de Língua Portuguesa e de suas Literaturas dissociado da Pesquisa, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. A busca pela promoção de ações didáticas, articulando ensino e pesquisa no âmbito da licenciatura, procura garantir que os futuros profissionais estejam preparados para lançar um olhar teórico para sua prática em sala de aula, que sejam preparados para trabalhar com a linguagem em suas mais variadas formas.

Sublinhe-se que, mesmo para o licenciado que não se dedicar ao ensino, ao atuar profissionalmente em atividades como revisão de textos, consultorias e assessorias em projetos de natureza pedagógica e assim por diante, sua prática vai lhe exigir conhecimentos de natureza teórica e pedagógica. Para atender a essa concepção integrada, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas propõe-se a:

- (i) oferecer uma formação sólida nas áreas de língua e literatura, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão e incentivando a articulação com outros cursos de licenciatura que fortaleçam a identidade docente e com a pós-graduação na área;
- (ii) criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, organizados pelo princípio da interdisciplinaridade.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA - *Campus* Caraúbas tem como **objetivo geral** formar professores da área da Língua Portuguesa e de suas Literaturas competentes para a ação pedagógica de professor/pesquisador, envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante.

Como **objetivos específicos**, o referido curso, tendo em vista a multiplicidade de papéis que o licenciado poderá exercer em sua profissão, pretende desenvolver no aluno:

- a capacidade de compreender os aspectos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral de uma língua, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, numa perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas no campo das linguagens, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;
- a capacidade de aplicar esses conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros textuais, como motivadores do estudo da língua;
- a capacidade de desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;
- a capacidade de serem mediadores entre o conhecimento e seus futuros estudantes considerando-se agentes transformadores da realidade e engajados numa dimensão política;
- o domínio ativo e crítico de um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino está habilitado);
- a capacidade de reflexão sobre a linguagem na sua forma estética: a Literatura;
- o domínio dos conhecimentos histórico e teórico necessários para a compreensão das condições que tornam o texto Literatura;
- o domínio da terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística e da Semiótica, por meio das quais se possa discutir a fundamentação desses conhecimentos;
- a capacidade de operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem, sendo usuário, como educador, da norma culta;
- a capacidade de formar leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, estéticas e culturais;
- o domínio de múltiplos interesses culturais, nas perspectivas da interdisciplinaridade, no diálogo sempre aberto às mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo de áreas afins.

Além desses, o Curso de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, tem os seguintes objetivos:

- formar um profissional com uma visão crítica sobre o ensino da Língua Portuguesa, através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguística e cultural e com uma sólida formação alicerçada na pesquisa educacional;

- construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do graduando, numa perspectiva profissional, de forma que seja intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros;
- integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural;
- valorizar a produção do conhecimento construído, através das pesquisas educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguística, cultural e estética;
- desenvolver competências para a pesquisa e a extensão, levando em consideração a pluralidade de linguagens;
- estimular a produção científica dos estudantes;
- capacitar o graduando para desempenhar o papel de multiplicador, pesquisador e leitor crítico de diferentes teorias que poderão subsidiar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas.

6. PERFIL DO EGRESSO

O profissional graduado em Letras/ Português e Literaturas deve adquirir e se apropriar, durante todo o seu processo de formação acadêmica, de competências que o tornem apto a utilizar a língua portuguesa nos contextos que envolvam as modalidades oral e escrita da língua, e em suas mais diversas manifestações literárias. Além disso, este profissional precisa saber realizar reflexões aprimoradas acerca do ensino de língua e de literatura brasileira e portuguesa, e sobre a linguagem, tanto no nível funcional como no nível estrutural da língua. Para que essa reflexão seja profícua, esse aluno precisa considerar também as variedades sociais, históricas e culturais das línguas.

Considerando-se que: (i) o licenciado em Letras, conforme o Parecer CNE/CES 492/2001, deve ser interculturalmente competente, capaz de lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo a verbal, em suas modalidades oral e escrita, consciente da multiplicidade de variedades e registros; (ii) esse profissional deve ter o domínio das competências comunicativas da língua objeto de ensino, bem como da literatura dessa língua, tanto nos aspectos estruturais/formais, quanto nos aspectos contedísticos/ideológicos/culturais; (iii) esse educador deve ter capacidade crítica de refletir teoricamente sobre as linguagens, articulando-as ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, além de sua relação com outras áreas de conhecimento; (iv) esse educador deve estar historicamente engajado em seu tempo, tendo habilidades com o uso de novas tecnologias, o egresso da área de Letras/Português e suas respectivas literaturas, em face da formação humanística recebida no curso, estará capacitado a exercer atividades junto à comunidade externa e interna à Universidade. Desta feita, tem-se em vista cumprir a missão social do Curso de Licenciatura Plena em Letras, que é a de colocar no mercado de trabalho educadores conscientes da importância de sua atuação como cidadãos éticos, críticos e formadores de leitores. Também se faz importante a formação de estudantes críticos e capazes de ler/interpretar para produzir com clareza e objetividade seus próprios textos, já que ler e escrever são faces da mesma moeda.

Nessa linha de raciocínio, pretende-se que o licenciado pleno da área de Letras/PORTUGÊS e respectivas literaturas contemple:

- a) capacidade de vivenciar experiências novas como professor/pesquisador;

- b) competência intelectual: domínio de repertórios linguísticos e metalinguísticos capazes de torná-lo apto a desenvolver suas funções, entre as quais ensino, pesquisa, revisão de textos, dentre outros;
- c) capacidade de analisar e interpretar textos dos mais variados gêneros, nas diversas modalidades de variedade linguística e registro, com ênfase na norma culta;
- d) capacidade de construir o conhecimento da linguagem, tanto do ponto de vista da estrutura (organização do texto, do parágrafo, da frase, da palavra), quanto de suas manifestações discursivas;
- e) habilidade de favorecer a abordagem crítico-reflexiva da linguagem literária, bem como das obras e autores mais representativos de língua portuguesa e de diferentes contextos sociohistóricos e culturais, enfatizando a produção literária local.

Por considerar todos estes aspectos, a Licenciatura em Letras/ Português e suas respectivas Literaturas, na UFERSA, tem como propósito a formação de profissionais habilitados a atuarem na docência em Língua Portuguesa e nas Literaturas Brasileira e Portuguesa, além de estarem aptos também a prosseguir nos estudos especializados em Literatura, Linguística e Linguística Aplicada. De tal forma, ele será um profissional preparado tanto para a docência nos Ensinos Fundamental Médio, e se prosseguir com especialização, mestrado e doutorado, ele poderá atuar na carreira docente universitária. O aluno formado no Curso de Letras dessa instituição poderá, além disso, se inserir profissionalmente em vários campos vinculados ao conhecimento e à prática de modalidades textuais, como a crítica literária, a tradução, a edição e revisão de textos, a assessoria ou consultoria em todas estas áreas de atuação.

6.1. Competências, Atitudes e Habilidades do Licenciado Pleno em Letras/Português e suas respectivas literaturas

Com base no perfil do licenciando em Letras/Português e suas respectivas literaturas delineado anteriormente, o licenciado que desejamos formar deverá estar capacitado a:

- a) ler, escrever, compreender e interpretar textos na Língua Portuguesa, que é objeto do estudo deste Curso, tendo, portanto, o desempenho integrado das competências comunicativas desta língua;
- b) estabelecer um diálogo voltado para a postura crítico-reflexiva do professor, perante a sociedade, aliada aos saberes docentes, com ênfase na Prática de Ensino da Língua Portuguesa e das suas respectivas Literaturas;

c) Atuar como professor de Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas e ser capaz de despertar em seus estudantes a criticidade e o desejo por conhecer novas culturas.

6.2. Campo de Atuação do Licenciado Pleno

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular da Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores dos Ensinos Fundamental e Médio (CNE/CP 02/2002); a segunda, a de atender às estipulações previstas no PDI e PPI da UFERSA.

O licenciado em Letras/Português e suas respectivas literaturas terá como campo de atuação profissional:

- magistério regular dos Ensinos Fundamental (terceiro e quarto ciclos) e Médio;
- Ensino Instrumental da Língua Portuguesa;
- magistério regular do Ensino Superior, desde que associado à formação em Curso de Pós-Graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

Sendo assim, o licenciado estará habilitado a atuar como professor de Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas, em diversos níveis, a saber:

- **na educação básica**, promovida nos âmbitos público e privado e cuja oferta encontra-se em franca expansão no país, que requer a formação de professores comprometidos com os avanços educacionais e com a necessária melhoria dos padrões de qualidade da educação e das condições de oferta do ensino;
- **na educação superior**, desde que faça pós-graduação promovida por instituições de ensino da rede pública e/ou privada, igualmente em franca expansão no país, que requer a formação de um licenciado em Letras dedicado à educação em geral e que possa constituir a base necessária para a formação dos futuros docentes da educação superior, estabelecendo a ponte necessária entre o ensino de graduação e de pós-graduação.

7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A integralização curricular será cumprida no tempo regular de cinco anos e no máximo oito. A carga horária total do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas corresponde a 2.990 (duas mil novecentos e noventa) horas.

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular da Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio (CNE/CES 83/2007); a segunda, a de atender as estipulações previstas no PDI e PPI da UFERSA – *Campus* Caraúbas.

A organização curricular representa uma seleção de conteúdos organizados, de modo a atingir certas finalidades para, dessa forma, contemplar a aquisição de habilidades determinadas. Destinadas a promover o aprofundamento da reflexão acerca da Metodologia de Ensino e da Didática próprias dos conteúdos a serem ensinados pelo futuro professor de Português e Literaturas, busca-se, nas disciplinas de estágio supervisionado, promover: (i) práticas pedagógicas capazes preparar os estudantes para o exercício da docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; (ii) a análise de materiais didáticos existentes no mercado e de suas aplicações; e (iii) a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que visam a subsidiar as atividades de estágio supervisionadas, bem como as atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso (NUPEX).

7.1. Distribuição das Atividades/Carga Horária

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Eixo de Formação Básica	570h
Eixo de Formação Específica	1560h
Eixo de Formação Pedagógica	420h
Eletivas	240h
Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais	200h
TOTAL	2.990h

EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA	CARGA HORÁRIA
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30h

Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Introdução aos Estudos Linguísticos	60h
Linguística	60h
Teoria da Literatura I	60h
Teoria da Literatura II	60h
Pesquisa Aplicada à Língua e à Literatura	60h
TOTAL	570h

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	CARGA HORÁRIA
Inglês Instrumental	60h
Trabalho Conclusão de Curso I (TCC)	60h
Trabalho Conclusão de Curso II (TCC)	60h
Metodologia Científica	30h
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60h
Fonética e Fonologia	60h
Oralidade, letramentos e ensino	60h
Morfologia do Português	60h
Formação Histórica da Língua Portuguesa	60h
Linguística Textual	60h
Sociolinguística	60h
Semântica e Pragmática	60h
Sintaxe do Português	60h
Linguagem e Tecnologia	60h
Análise do Discurso	60h
Análise do Texto Literário	60h
Literatura Portuguesa I	60h
Literatura Brasileira I	60h

Literatura Portuguesa II	60h
Literatura Brasileira II	60h
Literatura Portuguesa III	60h
Literatura Brasileira III	60h
Língua Latina I	60h
Língua Latina II	60h
Literatura Latina	60h
Introdução às literaturas africanas de língua portuguesa	60h
Psicolinguística	30h
TOTAL	1560h

EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	CARGA HORÁRIA
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60h
Metodologia do Ensino de Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Observação em Língua	60h
Estágio Supervisionado de Regência em Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Regência em Língua – Ensino Fundamental	60h
Estágio Supervisionado de Regência em Língua – Ensino Médio	60h
TOTAL	420h

COMPONENTES ELETIVOS	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA
Práticas Interdisciplinares na Educação	-----	60h
Concepções e Práticas na Educação de Jovens e Adultos	-----	60h
Introdução da Educação Brasileira	-----	60h
Educação e Cidadania	-----	60h

Educação para a Diversidade	-----	60h
Tecnologias e Educação	-----	60h
História da Educação Básica Brasileira	-----	60h
Educação Especial e Inclusão	-----	60h
Educação Popular: perspectivas paulofreireanas	-----	60h
Poesia Brasileira Contemporânea	-----	60h
Prosa Brasileira Contemporânea	-----	60h
Lírica e Modernidade	-----	60h
Literatura Comparada	-----	60h
Métodos de Crítica Literária	-----	60h
Introdução à Narratologia	-----	60h
Literaturas africanas em Língua Portuguesa I	-	60h
Literaturas africanas em Língua Portuguesa II	-----	60h
Literatura Popular	-----	60h
Literatura Potiguar	-----	60h
Tópicos de Literatura Portuguesa	-----	60h
Literatura infanto-juvenil	-----	60h
Estilística	-----	60h
Teoria e Prática de Leitura	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada I	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada II	-----	60h
Semiótica	-----	60h
Multimodalidade	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística	-----	60h
Tópicos em Gramática Normativa	-----	60h

Tópicos em Revisão Textual	-----	60h
Gêneros Discursivos	-----	60h
MÍNIMO A CURSAR*		240h*

* No decorrer do curso serão cursados, obrigatoriamente, quatro componentes eletivos, totalizando 240 horas.

7.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas

1º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH TOTAL	CH SEMANAL
Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Teoria da Literatura I	60	04
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30	02
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
Inglês Instrumental	60	04
Metodologia Científica	30	02
TOTAL	300h	20h

2º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Linguística	Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação		60	04
Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I	60	04
Leitura e Produção de		60	04

Textos Acadêmicos			
Língua Latina I		60	04
TOTAL		300h	20h

3º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Portuguesa I	Teoria da Literatura II	60	04
Literatura Brasileira I	Teoria da Literatura II	60	04
Língua Latina II		60	04
Fonética e Fonologia	Linguística	60	04
Análise do Texto Literário		60	04
TOTAL		300h	20h

4º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Didática		60	04
Psicologia da Educação		60	04
Literatura Brasileira II	Literatura Brasileira I	60	04
Literatura Portuguesa II	Literatura Portuguesa I	60	04
Morfologia do Português	Fonética e Fonologia	60	04
TOTAL		300h	20h

5º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Brasileira III	Literatura Brasileira II	60	04

Literatura Portuguesa III	Literatura Portuguesa II	60	04
Formação Histórica da Língua Portuguesa	Língua Latina II	60	04
Linguística Textual		60	04
Oralidade, Letramento(s) e ensino	Didática	60	04
TOTAL		300h	20h

6º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa		60	04
Metodologia do Ensino de Literatura		60	04
Literatura Latina		60	04
Semântica e Pragmática		60	04
Introdução às literaturas africanas de língua portuguesa		60	04
TOTAL		300h	20h

7º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Linguagem e Tecnologia		60	04
Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	Metodologia do Ensino de Literatura	60	04
Estágio Supervisionado de Observação em Língua	Metodologia do Ensino de Língua	60	04
Análise do Discurso		60	04

Sintaxe do Português		60	04
TOTAL		300h	20h

8º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Pesquisa em Língua e Literatura	- Metodologia Científica - Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	04
Estágio Supervisionado de Regência em Literatura	Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	60	04
Estágio Supervisionado de Regência em Língua – Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado de Observação em Língua	60	04
Sociolinguística	-----	60	04
Psicolinguística	-----	30	02
TOTAL		270h	18h

9º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Estágio Supervisionado de Regência em Língua – Ensino Médio	Estágio Supervisionado de Regência em Língua – Ensino Fundamental	60	04
Eletiva I		60	04
Eletiva II		60	04
TCC I	Pesquisa em Língua e Literatura	60	04
TOTAL		240h	20h

10º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
TCC II	TCC I	60	04
Eletiva III	-----	60	04
Eletiva IV		60	04
TOTAL		180h	12h

Carga Horária Distribuída

Estágio Curricular Supervisionado – 300h

Componentes Eletivos – 240h

Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural – 2.250h

Atividades Complementares – 200h

Carga Horária Total do Curso – 2.990h

8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

- **COMPONENTES BÁSICOS:**

INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Relação LIBRAS/Português; Sistema de transcrição para LIBRAS. Ética nas questões de interpretação; o trabalho com a língua sinalizada; o trabalho com a escrita de sinais; leitura e escrita de sinais. Atividade prática: Prática da LIBRAS: alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocábulos iniciais, sinais de nome.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, T. A. **A Estrutura Frasal na LSCB.** In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROTEIA, J. **O Papel da Marcação Não-Manual nas Sentenças Negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB).** Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

BAHAN, B. (1996) **Non-manual realization of agreement in American Sign Language.** Ph.D. Dissertation, Boston University, Boston, MA.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Estudo do Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Política, organização e funcionamento da Educação Básica, numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.** 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Org.). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SAVIANI. Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI. Dermeval. **Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Conceitos e teorias sobre a realidade sociohistórica como orientadora da reflexão crítica. Evolução das correntes filosóficas e sua repercussão na Educação. Exame das principais tendências filosóficas contemporâneas da Educação do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática da pedagogia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da Educação**. São Paulo: E.P.U., 1983.

GODOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANE, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 2000.

DIDÁTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: O Papel da Educação, Pedagogia e Didática no processo educativo. A Didática, seu contexto histórico e a formação do Professor. As Tendências Pedagógicas, seus pressupostos, concepções e práticas. O Planejamento Educacional e sua ressignificação na prática docente. Pesquisas e Práticas de Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAUI, Vera. **Didática** – questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

LIBANEO, José Carlos. **Didática e Escola em uma Sociedade Complexa**. CEPED.

UFG. Goiás, 2011.

LOPES, Osima Antônia *et al.* **Repensando a Didática**. 5 ed, SP: Papirus, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Isabel da. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas, SP: Papirus, 6 ed., 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 77) São Paulo, SP: Cortez, 1994.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professor?** Novas exigências educacionais e profissões docentes. Coleção: Questões de Nossa Época, v. 67. São Paulo: Cortez, 5 ed., 2001.

LUCKESI, Cirpiano L. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Técnicas de Ensino: por que não?** Campinas, SP: Papirus, 2 ed., 1993.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A contribuição da Psicologia para a Educação e para o processo de ensino e aprendizagem. Estudo das principais concepções teóricas da aprendizagem e interconexões no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sociocultural. As Abordagens Piagetiana e Vygotskyana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOL, César *et all.* **O Construtivismo na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1996.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sociohistórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Modern , 2005.

PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. V. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, Claudia. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Vozes, 1994.

FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Psicologia no Contexto Educacional**. Campinas: Átomo, 2002.

PLACCO, V. M. S de S. (Org). **Aprendizagem do Adulto Professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

VIGOSTKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Histórico dos estudos linguísticos que precederam a Linguística. Caracterização do objeto de estudo da Linguística. Evolução dos estudos linguísticos. Fundamentos do Formalismo: perspectiva estrutural e gerativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003.
 SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). **Curso de Linguística Geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
 WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIDERMAN, Teresa. **Teorias Linguísticas**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 BORBA, F. S. **Introdução aos Estudos Linguísticos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
 CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
 FARACO, C. Estudos pré-saussureanos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.
 MARTIN, Robert. **Para Entender a Linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.
 MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. O estudo da gramática. In: _____. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2005.

LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudos das correntes linguísticas funcionalistas: Linguística Aplicada, Linguística Funcional, Linguística da Enunciação, Análise do Discurso e Linguística Textual. Contribuições dessas perspectivas teóricas para o ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto: 2012.
 MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
 ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
 KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005.
 KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.
 NEVES, Maria H. de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEORIA DA LITERATURA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Concepções de literatura. Os gêneros literários. Natureza do fenômeno literário. Historiografia e teoria literárias. O cânone na literatura. Introdução ao procedimentos de análise e interpretação do texto literário. O texto poético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CULLER, J. **Introdução à Teoria Literária**. São Paulo: Beca Edições, 1999.
 EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Cultrix, 1990.
 BAKTHIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
 BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.
 COSTA LIMA, Luis (Org.) **Teoria da literatura e suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 volumes.

TEORIA DA LITERATURA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Teoria da narrativa. O romance. As narrativas curtas. Metodologias, abordagens críticas e os princípios essenciais da análise interna do romance e das narrativas curtas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOTLIB, Nadia Battella. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 1991.
 REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTHES, Roland *et ali*. **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
 GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Ática, 2004.
 LUKÁCS, György. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2009.
 MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1984.
 WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E À LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Concepções relacionadas à pesquisa científica. Elaboração de um projeto de pesquisa, observando a sua organização retórica. Procedimentos básicos para a sistematização da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
 RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1978.
 SEVERINO, A Y. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. **Implementação da Pesquisa em Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro**. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n.17, pp. 143-144, jan./jun. 1991.
 CARVALHO, M. (Org.) **Construindo o Saber**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.
 ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
 FAZENDA, I. (Org.) **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
 MACHADO, Anna R. (Coord.) **Planejar Gêneros Acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

• **COMPONENTES ESPECÍFICOS:**

INGLÊS INSTRUMENTAL – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Introdução à leitura de textos em inglês. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Cambridge English Mini Dictionary. Cambridge University Press. 2010.
 DIAS, R. **Reading Critically in English**. 3 ed. Belo Horizonte: EUFGM, 2002.
 GADELHA, I. M. B. **Inglês Instrumental: leitura, conscientização e prática**. Teresina: EDUFPI, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GLENDINNING, Eric H.; POHL, Alison. **Oxford English for Careers: Technology 1. Student's Book**. Oxford: OUP, 2009.
 MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura: módulo I**. São Paulo: Texto Novo, 2001.
OXFORD ESCOLAR para Estudantes Brasileiros de Inglês.
 POHL, Alison. **Oxford English for Careers: Technology 1. Teacher's Resource Book**.

Oxford: OUP, 2009.

YORKEY, R. **Técnicas de Leitura em Inglês: ESP – English for Specific Purpose.** Estágio II. São Paulo: Texto Novo, 2002.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Análise e crítica de monografias que abrangem temas de Literatura, Linguística e temáticas culturais. Orientação bibliográfica e de produção científica do referencial teórico e metodológico da monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002)**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Orientação bibliográfica e de produção científica da introdução, considerações finais e seção analítica da monografia, além da parte revisional do trabalho acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002)**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

METODOLOGIA CIENTÍFICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Conceitos básicos sobre ciência, método e pesquisa científica. Discurso acadêmico e tipos de metodologias de pesquisa em língua e literatura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. Ed. Atlas, 2007. BAUER, M.W., GASKELL, G. & ALLUM, N. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-35.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Apresentação de relatórios técnico-científicos, NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.
ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
_____. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Elaboração de resenha, resumo e artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2010.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAZERMAN, Charles. Escrevendo bem, científica e retoricamente: consequências práticas para escritores da ciência e seus professores. In: _____. Organização: HOFFNAGEL, Judith Chambliss & DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 59-77.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Referências bibliográficas – Normas técnicas. Rio de Janeiro, 2000.

FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. **Práticas de linguagem**: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educ, 2009.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Org.) Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

MARCUSCHI, L. M. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MACHADO, A. R. (Org.). **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004

_____. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004.

FONÉTICA E FONOLOGIA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Caracterização do objeto de estudo da Fonética e da Fonologia. Estudo dos mecanismos envolvidos na produção da fala. Classificação articulatória dos sons da fala. Estudo da organização do sistema fonológico do Português Brasileiro. A transcrição fonética e a transcrição fonológica. Processos fonológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALLOU, Dinah e LEITE, Yone. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MAIA, Eleonora M.. **No reino da fala**: a linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 1999.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BISOL, Leda (Org.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

MASSINI-CAGLIARI, G. Fonética. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-146.

SILVA, A. H. P. **Língua Portuguesa I: fonética e fonologia**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

SOUZA, P. C.; SANTOS, R. S. Fonética. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística: princípios de análise**, v.2. São Paulo: Contexto, 2003. p.9-31.

ORALIDADE, LETRAMENTOS E ENSINO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Oralidade e letramento e seus valores para a escola e para sociedade; a escrita como tecnologia e como sistema simbólico; o letramento numa perspectiva sociohistórica; letramento e ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (orgs.). **Multiletramentos na Escola**. São. Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas; União da Vitória: Kaygangue, 2005.

ROJO, Roxane (Org). **A Prática de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

_____. **Letramentos Múltiplos, Escola e Inclusão Social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./abr. 2004, p. 5-17.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e Organização: ROJO, R. H.R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Modelos de análise morfológica. Morfema, alomorfe, palavra. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfofonológicos. Formação e classe de palavras em diversas línguas. Articulação morfosintática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2001.
- ROCHA, Luís Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- ROSA, M. C. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2001
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.
- KEHDI, V. **Formação de palavras do português**. São Paulo: Ática, 2002.
- MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura morfossintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia do português**. Campinas: Pontes, 2003.
- PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-79.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, bem como estudo dos aspectos relativos à expansão os processos de mudança fonológica, morfológica e lexical. História interna e externa da língua.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- COUTINHO, I. L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1996.
- SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução Celso Cunha. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CÂMARA JR.J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CASTILHO, A. **Como, quando e onde nasce a língua portuguesa**. 2009. Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_9.pdf.
- HAUY, A. B. **História da língua portuguesa: séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo: Ática, 1989.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto: 1990.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

LINGUÍSTICA DE TEXTO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo dos processos e estratégias de textualização na construção do sentido do texto/discurso. Reconhecimento dos pressupostos da Linguística Textual. Ênfase nos conceitos de *coerência, coesão, referenciação, tópico discursivo, intertextualidade, gêneros e sequências* e suas contribuições por ensino com viés textual-discursivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith C. Hoffnagel (orgs.); trad. De Judith C. Hoffnagel; revisão técnica de Ana Regina Vieira. São Paulo: Cortez, 2005.

BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. Rio de Janeiro: Cortez, 2010.

CAVALCANTE, Mônica M.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOCIOLINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: O estudo da relação entre língua e sociedade com foco na variação e mudança linguística. Teoria da variação. Variáveis linguísticas e extralinguísticas. Fenômenos de variação e mudança linguística no português brasileiro. Variação e ensino. Língua e gênero. O tratamento quantitativo e a pesquisa sociolinguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001,

pp.21-47.
CALVET, Luis-Jean. Sociolinguística : uma introdução crítica. Trad. Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. Introdução à sociolinguística : o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico : o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2001.
MICKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (Org.). Sociolinguistics and Language Teaching . Cambridge: CUP, 2001.
OLIVEIRA, Ivone Martins. Preconceito e autoconceito : identidade e interação na sala de aula. Campinas: Papirus, 1994.
TARALLO, Fernando. A Pesquisa Sociolinguística . 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 2005.
WEINREICH, U; LABOV, W. HERZOG, M. I. Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística . Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo dos princípios da análise pragmática, considerando as principais abordagens dos processos de produção e recepção de enunciados em contextos situacionais que levam à construção dos sentidos em aliança aos estudos das abordagens dos modelos e das teorias explicativas do significado, enfatizando as principais teorias semânticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<ul style="list-style-type: none"> • ARMENGAUD, Françoise. Pragmática. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. • AUSTIN, J. L. Quando Dizer é Fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. • LEVINSON, S. Pragmática. São Paulo: Martins Fontes, 2007. • DUARTE, Paulo Mosânio. Iniciação à Semântica. Edições UFC, 2000. • GOMES, Claudete Pereira. Tendências da Semântica Lingüística. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. • GUIMARÃES, Eduardo. História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BURTON – ROBERTS, Noel. The Limits to Debate : a revised theory of semantic preposition. Cambridge: CUP, 1989.
DAVIS, Steven. (Org.). Pragmatics : a reader. Oxford: OUP, 1991.
FAUCONNIER, Giles. Mental Spaces . Cambridge: CUP, 1994.
LEECH, Geoffrey. Principles of Pragmatics . London: London, 1983.
MEY. Jacob. An Introduction to Pragmatics . Oxford: Blackwell, 1993.

ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.
KEMPSON, Ruth. Teoria Semântica 1. Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à Semântica. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.
MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati e FOLTRAN, Maria José (orgs.) Semântica Formal. São Paulo: Contexto, 2003.
TAMBA-MECZ, Irene. A Semântica. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.
KEMPSON, Ruth. Teoria Semântica 1. Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SINTAXE DO PORTUGUÊS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da oração e do período em língua portuguesa: elementos constitutivos, relações e processos de construção, estrutura informacional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. CASTILHO, Ataliba T. de. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, Mário A. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AZEREDO, José Carlos. Iniciação à sintaxe do Português. 5 ^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. BORBA, Francisco. S. Uma gramática de valências para o português. São Paulo: Ática, 1996. MACHADO, Maria da Conceição. <i>Fundamentos de sintaxe.</i> In.: COSTA, Catarina de Sena S. M. (org.). Linguística e ensino de língua portuguesa: sensibilidade cultural e interação didático-pedagógica. Teresina: EDUFPI, 2000. BERLINCK, Rosane de Andrade. <i>Sintaxe.</i> In. In. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Cristina (orgs.). Introdução à linguística I: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. São Paulo: Ática, 1988. VILELA, Mário. Gramática de valências: teoria e aplicação. Coimbra: Almedina, 1992. p. 43-199

LINGUAGEM E TECNOLOGIA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Enfoque histórico das relações entre tecnologia, linguagem e sociedade e sua implicação na língua. Especificidades da interação e do funcionamento da linguagem nas interfaces hipermidiáticas e nos ambientes de comunicação mediada por computador. Ênfase nos conceitos de hipertexto, gêneros discursivos digitais e redes sociais da internet.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CRYSTAL, D. A revolução da linguagem . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2001.
PRIMO, A. Interações em rede . Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura . 3. ed. São Paulo: Paulus, [2003] 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ARAÚJO, J.C. (Org.); ARAÚJO, N. M. S. (Org.). EaD em Tela: docência, ensino e ferramentas digitais . 1. ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2013. v. 23. 246p.
ARAÚJO, J.C.; DIEB, M. H.; LIMA, S. de C. (Org.). Línguas na web: links entre ensino e aprendizagem . Ijuí - RS: Editora Unijuí, 2010. v. 1. 320p.
BAUER, M.W., GASKELL, G. & ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático . Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-35.
FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet . Porto Alegre: Sulina, 2011
LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 2000.
XAVIER, A. C. S. (Org.). Hipertexto & Cibercultura . 1. ed. Catanduva: Rêspel, 2011. v. 1. 280p.

ANÁLISE DO DISCURSO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Percorso histórico da noção de discurso como prática social. Fundamentos da Análise do Discurso, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Procedimentos metodológicos em análises discursivas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRANDÃO, H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso . 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social . Brasília: UNB, 2001.
MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso . Campinas: Unicamp, 1989.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso . São Paulo: Loyola, 2003.
GREGOLIN, M.R.V. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos . São Carlos: Claraluz, 2004.
MAINGUENEAU, D. Gênese dos Discursos . Curitiba: Criar Edições, 2004.
ORLANDI, E. Análise do Discurso: princípios e procedimentos . Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica do Discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.
 POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PSICOLINGUÍSTICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Conceito, histórico, objeto de estudo e campo de atuação. Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. Aspectos psicossociais da aprendizagem de leitura, da fala e da escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORACINI, M. **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura**. São Paulo: Pontes, 2002.
 MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, Volume 2.
 KLEIMAN, A. **Texto e Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, Lélia Erbolado (Org.). **Tópicos de Psicolinguística Aplicada**. 3 ed. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 2005.
 PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Cultrix, 1976.
 SLOBIN, Dan. **Psicolinguística**. São Paulo. Nacional, 1980.
 TITONE, Renzo. **Psicolinguística Aplicada**: introdução psicológica à didática das línguas. São Paulo: Summus, 1983.
 VYGOSTKY, Leontiev. **Pensamento e linguagem**. Lisboa: Antídoto, 1979.

ANÁLISE DO TEXTO LITERÁRIO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A especificidade do texto literário. O texto literário como forma de conhecimento. A especificidade dos gêneros literários. Metodologias e práticas de análise e interpretação textual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COHEN, Jean. **A estrutura da linguagem poética**. São Paulo: Cultrix, 1978.
 LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O Foco Narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.
 SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF; Rio de Janeiro: EDUFF, 2005.
 FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna**. SP; Duas Cidades, 1991.
 KAYSER, Wolfgang. **Análise e interpretação da obra literária**. Coimbra: Arménio Amado, 1976.
 POUND, Ezra. **ABC da literatura**. São Paulo: Cultrix, 1970.
 PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 2007.

--

LITERATURA BRASILEIRA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA : 60h

EMENTA: Estudo da literatura brasileira, compreendendo as origens e formação, o Barroco, o Arcadismo e o Romantismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
 CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012. Vols 1 e 2.
 COUTINHO, Afrânio (Org.). **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vols. 1, 2 e 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
 CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
 CASTELLO, José Aderaldo; CANDIDO, Antonio. **Presença da Literatura Brasileira: das origens ao romantismo**. São Paulo: DIFEL, 1979. Vol 1.
 ROMERO, Silvio. **Compêndio de história da Literatura Brasileira**. São Paulo: Imago, 2001. Vols 1 e 2.
 MERQUIOR, José. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. São Paulo: E-Brasileira, 2014.

LITERATURA BRASILEIRA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Realismo-Naturalismo: o romance realista naturalista e a poesia parnasiana. Simbolismo: a poesia simbolista. Pré-Modernismo: as tendências da literatura pré-modernista na prosa e na poesia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre a azul, 2012. Vols 1 e 2.
 COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vol. 4.
 CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. 3. Rio de janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas cidades, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. São Paulo: Duas cidades, 1992.
 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

GUINSBURG, Jacob (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
 MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: realismo e simbolismo**. São Paulo: Cultrix, 1975.
 RONCARI, Luiz. **Literatura Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1995.

LITERATURA BRASILEIRA III – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA

EMENTA: O modernismo na Literatura Brasileira. A fase heróica do modernismo (1922-1930) A fase ideológica (1930-1940). A geração de 45. Tendências contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vol. 5 e 6.
 TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. São Paulo: José Olympio: Vozes, 2012.
 HELENA, Lucia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins/INL, 1978.
 BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
 CASTELLO, José Aderaldo. **Literatura Brasileira: origens e unidade**. São Paulo: Edusp, 1999.
 MARTINS, Wilson. **A literatura brasileira: o modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1967.
 LAFETÁ, João Luís. **1930: A Crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

LITERATURA PORTUGUESA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A poesia trovadoresca. O teatro de vicentino. A épica e a lírica do classicismo. O Barroco e a sermãoística de Padre António Vieira. A poesia árcaica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.
 BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos Camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
 DIAS, Fernanda Aida. **História Crítica da Literatura Portuguesa: idade média**. Lisboa: Verbo, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SPINA, Segismundo. **A lírica trovadoresca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2007.
 ABDALA JUNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo, Ática, 1990.
 LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
 BARATA, J. Oliveira. **História do Teatro Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

LITERATURA PORTUGUESA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Autores e estéticas do Romantismo. A prosa e a poesia realistas. O simbolismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica de Literatura Portuguesa: romantismo**. Lisboa: Verbo, 1999.
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica de Literatura Portuguesa: realismo e naturalismo**. Lisboa: Verbo, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Alberto. **Perspectivas do romantismo português**. Lisboa: Litexa Editora, 2007.
 GOMES, Álvaro Cardoso. **Poesia simbolista**. São Paulo: Global Editora, 1986.
 MOISES, Massaud. **A Literatura Portuguesa em perspectiva: romantismo**. vol. 3, São Paulo: Atlas, 1992.
 REIS, Carlos. **Estudos Queirosianos**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
 VECCHI, Carlos Alberto *et al.* **A literatura portuguesa em perspectiva: Romantismo e Realismo**, v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

LITERATURA PORTUGUESA III – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A Geração de Orpheu. O Presencismo. O Neorrealismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.
 PEREIRA, José Carlos Seabra. **História Crítica da Literatura Portuguesa: do fim-do-século ao modernismo**. Lisboa: Verbo, 1995.
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica da Literatura Portuguesa: do neo-realismo ao post-modernismo**. Lisboa: Verbo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Álvaro Cardoso. **A Literatura Portuguesa em perspectiva**. São Paulo, Editora Atlas, 1994.

HILÁRIO, Fernando. **Orpheu - percursos e ecos de um escândalo**. Lisboa: Editora da Universidade Fernando Pessoa, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. **Sentido e forma da poesia neo-realista**. Lisboa: Ulisseia, 2007.

REIS, Carlos. **Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

GUIMARÃES, Fernando. **O Modernismo Português e a sua Poética**. Porto: Lello Editores, 1999.

**INTRODUÇÃO ÀS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
- CRÉDITOS 4 - CARGA HORÁRIA: 60h**

EMENTA: Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa. Temas, tópicos, contextos e formas destas literaturas. A formação dos sistemas literários: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, I: Angola**. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ateliê, 2007.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**. Lisboa: Vega, 1994.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

LARANJEIRA, Pires. **De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe**. Porto: Afrontamento, 1992.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

LITERATURA LATINA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA:

Estudo dos representantes dos períodos Arcaico, Áureo e Imperial da literatura latina. Percepção da influência da literatura grega na formação da literatura dos intelectuais romanos. Estudo das epopeias, da poesia e do teatro clássicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega . Petrópolis: Vozes, 1989. Volumes I, II e III.
CARDOSO, Zélia de Almeida. A literatura latina . São Paulo, Martins Fontes; 2003.
NOVAK, Maria da Gloria e NERI, Maria Luiza (orgs.). Poesia lírica latina . 2ª ed. SP: Martins Fontes, 1992.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AUERBACH, Erich. Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental . Tradução de George Bernard Sperber. 2ª Edição revisada. São Paulo: Perspectiva, 1976.
CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos . Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental . Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. 10 v.
GAILLARD, Jacques. Introdução à literatura latina. Das origens a Apuleio . Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.
KURY, Mário da Gama. Dicionário de mitologia grega e romana . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LÍNGUA LATINA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA:
Noções básicas da língua latina: morfologia e sintaxe.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina . Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.
CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim . São Paulo: Ática, 1989.
GARCIA, Janete Mellasso. Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. Nunes. Compêndio de gramática latina . Porto: Porto Editora, 1996.
CART, A. <i>et al.</i> Gramática Latina . São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp. 1986.
FARIA, Ernesto. Gramática da Língua Latina . Brasília: MEC/FAE, 1995.

SPALDING, T. Orfeu. **Guia prático de tradução latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário de Latim/Português**. Portugal: Porto, 1960.

LÍNGUA LATINA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Noções básicas da língua latina: técnicas de tradução de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 1989.

GARCIA, Janete Mellasso. **Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. Nunes. **Compêndio de gramática latina**. Porto: Porto Editora, 1996.

CART, A. *et al.* **Gramática Latina**. São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp. 1986.

FARIA, Ernesto. **Gramática da Língua Latina**. Brasília: MEC/FAE, 1995.

SPALDING, T. Orfeu. **Guia prático de tradução latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário de Latim/Português**. Portugal: Porto, 1960.

**INTRODUÇÃO ÀS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
- CRÉDITOS 4 - CARGA HORÁRIA: 60h**

EMENTA: Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa. Temas, tópicos, contextos e formas destas literaturas. A formação dos sistemas literários: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, I: Angola**. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ateliê, 2007.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**. Lisboa: Vega, 1994.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

LARANJEIRA, Pires. **De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe**. Porto: Afrontamento, 1992.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

- **COMPONENTES PEDAGÓGICOS:**

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA– Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: : Tratamento de questões teórico-metodológicas concernentes ao ensino de língua a partir de gêneros textuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino** – outra escola possível. São Paulo: Parábola 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo, Cortez: 2000.

BUENO, L. Gêneros orais na escola: necessidades e dificuldades de um trabalho efetivo.

Instrumento: R. Est. Pesq. Educ., Juiz de Fora, v. 11, n. 1, jan./jun. 2009.

CRISTÓVÃO, V. L.; NASCIMENTO, E. L. **Gêneros textuais:** teoria e prática. Londrina/PR: Moriá, 2004

DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. M.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

RODRIGUES-BIASI, B. Tratamento dos gêneros textuais na escola. In: **Formação continuada de professores da rede pública** – 2ª fase/português nº 8. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2003.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: A literatura no contexto escolar. A leitura literária. Leitura e ensino da literatura. Ensino de Literatura e as novas tecnologias. A literatura no livro didático. Métodos e técnicas para abordagem e ensino do texto literário no ensino fundamental e médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira de. <i>Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas</i> . 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. TODOROV, Tzvetan. <i>A literatura em perigo</i> . Rio de Janeiro: Difel, 2009. PETIT, Michèle. <i>A arte de ler ou como resistir à adversidade</i> . São Paulo: Editora 34, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CANDIDO, Antonio. <i>Vários escritos</i> . São Paulo: Duas Cidades, 1995. ECO, Umberto. <i>Sobre a literatura</i> . Rio de Janeiro: Record, 2003. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i> . São Paulo: Ática, 2008. ZILBERMAN, Regina. <i>Fim do livro, fim dos leitores?</i> São Paulo: SENAC, 2001. JOUVE, Vicent. <i>A leitura</i> . São Paulo: EdUNESP, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO EM LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Reflexões sobre currículos e programas de ensino de leitura de Literatura para o Ensino Médio. Análise de livro e recursos didáticos. Reflexões sobre os materiais didáticos e o público-alvo. Reflexão sobre a legislação referente ao ensino leitura de Literatura. Vivência no ensino de Literatura. Estágio de Observação de aulas em Escolas de Ensino Médio. Planejamento, execução e avaliação de aulas de Literatura e relatório.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio . Vol. 1 - Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2006. SILVA, Ivanda Martins. A Literatura no Ensino Médio: quais os desafios do professor? In____: Português no Ensino Médio e Formação do Professor . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AMORIM, G. Retratos da Leitura no Brasil . São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. SOARES, M. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro. (Org.). Leitura – perspectivas interdisciplinares . São Paulo: Ática, 1991. _____. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina. (Org.). A Escolarização da Leitura Literária . Belo Horizonte: Autentica, 1999. ZILBERMAN, R. A Leitura e o Ensino da Literatura . São Paulo: Contexto, 1988. _____; SILVA, E. T. Literatura e Pedagogia: ponto e contraponto . São Paulo: Global; Campinas, SP: ALB: Associação de leitura do Brasil, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO EM LÍNGUA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudos das concepções de leitura e das produções oral e escrita: aspectos sócio-cognitivos, interacionais e linguísticos e suas implicações pedagógicas para a formação do leitor, para o desenvolvimento da prática pedagógica da leitura e das modalidades escrita e oral da língua, envolvendo a observação em sala de aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANTUNES, I. Muito além da gramática . São Paulo: Parábola, 2007. NEVES, M. H. de M. (2003). Que gramática estudar na escola? SÃO PAULO: Contexto. SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola . São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ANTUNES, I. Língua, texto e ensino – outra escola possível. São Paulo: Parábola 2009. ANTUNES, I. Análise de textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola 2010. KARWOSKI; B. GAYDECZKA; K. S. BRITO. (Orgs.) Gêneros Textuais - Reflexões e Ensino. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue. 2005. p. 17-34. KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura – teoria & prática. Campinas-SP: Pontes, 1993. MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade . In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros Textuais e Ensino . Rio de Janeiro: Lucerna. 2002, p.19-36. NEVES, M.H. De M. Texto e gramática . São Paulo: Contexto, 2006. PERINI, Mário A. (1997). Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem . São Paulo: Ática.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE REGÊNCIA EM LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Reflexões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Literatura para o Ensino Médio. Vivência no ensino de Literatura e a formação do leitor. Estágio de prática docente em regência de aulas em Escolas de Ensino Médio. Planejamento, execução e avaliação de aulas de Literatura, micro aulas e relatório
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Literatura, leitura e escola. Uma hipótese de trabalho para a construção do leitor cosmopolita. In PAIVA, Aparecida et. al. (Org.) Leituras Literárias: discursos transitivos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. KINCHELOE, Joe L. A Formação do Professor como Compromisso Político: mapeando o pós-moderno . Trad. de Nize Maria Campos Pellanda. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho; RÖSING, Tânia M. K. (Orgs.). Mediação de Leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores . São Paulo: Global, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AGUIAR, Vera Teixeira de (coord.). Era uma Vez na Escola: formando educadores para formar leitores . Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. AZEVEDO, Ricardo. Razões para a formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira (org.).

Caminhos para a Formação do Leitor. São Paulo: DCL, 2004.

PAIVA, Aparecida (org.). **Literatura e Letramento:** espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE REGÊNCIA EM LÍNGUA – ENSINO FUNDAMENTAL – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Atuação docente nas séries finais do ensino fundamental, nas áreas de leitura, produção e análise linguística, escuta, produções escrita e oral, a partir da regência em aulas, da participação na produção de material didático e na elaboração de avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF da Educação, 1998.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola.** Tradução Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, I. **Aula de português:** encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, L. A. **Coisas que todo professor de português precisa saber.** São Paulo: Parábola, 2010.

KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. H. **Escola, leitura e produção de textos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE REGÊNCIA EM LÍNGUA – ENSINO MÉDIO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Atuação docente nas séries do ensino médio, nas áreas de leitura, produção e análise linguística, escuta, produções escrita e oral, a partir da regência em aulas, a partir da regência em aulas, da participação na produção de material didático e na elaboração de avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. **Aula de português:** encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** ensino médio. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental,

2000. BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). Português no ensino médio e formação do professor . São Paulo: Parábola, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FÁVERO, L. L. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna . São Paulo: Cortez, 2000.
GERALDI, J. W. Portos de passagem . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização . São Paulo: Cortez, 2001.
OLIVEIRA, L. A. Coisas que todo professor de português precisa saber . São Paulo: Parábola, 2010.
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). Gêneros orais e escritos na escola . Tradução Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
SOLÉ, I. Estratégias de leitura . Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

• **COMPONENTES ELETIVOS:**

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Conceitualização. Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento interdisciplinar. Práticas interdisciplinares na sala de aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<ul style="list-style-type: none"> • FAZENDA, Ivani C. A. Dicionário em Construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002. • _____. O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008. • _____. Práticas Interdisciplinares na Escola. Ed. 3. São Paulo: Cortez, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CHARLOT. Bernard. Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria . Porto Alegre: Artemed, 2000.
DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir . Ed.6. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
FAZENDA, Ivani C. A. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetivação ou ideologia? São Paulo: Loyola 5ª Ed. 2002.
LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos . Ed.14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
MORIN. Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento . Ed.18. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências.** 7ª Ed. São Paulo: Érica, 2007.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Função social da Educação de Jovens e Adultos. Fundamentos históricos da Educação de Jovens e Adultos. As condições sociais e o analfabetismo no Brasil. Concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. O jovem e o adulto na perspectiva da realidade histórica. Os caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos na educação brasileira, no sistema de ensino e nos movimentos sociais. Programas para a escolarização básica de jovens e adultos. Tendências e princípios pedagógicos aplicados à Educação de Jovens e Adultos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso; PRESTES, Emília Trindade. **A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Jovens e Adultos:** possibilidades e contribuições ao debate. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

MARQUES, Carlos Alberto. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. IN: JESUS, Denise Meyrelles [et al.]. **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996.** São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo: Mediação, 2004.

PAIVA, ane. Tramando Concepções e Sentidos para Redizer o Direito à Educação de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf>> Acesso em 26 maio 2011.

SOARES, Leôncio et al. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo: Autêntica, 2005.

SOUZA, João Francisco de. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Bagaço, 2004.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Retrospectiva da Educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Recursos financeiros da educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil Leitura Crítico-compreensiva**: artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira**: Estrutura e Sistema. São Paulo: Cortez, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. **Lei que dispõe sobre o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério. Lei nº.9.424/96**. Brasília: MEC, 1996.

CHAGAS, V. **Educação Brasileira**: O Ensino de 1º e 2º Graus Antes, Agora e Depois? São Paulo: Saraiva, 1978.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: A Organização Escolar. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, O. O. **A Nova Lei de Educação**: trajetória, limites e perspectivas. 2 ed. São Paulo, 1997.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Educação e Cidadania. Direitos Humanos e Direitos de Cidadania. A educação como elemento para conscientização. Formação Humana e Trabalho. Sociedade, Democracia, Ética e Estado. A educação em contextos globais e locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1987.

CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIGUEIREDO, I. **Educar para a cidadania**. Porto: Edições Asa, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1981.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.

LAFER, C. **A reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cia. Da Letras, 1988.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e conviver na cultura global**. Porto: Edições Asa, 2003.

EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Educação para minorias sociais e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação

para Todos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Soraia Napoleão (Org.); KREBS, Ruy Jornada (Org.); RODRIGUES, David (Org.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MAGALHÃES, António; STOER, Stephen. **A Escola para Todos e a Excelência Acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Disiane de Fátima Araújo da. **Portadores de Deficiência: inclusão de alunos nas classes comuns da rede regular de ensino abordagem de direitos e processos de efetivação**. 2 ed. Natal: EFETRÊS – D, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPE, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler *et al.* **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas**. São Paulo, Papirus, 2000.

PINTO, Manuel. **Novas Metodologias em Educação**. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora.1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PARENTE, André. **Imagem e máquina**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **A cultura das mídias**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e conhecimento: a educação na era da informação**.

1998.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Historiografia da educação. Estudo das ideias pedagógicas e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio De janeiro: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, M. L. de O. **História da Educação no Brasil**. 10 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. **O Ensino Primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lição sobre o ensinar (1939-1969)** Mossoró: Edições UERN, 2010.

GERMANO, José Welington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

LOURENÇO, Manuel Bergstron. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 9ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SAVIANE, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação não é Privilégio**. 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotados) na educação. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1991.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de**

igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Maria Teresa e BEATON, Guillermo Arias. **Necessidades Educativas Especiais**: desde o enfoque histórico- cultural. São Paulo: Linear, 2010.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil**: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas, Autores Associado MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade** – Marília: ABPE, 2006.s, 1999.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. – São Paulo: Summus, 2006.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 2010.

EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS PAULO-FREIREANAS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Fundamentos da educação popular. Relações com a história e filosofia. Conceito de educação popular. A educação popular e educação pública: possibilidades da escola cidadã com Paulo Freire. As relações em educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura**. Campinas, SP: Mercado e Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Pedagogia da Esperança. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Cartas a Guiné Bissau. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo das tendências atuais da poesia brasileira e das condições histórico-sociais que as têm gerado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Ida; PEDROSA, Celia. **Subjetividades em devir:** estudos de poesia moderna e contemporânea. São Paulo: 7Letras, 2008.

NUNES, Benedito. **A clave do poético.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUENO, A. **Uma história da poesia brasileira.** Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Fábio Cavalcante. **A transparência impossível:** lírica e hermetismo na poesia brasileira atual. Recife: O Autor, 2008.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema.** São Paulo: Humanitas, 2006.

CICERO, Antonio. **Poesia e filosofia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GULLAR, Ferreira. **Sobre arte sobre poesia.** Rio de Janeiro, 2006.

CYNTRÃO, Sylvia Helena. **Como ler o texto poético:** caminhos contemporâneos. Brasília: Plano editora, 2004.

PROSA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA : 60h

EMENTA: Estudo das tendências atuais da prosa brasileira e das condições sócio-históricas que as têm gerado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PELLEGRINI, Tânia. **A imagem e a letra:** aspectos da ficção brasileira contemporânea. São Paulo: Mercado das Letras; FAPESP, 1999.

REZENDE, Beatriz. **Contemporâneos:** expressões da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Casa da Palavra, 2008.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Duas cidades; Ed 34: 2003.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LÍRICA E MODERNIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H

EMENTA: O moderno texto poético. Tradição e Modernidade. Lírica e sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, Theodor. **Poesia Lírica e sociedade**. Lisboa: Angelus Novus, 2003.

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia: tensões na poesia moderna desde Baudelaire**. São Paulo: Coasc Naify, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

NUNES, Benedito. **Hermenêutica e poesia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

POUND, Ezra. **A arte da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1976.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PAZ, Otávio. **Signos em rotação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

LITERATURA COMPARADA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Tendências teórico-críticas sobre a análise comparativa entre textos literários e outras linguagens. Relações entre os diversos códigos, abstraindo daí o mundo não-verbal: pintura, música, dança e filme.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHAL, Tania. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006.

BRUNEL, P; PICHOS, CL; & ROUSSEAU, A.M. **Que é Literatura Comparada?** Trad. Célia Berrettini Curitiba: UFPR, 1983.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada**. São Paulo: Edusp, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTHES, Roland; GENETTE, Gerard; BREMOND, Claude; TODOROV, Tzvetan *et al.* **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972.

CUNHA, Eneida Leal & SOUZA, Eneida Maria de. Orgs. **Literatura Comparada: Ensaio**. Salvador: EDUFBA, 1996.

SOUZA, Eneida Maria de. **Traço Crítico**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1993.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MÉTODOS DE CRÍTICA LITERÁRIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Tipos de crítica (formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica, psicanalítica, estilística, sociológica, genética, poética, filosófica). Literatura e história. Literatura e memória. Literatura e estudos culturais. Técnicas de abordagem e de leitura do texto literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERGEZ, Daniel *et al.* **Métodos Críticos para a Análise Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Texto. Crítica. Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RALLO, Elizabeth Ravox. **Métodos de Crítica Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaio sobre a Literatura e a História da Cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e metodologia dos estudos**

literários. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INTRODUÇÃO À NARRATOLOGIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA 60h

EMENTA: Conceitos fundamentais de narrativa. Comunicação narrativa. Semântica e sintaxe narrativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa.** Lisboa: Almedina, 2000.

REUTER, Yves. **Introdução à Análise do Romance.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKTHIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARTHES, Roland et ali. **Análise Estrutural da Narrativa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. **Foco Narrativo e Fluxo da Consciência:** questões de teoria literária. São Paulo: Pioneira, 1981.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas.** São Paulo: Ática, 2004.

GOTLIB, Nádía Battella. **Teoria do Conto.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.

LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A poesia angolana. A poesia de Cabo Verde. A poesia moçambicana. A poesia de Macau. A poesia de São Tomé e Príncipe. A poesia de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.** Lisboa:

ICALP, 1986. Vols. 1 e 2.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ERVEDOSA, Carlos. **Itinerário da literatura angolana**. Luanda: Editorial Culturang, 1972.

VEIGA, Manuel (Org.). **Cabo Verde: insularidade na literatura**. Paris: Edition Karthala, 1998.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Lisboa: Veja, 1994.

SOUZA E SILVA, Manoel. **Do alheio e do próprio: a poesia em Moçambique**. São Paulo: EDUSP; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro - nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A prosa angolana. A prosa de Cabo Verde. A prosa moçambicana. A prosa de Macau. A prosa de São Tomé e Príncipe. A prosa de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: ICALP, 1986. Vols. 1 e 2.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

ANDRADE, Costa. **Literatura angolana (opiniões)**. Lisboa: Edições 70, 1980.

MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

MATA, Inocência. **Emergência e existência de uma literatura: o caso santomense**. Lisboa: ALAC, 1993.

FONSECA, Maria Nazareth Soares Fonseca. **Literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

LITERATURA POPULAR – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA 60H

EMENTA: Origem. Tipologia. O aspecto formal. A temática. Temas tradicionais. Cantorias e pelejas. O papel do cantador na cultura popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, S. Nunes. **Antologia de literatura de cordel**. Natal: Fundação José Augusto, 1977.

CASCUDO, Luis. da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2009.

DIEGUES JR. M. et. al. **Literatura popular em verso: estudos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AYALA, Maria Ignez Novais. **No arranco do grito: aspectos da cantoria nordestina**. São Paulo: Ática, 1988.

BATISTA, Maria de Fátima B. de M. *et al.* **Estudos em Literatura Popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora EDUnB, 2008.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LITERATURA POTIGUAR – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Panorama histórico a partir do século XIX. O Modernismo no Rio Grande do Norte. Tendências contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GURGEL, Tarcísio. **Informação da literatura potiguar**. Natal: Argos, 2001.
 ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Modernismo no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1998.
 FLORES, Conceição (Org.) **Dicionário de escritores norte-riograndenses: de Nísia Floresta à contemporaneidade**. Natal: EDUnP, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes**. Natal: Fundação José Augusto, 2000.
 ALVES, Alexandre. **Poesia submersa: poetas e poemas do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Queima-Bucha, 2014. Vols 1, 2 e 3.
 BRASIL, Assis. **Poesia Norte-Rio-Grandense do Século XX**. Rio de Janeiro: Imago; Natal: Funcart, 1998.
 DUARTE, Constância Lima (Ogr.). **Mulher e literatura no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN/CCHLA, 1994.
 ONOFRE JR., Manoel. **Literatura e província**. Natal: EDUFRN, 1997.

TÓPICOS DE LITERATURA PORTUGUESA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H

EMENTA: Tendências, temas, formas e obsessões da poesia e da prosa de Literatura Portuguesa na atualidade. Os novíssimos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNAUT, Ana Paula. **Post-modernismo no romance português contemporâneo. Fios de Ariadne**. Máscaras de Proteu. Coimbra: Almedina, 2002.
 REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo: 1950-2010**. Lisboa: Editorial Caminho, 2010.
 CARMELO, Luís. **A novíssima poesia portuguesa e a experiência estética contemporânea**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, Fernando Pinto do. **Mosaico fluido: modernidade e pós-modernidade na poesia portuguesa mais recente**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1991.
 BUENO, Aparecida de Fátima Bueno et al. **Literatura Portuguesa: História, memória e perspectivas**. São Paulo: Alameda, 2007.
 CERDEIRA, Teresa. **A mão que escreve**. Lisboa: Casa da Palavra, 2014.
 GOMES, Álvaro Cardoso. **A voz itinerante**. São Paulo: Edusp, 1993.

REIS, Carlos. **História Crítica da Literatura Portuguesa**. Do Neo-Realismo ao Post-Modernismo. Lisboa / São Paulo, Verbo, 2005.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H

EMENTA: Literatura infanto-juvenil: conceito, abrangência, temas e formas. Os gêneros literários e a literatura infanto-juvenil: a poesia e a prosa. Tendências clássicas e contemporâneas da literatura infanto-juvenil..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BORDINI, Maria da Glória. **Poesia Infantil**. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**. São Paulo: Quíron, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSATTO, Cleo. **A arte de contar histórias no Século XXI: tradição e ciberespaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. São Paulo: Quíron, 1984.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

KHEDE, Sonia Salomão. **Personagens da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo: Ática, 2000.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

ESTILÍSTICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Estudo dos recursos expressivos na utilização da linguagem em diferentes gêneros, considerando aspectos grafológicos, fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARA JR, Mattoso. **Contribuição Estilística da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T.A. Editora Queiroz, 1989.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MOISÉS, Massaud. **Literatura: mundo e forma**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

GUIRAUD, Pierre. **A estilística**. Tradução de Miguel Maillet. São Paulo: Editora do Mestre JEU, 1970.

CRESSOT, Marcel. **O Estilo e as suas Técnicas**. Trad. de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

TEORIA E PRÁTICA DE LEITURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Concepções de linguagem, de ensino e de leitura; a leitura como atividade sociointerativa; o desenvolvimento do processo inferencial na leitura; estratégias psicolinguísticas na leitura; leitura e ensino. Pesquisa sobre concepções e práticas de leitura no ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARZOTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **Leitura:** práticas, impressos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Tradução Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORACINI, Maria José (Org.). **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura:** língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.

FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. **Lições de Texto:** Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.

GALVES, Charlot; ORLANDI, Eni Punicelli; OTONI, Paulo (Org.). **O Texto Leitura e Escrita**. Campinas: Pontes, 1997.

KATO, Mary. **O Aprendizado da Leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KLEIMAN, Angela. **Leitura, Ensino e Pesquisa**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1996.

LEFFA, Vilson. **Aspecto da Leitura**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA APLICADA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo de modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. As contribuições das ciências cognitivas para a área. Concepções de lingua(gem) e sujeito nos modelos e teorias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J.C. de. O Ensino de Línguas no Brasil de 1978. E Agora? In: **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, n. 1, 2001, p. 15-29.
 CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. **Discourse and Context in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge, 2000.
 McDONOUGH, S. **Applied Linguistics in Language Education**. London: Arnold, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORACINI, M.J. (Org.) **Identidade & Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Ed. Da Unicamp; Chapecó: Argos Ed Universitária, 2003.
 KAPLAN, R. (Org.) **The Oxford Handbook of Applied Linguistics**. Oxford: OUP, 2002.
 LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (Org.). **Tópicos em Lingüística Aplicada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.
 LIGHTBOWN, P. ; N. SPADA. **How Languages are Learned**. Oxford: OUP, 1993.
 MITCHELL, R.; MYLES, F. **Second Language Learning Theories**. London: Arnold, 1998.
 SELINKER, L. Interlanguage. In: J. Richards. **Error Analysis Perspective on Second Language Acquisition**. London: Longman, 1974.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA APLICADA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A relação entre teorias de ensino e aprendizagem de línguas e a avaliação e produção de materiais didáticos. Princípios gerais para seleção e elaboração de materiais didáticos para contextos presencial e digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGNO, Marcos. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.
 CORACINI, M.J. **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático**. Campinas: Pontes. 1999.
GUIA DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBEY, B. **Instructional and Cognitive Impacts of Web-Based Education**. London: Idea Group Publishing, 2000.

DOURADO, M. R. Estratégias de leitura e gêneros textuais no livro didático de inglês. In: M. E. SOUSA; S. VILAR, S. (orgs.) **Parâmetros Curriculares em Questão: ensino médio**. pp. 69-90. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.
 JONHNSON, K. **Designing Language Teaching Tasks**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2003.
 NUNAN, D. **Designing Tasks for the Communicative Classroom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
 SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor leitor. In: M. Marinho. **Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura**.

Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SEMIÓTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo dos limites da Semiótica e dos signos como elementos de produção do sentido. Percurso gerativo de sentido.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria semiótica do texto . São Paulo: Editora Ática, 2011.
FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso . São Paulo: Contexto, 2001.
PIETROFORTE, A. V. Semiótica visual: os percursos do olhar . São Paulo: Contexto, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DISCINI, N. O estilo nos textos . 2º. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
ECO, Umberto. O conceito de texto. São Paulo: EDUSP, 1984.
_____. Semiótica e filosofia da linguagem . São Paulo: Ática, 1989.
HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma teoria da linguagem . São Paulo: Perspectiva, 1974.
SANTAELLA, L. Teoria geral dos signos . São Paulo: Ática, 2001.
SAUSSURRE, Ferdinand. Curso de linguística geral . São Paulo: Cultrix, 1977.
TATIT, L. <i>A abordagem do texto</i> . In: FIORIN, J. L. (org.) Introdução à Linguística: 1. Objetos teóricos , São Paulo, Contexto, 2002, pp. 187-209.

MULTIMODALIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Fundamentos teóricos sobre multimodalidade e Semiótica Social. Gêneros multimodais: noção e características. Construção do sentido de textos verbo-visuais e visuais. Leitura multimodal e compreensão em textos impressos e ambientes online. Gramática do Design Visual.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, D. B. L. Perspectivas em Análise Visual: Do fotojornalismo ao blog . 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2008.
MARCUSCHI, L. A. e DIONÍSIO, A. P. Fala e Escrita . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 177-204.
KAROWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B. e BRITO, K. S. (orgs.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino . 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DONDIS, Donis A. <i>Sintaxe da linguagem visual</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. Reading Images: a Grammar of Visual Design . Londres: Routledge, 1996.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication . London: Arnold, 2001.
PAIVA, F. A. Análise de discurso multimodal: o uso de topologias em infográfico digital do New York Times. Linguagem & Ensino (UCPel. Impresso), v. 17, p. 875, 2014.
VIEIRA, Josenia A. Novas perspectivas para o texto: uma visão multissemiótica . In: A

Multimodalidade Textual a Serviço do Ensino, 2006 (no prelo).

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Temática de um fenômeno de linguagem específico – área de Linguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TÓPICOS ESPECIAIS EM GRAMÁTICA NORMATIVA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo crítico das Gramáticas Tradicionais quanto a suas abordagens, ao seu campo de estudo, aos pontos de contato e diferenças entre elas relativas a estes aspectos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
 CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
 NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGNO, Marcos.(org). **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2002.
 MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Gramática tradicional e tradição gramatical**. São Paulo: Contexto, 1992.
 NEVES, M. H. M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1994.
 NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola? SÃO PAULO: Contexto, 2003.**
 PERINI, M. A. **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem**. São Paulo: Ática, 1997.
 TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TÓPICOS ESPECIAIS EM REVISÃO TEXTUAL – CRÉDITOS: 04 – CARGA

HORÁRIA: 60h
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ATHAYDE, P. Revisão de textos: teoria e prática. São Paulo: AGBook, 2012.
COELHO NETO, A. Além da revisão: critérios para a revisão textual. Brasília: SENAC, 2013.
KOCH, Ingedore V. G.; Elias, Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
COSTA VAL, M. G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
GARCEZ, Lucília H. do Carmo. Técnica de redação. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
_____. A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
HAYES, J. R. et al. Cognitive processes in revision. In: ROSENBERG, S. (org.). Advances in Applied Psycholinguistics: reading, writing, and language learning. Vol.2. Cambridge : Cambridge University, 1987. p. 176-240.
KATO, M. A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

GÊNEROS DISCURSIVOS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo de gêneros discursivos sob variadas abordagens: escolas britânica, americana, australiana e genebrina. Gêneros discursivos e internet.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino. Trad.: Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.
SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros Textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Palmas e União da Vitória: Kaygangue, 2005.
MARCUSCHI, L. M. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.
MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.
SOUSA, M. M. F.; LEAL, A. P. B.; SOARES, M. E.; IRINEU, L. M. (Org.). Gêneros discursivos: para ler, ver e ouvir. Curitiba: Editora CRV, 2015.

9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Em consonância com os objetivos do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas e com o perfil de profissional desejado, a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico de ação-reflexão-ação. Sendo assim, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do Projeto Pedagógico e ao perfil do profissional formado no Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. Assim, devem ser levadas em consideração a autonomia dos futuros professores e pesquisadores em relação ao seu processo de aprendizagem e à qualificação de professores para inserção destes no mercado de trabalho.

A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório; mas como instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do professor como a do licenciando em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

Dada à especificidade do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, a avaliação deve ser centrada nas práticas de leitura/escrita/oralidade, na capacidade de posicionamento crítico face às diferentes teorias linguísticas e literárias, bem como de ensino dos componentes curriculares da Pedagogia e de Literatura na Educação Básica, em função do papel político e sociocultural inerente à formação do licenciado em Letras, no domínio do conteúdo.

Devem ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação (trabalhos escritos individuais e em grupo, com e sem consulta, produzidos em sala e fora dela; seminários; relatórios; resenhas); orientação acadêmica individualizada (horário de atendimento). Particularmente, espera-se que seja trabalhada, em cada componente curricular, a prática de produção/revisão de textos acadêmicos sobre os objetos específicos de cada campo de estudos. Para essa avaliação, na dependência do componente curricular, serão usados os seguintes procedimentos:

- Avaliação contínua, quanto à pontualidade, assiduidade e participação com atividades e exercícios propostos, como também nas discussões em sala de aula;
- Avaliação somativa, a partir de:
 - Apresentação de seminários e de microaulas;

- Desenvolvimento de pesquisas no decorrer do semestre letivo;
- Elaboração de fichamentos de textos e livros;
- Resoluções de exercícios e trabalhos escritos;
- Provas escritas;
- Elaboração de diários de leitura, de aulas, de pesquisa;
- Prática de resumos e resenhas de textos escritos, relatos de experiência, relatório de estágio, dentre outros gêneros acadêmicos.

Os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação deverão estar explicitados no Plano de Ensino de cada professor, entregues no primeiro dia de aula e publicados no *site* do SIGAA. O exame de cada componente curricular deve ser realizado de acordo com o calendário letivo previsto para o curso. Em cada componente curricular a programação deve prever, no mínimo, três avaliações escritas por semestre e uma avaliação substitutiva. Para cada componente curricular cursado o professor deve consignar ao aluno graus numéricos de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), computados com aproximação de até uma casa decimal, desprezadas as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondadas, para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco).

Ao aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos ou deixar de comparecer às provas e trabalhos, e exames, é atribuída a nota 0,0 (zero vírgula zero) a cada atividade. A cada aluno que faltar à avaliação, é dado o direito de reposição de 01 (UMA) avaliação, com horários e dia a negociar entre professor e aluno. Quanto a pedido de revisão de prova, o processo deve ser solicitado à Secretaria de Graduação, e a Coordenação será informada. Cabe ao Conselho de Curso avaliar o processo e deliberá-lo.

O número, a forma, as alternativas e as modalidades de trabalhos acadêmicos são fixados pelo professor em seu plano de ensino (verificar Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFERSA), aprovado pelo Conselho Diretor e divulgado aos alunos no início de cada semestre letivo. O professor deve divulgar e afixar a frequência e as notas no SIGAA. As notas das provas e trabalhos acadêmicos deverão ser divulgadas até dez dias úteis após sua realização, e as notas do exame, até cinco dias após a sua realização.

9.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A cada final de semestre, a partir 2015.1, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas passará por uma avaliação, a partir dos seguintes requisitos:

- a) adequação das reformulações propostas no que diz respeito aos componentes optativos, os quais poderão ser substituídos quando considerados inoperantes, podendo ainda ser acrescentados outros componentes quando verificada a necessidade;
- b) adequação dos programas com relação ao ementário proposto;
- c) verificação contínua, com relação ao cumprimento dos programas de cada componente curricular.

Para essa avaliação, a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas procederá da seguinte maneira:

- designará uma comissão de avaliação de desempenho docente (junto ao NDE), no que diz respeito ao cumprimento de programas e ementas;
- formulará um questionário sobre desempenho docente a ser aplicado semestralmente com os estudantes.

Cabe lembrar que a avaliação não se reduz apenas à sala de aula, ela deve perpassar toda a estrutura acadêmica, produzindo dados e informações que alimentem os processos de gestão administrativa e acadêmica, com vistas à melhoria do ensino. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, as competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação – no caso específico das Licenciaturas – devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- incidentes sobre processos e resultados.

A avaliação sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- avaliação externa.

10. SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

10.1. Avaliação Externa

A avaliação externa é composta pelos mecanismos de avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e indiretamente pela sociedade onde estarão atuando os profissionais formados pela Instituição.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei do SINAES (nº. 10.861/2004). De acordo com a legislação, devem ser inscritos no Exame estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. É importante destacar que no histórico escolar do estudante fica registrada a situação de regularidade em relação a essa obrigação. Ou seja, ficará atestada sua efetiva participação ou, quando for o caso, a dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

10.2. Avaliação Interna

A avaliação interna é baseada no levantamento de uma gama de indicadores de desempenho da Instituição, cujos resultados podem subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes e estudantes com o trabalho e envolvimento no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras. Para incrementar e auxiliar a sistemática de avaliação, o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas realizará periodicamente uma Auto-Avaliação do Curso, através de questionários direcionados aos acadêmicos e aos professores e através de outros instrumentos de avaliação, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

Além desses procedimentos, cumpre ressaltar que o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas também é avaliado dentro do contexto da Auto-Avaliação Institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) Institucional, de acordo com a Lei nº 10861/2004, que trata do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

10.3. Participação do Estudante na Avaliação do Curso

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas deverá realizar periodicamente avaliações dos componentes curriculares, através de questionários direcionados aos estudantes e professores, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no Curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

11. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas incentiva os licenciandos a desenvolver atividades como monitoria, iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas, viagens pedagógicas.

11.1. Participação do Corpo Docente nas Atividades Acadêmicas

A participação de alunos do Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas nas atividades acadêmicas pode acontecer de várias formas, conforme a descrição específica das atividades principais:

Ø **Bolsa Pró-Estágio:** A UFERSA mantém, via Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a modalidade de apoio para acadêmicos matriculados em cursos de graduação, mediante edital próprio.

Ø **Bolsa de Monitoria:** A UFERSA mantém duas categorias de monitoria de graduação: voluntária e remunerada. Os editais com a descrição das exigências são divulgados pelas faculdades. Os alunos interessados deverão se informar nas faculdades, a fim de obter todos os dados de que necessitam para se inscrever.

Ø **Bolsa de Iniciação Científica:** As bolsas de Iniciação Científica destinam-se a estudantes de cursos de graduação que se proponham a participar, individualmente ou em equipe, de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado, que se responsabiliza pela elaboração e implementação de um plano de trabalho a ser executado com a colaboração do candidato por ele indicado. As bolsas de pesquisa provêm de recursos financeiros do PIBIC/CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA.

Ø **Bolsa de Iniciação à Docência:** As bolsas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) destinam-se a estudantes de cursos de licenciaturas que se propõem a desenvolver atividades didático-pedagógicas para educação básica em escolas públicas sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. As bolsas o PIBID advêm de recursos financeiros do PIBID/CAPES.

Ø **Participação de Alunos em Eventos Técnicos, ou Atividades de Extensão:** A participação de alunos em congressos, encontros técnicos, seminários e simpósios, cursos ou atividades de extensão é apoiado pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) para os alunos que participam oficialmente de projetos de pesquisa ou de extensão.

Ø **Programas de Pós-Graduação:** Com a criação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* na UFERSA-Campus Caraúbas será possível a participação significativa de acadêmicos junto aos trabalhos de pesquisa que porventura venham a ser conduzidos.

11.2. Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC), em conformidade com o Parecer CNE/CP 83/2007, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Nesta proposta em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio Supervisionado, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Língua Portuguesa e suas Literaturas. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas oferece o PCC a seus licenciandos no interior dos componentes curriculares que constituem sua formação, desde o primeiro semestre letivo e não apenas nas disciplinas pedagógicas.

Esta correlação entre teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo, assim, uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. É esse espaço que vai permitir ao licenciando um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral, de natureza mais panorâmica.

Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais efetiva que produza no aluno os resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

11.3. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado, tendo como atribuição a realização de dois exercícios elementares para a aprendizagem da profissão docente: o exercício da análise da realidade educacional brasileira e o exercício da prática docente na Educação Básica, coordenado pela Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas.

11.4. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado pelo aluno de Letras, sob a orientação de um professor, seguindo regulamento da UFERSA. O trabalho desenvolvido deverá abordar temas relacionados a estudos estéticos, culturais, da linguagem e didático-pedagógicos, resultando em um trabalho monográfico.

O TCC é um componente obrigatório neste curso, visto que: i) fornece um objetivo final que direciona o desempenho do aluno durante toda a graduação; ii) aproxima estudantes e professores, mediante o sistema de orientação; iii) possibilita que o aluno tenha conhecimento especializado acerca do gênero textual trabalho monográfico ou artigo científico.

Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve escolher uma temática que esta intrinsecamente articulada com uma das linhas de pesquisa do curso, descritas na próxima seção. Além disso, o TCC do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas deve ser redigido em Língua Portuguesa, e a defesa deste deverá ser realizada também em Língua Portuguesa. A defesa contará com a participação de uma Banca Examinadora, composta por três membros docentes (com titulação mínima de especialista), sendo um orientador e dois examinadores.

11.5. Linhas de Pesquisa

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas está organizado a partir das seguintes Linhas de Pesquisa, inscritas em áreas envolvendo: Língua, Linguística e Ensino (Língua Portuguesa) e Literaturas (Comparada e de Expressão Portuguesa). Estas linhas são explicitadas a seguir:

ÁREA: LÍNGUA, LINGUÍSTICA E ENSINO (LÍNGUA PORTUGUESA)

• PRÁTICAS DISCURSIVAS

- Ø Estudo das relações entre categorias da língua e do discurso em situação de uso; principalmente sob um enfoque interativo da linguagem; processos de textualização dos diferentes gêneros discursivos e tipos textuais, na leitura, na oralidade e na escrita;
- Ø Organização textual-discursiva de diferentes gêneros em variados campos da atividade humana, tendo em vista a construção do sentido do texto;
- Ø Estudos de diferentes discursos (político, jornalístico, literário, etc), fornecendo instrumentos para uma ampla apreensão do texto, que compreenda tanto a sua materialidade linguística quanto histórica. Tal leitura objetiva apontar aspectos ideológicos que podem estar encobertos nas práticas discursivas.
- Ø Ênfase em categorias trabalhadas pela Linguística de Texto, Análise da Conversa, Análise do Discurso, Interacionismo Sócio-Discursivo.

• LINGUÍSTICA APLICADA

- Ø Fundamentos teórico-práticos da Metodologia do Ensino do Português e Literaturas;
- Ø Influência das teorias linguísticas, bem como análise das estratégias metodológicas no Ensino do Português e Literaturas;
- Ø Investigação das habilidades linguísticas em gêneros orais e escritos envolvidas no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa;
- Ø Estudo crítico da morfossintaxe da gramática do Português e Literaturas, em contexto de ensino;
- Ø O papel do livro didático no contexto de ensino de língua portuguesa; análise/elaboração de material didático;
- Ø A formação do professor de língua portuguesa;
- Ø Estudo dos (multi)letramentos em sala de aula.

• AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA

- Ø Estudo da aquisição, do desenvolvimento e do processamento da linguagem.
- Ø A interlíngua ou erro na aprendizagem do Português e Literaturas;

- Ø Estratégias cognitivas e metacognitivas na aprendizagem de Língua Portuguesa;
- Ø Análise do papel dos fatores linguísticos, sociais, culturais e individuais no processo de desenvolvimento das habilidades em Língua Portuguesa;
- Ø O papel do *input* na aquisição da escrita e leitura em Língua Portuguesa.

- **DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA**

Ø Estudo de questões e problemas de natureza fonológica, morfológica, morfossintática, lexicológica, lexicográfica, sintático-semântica e pragmático-discursiva, com base em corpora orais e escritos em língua portuguesa.

- **LINGUAGEM E TECNOLOGIA**

- Ø Papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral;
- Ø Linguagem na cibercultura; gêneros discursivos da e na internet, linguagem em redes sociais da internet;
- Ø Ensino de línguas mediado pela tecnologia; educação a distância, compreensão e produção de textos em diferentes suportes; aquisição de língua e novas tecnologias; comunicação educativa com o uso de múltiplas tecnologias;
- Ø Aplicação das tecnologias de comunicação, hipertexto, múltiplos letramentos, multimodalidade.

ÁREA: LITERATURAS

- **LITERATURA COMPARADA**

Ø Leitura comparada do texto literário seja orientada por temas comuns a diferentes autores ou literaturas, ou aspectos concernentes no conjunto da obra literária de um mesmo autor. Trata-se de uma linha de pesquisa cujo viés é o da reflexão e estudo sobre o texto literário considerando seu caráter histórico, teórico e cultural, isto é, sua natureza é multidisciplinar, interdiscursiva e intersemiótica apresentando-se como espaço privilegiado para a discussão de diferentes abordagens e perspectivas teóricas.

- **LITERATURAS DE EXPRESSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Ø Esta linha de pesquisa é dedicada aos estudos que contemplem obras das literaturas de expressão portuguesa, quais sejam a Literatura Portuguesa, a Literatura Brasileira, as escritas literárias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau compreendendo períodos, escritores, diversidades temáticas, gêneros e obras diversas cujo interesse esteja na abordagem teórica, crítica, teórico-crítica ou reflexiva do texto literário.

11.6. Atividades Complementares

As Atividades Complementares devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do licenciando, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, alargando o seu currículo com situações e vivências acadêmicas, internas ou externas ao Curso.

O componente curricular *Atividades Complementares*, do Curso de Licenciatura em Letras/ Português e suas respectivas literaturas, inclui o ensino presencial em sala de aula – componentes curriculares optativos – e outras atividades de caráter acadêmico-científico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional de Letras. A formação complementar no Curso é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade, tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses, necessidades. Participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino, atividades de extensão, projetos de pesquisa, disciplinas de enriquecimento curricular, entre outras, são modalidades desse processo formativo.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão na UFERSA – *Campus* Caraúbas, nos quais se promove o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionam discussões acerca de linguagem, divulgam resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores; oferecem-se componentes curriculares optativos no Curso, em horários alternativos.

Em termos organizacionais, essas atividades podem ser denominadas como de ensino, pesquisa, extensão, apesar de ficar bastante visível a inter-relação entre elas. A título de ilustração, essas atividades podem ser consideradas conforme distribuição abaixo e podem ser

ampliadas de acordo com novas demandas. Atendendo ao Parecer CNE/CP 83/2007, o estudante deverá cumprir 200 horas de atividades complementares, na terminologia do Conselho Nacional de Educação – Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais – ao longo do curso).

Quadro com Exemplos de Atividades Complementares

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Monitoria de Ensino (voluntária ou bolsa institucional)	Programa de Iniciação Científica (voluntária ou bolsa institucional)	Participação em Projeto de Extensão – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)
Participação em Projeto de Ensino – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)	Participação na organização de evento científico	Participação como colaborador ou coordenador em ações de extensão
Participação em Projeto de Ensino – curso, minicurso, oficina, grupo de estudo em assunto correlato ao curso e vinculado ao ensino	Participação em Grupo de Pesquisa	Participação em viagem de estudo ou visita técnica
Estágio Extracurricular em Instituições de Ensino Básico	Participação em evento científico com apresentação de trabalho (comunicação individual ou painel)	Participação em evento, atividade artístico-cultural (mostras, vídeos, saraus, performances, o contar histórias, varais literários)
Participação em curso Pré-ENEM, ministrando aulas	Participação em evento científico sem apresentação de trabalho	Participação da organização de viagem de estudo ou visita técnica
Disciplina de enriquecimento curricular cursada no curso	Publicação de trabalho (resumo, resumo expandido, trabalhos completos)	Criação e manutenção de <i>homepage</i> , de jornal do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas
Disciplina cursada em outros		

cursos		
Curso de língua (LIBRAS, Inglês, Francês, Espanhol)		

As atividades oferecidas/desenvolvidas direcionam-se para as várias áreas do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, com as suas subdivisões, e para áreas de outros cursos, considerando-se as interfaces com esses cursos. Isso pode ser visualizado, num primeiro momento, pelo rol de componentes curriculares eletivos/atividades complementares.

O aluno poderá cursar outros componentes curriculares em outros cursos, além dos descritos, que poderão também integralizar à carga horária das atividades complementares, desde que atendidas as exigências de pré-requisito, quando for o caso, da UFERSA, vaga, horário.

12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, para seu bom funcionamento, deverá contar com Biblioteca, um Laboratório de Informática e uma sala do NUPEX..

12.1. Biblioteca

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas é atendido no *Campus* Caraúbas por duas Bibliotecas: a do *Campus* Caraúbas e a do *Campus* Mossoró, na Biblioteca Central Orlando Teixeira.

A UFERSA conta com uma Biblioteca Central Orlando Teixeira, possuindo área física de 1276 m², cujo acervo é composto por material impresso e áudio visual, com as seguintes áreas de conhecimento: ciências agrárias, biológicas, saúde, exatas, engenharia, humanas, sociais aplicadas, letras e artes. A quantificação geral do acervo bibliográfico, relativo s monografias, dissertações, teses, revistas técnicas e livros, aproximadamente, 14.661 Títulos e 5.641 Volumes. O processo de informatização teve início em 2000 com a implantação de um *software*, aquisição de computadores, leitores de código de barras e impressoras, para administração do sistema e serviços bibliotecários (SAB 2000). O acervo por área de conhecimento (até o ano de 2005) está descrito no quadro a seguir.

Quadro: Acervo por Área de Conhecimento

Área	Livros		Periódicos	
	Títulos	Volumes	Nacionais	
Estrangeiros				
Ciências Agrárias	2.903	11.885	213	105
Ciências Biológicas	996	4.056	17	06
Ciências da Saúde	111	321	02	-
Ciências Exata da Terra	1.087	5.712	12	-
Ciências Humanas	957	2.408	14	-
Ciências Sociais Aplicadas	2.826	7.158	07	-
Engenharias	552	1.977	09	04
Linguística, Letras e Artes	154	1.140	04	-
Outros	109	762	04	-
Total	9.997	35.430	282	115

Fonte: Biblioteca "Orlando Teixeira"

A UFERSA mantém uma política de aquisição para material bibliográfico: a Biblioteca destina recursos para a adequação do acervo aos ementários e à bibliografia

relacionadas nos Projetos Pedagógicos dos vários Cursos da UFERSA. O acervo deverá ser enriquecido tanto em número de exemplares, como de títulos para atender às necessidades do Curso. Há, também, a Biblioteca Digital da UFERSA que está integrada à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nacional, onde disponibiliza *online* toda a produção técnico-científica dos Programas de Pós-Graduação da Universidade.

No caso do *Campus* Caraúbas, este contará com sua própria Biblioteca e, conseqüentemente, com um acervo por área de conhecimento significativo, com inauguração em dezembro de 2013. A aquisição do acervo bibliográfico e midiático do Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas entrará em processo, assim que cadastrado o Curso e oficializada a Portaria de abertura do mesmo pelo sistema Emec.

12.2 Laboratórios de Informática

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS contará com um Laboratório de Informática que atenderá aos estudantes de graduação e aos professores do referido Curso.

Quadro de Equipamentos do Laboratório de Informática (os equipamentos já estão no laboratório)

Material/Equipamento	Quantidade
Cadeira	20
Computadores	20
Bancada	02
Ar condicionado	02
Quadro Branco	01

12.3. Sala do NUPEX

A sala do Núcleo de Pesquisa e Extensão será um espaço destinado a atender grupos de estudantes (por exemplo, os de Iniciação Científica e de Iniciação à Docência) e de professores que estão desenvolvendo suas pesquisas.

Material/Equipamento	Quantidade
Mesa redonda	02
Cadeira	01
Computador com acesso à internet e impressora	01
Ar condicionado	01

13. NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO

A criação do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) para os Cursos de Licenciatura Plena em Letras do *Campus* Caraúbas terá organização e funcionamento obedecendo à regulamentação do Regimento Interno do Curso de Letras. Porém, o seu desenvolvimento está relacionado aos projetos de pesquisa e extensão e à organização dos pesquisadores do curso e nas diversas áreas de conhecimento e dos diferentes problemas de pesquisa associados aos Estudos Linguísticos e Literários.

O Núcleo constitui num espaço integrador dos estudantes aos projetos de pesquisa e de extensão, ou seja, um espaço que reúne, seletiva ou cumulativamente, professores e estudantes de graduação nos eixos que compõem a organização curricular.

O objetivo principal deste núcleo é a integração dos professores na construção de projetos de pesquisa e de extensão, com vistas ao melhor aproveitamento acadêmico do estudante. Na segunda metade do Curso, o estudante será incentivado a participar ativamente em um dos eixos acima descritos e se vincular aos projetos apresentados pelos professores para realizar um trabalho de pesquisa ou de extensão.

Um dos propósitos é inserir os estudantes de graduação nos grupos de pesquisa existentes, possibilitando sua familiarização com procedimentos e técnicas de pesquisa acadêmica. Desta maneira, o estudante termina seu curso de graduação com um trabalho acadêmico, orientado por um docente, e o apresenta publicamente perante dois examinadores, com titulação mínima de especialista.

14. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEEP, 2002.

_____. Lei Nº 10.436, Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, de 24 de abril de 2002, Brasília: Congresso Nacional, 2002.

_____. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coodenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Escolar 2010: perfil dos municípios brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: 2010.

LEVY, Daniel C. **University and government in Mexico autonomy in an authoritarian system**. New York: Praeger, 1980.

BRASIL. Nova proposta da Educação Superior elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

ANEXOS**Anexo I – Cópia do Regulamento das Atividades Complementares**

Art. 1º As Atividades Complementares, objeto deste Regulamento, são aquelas assim definidas pela Resolução do CEPEC nº 118/2007, art. 7º, inciso IV: “atividades extraclasse consideradas relevantes para formação do aluno [...]”.

Art. 2º Nos termos da Resolução acima citada, e de acordo com o estabelecido na estrutura do Curso de Letras Habilitação em Inglês Português e Literaturas/Literatura o cumprimento da carga horária fixada para as Atividades Complementares é requisito indispensável à conclusão do Curso e à colação de grau.

Art. 3º As Atividades Complementares que serão computadas, para efeito da integralização da carga horária, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, são as enumeradas a seguir, pelo modo indicado abaixo:

I – Programa de Iniciação Científica (IC), Programa de Licenciaturas (PROLICEN), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

II – Trabalho de Conclusão de Curso – 30 horas para cada trabalho desenvolvido (podendo ser computado apenas um);

III – atividades de pesquisa em projetos individuais ou coletivos, desenvolvidos por docentes do Curso ou de cursos afins – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

IV – participação, como colaborador, em projetos de ensino ou de extensão coordenados por docentes do Curso ou de cursos afins – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

V – monitorias de ensino realizadas em disciplinas integrantes do currículo pleno do Curso – 20 horas para cada semestre de trabalho, até o máximo de 40 horas;

VI – estágios extracurriculares em instituições de ensino básico ou em outras entidades (lei de estágio nº 11.788) – 15 horas para cada ano de trabalho, até o máximo de 30 horas;

VI – aulas ministradas em curso pré-vestibular oferecido pela UFERSA – 100% da carga horária efetivamente ministrada, até o máximo de 30 horas;

VII – disciplinas cursadas como eletivas no curso ou em outros cursos da UFERSA – 30 horas por disciplina (computadas até três disciplinas);

VIII – cursos freqüentados, em eventos científicos, sobre temas de Letras ou áreas afins – 100% da carga-horária, até no máximo 20 horas por curso;

IX – cursos de línguas (portuguesa, indígena, estrangeiras, de sinais) – 50% da carga horária do curso, até o máximo de 20 horas por curso;

X – cursos de informática aplicados à atividade de ensino ou de pesquisa em Letras – 50 % da carga horária do curso, até o máximo de 20 horas por curso;

XI – a) participação como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas por evento; b) participação como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas de curta duração (realizados em apenas um período – ou matutino ou vespertino, ou noturno), como espetáculos, filmes, aulas magnas – 100% da carga horária do evento, até o máximo de 6 horas;

XII – apresentação de trabalhos em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas para cada trabalho apresentado;

XIII – participação na organização de eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas por evento;

XIV – participação em viagens de estudo ou visitas técnicas, coordenadas por docentes do Curso ou de cursos afins – 5 horas para cada atividade;

XVI – publicação de artigos em periódicos – 30 horas para cada artigo publicado em revista ou anais de eventos científicos, impressos ou por meio eletrônico (CD – ROM ou *Home page*); 10 horas para publicação de cada resumo em eventos científico e para cada texto publicado em jornal, até o máximo de 90 horas para o total das publicações;

XVII – publicação de textos em meio eletrônico, mesmo sem conselho editorial – 3 horas para cada texto publicado, até o máximo de 30 horas;

XVIII – criação e manutenção de *home page* ou jornal impresso produzidos pelos alunos sobre o curso de Letras – até no máximo de 50 horas;

Art. 4º Todas as atividades realizadas deverão ser comprovadas pelo próprio aluno, mediante atestados ou certificados e um relatório discorrendo sobre o conteúdo da atividade da qual participou, para serem entregues ao professor coordenador das Atividades Complementares, que manterá uma pasta para cada aluno regularmente matriculado no Curso.

§ 1º O aluno que pretende aproveitar a participação em eventos como Atividades Complementares que ocorreram durante o período de aula deverá comunicar sua ausência, com antecedência, aos professores das disciplinas para que tenha direito ao abono de faltas, até o limite de 10% da carga horária de cada disciplina.

Art. 5º Somente serão computadas, a título de Atividades Complementares, aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do Curso.

Art. 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares deverá ser realizado obedecendo a seguinte distribuição: mínimo de 10 horas nos 1º e 8º semestres, e mínimo de 20 horas em cada um dos outros semestres do curso (3º, 4º, 5º, 6º, 7º).

Art. 7º A coordenação operacional das Atividades Complementares do Curso será exercida por um professor do Curso, designado pelo respectivo Conselho Diretor por indicação da Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso.

Art. 8º Compete ao coordenador de Atividades Complementares:

I – orientar o aluno na escolha de Atividades Complementares a realizar;

II – divulgar eventos, cursos e demais oportunidades de realização das Atividades Complementares;

III – acompanhar o cumprimento da carga horária, semestralmente, das Atividades Complementares, mantendo para tanto uma ficha individual para cada aluno;

IV – encaminhar, semestralmente, ao coordenador do Curso um relatório informando a situação de cada aluno;

V – encaminhar ao coordenador do Curso os documentos comprobatórios das atividades Complementares realizadas pelos alunos, para as providências necessárias.

Art 9º Compete aos alunos:

I – acompanhar a divulgação dos eventos, cursos e demais oportunidades de realização de Atividades Complementares pelo coordenador dessas atividades;

II – tomar ciência deste Regulamento mediante a assinatura de um termo de compromisso.

Art. 10. Compete ao coordenador do Curso de Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS:

I – orientar o coordenador das Atividades Complementares;

II – conferir e submeter à apreciação da Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso, para as devidas providências, os documentos comprobatórios apresentados pelos alunos.

Art 11. Compete à Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso:

- I** – analisar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador das Atividades Complementares;
- II** – resolver os casos omissos neste Regulamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 20/2015 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201530857)**

Nº do Protocolo: 23091.000844/2015-79

Mossoró-RN, 30 de Janeiro de 2015.

CAMPUS CARAUBAS

Título: Análise da Proposta de PPC - Letras Libras - Campus Caraúbas

Prezada Diretora,

Encaminho os pareceres do Setor Pedagógico da PROGRAD e do Comitê de Graduação relativos à Proposta de PPC do Curso de Letras Português. Venho solicitar que com base nesses documentos seja elaborada, até o próximo dia 30 de março, nova versão desse PPC para deliberação pelo Comitê de Graduação e posterior envio ao CONSEPE.

Aenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique [aqui](#).

(Autenticado em 30/01/2015 10:58)
AUGUSTO CARLOS PAVAO
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1620000

Fechar

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação -
UFERSA